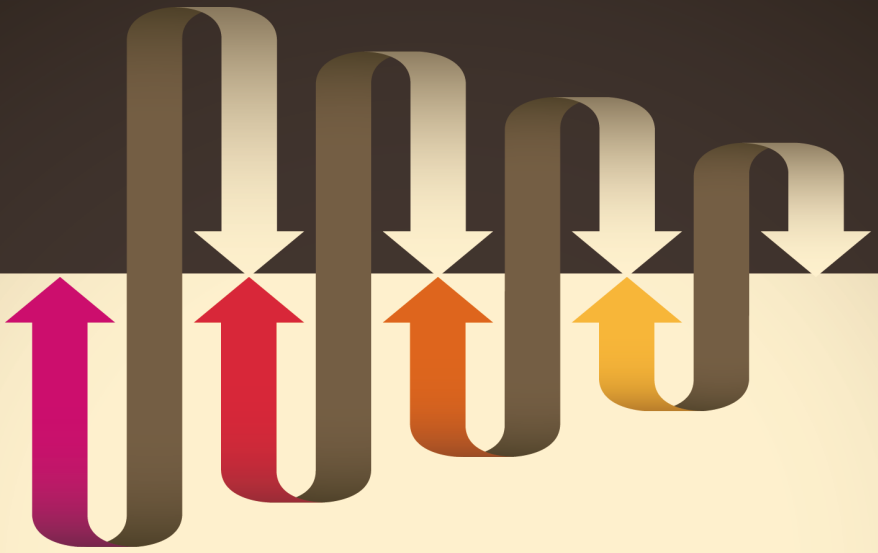
ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Proposta Epistêmico-teórico-metodológica para a Construção do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial



Valdir Roque Dallabrida
Airton Adelar Mueller
Áurea Andrade Viana de Andrade
Monica Franchi Carniello
Pedro Luís Büttenbender
Rafael Gonçalves Gumiero
Valdir Frigo Denardin
Edemar Rotta
Elaine Cristina de Oliveira Menezes
(Organizadores)

EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Valdir Roque Dallabrida
Airton Adelar Mueller
Áurea Andrade Viana de Andrade
Monica Franchi Carniello
Pedro Luís Büttenbender
Rafael Gonçalves Gumiero
Valdir Frigo Denardin
Edemar Rotta
Elaine Cristina de Oliveira Menezes
(Organizadores)

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

proposta epistêmico-teórica-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial

Editora Ilustração
Cruz Alta – Brasil
2023

Copyright © Editora Ilustração

Editor-Chefe: Fábio César Junges
Revisão: Os autores
Imagem da capa: Freepik

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A154 Abordagem territorial do desenvolvimento [recurso eletrônico] : proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial / organizadores: Valdir Roque Dallabrida ... [et al.]. – Cruz Alta : Ilustração, 2023.
313 p.

ISBN 978-65-85614-11-5
DOI 10.46550/978-65-85614-11-5

1. Patrimônio territorial. 2. Desenvolvimento territorial. I. Dallabrida, Valdir Roque (org.).

CDU: 314.04

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel, Cruz Alta, CEP 98025-057
E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial

EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	FEMA, Santa Rosa, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	SETREM, Três de Maio, RS, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSM, Santa Maria, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dra. Salete Oro Boff	IMED, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.



Agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que através da Coordenadoria de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, via Edital N. 06/2021 – Pesquisa/PRPPG/UFPR, apoiou financeiramente o custeio da publicação, primeira edição, disponível gratuitamente para *download*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 17

INTRODUÇÃO 19

Capítulo 1 - FUNDAMENTOS EPISTÊMICO-TEÓRICOS CONVERGENTES COM A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO 23

Considerações introdutórias 23

1.1 Uma crítica aos enfoques convencionais sobre desenvolvimento, como ponto de partida 23

1.2 Bases epistêmicas para fundamentar a abordagem territorial do desenvolvimento 26

1.2.1 Indicativos da Nova Teoria dos Sistemas 26

1.2.2 Indicativos da Teoria do Pensamento Complexo 28

1.2.3 O materialismo histórico-dialético e o enfoque territorial 29

1.2.4 A perspectiva epistemológica sustentada na decolonialidade e no descentramento e sua relação com o enfoque territorial 30

1.3 Uma base teórica para fundamentar a abordagem territorial do desenvolvimento 33

Considerações finais 39

Referências 40

Capítulo 2 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS CONVERGENTES COM A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO 43

Introdução 43

2.1 Métodos de abordagem 44

2.1.1 A abordagem empírico-analítica 44

2.1.2 A abordagem fenomenológico-hermenêutica 45
2.1.3 A abordagem dialético-crítica 46
2.1.4 A abordagem ecossistêmica 46
2.1.5 Enfim, qual método atende a perspectiva interdisciplinar? É possível, ou viável pensar em uma triangulação de métodos? 48
2.2 Métodos de Procedimento na pesquisa 52
Considerações finais 59
Referências 59

Capítulo 3 - ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: UMA PROPOSTA DE REFERENCIAL METODOLÓGICO PARA ESTUDOS TERRITORIAIS 63
Introdução 63
3.1 Uma base teórica de inspiração para a abordagem territorial do desenvolvimento 66
3.2 Esclarecendo terminologias 74
3.3 Aspectos do referencial metodológico multidimensional 77
3.3.1 O método de abordagem adotado 77
3.3.2 Das dimensões do patrimônio territorial ao IMAP: percurso metodológico 79
3.3.3 Elementos constitutivos do IMAP 79
Considerações finais 82
Referências 84

Capítulo 4 - A DIMENSÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DO IMAP 95
Introdução 95
4.1 Componentes essenciais da dimensão social: elementos teórico-conceituais, variáveis constitutivas, instrumentos de coleta e proposta de mensuração 97
4.1.1 Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços 98
4.1.2 Formas de organização e interação 104

4.1.3 Valores, normas e moral e densidade institucional 110
4.2 A dimensão social: uma proposta de aglutinação 118
Considerações finais 122
Referências 123

Capítulo 5 - A DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL NA FORMAÇÃO DO IMAP 129

Introdução 129
5.1 Dimensão humana e intelectual do patrimônio territorial: elementos conceituais e indicativos 130
5.1.1 Elementos conceituais 130
5.1.2 Elementos indicativos 132
5.2 Dimensão humana e intelectual: critérios de construção da escala e instrumentos de coleta dos dados 134
5.2.1 Componente: saberes formais 135
5.2.2 Saberes Informais 137
5.2.3 Grupos Humanos Verticais 139
5.2.4 Grupos Humanos Horizontais 141
5.3 Ajustes contextuais e método de aglutinação 145
5.3.1 Ajustes ao contexto empírico 145
5.3.2 Método de aglutinação e construção do índice 146
Considerações finais 147
Referências 148

Capítulo 6 - A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMAÇÃO DO IMAP 151

Introdução 151
6.1 Aspectos ontológicos: relações de poder e a reprodução da dinâmica social e econômica nos processos de produção e circulação da cultura no território 153
6.2 Aspectos constitutivos: a territorialização da cultura e sua complexidade simbólica, estrutural e econômica 156

6.2.1 Multiculturalidade, valores e códigos de conduta: diversidade, biodiversidade e território 157
6.2.2 Manifestações e equipamentos culturais 159
6.2.3 Estrutura da mídia 162
6.2.4 Economia criativa 164
6.3 Aspectos indicativos da dimensão cultural 166
Considerações finais 170
Referências 172

Capítulo 7 - A DIMENSÃO NATURAL NA FORMAÇÃO DO IMAP 179
Introdução 179
7.1 A dimensão natural e seus componentes: proposição de avaliação . 182
7.1.1 Componente (Bio)Geodiversidade, expressada na presença dos geossítios 184
7.1.2 Componente Agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural 187
7.1.3 Componente Vulnerabilidade Ambiental Urbana 191
7.1.4 Componente Cesta de Bens e Serviços Territoriais 196
7.1.5 Componente Política de Estado para a Sustentabilidade 201
7.2 Procedimentos para a construção do Índice de Contribuição para o Desenvolvimento Territorial - Dimensão Natural) (ICDTN) 205
Considerações finais 206
Referências 209

Capítulo 8 - A DIMENSÃO INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO DO IMAP 215
Introdução 215
8.1 Elementos conceituais da dimensão institucional do patrimônio territorial 217
8.1.1 Estrutura administrativa e o papel do Estado na dinâmica territorial do desenvolvimento 217

8.1.2 Políticas públicas de apoio a um processo inovador de desenvolvimento territorial 220

8.1.3 Atores, instituições e arenas de concertação: possibilidades e desafios 224

8.2 Elementos indicativos posicionados como referencial metodológico da dimensão institucional 227

8.2.1 Capacidade administrativa da estatalidade no território 227

8.2.2 Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento 231

8.2.3 Atores, instituições e arenas de concertação 235

8.2.4 Proposta metodológica para o estudo da Dimensão Institucional 238

Considerações finais 241

Referências 242

Capítulo 9 - A DIMENSÃO PRODUTIVA NA FORMAÇÃO DO IMAP 247

Introdução 247

9.1 Análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas 249

9.2 Dimensão econômico-produtiva no patrimônio territorial e aspectos coevolutivos e de governança no território 251

9.3 Categorias epistêmico-teóricas centrais para fundamentar a dimensão produtiva na elaboração IMAP 255

9.4 Componentes, variáveis e aspectos indicativos para a estruturação de uma proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva 262

9.5 Indicativos de estratégias de coleta e análise dos dados 268

Considerações finais 273

Referências 274

Capítulo 10 - INDICATIVOS PARA ORIENTAR PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL 281

Introdução 281

10.1 Atributos e condições organizacionais para a construção de territórios 282

10.1.1 O ideário de futuro territorial 284

10.1.2 Os mecanismos de governança e liderança territorial 286

10.2 A "ação territorial" como processo multiatores de construção de territórios e de coalizões socioterritoriais 287

10.2.1 Em que contexto se produz a ação territorial? 289

10.2.2 A ação territorial como processo multiatores de construção de coalizões territoriais 291

10.2.3 O papel dos operadores territoriais nos processos de ação territorial 295

10.3 Aportes teórico-práticos sobre planejamento na perspectiva da abordagem territorial 296

10.4 A construção de capacidades no processo de articulação territorial 298

Considerações finais 300

Referências 302

SOBRE OS AUTORES 307

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS), da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tem a satisfação de apoiar, contribuir e tornar público a obra "Abordagem Territorial do Desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial". Participam como autores parte de seus professores e os conteúdos teóricos e metodológicos aqui apresentados nortearam e norteiam um conjunto de dissertações em andamento.

O PPGDTS tem como objetivo conciliar temas de extrema importância no século XXI: preservação da natureza, diversidade cultural, políticas públicas e desenvolvimento territorial. Sob uma perspectiva interdisciplinar, assume a indissociabilidade entre natureza, cultura e sociedade, bem como o desafio de pensar o desenvolvimento, por meio das potencialidades locais e/ou regionais.

Primeiro Programa de Mestrado do Setor Litoral da UFPR, o PPGDTS iniciou suas atividades em 2014, em consonância com o Projeto Político Pedagógico setorial, que buscava viabilizar uma educação crítica e transformadora, atuando no desenvolvimento do Litoral Paranaense e do Vale do Ribeira. Com uma das franjas aluviais, senão continentais, mais contínuas da Floresta Atlântica do Brasil, a região abriga inúmeras comunidades tradicionais e grupos sociais. Sua complexidade e dinamicidade socioambiental são objetos das três linhas de pesquisa do PPGDTS: Socioeconomia e Saberes Locais, Redes Sociais e Políticas Públicas e Ecologia e Biodiversidade.

Indubitavelmente os conteúdos apresentados neste livro permitem pesquisadores, mestrandos, doutorandos e demais interessados no tema desenvolvimento territorial a identificar gargalos e pensar estratégias que permitam aos territórios um verdadeiro desenvolvimento.

Por fim, agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que através da Coordenadoria de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, via Edital N. 06/2021 – Pesquisa/PRPPG/UFPR apoiou financeiramente o custeio da publicação da sua primeira edição, a qual será disponibilizada

gratuitamente para *download*. Na UFPR, o projeto foi cadastrado no Banco de Projetos de Pesquisa (Banpesq) com o título *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológic*o. O projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*, com financiamento do CNPQ (Bolsa Pq), coordenado por Professor Visitante, que atuou de 2021 a 2023 no PPGDTS/UFPR, deu origem à investigação sobre tema.

Valdir Frigo Denardin - UFPR

INTRODUÇÃO

Desde o segundo semestre de 2020, um grupo de mais de trinta pesquisadores, oriundos de vinte universidades do Brasil, Portugal, Espanha, Argentina e Inglaterra articularam-se e propuseram uma investigação que indicou como objetivo propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Trata-se do projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* - ProPAT.

Assim, no primeiro trimestre de 2021, deu-se início à investigação. Os estudos teóricos realizados pela equipe no processo de investigação, ainda no primeiro ano de execução, foram sistematizados em dois textos, na forma de artigos publicados em periódicos: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), no qual são apresentados os pressupostos epistêmico-teóricos da pesquisa; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Já no primeiro trimestre de 2022, a equipe de pesquisa do referido projeto publicou o *Dossiê Temático Patrimônio Territorial*, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, compreendendo um texto de apresentação e mais seis artigos, no seu conjunto apresentando referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional, que possa ser utilizado na análise e prospecção territorial[1].

Na sequência, se estendendo de março de 2022 a fevereiro de 2023, num primeiro momento com o envolvimento da equipe de coordenação da investigação, composta pelo coordenador geral e coordenadores de dimensão (social, cultural, produtiva, natural, institucional e humano-intelectual), assessorados por colegas da equipe com maior domínio na área metodológica, depois, envolvendo outros membros da equipe de pesquisa, procurou-se sistematizar os elementos constitutivos do instrumental metodológico multidimensional.

1 A apresentação (DALLABRIDA, 2022) e os demais artigos do Dossiê estão disponíveis em: https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/73.

Todas as etapas de execução da investigação aqui referida foram realizadas por meio de reuniões de trabalho virtuais, seja entre a equipe de coordenação, ou com a participação de todos os membros da equipe. De certa forma, o uso desse meio de trabalho resultou de dois fatores principais: a impossibilidade de reuniões presenciais em função do projeto ter sido executado no período pandêmico e a falta de financiamento público que permitisse reunir mais de três dezenas de pesquisadores, de diferentes regiões do Brasil e até de outros países. Mesmo com essas limitações, entende-se que os avanços e resultados foram significativos.

Esses estudos apontaram para a necessidade de se pensar na estruturação de um sistema de mensuração dos níveis de ativação do patrimônio territorial[2], como resultado final dos estudos a serem realizados na perspectiva da análise e prospecção territorial. Construiu-se o entendimento, na equipe de coordenação da investigação, de que esse sistema de mensuração poderia ser sintetizado num índice, do que surgiu a proposição do que se convencionou denominar "Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial - IMAP", o qual resultasse da apuração do índice de ativação de cada uma das dimensões do patrimônio territorial.

Esse índice de mensuração, sustentado no conjunto de elementos constitutivos do instrumental metodológico multidimensional, a partir do primeiro semestre de 2023, está prevista sua aplicação como plano piloto, com vistas à sua validação. Já há uma previsão de aplicação em cinco recortes territoriais, nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, no entanto, há a possibilidade de reproduzir sua aplicação em outros locais de origem dos demais membros da equipe de pesquisa. O processo de validação previsto será importante, pois permitirá sua avaliação e, caso se mostrar necessário, a realização de ajustes.

Assim, o propósito central desta publicação é tornar público a base epistêmico-teórica e o instrumental metodológico que fundamentam o IMAP.

Inicia-se o primeiro capítulo com a explicitação dos fundamentos epistêmico-teóricos da abordagem territorial do desenvolvimento, em grande parte, resumindo duas publicações do grupo de pesquisa, Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) e Dallabrida *et al.* (2021) e, em

2 Para um melhor entendimento sobre do que se trata o que se entende por "ativação do patrimônio territorial", adiante, no Capítulo 3, faz-se referência ao tema.

alguns aspectos, os textos do Dossiê Temático Patrimônio Territorial[3].

O segundo capítulo compreenderá o referencial metodológico, com a explicitação conceitual sobre tipologias, construção e aplicação de indicadores, para justificar a escolha metodológica e pontuar os conceitos orientadores.

O terceiro capítulo faz referência ao Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), iniciando por esclarecimentos sobre aspectos conceituais, na sequência, os elementos constitutivos do índice em cada uma das dimensões, finalizando com a explicitação do arcabouço metodológico que tem como resultado o IMAP.

Do quarto ao nono, são capítulos que explicitarão a base teórico-metodológica na formação que expressa os componentes e variáveis a serem utilizados na formação do índice da ativação do patrimônio territorial de cada uma das seis dimensões (social, produtiva, natural, institucional, cultural e humano-intelectual), cujo somatório resultará no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – IMAP.

O décimo capítulo se dedica à explicitação de indicativos para orientar processos de articulação territorial, como diretrizes que têm relação com a aplicação do IMAP e, na sequência, são apresentadas as considerações finais.

Valdir Roque Dallabrida – UFPR

3 Textos do dossiê disponíveis em: https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/73.

Capítulo 1

FUNDAMENTOS EPISTÊMICO-TEÓRICOS CONVERGENTES COM A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Valdir Roque Dallabrida – UFPR
Edemar Rotta – UFFS
Pedro Luís Büttenbender – UNIJUÍ

Considerações introdutórias

Este primeiro capítulo tem como propósito sintetizar os fundamentos epistêmico-teóricos que tenham convergência com a abordagem territorial do desenvolvimento. No entanto, antes de adentrar no tema em específico, entende-se ser necessário uma reflexão crítica em relação aos enfoques tradicionais sobre desenvolvimento.

1.1 Uma crítica aos enfoques convencionais sobre desenvolvimento, como ponto de partida

A razão da necessidade de superação dos enfoques convencionais de desenvolvimento deve-se ao fato de serem marcados por uma visão reducionista de bem-estar, pelo apoio ao produtivismo e o desrespeito da natureza, base dos recursos físicos do nosso planeta. Assim sendo, exige-se repensar a ideia de desenvolvimento como meta para a qual alguns já a atingiram, enquanto outros teriam ainda um longo caminho a percorrer. Mesmo considerando alguns avanços, as tentativas de incorporar outras dimensões, além da econômica, dentre outras implicações, colide com as limitações próprias da metodologia utilizada (SATRÚSTEGUI, 2013).

Visões mais contemporâneas, como a concepção de "desenvolvimento humano" outrora propugnada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[1], compreendem-no como processo de ampliação das escolhas das pessoas viverem a vida como desejam, pela ampliação de oportunidades e de suas capacidades, como

1 Ver: https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano-e-idh.

alternativa de superação da perspectiva de desenvolvimento associada ao crescimento econômico, ou seja, no bem estar de uma sociedade, resultante da renda que conseguem gerar.

Outras abordagens utilizam o termo mau-desenvolvimento (TORTOSA, 2001) para explicar os fracassos, tanto dos países chamados desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, assim como a configuração do sistema global, portanto, de amplitude sistêmica. O declínio na satisfação das necessidades humanas e/ou nas oportunidades das pessoas, do atual padrão de desenvolvimento, estariam entre os principais desafios. Por outro lado, autores pós-desenvolvimentistas, como Latouche (2007), chegam a atacar o próprio termo mau-desenvolvimento, afirmando que o mal não pode estar associado à ideia de desenvolvimento, pela simples razão de que o desenvolvimento imaginário ou mitológico é, por definição, a encarnação do bem. Ainda persiste a associação entre crescimento econômico e desenvolvimento, até considerados como sinônimos, questão que precisa ser superada. É neste sentido que Iglesias Fernández (2007) lembra que o desenvolvimento é intrínseco ao capitalismo, e que esse sistema, sem crescimento não sobrevive.

Sobre os efeitos nefastos dos processos homogeneizantes da globalização nos espaços locais, causantes de grande parte do sofrimento de milhões de seres humanos e da ausência de oportunidades para os mesmos, Satrústegui (2013, p. 60) defende que é preciso resistir e propor novos caminhos para que "[...] o desenvolvimento da globalização não impeça a globalização do desenvolvimento, entendida esta como a universalização do bem estar humano". E complementa o autor:

> A este respeito, há muitas abordagens adotadas nos últimos tempos para a nova realidade do território não como âmbito, mas também como sujeito dos processos de desenvolvimento. A reavaliação dos espaços e locais e o aproveitamento das potencialidades próprias dos diferentes âmbitos territoriais constituem, a partir desta perspectiva, pilares de uma estratégia capaz de operar em diferentes escalas, frente a levantamentos meramente defensivos ou particularistas ante o fenômeno da globalização (SATRÚSTEGUI, 2013, p. 60).

Sobre a viabilidade de iniciativas locais, tendo em vista uma estratégia de desenvolvimento com foco no território, um dos condicionantes é que depende da qualidade do processo de governança territorial, o que possibilita avanços, consensuais ou conflitantes, assim possibilitando estabelecer projetos para o futuro (TORRE, 2015)[2].

2 Dallabrida (2015; 2020a) tem compreensão convergente, fazendo essa relação intrínseca entre

Satrústegui (2013) salienta, também, que o empenho em redefinir desenvolvimento a partir dos problemas do momento presente com foco nos territórios, metodologicamente, requer uma abordagem multidisciplinar, exigindo a participação de distintas aproximações, que vão desde os tradicionais enfoques econômico, geográfico, sociológico, político, antropológico, outras, hoje essenciais, como são a ecológica, a informação e comunicação.

Ainda, segundo Satrústegui (2013), as tentativas por quantificar aspectos concretos dos processos de desenvolvimento, requerem a utilização de magnitudes que normalmente são utilizadas em várias disciplinas cientificas.

> Nesse sentido, a tradicional expressão monetária dos avanços e retrocessos em termos de desenvolvimento, associando unicamente variáveis como o PIB, o consumo, a economia ou o investimento é totalmente insatisfatória ao pretender adotar uma abordagem multidimensional (SATRÚSTEGUI, 2013, p. 61).

Segundo o autor, isto força a contemplar novas metodologias de medição e avaliação, capazes de cobrir um número maior de indicadores e variáveis, assim como, também outros aspectos qualitativos, difíceis de quantificar, mas nem por isso menos importantes, o que reforça a necessidade de reafirmar uma abordagem multidisciplinar.

Assim sendo, tanto a visão sobre "desenvolvimento humano" defendida pelo PNUD, quanto a arguição sobre a "globalização do desenvolvimento", entendida esta como a universalização do bem estar humano, a defesa do território como sujeito do desenvolvimento, bem como, metodologicamente, a necessidade de fazer uso da abordagem multidisciplinar, com a utilização de outras magnitudes de medição e análise capazes de cobrir um número maior de indicadores e variáveis, são argumentos que justificam pensar o desenvolvimento na perspectiva territorial.

Esse é o propósito assumido por um grupo de pesquisadores do projeto ProPAT, que, partindo de um conjunto de pressupostos epistêmico-teóricos que fundamentam a abordagem territorial do desenvolvimento, metodologicamente, tal investigação avança na proposição de um referencial metodológico multidisciplinar, tendo o patrimônio territorial como referência nos processos de planejamento e gestão de territórios ou regiões, com vistas à definição do futuro desejado territorialmente.

---

governança e desenvolvimento territorial.

1.2 Bases epistêmicas para fundamentar a abordagem territorial do desenvolvimento[3]

Parte-se da compreensão de que é no campo epistemológico que se evidencia as diretrizes que orientarão o desvelamento do objeto de estudo numa investigação, situando-o numa dada perspectiva paradigmática. Assim sendo, no projeto ProPAT, ao se propor avançar na proposição de um novo referencial metodológico, busca-se sustentação em quatro campos epistêmicos, sendo eles, a teoria dos sistemas, a teoria da complexidade, o materialismo histórico-dialético e a perspectiva epistemológica sustentada na decolonialidade e no descentramento (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

1.2.1 Indicativos da Nova Teoria dos Sistemas

Um sistema é compreendido como um conjunto de elementos em interação, na forma de um todo organizado e complexo (BAUER, 2009). Sendo um conjunto de componentes e variáveis organizadas, interdependentes e integradas, um sistema tem objetivos e metas, às vezes, difíceis de identificar, sendo que o ambiente ou entorno exterior interfere, em boa parte, nos propósitos do sistema. Por isso, o sistema e seu entorno estão inter-relacionados e são interdependentes (LUCAS Jr., 1987).

Pode-se depreender da argumentação de Lucas Jr. (1987) que, ao considerarmos o território como um sistema, não se pode esquecer que nem tudo é factível de ser controlado a partir do território, com exceção dos seus ativos ou recursos, representados neste texto pelo patrimônio territorial[4]. Assume-se a acepção de recursos e ativos proposta por Benko e Pecqueur (2001, p. 41): "Entende-se por ativo, os fatores em 'atividade', enquanto, por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente".

As discussões basilares que permitiram a sistematização do pensamento sistêmico foram descritas ao longo da história por Capra (1996). Segundo o autor, o primeiro fundamento do pensamento sistêmico é a mudança das partes para o todo. Assim, os sistemas vivos são totalidades constituídas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de partes

3 Aqui restringimo-nos a resumir a base epistêmico-teórica. Em Dallabrida, Büttenbender e Rotta (2021) e Dallabrida *et al.* (2021) pode ser acessada a abordagem completa do tema.

4 Adiante, aprofunda-se o tema.

menores, com o que suas propriedades fundamentais, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Embora o pensamento mecanicista tenha sido resistente, foi a visão holística construída ao longo dos séculos, que se afirmou e deve permanecer, devido aos seus fundamentos serem apropriados para todos os tipos de sistemas.

Dos destaques possíveis do pensamento ou enfoque sistêmico e foco do objeto de pesquisa presente na investigação do projeto ProPAT, um deles é a discussão sobre interdisciplinaridade. A discussão sobre a necessidade de uma abordagem multi ou interdisciplinar foi difundida no Brasil, dentre outros autores, por Japiassu (1981), que considerava a interdisciplinaridade como um processo em que há interatividade mútua, sendo que todas as disciplinas que participam do processo devem influenciar e ser influenciadas umas pelas outras. Outro aspecto relacionado com o enfoque sistêmico é a questão da paradoxalidade, ou seja, a ideia de que, apesar das partes do todo serem distintas e exercerem funções aparentemente contraditórias, são interdependentes e se interrelacionam. Schad *et al.* (2015) definiram paradoxos como contradições persistentes entre elementos interdependentes. Já Moeller (2015) ressalta que os paradoxos não conduzem, necessariamente, a um bloqueio. Na maioria dos casos, são a condição para a expressão do pensamento criativo, isso pois um paradoxo envolve a tensão, uma contradição entre dois elementos diferentes, mas interdependentes. Os paradoxos podem gerar confusão e paralisia e tornar-se uma fonte de escolhas debilitantes. No entanto, na medida em que a tensão for usada como fonte de sinergia, o paradoxo pode tornar-se uma janela aberta para novas possibilidades.

As contradições fazem parte do contexto contemporâneo, sendo crescente a aceitação de que os paradoxos não são anomalias a evitar ou a eliminar, mas antes uma decorrência do próprio processo organizacional. As contradições não são interrupções à ordem organizacional, mas parte dessa mesma ordem (CUNHA; REGO; SOUSA, 2016). É o que ocorre nos sistemas complexos como a realidade territorial, com suas diferentes dimensões.

Portanto, é possível relacionar a acepção de território e, sua forma de expressão, o patrimônio territorial, com a ideia de sistema. O território poderia ser considerado, então, como um todo organizado, composto por componentes interdependentes e integrados nas suas dimensões: social, econômica, cultural, natural, institucional e humano-intelectual. Apesar da interdependência e integração de seus componentes, é parte de um todo maior, o ambiente ou entorno externo, assim sendo, podendo interferir

no contexto territorial (DALLABRIDA, ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021). No entanto, os ativos e recursos do território (patrimônio territorial), "[...] são os meios de que dispõe o sistema para executar as atividades necessárias ao alcance dos objetivos. Ao contrário do ambiente, os recursos estão dentro do sistema e estão sob seu controle" (LUCAS JR., 1987, p. 18).

Percebem-se, portanto, tanto os limites, quanto as possibilidades de ação coletiva na dinâmica territorial. Só para mencionar um exemplo, a preservação ambiental pode ser vista tanto como um obstáculo ao desenvolvimento das atividades produtivas, se nos guiarmos por uma visão economicista e predatória, quanto uma nova possibilidade, permitindo a promoção de práticas agroecológicas, ao mesmo tempo que preserva a biodiversidade e a vida de uma forma saudável. Portanto, as acepções da diversidade, interação e paradoxos dialogam com a possibilidade de pensar o futuro dos territórios ou regiões, considerando a perspectiva territorial (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

1.2.2 Indicativos da Teoria do Pensamento Complexo

Para Morin (1996), o maior propósito da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias e entre tipos de conhecimento, tendendo para o conhecimento multidimensional, isto é, o estudo e respeito às diversas dimensões de um fenômeno, uma vez que o homem é um ser biológico-sociocultural e que os fenômenos sociais surgem e são, ao mesmo tempo, do contexto econômico, psicológico, cultural, etc. Consequentemente, o pensamento complexo em sua multidimensionalidade, "[...] comporta em seu interior um princípio de incompletude e incerteza" (p. 177).

A partir de Morin (1996) pode-se afirmar que o pensamento complexo é uma elaboração mais refinada da teoria dos sistemas, em que se busca ver o mundo em termos de uma ordem ou um cenário em que todas as coisas encontram seu lugar ou sentido. A partir do modelo da teoria dos sistemas surge o paradigma da Teoria do Pensamento Complexo. Estas duas orientações epistêmicas, apesar de sua distinção, tem uma interpretação comum: a compreensão da realidade a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas.

Para Morin (2005), a sociedade que mais favorece as autonomias individuais é a sociedade complexa. "A alta complexidade está ligada ao

desenvolvimento das comunicações, das trocas econômicas e de ideias, ao jogo dos antagonismos entre interesses, paixões e opiniões" (MORIN, 2005, p. 274). Quanto mais acentuados os pluralismos no campo econômico, político e cultural, maiores serão as possibilidades de liberdade de escolha individual e menos nossa vida é programada em relação aos genes, à sociedade e à cultura. "A complexidade social limita a exploração e a subjugação do indivíduo ao aparelho do Estado e das normas sociais, permitindo autonomia física, mental e espiritual" (SANTOS; PELOSI; OLIVEIRA, 2012, p. 65).

Dentre as possibilidades de estabelecer uma relação entre a concepção de complexidade e o contexto territorial, uma delas é a opção de associá-la com alguns princípios: (i) o anti-reducionismo; (ii) o pluralismo; (iii) a multidimensionalidade; (iv) a incompletude e incerteza. Em síntese, segundo a concepção moriniana, a compreensão da realidade a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas, trata-se da tentativa de superar as "articulações despedaçadas" propostas pelas abordagens disciplinares ou setoriais. Ou seja, trata-se de avançar na compreensão da realidade a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

1.2.3 O materialismo histórico-dialético e o enfoque territorial

A dialética que aparece no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia, como a separação entre o sujeito e o objeto. No entanto, a dialética surgiu na história do pensamento humano muito antes de Marx, já encontrando aproximações entre filósofos da Grécia antiga. É com Hegel que a dialética retoma seu lugar como importante objeto de estudo da Filosofia. Hegel tratou da elaboração da dialética como método, preconizando o princípio da contradição, da totalidade e da historicidade. Porém, é com Karl Marx que a dialética é apresentada como método materialista histórico, que fundamenta o pensamento marxista, podendo ser entendida como um caminho epistemológico que fundamenta o conhecimento para a interpretação da realidade histórica e social (PIRES, 1997).

Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa, captar, detalhadamente, as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões entre os fenômenos que os envolvem (PIRES, 1997). Para a autora, isso só foi possível a partir da reinterpretação do pensamento dialético de Hegel.

O método materialista histórico-dialético, apesar de bastante questionado como referencial teórico de compreensão da realidade, para Sousa Santos (1996), vale a pena observar que as interpretações marxistas sobre as dimensões econômica, social, política e cultural da sociedade capitalista moderna, continuam como interpretações consistentes e originais, sobrevivendo ao estágio capitalista atual, com isso, conferindo atualidade e pertinência ao método, mesmo que precise ser constantemente contextualizado. O autor defende que é necessário compreender o método para nos instrumentalizarmos no processo de compreensão da realidade. Referindo-se ao princípio da contradição, afirma que para pensar a realidade é necessário "[...] aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial" (p. 87).

O pensamento materialista histórico-dialético pode ser entendido como um caminho epistemológico que fundamenta o conhecimento para a interpretação da realidade histórica e social, no esforço para se captar, detalhadamente, as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem. Portanto, das alusões ao método materialista histórico-dialético é possível se depreender importantes contribuições para orientar estudos territoriais. Destaca-se, em especial, a importância do princípio da contradição, da totalidade e da historicidade no processo de compreensão e análise de realidades complexas, como é o caso de contextos socioeconômicos, históricos e culturais, em recortes espaciais representados por municípios, regiões ou territórios (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

1.2.4 A perspectiva epistemológica sustentada na decolonialidade e no descentramento e sua relação com o enfoque territorial

A revisão das epistemologias modernas impõe-se como desafio teórico para a inteligibilidade do mundo em sua hibridez, bem como, o desafio ético e político, na medida em que explicita a exclusão e o silenciamento de sujeitos levados à desumanização, tendo seus saberes e cosmovisões negados como explicativos e orientadores legítimos de condutas (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014). Ao dialogar com a perspectiva da necessidade de revisão das epistemologias, a discussão sobre decolonialidade, como um movimento teórico, ético e político, questiona as pretensões de objetividade do conhecimento dito científico dos últimos séculos, em especial, no campo das ciências sociais. O que se convencionou chamar de decolonialidade ou pós-colonialismo, na forma de um conjunto

de contribuições teóricas oriundas principalmente dos estudos literários e culturais, também entendido como método de "desconstrução dos essencialismos", trata-se, portanto, da proposta de "[...] uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade" (COSTA, 2006, p. 83-84).

Para Dussel (2000), a modernidade é um mito que oculta uma concepção e prática colonialista, pois: (i) a civilização moderna, de caráter eurocêntrico, autodescreve-se como desenvolvida e superior; (ii) a superioridade indica que os mais pobres, primitivos, ou bárbaros é quem precisa serem "desenvolvidos" e que o caminho a ser galgado é o que foi feito pelos países europeus; (iv) como o "bárbaro" se opõe a esse tipo de processo civilizador, se necessário, justifica-se a violência para destruir os obstáculos dessa modernização.

No entanto, o processo de decolonialização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana idealizada pelo Norte global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul. Precisa ser entendido, muito mais, como contribuições de autores e autoras, situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção da geopolítica do conhecimento, que questionam o universalismo etnocêntrico, o eurocentrismo teórico, o nacionalismo metodológico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico, contidos no *mainstream* das ciências sociais. Assim, decolonializar a teoria, em especial a teoria política, é um dos passos para decolonialização do próprio poder (BALLESTRIN, 2013).

Sobre o exercício do descentramento, Sousa Santos (2009) o postula como pressuposto para captar a totalidade do que está ocorrendo no mundo contemporâneo. Neste sentido, o autor desenvolveu o que denomina de "Epistemologias do Sul", como meio de propor, a partir da diversidade do mundo, um pluralismo epistemológico que reconheça a existência de múltiplas visões que contribuam para o alargamento dos horizontes da mundaneidade, de experiências e práticas sociais e políticas alternativas. Portanto, trata-se de uma metáfora do sofrimento, da exclusão e do silenciamento de povos e culturas que, ao longo da História, foram dominados pelo capitalismo e colonialismo.

Na Geografia, Milton Santos, ainda nos anos 1970 e 1980, levantava questões convergentes com o que se conhece hoje como perspectivas epistemológicas sustentadas no descentramento e decolonialidade. Dantas (2014), ao fazer aproximações entre as "epistemologias do Sul", de Boaventura de Sousa Santos e a obra de Milton Santos, destaca que

esta última tem como uma de suas principais preocupações a proposição de uma epistemologia geográfica adequada para a análise do "Sul". É nesta perspectiva que Santos (2014), no livro cuja versão original é de 1987, denominado *O espaço do cidadão*, sugere o que chamou de "modelo cívico-territorial", para se referir à reconversão da cidadania abstrata em cidadania concreta, mediante um planejamento, uma gestão e um ordenamento do território voltados à redistribuição equitativa dos recursos sociais e à atribuição de bens e serviços a todos os seus habitantes. Essa proposição, sustenta-se na crítica que o autor faz ao fato de que, quando são pensados planos ou estratégias de desenvolvimento para regiões ou territórios, se tomam os setores mais dinâmicos da economia como referência, esquecendo que os circuitos de fabricação, distribuição e consumo são bastante diferenciados, em especial, se considerarmos as áreas urbanas periféricas.

Pode-se observar, portanto, que as contribuições contemporâneas sobre decolonialidade aportam argumentos mais relacionados às questões de ordem sócio-político-cultural, enquanto a contribuição da Geografia complementa esse debate, com questões socioeconômicas, focadas no planejamento e gestão territorial. Ou seja, ambas as contribuições são complementares e indispensáveis para fundamentar estudos territoriais, como os que se propõem estarem orientados pela perspectiva territorial (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

Estas breves reflexões, em síntese, sugerem que pensar o desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência, implica em que, as prospecções que sejam feitas, contemplem, equitativamente, os "bárbaros" da contemporaneidade, ou seja, os segmentos ainda excluídos das benesses que podem ser oportunizadas pela evolução tecnológica atual. Implica também em repensar o planejamento, convergindo com o que Milton Santos chama de "modelo cívico-territorial", tudo isso, sustentado em um referencial epistemológico de caráter descentrador e decolonial. Trata-se, em tese, da tentativa de priorizar concepções epistemológicas que evitem a exclusão e o silenciamento de sujeitos, com seus saberes e cosmovisões, muitas vezes, negados como explicativas e orientadoras legítimos de condutas, seja de minorias ou grupos marginalizados e/ou despossuídos. Por fim, a expressão "bárbaros", a qual tem uma origem histórica para se referir aos povos ou indivíduos que não se submetiam aos preceitos civilizatórios ocidentais, contemporaneamente, pode ser referida aos que estão excluídos da sociedade moderna, por motivos ético-culturais, socioeconômicos, comportamentais ou por não se adequarem

às exigências da modernidade tecnológica. Isso tudo implica em que, pensar o desenvolvimento na perspectiva territorial, representa, também, uma tentativa de superar a dita falácia desenvolvimentista, optando pelo atendimento dos desejos e interesses plurais que existem nos territórios (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

1.3 Uma base teórica para fundamentar a abordagem territorial do desenvolvimento

No projeto de investigação ProPAT, partindo de um conjunto de pressupostos epistêmicos, como base teórica, assumiu-se uma estrutura axiomática sustentada em quatro categorias, tais sejam, território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial, conforme sintetizadas na Figura 1. Tomou-se como orientação as categorias de análise do método geográfico de Santos (1997) e fez-se uma relação com a dinâmica territorial do desenvolvimento.

Figura 1 - Natureza, Sociedade, Cultura e a dinâmica territorial do desenvolvimento



Fonte: Dallabrida (2022, p. 11).

Assim, as quatro categorias conceituais são organizadas da seguinte maneira:

i. categoria de partida, o *território*, como **estrutura** socioterritorial localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam;

ii. categoria de intermediação, as práticas de *governança territorial*, como **processo** em que são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente, partindo da compreensão de que a forma assumida historicamente por uma estrutura resulta de conversações societárias horizontais;

iii. categoria resultante, o *patrimônio territorial*, como **forma** assumida pela estrutura socioterritorial, formatando o arranjo espacial com suas diferentes dimensões;

iv. categoria de funcionalidade, o *desenvolvimento territorial* (ou local/regional), como **função** da forma, partindo do entendimento de que, do confronto entre diferentes projetos de futuro, resultam configurações espaciais demarcadas administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), fazendo parte da utopia desejada territorialmente e sua concretude momentânea como realidade possível (DALLABRIDA, 2020a).

Sobre a acepção de território, Saquet (2015) sintetiza-a como uma construção social, histórica e relacional. Segundo essa compreensão, o território está sempre vinculado aos processos de apropriação e dominação do espaço e, evidentemente, às pessoas que nele residem, contemplando tanto a dimensão físico-natural do lugar, quanto as atividades produtivas nele realizadas, sua gente com seu saber-fazer, seus costumes e tradições, sua história.

Sobre governança, Le Galès (2014) a define como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com o propósito de alcançar objetivos definidos e discutidos coletivamente. Como derivativo, tem-se a acepção de governança territorial, conforme expresso em Dallabrida (2015, p. 325):

> A governança territorial corresponde a um processo de planeamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora, partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais.

> No entanto, esse processo inclui lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial.

Quanto à categoria patrimônio territorial, Dallabrida (2020b, p. 12) assim se refere:

> O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo quanto os que se sobrepõem ao território constantemente

Resulta das interações entre suas seis dimensões: (i) produtiva – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) humana e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) institucional – institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo (DALLABRIDA, 2022).

Sobre desenvolvimento, uma referência é a concepção expressa em Dallabrida (2015a, p. 325):

> O desenvolvimento territorial é entendido como um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Saquet (2015, p. 25) afirma: "O desenvolvimento é resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais". Portanto, não resulta de processos induzidos desde fora, de empreendimentos que se estabelecem nos territórios para se beneficiar da oferta abundante de recursos naturais lá existentes, ou mão de obra barata. Também não resulta de um evento casual, ou da oportunidade de instalação de um novo empreendimento ou do crescimento econômico por ele proporcionado. E complementa o autor, afirmando que referir-se

ao desenvolvimento territorial, tem uma relação direta com a descoberta do território e das premissas do desenvolvimento localizado, propondo a construção de uma concepção que seja dialógica, ecológica, cultural e participativa, buscando valorizar a autonomia decisória, a ancoragem e os vínculos territoriais, além da preservação da natureza, da identidade e do conhecimento popular (SAQUET, 2018).

Em termos de premissas para o desenvolvimento territorial, Saquet (2018) propõe:

a. destacar a importância de estímulo aos *circuitos curtos*, resultantes da proximidade geográfica e institucional;
b. a construção de um *paradigma de análise territorial* para interpretar as variedades de situações concretas que substantivam certa formação territorial e os processos de desenvolvimento;
c. pautar as ações no *paradigma reticular*, identificando, compreendendo e interpretando os diferentes tipos de redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras);
d. a criação e qualificação da *territorialidade ativa*, como forma de cooperação voltada para o desenvolvimento por meio de uma práxis transformadora, capaz de satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória no território;
e. a *ancoragem territorial*, com centralidade nos vínculos locais e nas redes curtas, em conexões produtivas no território, de forma a permitir o reconhecimento e identidade entre empresas dependentes entre si, com vistas à agregação de valor territorial;
f. um movimento contínuo de superação dos desafios, compreendendo, valorizando e potencializando a *auto-organização* e a *autogestão* e, por fim,
g. o estímulo à geração de uma *consciência de classe e de lugar*, sem a costumeira separação entre sociedade e natureza, contribuindo na transformação social e territorial em favor das necessidades de sua população, de suas aspirações e dos seus desejos. Tais premissas podem ser também um referente na orientação das ações de planejamento e gestão do território, com vistas ao seu desenvolvimento.

Dallabrida (2020a, p. 76) propõe entender o desenvolvimento

como um projeto da sociedade que tenha como perspectiva a dinamização socioeconômica, a melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas e a manutenção e/ou ampliação da sociobiodiversidade, entendida como a relação entre bens e serviços, que implique no "[...] atendimento dos interesses afins aos diferentes modos de vida (humana, fauna e flora), atendendo aos princípios do bem viver, da equidade de oportunidades, de condições de trabalho dignas e da preservação ambiental". Assim sendo, "A preocupação com questões de ordem epistêmico-teórico-metodológica tem o objetivo de qualificar processos de pesquisa que tenham como propósito prospectar alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial" (DALLABRIDA *et al.*, 2021, p. 36).

Em específico, sobre os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial, Dallabrida *et al.* (2021) argumentam que: (i) a pesquisa e os estudos na área, progressivamente, "requerem maior fundamentação teórica e empírica, clareza e rigor metodológico"; (ii) que, mais do que o uso de uma ou outra abordagem metodológica, acompanhada de um ou outro procedimento de pesquisa, a qualidade futura da pesquisa sobre territórios e abordagem territorial deve estar sustentada "numa base epistêmico-teórica e na combinação dos instrumentais para abarcar a amplitude e a consistência das respostas aos objetivos formulados para a pesquisa" e, assim, (iii) "contribuir de forma mais efetiva com os avanços das ciências na área e nos aportes sobre processos de desenvolvimento territorial".

Concluindo, considerando os princípios enunciados nos campos epistêmico-teóricos propostos em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), além das contribuições dos autores aqui mencionados, é possível fazer uma síntese na forma de um "*decálogo da abordagem territorial do desenvolvimento*"[5], destacando suas implicações no planejamento e gestão territorial:

i. que quatro categorias teóricas sustentam a abordagem territorial do desenvolvimento, "território", como a estrutura socioeconômico-cultural e ambiental localizada espacial e historicamente, "governança territorial", como processo de conversação socioterritorial com vistas à definição do futuro desejado, "patrimônio territorial", como forma representada pelo arranjo espacial (socioeconômico-cultural e ambiental)

5 O uso da expressão "decálogo" não tem nenhuma conotação de caráter teológico ou determinístico. Trata-se de um uso figurativo, no sentido de representar um conjunto de princípios e/ou diretrizes.

resultante de heranças do passado histórico e recentes e, "desenvolvimento territorial", como função da forma, ou seja, o projeto socioterritorial de futuro desejado;

ii. a necessidade de considerar o recorte territorial em análise, como um conjunto de componentes e variáveis organizadas, interdependentes e integradas, o que implica em entender a realidade a partir de suas diferentes dimensões inter-relacionadas, sem que nenhuma anule as características das outras, mesmo que antagônicas ou concorrentes, na tentativa de superar abordagens disciplinares ou setoriais;

iii. que nas análises centradas no conceito de território, metodologicamente, seja considerada a necessidade da utilização de métodos de análise multidimensionais, multidisciplinares e que considerem integradamente as variáveis em análise;

iv. que seja considerada a constituição do território na forma de redes (curtas, intermediárias e longas, virtuais, efêmeras e duradouras);

v. considerando que o todo está nas partes, no entanto, as partes preservam sua identidade numa relação dialógica entre unidade e diversidade, é fundamental considerar que não há procedimentos metodológicos universais que possam ser aplicados identicamente em todos os territórios;

vi. considerando o princípio da incompletude e incerteza, é necessário compreender o território como um contexto dinâmico, em processo de mudança e em constante (re) construção;

vii. visto que as configurações territoriais têm um caráter plural e estão prenhes de conflitos e contradições, os procedimentos metodológicos precisam considerar esta situação para serem capazes de fazer a interpretação da realidade histórica e social, reconhecer as articulações e conexões entre os problemas e potencialidades, além de analisar as evoluções;

viii. decorrente da acepção sobre decolonialidade, urge evitar a exclusão e o silenciamento de sujeitos, saberes e cosmovisões presentes no território, como explicativos e/ou orientadores de condutas;

ix. considerando a perspectiva do descentramento, é fundamental privilegiar nas políticas de desenvolvimento, tanto os setores

de atividades hegemônicos, quanto as atividades não modernas presentes no território;

x. que, ao serem pensadas alternativas de desenvolvimento, urge a necessidade de ater-se ao indicativo quanto à redistribuição equitativa dos recursos, bens e serviços territoriais entre todos os habitantes dos territórios, respeitando o direito universal de usufruir dos benefícios quando utilizados, ou quando se impõe sua preservação[6] (DALLABRIDA *et al.,* 2021, p. 58-60).

A esta síntese indicativa sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, com o caráter transversal, arrola-se um corolário, composto por três princípios que atendem à perspectiva humanitária e ambiental: a inclusão socioeconômica-cultural, a resiliência institucional e a sustentabilidade ambiental. O desafio que está posto, é a convergência entre tais princípios nos processos que constituem a dinâmica territorial do desenvolvimento (DALLABRIDA *et al*., 2021, p. 60).

Considerações finais

Referir-se à abordagem territorial é conceber o território como referência fundamental, ao se propor a análise socioeconômica, cultural e ambiental de um determinado recorte espacial. Implica em compreender o território como uma construção social, resultante de acúmulos, herdados de um passado longínquo ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, constituindo o patrimônio territorial.

No propósito sintetizar os fundamentos epistêmico-teóricos, neste capítulo sintetizou-se uma base mínima para pensar o desenvolvimento a partir da perspectiva territorial, ou entendido de outra forma, a abordagem territorial do desenvolvimento. Essa base epistêmico-teórica serviu de indicativo para orientar os estudos realizados no projeto ProPAT.

No próximo capítulo, complementa-se essa base, fazendo referência aos pressupostos metodológicos para orientar a análise territorial.

6 Esta temática é abordada em Morales *et al.* (2020), ao proporem uma cultura territorial centrada em "o que é comum", com vistas a um "desenvolvimento territorial inclusivo".

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, v. 11, p. 89-117, Ago/2013.

BAUER, R. *Gestão da mudança*: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1997.

COSTA, S. *Dois Atlânticos*: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, M. P.; REGO, A.; SOUSA, M. Como podem as organizações gerir paradoxos? *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 34, n. 3, p. 309-323, set. 2016.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento: pressupostos epistêmico-teóricos fundantes e proposta de referencial metodológico multidimensional. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Edição Especial, 2023.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 215, n. l (2), p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan.jun. 2021.

DANTAS, A. Geografia e epistemologia do sul na obra de Milton Santos. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 49-61, set./dez. 2014.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 69-81.

IGLESIAS FERNÁNDEZ, J. Serge Latouche o el reciclaje del sistema capitalista. *Revista Apuntes del CENES***,** v. 27, n. 44, p. 9-28, jul./dic. 2007.

LATOUCHE, S. 2007. *Sobrevivir al desarrollo*. Barcelona: Icaria, 2007.

LE GALÈS, P. Governance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (Orgs.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299-307.

LUCAS JR, H. C. *Sistemas de Información*. Madrid: Editorial Paraninfo, 1987.

JAPIASSU, H. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.

MOELLER, H. G. O paradoxo da teoria. Interpretando Niklas Luhmann. Tradução do inglês de Patrícia da Silva Santos, *Tempo soc.*, São Paulo, v .27, n.2, p. 168-179, July/Dec./2015.

MORALES, C.; PÉREZ, R.; RIFFO, L.; WILLINER, A. *Desarrollo territorial sostenible y nuevas ciudadanías*: consideraciones sobre políticas públicas para un mundo en transformación. Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/180), Santiago (Chile), Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

MORIN, E. *O método 5*: a humanidade da humanidade. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa:

Europa-América, 1996.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface – Comunic., Saúde e Educ.*, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, aug. 1997.

SANTOS, L. M. L.; PELOSI, E. M.; OLIVEIRA, B. C. S. C. M. Teoria da Complexidade e as múltiplas abordagens para compreender a realidade social. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 47-72, jan./jun. 2012

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, [1987] 2014.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018.

SAQUET, M. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades:* uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SATRÚSTEGUI, T. U. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, mau-desenvolvimento, pós-desenvolvimento: um olhar transdisciplinar sobre o debate e suas implicações. *RPD - Revista Perspectivas do Desenvolvimento*, n. 1, p. 34-69, 2013.

SCHAD, J.; LEWIS, M.; RAISCH, S.; SMITH, W. K. Paradox research in management science: The first 25 years and the next 25 years. Trabalho apresentado no Colóquio Anual do EGOS, *Anais...*, Atenas, 2-4 de julho 2015.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-71.

SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

TORRE, A. Théorie du développement territorial. *Géographie, Économie, Société*, v. 17, p. 273-288, 2015.

TORTOSA, J. M. *El juego global*: maldesarrollo y pobreza en el sistema mundial. Barcelona: Icara, 2001.

Capítulo 2

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS CONVERGENTES COM A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Valdir Roque Dallabrida – UFPR
Edemar Rotta – UFFS
Pedro Luís Büttenbender – UNIJUÍ
Valdir Frigo Denardin – UFPR
Lívio Osvaldo Arenhart – UFFS

Introdução

Os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa provêm de diversos campos disciplinares, que possuem tradições consolidadas em termos de metodologias de investigação. Em grande parte destes campos predominam abordagens mais focadas na definição de procedimentos de coleta de dados e análise dos mesmos, deixando em segundo plano as reflexões de cunho epistemológico, especialmente no que concerne aos métodos de abordagem.

Tendo presente esta assertiva, neste segundo capítulo, realiza-se uma reflexão sobre os métodos de abordagem e os métodos de procedimento para fundamentar a proposta de uma pesquisa interdisciplinar na direção da construção de um "Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio territorial" - IMAP. O que se pretende aqui é apontar as possibilidades de uma opção epistemológica que viabilize o diálogo entre os pesquisadores que integram projetos de pesquisa focados na abordagem territorial[1].

Arenhart *et al.* (2021) apresentam uma distinção importante para os processos de pesquisa no que concerne aos métodos de procedimento e os de abordagem, entendendo tratar-se de dimensões epistêmicas distintas, mas inter-relacionadas. Por um lado, têm-se os procedimentos intelectuais e técnicos para se buscar o conhecimento, que visam garantir a objetividade e a precisão do estudo. De outro lado, têm-se as bases epistemológicas e ontológicas da investigação, que possibilitam decidir acerca do alcance

1 Faz-se referência ao projeto de pesquisa já mencionado na introdução (ProPAT).

da investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade das generalizações.

2.1 Métodos de abordagem[2]

A tradição moderna tem gerado explicações distintas de como se dá o processo de produção do conhecimento científico, bem como o que orienta sua intencionalidade. Habermas (1982) refere a predominância de três enfoques científicos distintos, que definem interesses correspondentes: empírico-analítico, movido pelo interesse do controle; o fenomenológico-hermenêutico, movido pelo interesse do consenso; e o dialético-crítico, movido pelo interesse da emancipação. Mais recentemente, a partir dos estudos de Edgar Morin, Ilya Prigogine, Humberto Maturana, Fritjof Capra, entre outros, vem se consolidando uma nova abordagem que, inspirados por Maria Cecília Minayo (2002), Arenhart *et al.* (2021) denominaram ecossistêmica, movida pelo interesse ecológico. Na sequência se trata de explicitar essas abordagens.

2.1.1 A abordagem empírico-analítica

A abordagem empírico-analítica fundamenta as pesquisas movidas pelo interesse de controle técnico, as quais visam providenciar informações que permitam manipular e controlar os objetos, por meio de processos também controlados e objetivados. A esse enfoque básico subjaz o conjunto lógico trabalho-técnica-informação, considerando-se o trabalho como a dimensão fundamental da realidade. Admite como critério último de verdade a fidelidade ao objeto (objetividade). O procedimento investigativo determinante é dividir/descontextualizar para controlar (SÁNCHEZ GAMBOA, 1987; 2007; ARENHART; ARENHART, 2017).

A concepção antropológica subjacente expressa-se por meio de categorias tecnicistas e funcionalistas, identificando os humanos com os papéis que desempenham: assistente social, professor, psicólogo, etc. Nesta abordagem, a história humana é reduzida à variável data e a visão geral e instantânea de um determinado assunto é análoga à fotografia. Orientam-se pela abordagem analítica, os modelos positivistas e funcionalistas, os quais pressupõem uma visão fixista, funcional, predeterminada, homogênea

2 Este item reproduz, em grande parte, uma primeira versão do tema publicado em Dallabrida *et al.* (2021).

e não-conflitiva da realidade, fundada no princípio de identidade, preferindo a descrição do universo ordenado, sujeito a leis permanentes. Nesta abordagem, os conflitos de interpretações pressupõem a coerência universal como algo previamente dado e não como princípio deôntico, no sentido de que as contradições devem ser evitadas na linguagem e na ação (SÁNCHEZ GAMBOA, 1987; 2007; ARENHART; ARENHART, 2017).

2.1.2 A abordagem fenomenológico-hermenêutica

A abordagem fenomenológico-hermenêutica atua na base das pesquisas movidas pelo interesse dialógico de consenso, no mundo vivido sociocultural, onde e quando a finalidade é auxiliar a investigação e a interação dos sujeitos. O conjunto lógico que rege as pesquisas dessa tendência epistemológica é linguagem-consenso-interpretação, tomando-se como dimensão fundamental a interação linguisticamente mediada. Assim, o critério de verdade deve ser o consenso intersubjetivo do grupo a que concerne o fenômeno pesquisado. Logo, o procedimento investigativo determinante é contextualizar, recuperar os contextos de significação, os horizontes de interpretação dos fenômenos. A antropologia subentendida se expressa por categorias existencialistas, como projeto, ser-no-mundo, ser de relações (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007, p. 170-177).

As pesquisas hermenêuticas tomam a história dos fenômenos como fio condutor da interpretação, privilegiando a existência viva e dinâmica à essência coisificada (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997). Veem a realidade como movimento, como "mundo inacabado", estão preocupadas em perceber os fenômenos no seu devir, dão ênfase à problemática do conflito de interpretações, empurrando para um plano secundário os conflitos de interesses. Fazendo uma relação entre dialética e hermenêutica, Stein (1986, p. 31-32) sustenta que a hermenêutica como pensamento reflexivo sobre o nosso tempo "[...] visa primeiramente a mediação e a unificação com o mesmo"; pensando sobre o nosso tempo histórico, a abordagem hermenêutica "[...] busca nos muitos sentidos a unidade perdida". A hermenêutica seria uma possibilidade que a reflexão dispõe para se encontrar com a realidade histórica presente, procurando cautelosamente penetrar nela (ARENHART; ARENHART, 2017).

2.1.3 A abordagem dialético-crítica

A abordagem dialético-crítica conecta-se ao interesse humano crítico-emancipador. Rege as pesquisas visando desenvolver a crítica e alimentar a *práxis* que transforma a realidade e liberta o sujeito das diferentes formas de instrumentalização, dominação e enganação. Corresponde-lhe o conjunto lógico poder-emancipação-crítica. Como dimensão fundamental dos campos de pesquisa, mira as relações de poder. Abraça como critério de verdade a *práxis* emancipadora, isto é, a desalienação social e psicodinâmica. Disso decorre o procedimento investigativo determinante: explicitar as contradições, diagnosticar os bloqueios à emancipação e as possibilidades desta. Esta abordagem concebe o ser humano como um ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criador e transformador, na busca de maiores níveis de liberdade, adquiridos através de permanentes lutas e da superação de contradições sociais (SÁNCHEZ GAMBOA, 2007).

As pesquisas dialéticas consideram a história como eixo da explicação e da compreensão científicas e têm na ação social e política uma das principais categorias epistemológicas (SÁNCHEZ GAMBOA, 1997). Sublinham o nexo entre os conflitos de interpretações e os conflitos de interesses, com destaque no interesse crítico-emancipatório. Stein (1986, p. 31-32) mostra que a dialética como método de apreensão conceitual de nosso tempo "acentua a diferença, o contraste"; por meio dela, a reflexão encontra-se com a realidade histórica, dirigindo-se basicamente "contra seu tempo". A crítica das ideologias produz racionalidade diagnosticando as patologias sociais, detectando, dessa maneira, a "ruptura do sentido" (ARENHART; ARENHART, 2017).

2.1.4 A abordagem ecossistêmica

A abordagem ecossistêmica é regida pelo interesse cognoscitivo ecológico. O que conta prioritariamente são as interações congruentes com o meio, a qualidade de vida. Neste enquadre ético-epistemológico, as pesquisas visam otimizar as relações vitais dos seres humanos (e outros viventes) concretos com a natureza. Por conseguinte, o diálogo interdisciplinar (a tradução recíproca) é tomado como um relevante critério de verdade. Contextualizar os fenômenos (distinguir-e-unir) e dialogar com outros especialistas são tarefas determinantes para esse procedimento investigativo.

Privilegiam-se os estudos epistêmico-teóricos de caráter complexo-paradoxal, de autores, tais como, Edgar Morin, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers, Henri Atlan, Humberto Maturana, Francisco Varela, David Bohm, Fritjof Capra e Pedro Demo (após 2000). Neste marco de pensamento, o critério de cientificidade é a conexão (interdisciplinar ou transdisciplinar) com o todo (razão eco-lógica - distinguir e unir). A ciência se concebe como sendo regida por vários princípios de inteligibilidade (princípio dialógico, recursivo, hologramático, etc.), com base na intersubjetividade e na "objetividade entre parênteses" (MATURANA, 2014), de modo que a auto-eco-organização é tomada como categoria epistemológica fundamental. A contextualização dos fenômenos se faz mediante esforços de articulação interdisciplinar (triangulação de métodos) (ARENHART; ARENHART, 2017).

Em congruência com os conceitos teórico-epistemológicos citados, as ações cognitivas focalizam a relação dos seres humanos (e outros seres vivos) concretos com a natureza (qualidade de vida), em perspectiva histórica, pois o ser humano se compreende como parte da natureza, inter-relacionado com o ambiente, mediante a ação e o uso da linguagem. O processo evolucionário e histórico é visto de modo diacrônico e dialógico (ordem-desordem-interações-reorganização), como auto-eco-geno-feno-sócio-organização. A realidade é concebida como como sistema aberto, auto-eco-organizadora e comunicante. O conceito estruturante fundamental é o de auto-eco-organização. As atividades das (diferentes) comunidades científicas se situam dentro de (diferentes) domínios de coerências operacionais, distinguidos pelos observadores na *práxis* do seu viver e vistos por eles como "domínios de realidade". Em coerência com esses constructos, a objetividade é posta entre parênteses (MATURANA, 2014). E a totalidade é cognoscitivamente visada enquanto natureza auto-eco-organizadora (ARENHART, 2020).

Pedro Demo, desde 2000, vê o pensamento complexo como uma modulação da dialética. Ele faz isso identificando o princípio hegeliano-marxista da unidade de contrários com o princípio dialógico de Morin (ordem-desordem-interações-reorganização) e subsumindo a natureza aos princípios da abordagem crítico-dialética. Mas, paradoxalmente, é a partir dessa conversão teórico-metodológica que o autor começa a tematizar a solidariedade, situação notoriamente espinhosa para um intelectual crítico-dialético (DEMO, 2002). Daí a pergunta, não seria mais adequado inserir as diferentes versões da dialética como modulações do pensamento complexo-paradoxal? Os princípios que regem esta abordagem exigem que

as contradições prático-sociais, vitais, existenciais e teóricas se explicitem na tematização de qualquer feição ou recorte do que chamamos "realidade".

2.1.5 Enfim, qual método atende a perspectiva interdisciplinar? É possível, ou viável pensar em uma triangulação de métodos?

Uma questão motiva a reflexão, quando se propõe a execução de uma pesquisa por um grupo de formação multidisciplinar: qual método de abordagem? Tenta-se responder a essa questão, com base no que nos dizem nossos mestres.

Para os grupos de pesquisa, Minayo (2014) propõe a triangulação de métodos como uma alternativa possível de realizar o diálogo entre os diferentes. Efetivamente, em todas as áreas de conhecimento, cada método, por si só, não possui elementos suficientes para responder às questões que uma investigação específica suscita. Daí a importância do diálogo interdisciplinar sobre métodos para o conhecimento da realidade sob vários ângulos. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Segundo a autora citada por último, o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação (unificação e interdependência) de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.

Do ponto de vista teórico-prático, o sucesso do processo de triangulação de métodos reside em três posturas opostas e complementares: (i) o profundo respeito aos campos disciplinares; (ii) a relativização da visão fragmentada de cada um deles; (iii) a capacidade dialógica dos pesquisadores diante de propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida (MINAYO, 2014). Mas a triangulação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. A produção disciplinar, resultante da experiência de triangulação, que compartilha as reflexões de outras áreas, nunca será igual ao fruto do esforço monológico do investigador individual e solitário. Com base em sua experiência de pesquisa na área da saúde, Minayo (2014, p. 372) concebe a proposta da triangulação de métodos como "interfertilização de

saberes". A propósito, Ardoino (2012), há muito tempo, advoga a favor da abordagem multirreferencial, tese que o aproxima de Edgar Morin.

Pelos autores citados, o que aqui se busca não é uma visão monista/unitária, na qual todos os resultados de pesquisa seriam subordinados a uma única lógica. Assmann e Mo Sung (2000, p. 148) sublinham a tese teórico-metodológica de que "[...] devemos trabalhar com uma pluralidade simultânea de diversos princípios organizativos da sociedade". Mas, como desafio, não deveríamos nos eximir de fincar algumas balizas que possibilitem a triangulação de métodos e a interfertilização de saberes, mesmo que estas não definam métodos procedimentais de produção, análise e interpretação de informações. Se, por exemplo, os métodos de análise e interpretação de informações não forem coincidentes, provavelmente, os resultados do compartilhamento serão mais amplos e diversificados. No plano dos procedimentos, análise estatística, análise de conteúdo, análise do discurso, análise textual discursiva, hermenêutica de profundidade, modelo hermenêutico da correspondência de relações texto/contexto e outros, adequadamente aplicados, poderão ser proficuamente complementares dentro de um quadro de referência compartilhado e que possibilite o diálogo.

É razoável pensar que esse quadro de referência é algo assim como uma linha editorial de uma empresa de comunicação. Na academia, por influência de pensadores que tratam dos pressupostos teórico-metodológicos, nos últimos anos, passou-se chamar isso de "abordagem". É a perspectiva teórico-metodológica, o enfoque, a preparação doutrinária. Serve para escolher e montar o que entra e o que fica fora. Por analogia, pode-se falar de "balizas". Essas balizas são conceitos estruturantes que, conjuntamente, à semelhança do mundo da vida para as pessoas comuns, regem as operações do grupo de pesquisadores, constituindo um contexto e recursos para o entendimento racional.

Neste sentido, García Canclini (2003a), ao estudar as múltiplas comunidades étnico-culturais da metrópole do México, entre outras, apresenta outro conceito que pode ser fundamental nos estudos da abordagem territorial, a ideia de *hibridação*. Mediante este termo o autor designa os processos artísticos, tecnológicos etc., em que estruturas, objetos e práticas discretas, existentes em separado, são combinados e originam novas estruturas, objetos e práticas. A metáfora da hibridação é valiosa porque: (i) exclui a pretensão de estabelecer identidades "puras"; (ii) evidencia o risco de delimitar identidades locais autocontidas ou separadas e opostas a toda e qualquer alteridade; (iii) impede de desvincular as

práticas culturais da história de misturas em que se formaram; (iv) chama atenção para o caráter relativamente arbitrário e contingente de toda cultura, uma das bases do reconhecimento da diferença, necessária no jogo democrático; (v) contribui para livrar-nos das tentações fundamentalistas e do fatalismo das doutrinas sobre guerras civilizatórias; (vi) serve para capacitar a reconhecer a produtividade dos intercâmbios e cruzamentos e habilita à participação de vários repertórios simbólicos; (vii) possibilita o entendimento da totalidade; (viii) e viabiliza a análise dos processos macrossociais (GARCÍA CANCLINI, 2003b).

A preocupação de pesquisadores e agentes sociais e políticos com a totalidade faz sentido quando, interessando-se pelas diferenças culturais, também emerge a preocupação com as desigualdades sociais. Ainda que a autonomia dos campos culturais não se dissolva nas leis globais do capitalismo, subordina-se a elas com laços inéditos (GARCÍA CANCLINI, 2003a). As perspectivas macrossociais são necessárias para quem quer "[...] compreender e intervir nas contradições do capitalismo que se transnacionaliza de modo cada vez mais concentrado" (GARCÍA CANCLINI, 2005, p. 27). Ainda, segundo o autor, nenhum sujeito individual ou coletivo pode, por si só, dar a chave do social. Uma vez que a trama local da cultura é penetrada por todos os lados e de formas inesperadas por um mercado internacional de mensagens, a visão sociológica serve precisamente para "[...] evitar o isolamento ilusório das identidades locais e das lealdades informais, para incluir na análise a reorganização da cultura de cada grupo pelos movimentos que a subordinam ao mercado internacional ou ao menos exigem que interaja com ele" (GARCÍA CANCLINI, 2003a, p. 254).

O reconhecimento das especificidades das diferentes abordagens epistemológicas (métodos de abordagem), com seus pressupostos filosóficos e suas respectivas lógicas operacionais dominantes permite caminhar na direção de uma "triangulação de métodos" (MINAYO, 2014), sem cair no ecletismo ou no monismo, mas sim, buscando a "interfertilização de saberes". Essa postura pode significar um avanço importante nos estudos e pesquisas sobre territórios e abordagem territorial, ainda marcados pela fragmentação e pela dificuldade de avançar em termos de debates epistemológicos e metodológicos.

No Quadro 1 são listados os diferentes métodos de abordagem possíveis de serem aplicados numa pesquisa que atenda à perspectiva territorial. Procurando uma conformidade com as reflexões feitas na primeira seção deste capítulo, fazem-se comentários no sentido de sua

aproximação com a abordagem territorial.

Quadro 1 - Métodos e sua convergência com a abordagem territorial

Métodos de Abordagem	Caracterização Básica	Adequação à abordagem territorial
Empírico-Analítico	A abordagem analítica, segundo a concepção antropológica subjacente, expressa-se por meio de categorias tecnicistas e funcionalistas. Orientam-se pela abordagem analítica, os modelos positivistas e funcionalistas, os quais pressupõem uma visão fixista, funcional, predeterminada, homogênea e não-conflitiva da realidade, fundada no princípio de identidade, preferindo a descrição do universo ordenado, sujeito a leis permanentes.	Os modelos positivistas e tecnicistas pressupõem uma visão predeterminada e homogênea, não conflitiva, da realidade. O território não é uma realidade homogênea, sim conflitiva, o que implica priorizar métodos multidimensionais e abertos à considerar fenômenos e processos contraditórios, buscando convergências, não modelos universais.
Fenomenológico--hermenêutico	A hermenêutica atua na base das pesquisas movidas pelo interesse dialógico de consenso, no mundo vivido sociocultural, onde e quando a finalidade é auxiliar a investigação e a interação dos sujeitos, dando ênfase à problemática do conflito de interpretações, empurrando para um plano secundário os conflitos de interesses. A hermenêutica seria uma possibilidade de que a reflexão dispõe para se encontrar com a realidade histórica presente, procurando cautelosamente penetrar nela.	A abordagem fenomenológica deixa em segundo plano o conflito de interesses, o que é fundamental em realidades complexas e desiguais em poder e oportunidades, como é o caso de contextos territoriais.
Dialético-Crítica	A abordagem dialética conecta-se ao interesse humano crítico-emancipador, visando a transformação da realidade e libertação dos sujeitos das diferentes formas de instrumentalização, dominação e enganação. Concebe o ser humano como um ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criador e transformador. Metodologicamente, permite explicitar as contradições, diagnosticar os bloqueios e as possibilidades de superação dos mesmos.	Todo processo de diagnóstico da realidade de um determinado recorte territorial, só tem sentido se for capaz de identificar contradições, bloqueios e prospectar formas de superação e avanços. Se considerarmos a abordagem territorial como processo de superação de visões determinísticas, esse método de abordagem nos orienta ao novo, em termos de planejamento e gestão territorial.

Ecossistêmico	Para essa abordagem, as pesquisas visam otimizar as relações vitais dos seres humanos (e outros viventes) com o meio natural. Por conseguinte, o diálogo interdisciplinar é tomado como um relevante critério de verdade, pois contextualizar os fenômenos e dialogar com outros especialistas são tarefas determinantes para esse procedimento investigativo. Para esta abordagem, a ciência se concebe como sendo regida por vários princípios de inteligibilidade, exigindo análises e interpretações inter(trans)disciplinares, sendo que a contextualização dos fenômenos se faz mediante esforços de articulação interdisciplinar (triangulação de métodos).	A abordagem territorial exige, necessariamente, observações, análises e interpretações multidimensionais da realidade o que supõe a contribuição multidisciplinar. As análises e interpretações resultarão de esforços interdisciplinares. Há, portanto, uma forte convergência do método de abordagem ecossistêmico com a abordagem territorial
A proposição da Triangulação de Métodos.	A triangulação de métodos de abordagem pode ser considerada uma alternativa necessária para realizar o diálogo entre os diferentes focos disciplinares. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Já o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.	O projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*, ao assumir a abordagem territorial como método e propor-se à qualificação de processos localizados de desenvolvimento, convergindo para a perspectiva de valorização das potencialidades socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios, assumindo o seu patrimônio territorial como referência, só podia, por isso, ser constituído por uma equipe multidisciplinar. Apresenta-se o desafio de um aprendizado coletivo com o fim de exercitar a pesquisa multidisciplinar, pela utilização de métodos de abordagem e de procedimento adequados a esse propósito.

Fonte: Dallabrida *et al.* (2021, p. 76-77).

2.2 Métodos de Procedimento na pesquisa[3]

A abordagem territorial implica na compreensão da pluralidade,

3 Este item reproduz uma primeira versão do tema publicado em Dallabrida *et al.* (2021).

da multidimensionalidade e da interdisciplinaridade, exigindo uma observação e análise multifocal. Constitui-se, segundo Saquet (2007), de processos, redes, rearranjos e contradições, de heterogeneidade de tempos e territórios, tão somente um jeito de contemplação da (i)materialidade do mundo da vida. Observa-se, assim, que as reflexões teórico-metodológicas que abordam a temática territorial e seus desdobramentos vão se avolumando no cenário acadêmico brasileiro e internacional, gerando aportes para grupos de pesquisa e de estudos de universidades e entes oficiais de fomento que poderão contribuir muito no fortalecimento e qualificação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento territorial.

Diante dessa pluralidade, multidimensionalidade e interdisciplinaridade, característica de estudos que seguem a abordagem territorial, a proposta apresentada por Minayo (2014), da triangulação de métodos, nos parece a postura mais adequada para realizar o diálogo entre os diferentes, implicando na utilização de variados procedimentos metodológicos, em especial, em investigações que envolvem grupos de pesquisadores que provêm de diferentes áreas disciplinares. Entende-se que o diálogo metodológico permite o aprofundamento da discussão interdisciplinar, de forma interativa e intersubjetiva, viabilizando a construção de uma espécie de "linha editorial", capaz de orientar a definição dos instrumentos de coleta e análise de dados necessários à viabilização das pesquisas, a partir dos objetivos claramente estabelecidos.

O detalhamento de pressupostos metodológicos e sua convergência com a abordagem territorial evidencia-se como central para a qualidade e amplitude dos resultados da pesquisa. Assim, propõe-se um conjunto de métodos de procedimento para a definição das fontes, das técnicas de coleta e de análise de dados, as quais poderão contribuir na realização de estudos no âmbito da abordagem territorial. No entanto, reafirma-se que a qualidade das pesquisas possui uma relação direta com os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos definidos no âmbito da mesma, na tentativa de reduzir suas perspectivas de falseabilidade ou refutabilidade, como bem nos alerta Popper (2004).

Para dar conta operativa na metodologia da pesquisa, inicialmente são detalhados os procedimentos de descrição e fontes de dados e, em seguida, são expostas e descritas técnicas de coleta de dados. Os procedimentos e fontes de coleta de dados concentram-se nas bibliográficas, documentais, entrevistas, questionário, escalas, observação e via formulários. Ambos são descritos e detalhados no Quadro 3.

Quadro 2 - Procedimentos, fontes e suas descrições da pesquisa

Procedimentos e fontes	Descrição
Bibliográfica	Abrange todo o referencial teórico já tornado público em relação ao tema de estudo, como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, meios de comunicação orais e audiovisuais (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Documentos	A fonte de coleta de dados refere-se a documentos, escritos ou não, que podem ser recolhidos quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Entrevista	Técnica em que o investigador se apresenta ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados, sendo uma fórmula de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 1999)
Questionário	É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (LAKATOS; MARCONI, 2003).
Escalas	Instrumentos construídos com objetivo de medir a intensidade das opiniões e atitudes de maneira objetiva. Apresentam-se de diversas formas, porém consistem basicamente em solicitar ao indivíduo pesquisado que assinale, dentro de uma série graduada de itens, aqueles que melhor correspondem à sua percepção acerca do fato pesquisado (GIL, 1999).
Observação	Consiste em uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em usar os sentidos, mas também em examinar fatos ou fenômenos a estudar (LAKATOS; MARCONI, 2003). Conforme Yin (2001), destacam-se duas formas principais desta técnica: a direta e a participante.
Formulário	É um instrumento para obter dados e/ou informações de um objeto de estudo, por meio de um roteiro estabelecido pelo pesquisador, para efetuar registros e anotações (MALHOTRA, 2001).

Fonte: Dallabrida *et al.* (2021, p. 78).

A coleta de dados requer não apenas a escolha de um ou outro procedimento e fonte, bem como, de uma ou outra técnica, senão considerar a combinação de vários procedimentos, fontes e técnicas, visando gerar os dados qualitativos ou quantitativos para atender aos objetivos da pesquisa (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO, 2007), desta forma, garantindo à pesquisa a segurança de dados para a sistematização, análise e resultados pretendidos, com vistas a sustentar as hipóteses e teses envolvidas.

Quadro 3 - Técnicas de coleta de dados e procedimentos de pesquisa

Técnica de coleta de dados	Procedimentos
Procedimento de leitura	Trata-se de procedimento de coleta de bases conceituais, referências e dados, atendendo ao delimitado nos objetivos da pesquisa. Os procedimentos de leitura podem ser de natureza exploratória, reconhecimento de materiais, leituras exploratória, seletiva, reflexiva e/ou interpretativa, resultado em aprendizagem e produção cultural (SALVADOR, 1986).
Levantamento ou *Survey*	A técnica levantamento, também chamada de *Survey* ou ainda de enquete (ZAMBERLAN et al, 2016) é a opção quase unânime dos pesquisadores para a coleta de dados primários. A escolha da técnica de coleta de dados é um ponto crítico no processo de pesquisa. Sugere-se que os questionários de levantamento possam ser apresentados de quatro maneiras principais: (i) entrevistas pessoais; (ii) entrevistas telefônicas; (iii) entrevistas pelo correio e (iv) eletrônicas.
Observação	É uma técnica frequentemente empregada em estudos descritivos no campo da gestão. A observação envolve o registro sistemático de padrões de comportamento das pessoas, objetos e eventos, a fim de obter informações sobre o fenômeno de interesse. Os procedimentos e técnicas observacionais podem ser estruturadas ou não-estruturadas, diretas ou indiretas, além disso, a observação pode ser realizada em um ambiente natural ou planejado (MALHOTRA, 2001).
Entrevista Tipo Grupos de Foco (*Focus Group*):	É definido como um tipo de entrevista que requer um moderador treinado, de uma forma não-estruturada e natural, com um pequeno grupo de respondentes, cujo objetivo principal é obter uma visão aprofundada, ouvindo um grupo de pessoas do espaço, do território, ao discorrem sobre problemas de interesse do pesquisador. O valor da técnica está nos resultados inesperados que em geral se obtém de um grupo de discussão livre. Segundo Malhotra (2001), os grupos de foco constituem o processo mais importante de pesquisa qualitativa e são tão populares no âmbito das pesquisas que muitas pessoas consideram esta técnica um sinônimo de estudo qualitativo.

Entrevistas em Profundidade	Caracterizam outra técnica para obter dados qualitativos, como uma entrevista não-estruturada, direta, pessoal, em que um único respondente é entrevistado de cada vez, para descobrir motivações, crenças, atitudes e sensações com relação a algum assunto. Da mesma maneira que os grupos de foco, as entrevistas em profundidade constituem uma forma não-estruturada e indireta de obter informação. Ao contrário dos grupos de foco, as entrevistas de profundidade são realizadas uma a uma e são recomendadas por avaliarem aspectos não revelados coletivamente.
Procedimentos e Técnicas Projetivas	É uma forma não-estruturada, indireta, de perguntar, que incentiva os entrevistados a projetarem suas motivações, crenças, atitudes ou sensações subjacentes, sobre problemas em estudo. Os procedimentos e técnicas subjetivas são diferentes pelo fato de procurarem disfarçar o propósito da pesquisa. Já nos procedimentos e técnicas de entrevistas em profundidade e os grupos de foco, os objetivos e propósitos da pesquisa são revelados aos entrevistados. Podem ser agregadas por procedimentos e técnicas de associação, de complemento, de construção e a expressiva (visual ou verbal).
Escalas de Mensuração ou Medição	Em pesquisa territorial, consiste em atribuir números ou outros símbolos às características de objetos, de acordo com regras pré-definidas, em que não se mede o objeto propriamente dito, mas alguma de suas características. Os procedimentos e técnicas de mensuração e escalonamento é que irão lhe fornecer as orientações para elaborar as perguntas de um questionário. As escalas poderão ser nominais, ordinais, intervalares (ex. Escalas de *Likert*) e escalas de razão.
Questionário	É um conjunto formal de perguntas cuja finalidade é obter informações dos entrevistados (MALHOTRA, 2001). Um bom questionário é aquele capaz de coletar os dados necessários para atingir os objetivos específicos da pesquisa. As perguntas devem estar diretamente relacionadas ao propósito do projeto de pesquisa e o questionário poderá ser composto por questões estruturadas e outras semiestruturadas (abertas).

Fonte: Dallabrida *et al.* (2021, p. 79).

No Quadro 4 são relacionadas as técnicas e os procedimentos de pesquisa mais utilizados para a coleta de dados. O detalhamento de técnicas indica a possibilidade da presença de eventuais armadilhas na pesquisa, como destaca Cardoso (1988), quando afirma que a coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas de coleta de dados e que resulta na utilização de métodos mistos, que combinam diferentes técnicas de coleta de dados. Neste rol de técnicas

constam os procedimentos de leitura, levantamento de dados ou *survey,* observação, entrevista tipo grupos de foco (*focus group*), entrevistas em profundidade, procedimentos e técnicas projetivas, escalas de mensuração ou medição e questionário.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados na pesquisa qualitativa em territórios e suas possíveis intercorrências de conteúdo, refere-se ao seu significado na prática social e se expressa como representações sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais no contexto, como indica Franco (2008). Por isto, é importante destacar a relevância na definição do universo a ser pesquisado e a delimitação do extrato amostral. A técnica de amostragem, bem como a definição do tamanho da amostra são fundamentais para o arcabouço do espaço e o universo a ser pesquisado.

Os procedimentos e técnicas de amostragem podem ser classificadas como não probabilísticas e probabilísticas. A amostragem não-probabilística depende do critério pessoal do pesquisador, podendo ser por conveniência, por julgamento, por cotas e do tipo "bola-de-neve" (os primeiros convidados indicam novos a serem entrevistados). Já na amostragem probabilística as unidades amostrais são escolhidas por acaso. É possível especificar cada amostra potencial de determinado tamanho que pode ser extraída da população, assim como a probabilidade de selecionar cada amostra (MALHOTRA, 2001). Os procedimentos e técnicas amostrais probabilísticas variam em termos de eficiência amostral e não na chance de selecionar os elementos amostrais, e são classificadas em amostragem aleatória simples, amostragem estratificada e amostragem por conglomerados.

Quanto aos procedimentos de análise e interpretação de dados, com vistas a responder às questões e aos objetivos da pesquisa, se constitui na fase decisiva do processo de investigação, momento em que os dados coletados e materiais gerados levam o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre as abordagens teóricas anteriores e as novas ponderações e resultados de análise e considerações interpretativas. Por existirem vários procedimentos e formas que podem contribuir com os processos de análise e interpretação de dados, Minayo (2014), corroborado por Gil (1999), definem que nas pesquisas em ciências sociais podem ser observados passos, tais como: (i) estabelecimento de categorias; (ii) codificação; (iii) tabulação; (iv) análise estatística de dados; (v) avaliação das generalizações obtidas com os dados; (vi) inferência de relações causais; e (vii) interpretação dos dados.

A finalização da etapa dos procedimentos de coleta de dados, análise e interpretação dos dados, culmina com a etapa final do processo de pesquisa, que se constitui no registro dos resultados em documento escrito. Este documento pode constituir-se em relatório de pesquisa ou documento acadêmico sistematizador de um trabalho de conclusão de curso, dissertação ou uma tese. Zamberlan *et al.* (2016) sugerem procedimentos e técnicas de análise de dados mais empregados nos processos de investigação científica, tais como, análise de conteúdo, análise de discurso, historiografia, análise documental, matemática e estatística.

Estas técnicas de análise e procedimentos são detalhadas no Quadro 5, abaixo mencionado.

Quadro 4 - Técnicas de análise e procedimentos de pesquisa

Técnicas de Análise	Procedimentos
Análise de conteúdo	Considerado como conjunto de procedimentos e técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.
Análise de discurso	O discurso, na análise do discurso, não é apenas transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos.
Historiografia	São procedimentos e métodos usados no estudo de acontecimentos históricos, utilizando-se a análise de documentos, relatos orais e também iconografia de organizações e instituições.
Análise Documental	Consiste no procedimento de operação, ou um conjunto de operações, visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação.
Matemática e Estatística	O pesquisador percebe a realidade mediante a observação, porém a atividade científica, por vezes, necessita de instrumentos que reforcem as aptidões naturais e permitam mais objetividade das observações. Em muitas situações, essa objetividade está associada à ideia de quantificação, à medida que tal procedimento permite ao pesquisador analisar fenômenos em função da frequência em que ocorrem ou de sua quantidade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Zamberlan *et al.* (2016).

Considerações finais

Na proposta de trabalho que tem sido referência para o conjunto de pesquisadores envolvidos neste projeto de pesquisa se tem claro a necessidade de articular diferentes métodos de abordagem, por isso a triangulação de métodos, e, da mesma forma, lançar mão de diferentes métodos de procedimento e técnicas de análise. Para que isso se torne possível, existe a necessidade de um quadro de referência capaz de guiar a pesquisa, este definido pelos diferentes grupos de trabalho organizados a partir das seis dimensões identificadas como essenciais para analisar o patrimônio territorial, com seus componentes e variáveis, os instrumentos de coleta e as possíveis técnicas de análise.

Os elementos definidos para investigação e análise, em cada uma das seis dimensões, serão articulados na construção do IMAP, conforme se demonstra no próximo capítulo deste livro. É importante que se tenha presente que este quadro de referência, de cada uma das dimensões, foi elaborado tendo sempre presente os referenciais ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientaram a pesquisa, conforme se poderá ver nos textos específicos das dimensões, os quais serão apresentados em outros capítulos.

Referências

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, Edgar. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 548-558.

ARENHART, L. O. *Reflexões epistemológicas: anotações sobre abordagens teórico-metodológicas*. Textos de Discussão. Cerro Largo: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (Mestrado), 2020.

ARENHART, L. O.; HAHN, N. B.; ARENHART, A. B. P.; ROTTA, E. *Metodologia e epistemologia*: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa. Cruz Alta (RS): Editora Ilustração, 2021.

ARENHART, L. O.; ARENHART, A. B. P. Anotações sobre métodos de abordagem. In: BIELOHOUBECK, I. (Org.). *Interlocução de Saberes III*. Santo Ângelo: FuRI, 2017. p. 156-165.

ASSMANN, H.; MO SUNG, J. *Competência e sensibilidade solidária:* educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOSO, R. *A aventura antropológica:* teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, 2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

FRANCO, M. L. *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003a.

GARCÍA CANCLINI, N. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003b.

GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados*: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. A. B. (org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo. Saraiva, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing*: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATURANA, H. *A ontologia da realidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MINAYO, M. C. S. Enfoque Ecossistêmico de Saúde e Qualidade de Vida. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). *Saúde e ambiente sustentável*: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 173-189.

POPPER, K. R. *Lógica das Ciências Sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In*: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 91-115.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. *Pesquisa em educação*: métodos e epistemologias. Chapecó: Argos, 2007.

SAQUET, M. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEIN, E. *Crítica da ideologia e racionalidade*. Porto Alegre: Movimento, 1986.

ZAMBERLAN, L. *et al*. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

Capítulo 3

ÍNDICE MULTIDIMENSIONAL DA ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL: UMA PROPOSTA DE REFERENCIAL METODOLÓGICO PARA ESTUDOS TERRITORIAIS[1]

Valdir Roque Dallabrida – UFPR
Airton Adelar Mueller – UNIJUÍ
Aurea Andrade Viana de Andrade – UNESPAR
Mônica Franchi Carniello – UNITAU
Pedro Luiz Büttenbender – UNIJUÍ
Rafael Gonçalves Gumiero – UNIFESSPA
Valdir Frigo Denardin – UFPR
Edemar Rotta – UFFS
Elaine Cristina de Oliveira Menezes – UFPR/UDESC

Introdução

O presente texto trata de um tema complexo e que se propõe preencher uma lacuna em relação aos estudos territoriais: a falta de um referencial metodológico estruturado que atenda as exigências da perspectiva territorial de análise. Ou seja, parte-se da compreensão de que um instrumental metodológico adequado à análise multidimensional de diferentes recortes territoriais é um desafio não enfrentado de forma efetiva. Complementarmente, sustenta-se a hipótese de que a abordagem territorial do desenvolvimento atende a um propósito central, tal seja, ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centradas em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, se apresentando como uma condição indispensável para a realização de estudos que assumam a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada multidimensionalmente, reconhecendo sua complexidade.

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

Destaca-se oportuno apresentar o percurso da presente proposta metodológica, pois da constatação até a iniciativa de assumir o desafio de engendrar uma proposta de referencial metodológico multidimensional, há uma longa caminhada, que o leitor merece conhecer, com o fim de compreender que, o que se propõe, não resulta de um *insight*, uma "visão súbita" de um "sujeito iluminado", individualmente. Existe um ponto de partida, as reflexões teóricas do coletivo, dos que estudam a realidade territorial. Tais reflexões são interpretadas por outros estudiosos e, em algum momento, alguém consegue estruturar um conjunto de argumentos que, finalmente, torna mais evidente uma determinada problemática, a qual, novamente, instiga, encoraja outros pesquisadores a avançar no debate do tema. Esse é o processo constante de aprendizagem, de se produzir conhecimento científico.

Em maior ou menor grau, um conjunto grande de publicações, uma parte maior listada neste artigo, inspiraram, inicialmente, duas publicações realizadas em 2020: (i) Dallabrida (2020a), que se propôs elucidar a dinâmica territorial do desenvolvimento a partir de quatro categorias teóricas (território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial); (ii) Dallabrida (2020b), que amplia a visibilidade e atribui uma ressignificação à categoria patrimônio territorial[2]. Estas duas publicações, na continuidade, inspiraram a estruturação de um projeto de pesquisa intitulado *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)[3], apresentado em 2020 ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em edital (Bolsa-PQ), o qual foi aprovado e teve o início da execução em fevereiro de 2021. Tal projeto se propunha elaborar estudos, propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de

2 Duas publicações referenciais de autores italianos sobre o tema: Dematteis e Magnaghi (2018); Tarsi (2019).

3 Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS- UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

Em paralelo, desde abril de 2020, época da pandemia, se estendendo até meados de 2021, ocorreu uma série de seminários temáticos. A iniciativa foi da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), que posteriormente foi integrando parceiros, como programas de pós-graduação de universidades e outras redes de pesquisadores, a exemplo da Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Regional (RETE). Nestes seminários foram abordadas temáticas convergentes com o desenvolvimento territorial e governança, com palestrantes de universidades do Brasil, países da América Latina, de Portugal e da Espanha. Esse profícuo processo de debates despertou, em vários pesquisadores, o interesse no estudo de temáticas relativas ao desenvolvimento territorial e governança e/ou abordagem territorial do desenvolvimento, sendo que muitos deles foram se agregando ao processo de execução do projeto de pesquisa ProPAT.

Assim, formada a equipe do projeto ProPAT, como primeira tarefa, ela se propôs a demarcar alguns pressupostos básicos de caráter ontológico, epistemológico e teórico-metodológico, os quais convergissem com a abordagem territorial do desenvolvimento. Desses primeiros estudos, resultaram dois artigos: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), no qual são apresentados os pressupostos epistêmico-teóricos da pesquisa; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento. Na sequência, no primeiro trimestre de 2022, a equipe de pesquisa do referido projeto publicou o *Dossiê Temático Patrimônio Territorial*, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (v. 18, n. 1), compreendendo um texto de apresentação e mais seis artigos que, no seu conjunto, propõem referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional que pudesse ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Este trabalho de reflexão em equipe gerou projetos e subprojetos de pesquisa derivados e articulados entre si, com captação de recursos junto à FAPERGS/RS, UFPR e UFFS. Este movimento foi contribuindo e reforçando, de forma virtuosa e sistêmica, a motivação para os avanços no projeto ProPAT, agregando novos pesquisadores ao grupo.

Na sequência, de meados de 2022 até maio de 2023, a equipe de pesquisa do projeto ProPAT, dividida em seis grupos de trabalho, cada um deles no estudo de uma das dimensões do patrimônio territorial

(social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural), se ocupou, por meio de reuniões virtuais e seminários temáticos, em identificar os componentes básicos de cada dimensão. Foram definidas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, com o fim de estruturar um referencial metodológico multidimensional, para ser utilizado na prospecção e projeção de alternativas de desenvolvimento de diferentes recortes territoriais (municípios, regiões, territórios). Nesse referencial, além de apontar os componentes a serem consideradas no estudo da realidade territorial, ousou-se realizar a parametrização das variáveis em escalas que vão de uma situação ótima até uma péssima, em termos de ativação do patrimônio territorial. Essa parametrização permite compor um índice em cada dimensão que, na agregação por média simples, possibilita compor um índice multidimensional que expresse a realidade social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural do recorte territorial a ser estudado. A esse índice, passamos a denominar "Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), conforme adiante explicitado.

Este é o desafio a que um grupo de mais de trinta pesquisadores do Brasil, da Argentina, de Portugal, da Espanha e da Inglaterra se propôs, no período de 2021 a 2023.

A partir desta contextualização, por meio destas considerações introdutórias, o presente estudo tem como propósito explicitar as premissas de suporte do referido "referencial metodológico multidimensional". Na primeira seção apresenta-se a base teórica de referência para a abordagem territorial do desenvolvimento. Na segunda, se busca esclarecer categorias teóricas utilizadas na concepção do referencial metodológico multidimensional. Na terceira, são apresentados os aspectos centrais do referencial metodológico multidimensional. Nas considerações finais se busca indicar os próximos passos desta ousada empreitada, além de apontar possíveis limitações da proposta aqui apresentada.

3.1 Uma base teórica de inspiração para a abordagem territorial do desenvolvimento

A perspectiva territorial de análise tem como ponto de partida reflexões de diferentes correntes teóricas, iniciando pelas publicações que, desde as últimas décadas do Século XX e, em especial no início do Século XXI, propugnavam o "retorno ao território" (BAGNASCO, 1988; 1977;

BECATTINI, 1987; SANTOS, 2005; PECQUEUR, 2009).

São do campo da Geografia vários autores que serviram de inspiração. Iniciando por duas obras que colocaram em questão o debate tradicional da Geografia sobre temas socioeconômicos e geopolíticos e sua relação com o processo de desenvolvimento: Castro (1957; 2000) e Lacoste (1985). Contemporaneamente, outros geógrafos, tanto internacionais (MÉNDEZ, 2023; 2002; HARVEY, 2006; DEMATTEIS; GOVERNA, 2005; MASSEY, 2008; 2004; BENKO, 1996; RAFFESTIN, 1993), quanto brasileiros se destacaram na discussão sobre questões territoriais. Dentre os geógrafos brasileiros, tem-se autores, tais como Saquet (2022; 2020; 2019; 2018; 2015; 2013), Silveira (2022, 2003), Haesbaert (2021a; 2021b; 2019; 2013; 2011; 2007), Souza (2009) e Etges (2005), que tiveram publicações focadas no território, quando da análise da realidade socioeconômico-cultural, com abordagens de cunho geográfico e/ou interdisciplinar.

Tem-se autores referenciais da Economia, que fazem a relação entre território e economia, a exemplo de Ferrera de Lima (2022; 2012), Theis (2022; 2019), Theis *et al.* (2022), Brandão (2007), Campolina Diniz e Lemos (2005) e Boisier (2000; 1998), para citar alguns no cenário latino-americano, com foco mais centrado nos estudos sobre desenvolvimento. Nas áreas da Economia, Geografia e Ciências Sociais e Humanas em geral, contemplando enfoques multidisciplinares, a lista é extensa, o que exige priorizar alguns: Perafán *et al.* (2022; 2018); Favareto (2022; 2020; 2010)[4]; Denardin e Sulzbach (2019); Denardin (2016); Buno Favarão e Favareto (2021); Galvanese (2021); Favareto *et al.* (2015); Limonad (2013); Schneider (2010); Vieira e Cazella (2009); Rambo e Filippi (2009); Ribeiro e Milani (2009); Amin (2008); Pecqueur (2006); Schneider e Tartaruga (2004); Veiga (2002); Sabourin (2002); Courlet (2002); Lopes (2001); Veltz (1995); Scot e Storper (1986).

Outras publicações contribuíram direta ou indiretamente no debate sobre a perspectiva territorial do desenvolvimento, algumas delas ressaltando questões relacionadas ao entorno socioeconômico-institucional (SEN, 2000; PUTNAM, 2000; GILLY; TORRE, 2000; AYDALOT, 1986; MORGAN, 1997), outras destacando o fator inovação (NELSON, 1993; LUNDVALL, 1992; MAILLAT, 1995, 2002) e, por último, outras focadas no campo econômico-empresarial, fazendo referência ao fator

4 Favareto (2023) aprofunda a abordagem sobre a "tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições".

aglomeração (SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2002; PORTER, 2000; CASSIOLATO; LASTRES, 1999). No Brasil, é importante lembrar que o economista Celso Furtado, pelas suas essenciais contribuições no debate sobre as questões regionais, é considerado uma referência especial (FURTADO, 1970; 2000)[5]. Outra nota de destaque pode ser dada a um autor rio-grandense (SOUZA, 2009)[6], por publicações com caráter didático.

No caso em específico do projeto de pesquisa ProPAT, muitas das publicações mencionadas nesta seção do texto serviram de inspiração. Assim, mereceram destaque quatro categorias teóricas tratadas centralmente pela literatura que servem de inspiração para a abordagem territorial do desenvolvimento: território, governança territorial, patrimônio territorial e desenvolvimento territorial[7], ordenadas da seguinte maneira:

v. Uma categoria de partida, o *território*, como estrutura socioterritorial localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam;

vi. Uma categoria de intermediação, as práticas de *governança territorial*, como processo em que são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente, partindo da compreensão de que a forma assumida historicamente por uma estrutura resulta de conversações societárias horizontais;

vii. Uma categoria resultante, o *patrimônio territorial*, como forma assumida pela estrutura socioterritorial, formatando o arranjo espacial com suas diferentes dimensões;

viii. Uma categoria de funcionalidade, o *desenvolvimento territorial* (ou local/regional), como função da forma, partindo do entendimento de que, do confronto entre diferentes projetos de futuro, resultam configurações espaciais demarcadas

5 A obra do autor é extensa. São destacadas estas duas, como exemplo.

6 Considerando o restrito espaço deste texto e, também, por serem de conhecimento geral dos que discutem a temática das chamadas teorias do desenvolvimento, não são mencionados neste texto os teóricos das "teorias clássicas da localização" e "teorias sobre a dinâmica regional" (Polos de Crescimento, Causação Circular Cumulativa, Transmissão Inter-regional do Crescimento, Teoria da Base de Exportação), além da contribuição dos teóricos marxistas e do Estruturalismo Latino-americano. Duas obras trazem boas sínteses sobre essas abordagens: Dallabrida (2017) e Lima e Simões (2010).

7 A literatura sobre governança territorial não será mencionada neste texto, pelas mesmas justificativas utilizadas na nota anterior. Sugerem-se três publicações: Dallabrida e Becker (2011), Dallabrida (2015) e Pires (2022).

> administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), fazendo parte da utopia desejada territorialmente e sua concretude momentânea como realidade possível (DALLABRIDA, 2020a).

Ou seja, tomou-se como orientação as categorias de análise do método geográfico de Santos (1997) e se fez uma relação com a dinâmica territorial do desenvolvimento.

A acepção de território é assumida como uma construção social, histórica e relacional (SAQUET, 2015). A governança territorial refere-se ao processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, por meio de relações horizontais entre atores sociais, públicos e corporativos (DALLABRIDA, 2015; PIRES, 2022). O patrimônio territorial, como conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais de um determinado território (DEMATTEIS; MAGNAGHI, 2018; DALLABRIDA, 2020b). "O desenvolvimento é resultado de um processo histórico e relacional, de múltiplas determinações econômicas, políticas, culturais e naturais" (SAQUET, 2015, p. 25). Portanto, não resulta de processos induzidos desde fora, de empreendimentos que se estabelecem nos territórios para se beneficiar da oferta abundante de recursos naturais lá existentes ou mão de obra barata, nem tampouco de um evento casual, ou da oportunidade de instalação de um novo empreendimento ou do crescimento econômico por ele proporcionado (DALLABRIDA, 2017). A descoberta do território e a revalorização das premissas do desenvolvimento territorial convergem na construção de uma concepção de desenvolvimento que seja dialógica, ecológica, cultural e participativa, buscando valorizar a autonomia decisória, a ancoragem e os vínculos territoriais, além da preservação da natureza, da identidade e do conhecimento popular (SAQUET, 2018).

Marino Del Rio (2022) ao propor um "projeto de paisagem a partir do patrimônio territorial", reafirma a importância de estabelecer parâmetros, com base em uma série de objetivos e diretrizes que permitam a ativação do patrimônio territorial, quando da definição de um cenário estratégico de futuro para um determinado território. Tais parâmetros e diretrizes, segundo a autora supracitada, deveriam estar centradas na valorização e colocação em uso dos seus elementos constituintes, em todas suas dimensões, de forma que permita superar os condicionantes históricos que dificultaram sua evolução. Merino Del Río (2022) compara essa ativação, orientada por objetivos e diretrizes, como sendo o "crescimento da massa patrimonial", como contributo ao desenvolvimento local com

autossustentabilidade, que também pode-se chamar apenas de contributo ao desenvolvimento territorial. A proposta de ativação, ou crescimento da massa patrimonial, segundo a autora, deveria ter sua origem no acordo entre os atores sociais, os setores econômico-produtivos e a administração pública local.

Essa orientação é a mais indicada em processos de articulação socioinstitucional que tenham como propósito o apoio ao desenvolvimento de um território, região ou município. Nos estudos em que se propõe um Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial, o objetivo foi construir um instrumental metodológico que pudesse ser utilizado em diferentes recortes territoriais. Assim, optou-se por considerar como parâmetro um conjunto de princípios provenientes de uma base epistêmico-teórica convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento[8].

Portanto, das bases epistêmico-teóricas assumidas na investigação do projeto ProPAT pode-se depreender uma série de princípios considerados fundamentais na orientação da perspectiva analítica, tendo, também, implicações metodológicas. Assim, no Quadro 1, estão mencionados os princípios indicados pela base epistêmico-teórica assumida, com suas implicações. Tais princípios, com sua perspectiva analítica e implicação metodológica, podem ser considerados assim macro referentes, ou parâmetros, na estruturação da pretendida "proposta metodológica multidimensional".

Quadro 1- Princípios, perspectiva analítica e implicação metodológica na análise e prospecção territorial

Princípios	Perspectiva analítica	Implicação Metodológica
Interdependência	As diferentes dimensões da realidade, ao mesmo tempo que têm uma forma própria de organização, se inter-relacionam, exigindo sua análise a partir de suas diversas dimensões	Considerar a interdependência das variáveis
Integração	É necessário reconhecer as articulações e conexões entre os diferentes problemas e potencialidades	Considerar as possíveis articulações e conexões

8 Mesmo assim, com o propósito de atender ao que sugere Merino Del Rio (2022) – que as proposituras em termos de perspectivas de desenvolvimento devam ocorrer em acordo entre os atores sociais, os setores econômico-produtivos e a administração pública local -, duas publicações de membros da equipe do projeto ProPAT, apresentam indicativos neste sentido: Dallabrida *et al.* (2022); Dallabrida, Menezes e Fuini (2023).

Multidimensionalidade	Objetos ou fenômenos possuem várias facetas, devendo serem considerados a partir de vários pontos de vista	As variáveis precisam ser analisadas multidimensionalmente
Multidisciplinaridade	Realidades complexas, como o contexto territorial, não permitem interpretações monodisciplinares, implicando no esforço em superar abordagens disciplinares ou setoriais	Análises exigem um olhar que vá além da visão disciplinar
Anti-reducionismo (holismo)	Objetos e fenômenos precisam ser entendidos de uma maneira integral, não sendo explicáveis pelas propriedades de suas partes separadamente	Priorizar a visão do todo sobre as partes
Pluralidade (pluralismo)	Considerar de forma equânime os saberes e cosmovisões dos sujeitos e as diferentes interpretações possíveis da realidade	Considerar visões ou interpretações, mesmo que não dominantes
Incompletude	A realidade tem um caráter dinâmico, sendo necessário analisar as características demonstradas e suas possíveis evoluções	Analisar os possíveis avanços futuros das características constatadas no momento
Incerteza	A análise de um objeto ou fenômeno demanda muito mais projeção de cenários do que respostas ou propostas definitivas	
Contradição	Percepções distintas não são necessariamente rejeitáveis, podem apenas resultarem da disparidade entre as noções adotadas na descrição do objeto ou interpretação do fenômeno	Avaliar opções que contradizem à percepção momentânea da realidade, pode ser uma opção
Totalidade	Apesar de suas particularidades, a análise de um recorte espacial (território, região ou município) não explica integralmente uma realidade, pois esta faz parte de uma totalidade espacial, que se explica pela inter-relação das partes (“a parte está no todo e o todo está na parte”)	Avaliar a realidade de forma contextualizada (regional, nacional, mundialmente)
Historicidade	Um conjunto de fatores antecedentes condicionaram a situação atual de um objeto ou fenômeno, com tendências futuras, no entanto, novos condicionantes espaciais e temporais são capazes de redirecionar sua situação futura	Avaliar a realidade segundo possíveis condicionantes históricos (ontem/amanhã)

Autonomia	A análise de uma determinada realidade, deve considerar a desconstrução dos essencialismos, na forma de concepções dominantes, permitindo a opção por alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial	Indicativos gerais servem como referentes, não determinantes, permitindo a expressão da especificidade
Descentramento	As análises e alternativas prospectadas em um determinado contexto espacial precisam considerar a perspectiva dos setores dinâmicos e periféricos de forma equânime.	Todas as dimensões da realidade local precisam ser consideradas equanimemente
Relacionalidade	O território é um campo de relações (sociedade x natureza, indivíduos x sociedades), portanto, estruturado na forma de redes	Considerar as variáveis na sua dimensão relacional
Inclusão (social e espacial)	Soluções e alternativas devem atentar o máximo possível à inclusividade, tanto social, quanto espacial	Ao propor alternativas, priorizar as que atendem a um maior número de beneficiários, tanto pessoal como espacialmente
Equanimidade	Recursos, bens e serviços territoriais exigem uma redistribuição social equitativa, tendendo à construção de sociedades menos desiguais	
Inovação (smartificação)	Soluções e alternativas precisam considerar as inovações tecnológicas e sociotécnicas permitidas pelo estágio atual da civilização e pelas perspectivas futuras, usufruídas equanimemente	Alternativas de solução dos desafios devem atender a perspectiva da inovação e criatividade
Sustentabilidade (ambiental)	Todos os princípios enunciados, as diretrizes e alternativas sugeridas pelos mesmos, devem estar direcionados à preservação e potenciação da vida em todas as suas formas de expressão.	Alternativas propostas devem ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação

Fonte: Dallabrida (2022, p. 10).

Partindo da afirmação de Marino Del Rio (2022), de que o processo de ativação do patrimônio territorial deve estar centrado na valorização e colocação em uso dos seus elementos constituintes, em todas suas dimensões, permitindo assim superar os condicionantes históricos que dificultaram sua evolução, do enunciado dos princípios indicados pela base epistêmico-teórica assumida no projeto ProPAT, é possível priorizar alguns deles em cada dimensão do patrimônio territorial, com o propósito de servirem como macro referentes, ou parâmetros no dimensionamento do grau de ativação do patrimônio territorial. Alguns princípios podem ser

referentes para todas as dimensões, outros, em específico a uma ou outra dimensão do patrimônio territorial.

Como possíveis referentes gerais, sugere-se: (i) Sustentabilidade ambiental: priorização de alternativas que possam ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação; (ii) Inclusão e Equanimidade: priorizar alternativas que atendem a um maior número de beneficiários, na perspectiva da equanimidade pessoal e espacial; (iii) Inovação: priorizar alternativas de solução dos desafios que atendam a perspectiva da inovação e criatividade; (iv) Totalidade: priorizar o respeito às especificidades territoriais, no entanto, analisar soluções e alternativas que considerem a realidade de forma integrada e contextualizada (regional, nacional, mundialmente); (v) Multidimensionalidade e Integração: priorizar soluções e alternativas que atendam a perspectiva da multidimensionalidade, considerando suas possíveis articulações e conexões; (vi) Autonomia: priorizar soluções e alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, permitindo a expressão das suas especificidades.

Toda a base teórica se origina de uma base ontológico-epistêmica. Assim, nos estudos do projeto ProPAT partiu-se da compreensão de que é no campo epistemológico que se evidencia as diretrizes que orientarão o desvelamento do objeto de estudo numa investigação, situando-o numa dada perspectiva paradigmática. Assim sendo, no projeto ProPAT buscou-se sustentação em quatro campos epistêmicos, tendo como critério sua maior convergência com a perspectiva territorial de análise, quais sejam: (i) a nova teoria dos sistemas (CAPRA, 1996); (ii) a teoria da complexidade (MORIN, 1996); o materialismo histórico-dialético (PIRES, 1997); e a perspectiva epistemológica sustentada na decolonialidade (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014) e no descentramento (SANTOS, 2014). Tais campos epistêmicos apontam para a redistribuição equitativa dos recursos sociais e a atribuição de bens e serviços de uso coletivo a todos os cidadãos[9].

Estas breves reflexões, em síntese, sugerem que pensar o desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência, implica em que, as prospecções que sejam feitas, contemplem, equitativamente, os "bárbaros" da contemporaneidade, ou seja, os segmentos ainda excluídos das benesses que podem ser oportunizadas pela evolução tecnológica

9 A explicitação da base epistêmico-teórica, os referenciais metodológicos utilizados no projeto ProPAT, bem como, indicativos para orientar processos de articulação ou governança territorial, pode ser acessada em duas publicações: Dallabrida, Büttenbender e Rota (2021) e Dallabrida *et al.* (2021).

atual, além das futuras gerações que são também excluídas das decisões, mas certamente suas vidas serão impactadas pelas escolhas presentes. Implica repensar o planejamento, convergindo com o que Milton Santos (2014) chama de "modelo cívico-territorial". Tudo isso, sustentado em um referencial epistemológico de caráter descentrador e decolonial. Trata-se, em tese, da tentativa de priorizar concepções epistemológicas que evitem a exclusão e o silenciamento de sujeitos, com seus saberes e cosmovisões, muitas vezes negadas como explicativas e orientadoras legítimas de condutas, seja de minorias ou grupos marginalizados e/ou despossuídos. Por fim, a expressão "bárbaros", a qual tem uma origem histórica para se referir aos povos ou indivíduos que não se submetiam aos preceitos civilizatórios ocidentais, contemporaneamente, pode ser referida aos que estão excluídos da sociedade moderna, por motivos ético-culturais, socioeconômicos, comportamentais ou por não se adequarem às exigências da modernidade tecnológica. Isso tudo implica que pensar o desenvolvimento na perspectiva territorial, representa uma tentativa de superar a falácia desenvolvimentista, em função do atendimento dos desejos e interesses plurais que existem nos territórios (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

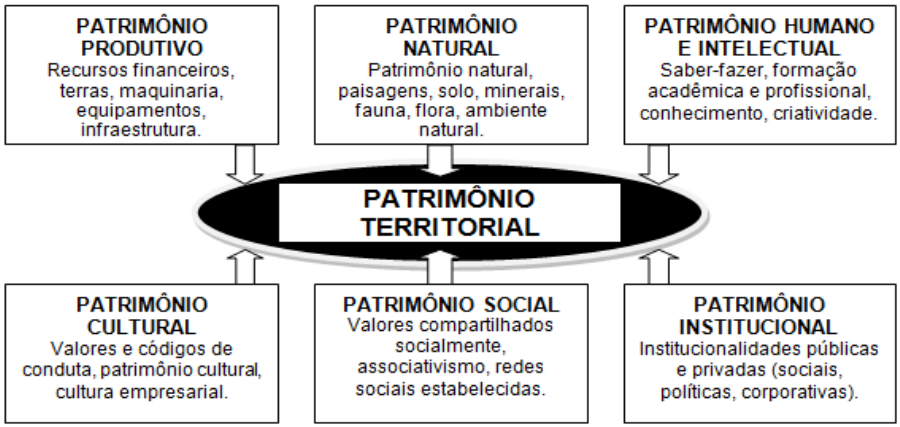
3.2 Esclarecendo terminologias

Ao fazer menção a um "referencial metodológico multidimensional", para sua melhor compreensão, exige-se esclarecer o sentido dos termos utilizados. A menção ao termo "referencial metodológico" é para reportar-se a um conjunto de componentes, variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta e análise de dados, que servirão de referência na composição de uma escala, que variará de uma situação de insuficiência até uma aproximação a um "padrão ideal", o que representará o índice da ativação de cada uma das dimensões do patrimônio territorial. O uso do termo "multidimensional" refere-se ao fato de que, a partir da apuração do índice em cada dimensão, seu somatório ponderado, comporá um índice que sintetiza todas as dimensões do patrimônio territorial, de cada recorte espacial em análise.

Para se falar em "ativação do patrimônio territorial" faz-se necessário, inicialmente, voltar a atenção para algumas questões conceituais. Primeiro, uma referência à categoria patrimônio territorial, o objeto central do processo: "[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território"

(DALLABRIDA, 2020b, p. 12), com seus elementos constituintes, conforme representado na Figura 1.

Figura 1- Patrimônio territorial e seus componentes



Fonte: Dallabrida (2020b).

O esboço sobre patrimônio territorial e suas dimensões (Figura 1), inspira-se em contribuições de Albertos *et al.* (2004), com uma interpretação posterior de Caravaca e González (2009), estes, ao referirem-se ao "capital territorial" como o conjunto de "bens patrimoniais" enraizados territorialmente, passíveis de ativação pela ação do atores locais. Já a opção pela categoria "patrimônio" e não "capital", sustenta-se em contribuições de Magnaghi (2003) e Poli (2015), que propõem avanços na sua interpretação, por considerarem o uso da categoria "patrimônio territorial" como um construto histórico coevolutivo, resultante de atividades antrópicas que transformaram a natureza em território, enquanto "capital territorial", é um conceito introduzido inicialmente em documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para referir-se às especificidades do território, passíveis de uso para alcançar a competitividade econômica. Portanto, segundo esta compreensão desses dois autores, a opção pela noção de patrimônio territorial no debate sobre a desenvolvimento e governança territorial contribui para distanciar-nos de uma concepção, ainda, demasiadamente "economicista" de desenvolvimento.

Além disso, é preciso compreender qual o sentido aqui atribuído à expressão "ativar". A "ativação" refere-se ao ato de ativar, cujo vocábulo tem um número significativo de sinônimos, que, ao mesmo tempo, explicitam

e ampliam o sentido da palavra. Assim, "ativar" significa acelerar, aguçar, amplificar, apressar, avivar, despertar, estimular, fomentar, fortalecer, impulsionar, intensificar, promover, tonificar, vigorizar.

No entanto, para entender o processo de ativação do patrimônio territorial, como ponto de partida, faz-se necessário recorrer à acepção de recursos e ativos proposta por Benko e Pecqueur (2001, p. 41). "Entende-se por ativo, os fatores em atividade, enquanto, por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente". Assim, os territórios, em cada momento da história, apresentam-se formatados em arranjos espaciais que podem ser identificados por meio de um conjunto de recursos e ativos territoriais. Dessa forma, no arranjo espacial de um determinado território, com suas diferentes dimensões (social, cultural, produtiva, natural, institucional e humano-intelectual), existem fatores que se apresentam na forma de recursos (os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar), outros, que se apresentam na forma de ativos (os fatores "em atividade", em uso). Explorar, aqui tem o sentido de arranjar, cultivar, amanhar, fertilizar, fecundar.

Portanto, quando se utiliza a expressão "ativação", se faz referência à necessidade de transformação dos fatores territoriais ainda na situação de recursos, não revelados ou não aproveitados adequadamente em ativos territoriais aptos a contribuir no desenvolvimento territorial. Por extensão, realizar, alcançar a "ativação do patrimônio territorial" significa identificar e/ou revalorizar as potencialidades, pô-las em atividade, em uso, na perspectiva de passarem a contribuir de forma mais significativa no desenvolvimento territorial, tanto no sentido socioprodutivo, quanto no contributo à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no território. Pode ser tanto um fator tangível (ex. terra cultivável), quanto intangível (valorização de uma expressão cultural, ou de um saber-fazer local, ou a propensão à cooperação).

Ao fazer menção a um "índice" é para referir-se a uma referência de ordem quantitativa ou qualitativa que serve para informar sobre o desempenho de algo, ou de algum fenômeno, oscilando entre dois extremos: de um estágio de total precariedade até um estágio de eficiência plena. Já, ao se referir a um "índice multidimensional", se faz referência a uma agregação de indicadores que contempla múltiplas dimensões, ou que concerne a níveis ou campos variados. No caso em questão, se trata de um indicador que abrange todas as dimensões do patrimônio territorial. Segundo Van Bellen (2005), um índice é elaborado mediante a agregação

de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma dimensão, ou a diferentes dimensões, da realidade.

Logo, o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP) revela a situação do momento, quanto à forma de utilização das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, por meio da ativação de cada uma das dimensões do recorte territorial em análise. Num extremo ideal, ter-se-iam todos os fatores ativados, as potencialidades plenamente e eficientemente utilizadas. No outro, uma situação de absoluta carência e precariedade, portanto, de não ativação. Assim sendo, o patrimônio territorial plenamente ativado constituiria um "território ideal", este passando a ser adotado como parâmetro de análise.

Uma observação importante: quando se refere à ativação do patrimônio territorial, ou seja, das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, está implícito o entendimento de que estão sendo consideradas todas as precauções para que estejam contemplados os princípios da sustentabilidade, em todas as suas formas de expressão.

3.3 Aspectos do referencial metodológico multidimensional

3.3.1 O método de abordagem adotado

Os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa provêm de diversos campos disciplinares das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Nessas áreas coexistem pesquisas a partir dos mais diversos métodos de abordagem: empírico-analítico, fenomenológico, dialético-crítico, sistêmico, ecossistêmico, dentre outros (ARENHART *et al.*, 2021). Essa coexistência não representa passividade ou ausência de contradições e conflitos, mas indica posições epistemológicas diversas, algumas em diálogo, outras nem tanto. Porém, o que se aponta aqui é a possibilidade de uma opção epistemológica que viabilize o diálogo entre os pesquisadores que integram projetos de pesquisa focados na abordagem territorial.

Para os grupos de pesquisa, Minayo (2014) propõe a "triangulação de métodos" como uma alternativa possível de realizar o diálogo entre os diferentes. Efetivamente, em todas as áreas de conhecimento, cada método, por si só, não possui elementos suficientes para responder às questões que uma investigação específica suscita. Daí a importância do

diálogo interdisciplinar sobre métodos para o conhecimento da realidade sob vários ângulos. O diálogo metodológico propicia maior clareza teórica e permite aprofundar uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva. Segundo a autora, o processo reflexivo da triangulação de métodos possibilita buscar a articulação (unificação e interdependência) de dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) e dados subjetivos (significados, intencionalidades, interação, participação). Trata-se de evitar ou desfazer a dicotomização entre quantitativo e qualitativo, entre macro e micro, entre interior e exterior, entre sujeito e objeto.

Na proposta de Minayo (2014), o processo de triangulação de métodos se assenta em três posturas opostas e, também, complementares: (i) o profundo respeito aos campos disciplinares; (ii) a relativização da visão fragmentada de cada um deles; (iii) e a capacidade dialógica dos pesquisadores diante de propostas teóricas e metodológicas diferentes e com os sujeitos que atuam no mundo da vida. É preciso esclarecer que a triangulação não inviabiliza o desenvolvimento de teorias, análises e publicações próprias ao campo de conhecimento de cada pesquisador. Porém, a produção disciplinar, resultante da experiência de triangulação, que compartilha as reflexões de outras áreas, é capaz de ultrapassar o esforço monológico do investigador individual e solitário na direção da "interfertilização de saberes".

O que se busca nesta pesquisa não é uma visão monista/unitária, na qual todos os resultados de pesquisa seriam subordinados a uma única lógica. "[...] Devemos trabalhar com uma pluralidade simultânea de diversos princípios organizativos da sociedade" (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 148). Porém, para realizar pesquisas dessa natureza, complementa Minayo (2014), se faz necessário estabelecer algumas balizas que possibilitem e viabilizem essa triangulação e a interfertilização de saberes, como uma espécie de roteiro ou quadro de referência, construído no diálogo argumentativo e profícuo entre os pesquisadores envolvidos. Este roteiro ou quadro de referência passa a orientar as ações dos pesquisadores individuais e dos grupos de trabalho. Neste sentido se chegou a cunhar a ideia de uma "triangulação progressiva", na medida em que se vai construindo e reconstruindo o processo ao longo da experiência coletiva do grupo envolvido. Em grande parte, foi isso que se realizou nesta experiência de pesquisa iniciada em 2020, a partir de seminários temáticos, reuniões de trabalho, elaboração e reelaboração de textos, entre outros.

O reconhecimento das especificidades das diferentes abordagens epistemológicas (métodos de abordagem), com seus pressupostos filosóficos

e suas respectivas lógicas operacionais dominantes, permite caminhar na direção de uma "triangulação de métodos" (MINAYO, 2014), sem cair no ecletismo ou no monismo, mas sim, buscando a "interfertilização de saberes". Essa postura pode significar um avanço importante nos estudos e pesquisas sobre territórios e abordagem territorial, ainda marcados pela fragmentação e pela dificuldade de avançar em termos de debates epistemológicos e metodológicos.

3.3.2 Das dimensões do patrimônio territorial ao IMAP: percurso metodológico

Cada uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual) seguiu um percurso metodológico para a apuração do índice da ativação dimensional, cuja soma constituirá o IMAP, destacando os seguintes aspectos:

i. Ontológico: definição do *core* da dimensão, o escopo e conceitos basilares;
ii. Constitutivo: delineamento dos componentes da dimensão;
iii. Indicativo: definição das variáveis de cada componente, identificação de referentes que permitem a proposição de uma escala para cada componente.
iv. Em relação aos aspectos indicativos, os mesmos seguirão um quadro de referência, contendo os seguintes elementos:
v. Componentes: aspectos a serem tomados como referência para a definição das variáveis – ex. na dimensão social – relações de trabalho;
vi. Variáveis: aspecto ou característica definida para a análise e mensuração – ex. na dimensão social – percentual de trabalho formal e informal;
vii. Técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados: fontes de busca de dados - ex. na dimensão social, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

3.3.3 Elementos constitutivos do IMAP

A proposta metodológica de proposição de um índice para analisar a ativação do patrimônio de um território, o IMAP, perpassa por etapas

adiante sistematizadas. Para dar suporte ao método, propõe-se criar uma escala de mensuração, baseada em indicadores referentes a um determinado aspecto da realidade, em cada dimensão.

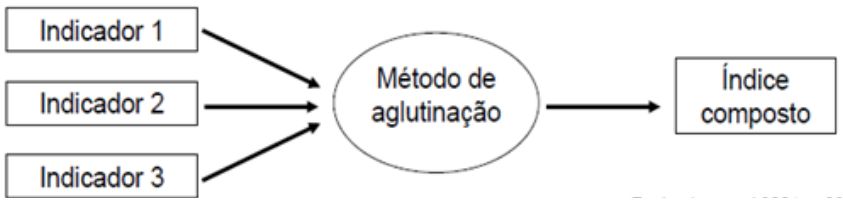
Seguindo indicativos de Januzzi (2001), propõe-se as seguintes etapas: (i) elaboração de um quadro de referência, fundamentado em conceitos e teorias previamente referenciados, destacando os componentes, suas respectivas variáveis e técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados, para cada uma das dimensões; (ii) propositura de uma escala de 5 pontos para cada uma das variáveis, dos respectivos componentes de cada dimensão; (iii) geração de indicadores de cada variável que, agregados, resultam em um índice que revele o nível de ativação do patrimônio territorial de cada uma das dimensões; (iv) por fim, o somatório ponderado dos índices dimensionais, resultará no IMAP.

Destaca-se que os índices propostos para cada uma das dimensões podem ser formados pela agregação de indicadores subjetivos, conforme Jannuzzi (2001), por serem de natureza qualitativa e por indicadores objetivos, quantitativos, baseados em ocorrências concretas na realidade socioeconômico-cultural e ambiental.

Sobral *et al.* (2011) revelam que o indicador comunica sobre a progressão em direção a uma determinada meta, deixando mais perceptível uma tendência ou fenômeno não imediatamente detectável por meio dos dados isolados. A agregação de indicadores compõe um índice.

Januzzi (2001) corrobora com este entendimento, ao apresentar a Figura 2.

Figura 2 – Formação de um índice

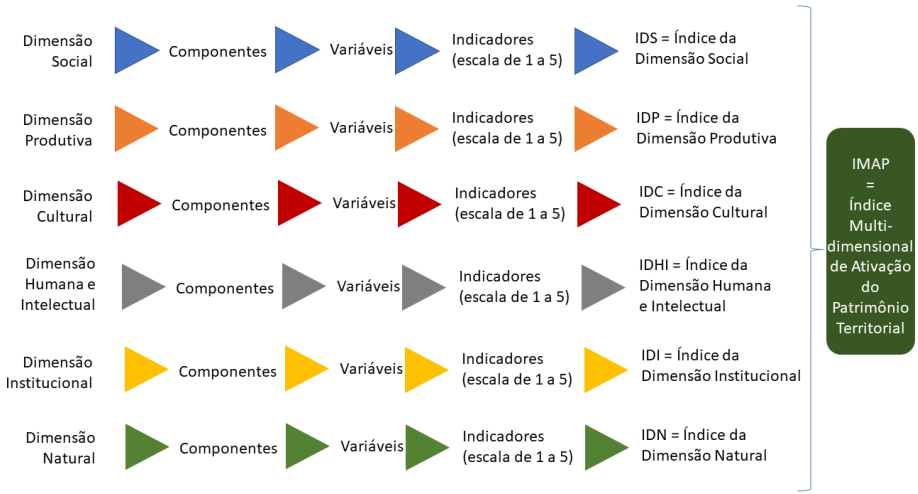


Fonte: Januzzi (2001, p. 22).

Assim, o IMAP é resultante de uma composição que se inicia em cada uma das seis dimensões que dão forma ao patrimônio territorial. Cada uma das dimensões é formada por componentes, que por sua vez podem ser aferidos por indicadores já existentes (dados secundários) ou criados para viabilizar o índice (dados primários). Esses indicadores são

valorados em uma escala quanto ao nível de ativação, o que permite formar o índice de ativação de cada dimensão. A agregação dos índices de cada dimensão resulta no IMAP, conforme descrito na Figura 3. Para cada uma das variáveis será constituída uma escala quíntupla, desde uma situação de plena ativação até uma de total precariedade.

Figura 3 – Processo de formação do IMAP



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A agregação dos índices de cada dimensão resulta no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial-IMAP, conforme Figura 4.

Figura 4 – Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do IMAP

$$IMAP = \frac{IDS+IDP+IDC+IDHI+IDI+IDN}{6}$$

Em que:
IMAP = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
IDS = Índice que representa a Dimensão Social
IDP = Índice que representa a Dimensão Produtiva
IDC = Índice que representa a Dimensão Cultural
IDHI = Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual

IDI = Índice que representa a Dimensão Institucional
IDN = Índice que representa a Dimensão Natural

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Adota-se uma escala de 1 a 5, onde 1 se refere a uma situação de máxima carência e 5 se refere a uma situação ideal, portanto, ótima para a ativação de cada dimensão do patrimônio territorial. A agregação dos índices das dimensões, para o alcance do índice final (IMAP), segue a mesma lógica. Quanto mais próximo de 5, mais o território está com seu patrimônio ativado. Quanto mais próximo de 1, menos o território está ativando seus recursos disponíveis em sua dinâmica de desenvolvimento[10].

Além de apresentar um diagnóstico sintético com o IMAP, os índices parciais expressam as peculiaridades de cada dimensão do território, o que é fundamental para orientar políticas públicas, programas e ações no território que visem ativar as dimensões mais frágeis, bem como, ações de manutenção e/ou potenciação das dimensões mais ativadas no território. A trajetória metodológica detalhada para composição dos índices parciais de cada uma das dimensões - social, produtiva, cultural, humano-intelectual, institucional e natural – são apresentados nos artigos que compõem este dossiê[11].

No percurso metodológico referido, salienta-se que cada território apresenta dinâmicas específicas e se faz necessário articular esse reconhecimento à realização de diagnósticos particulares, fundamentados em conceitos e premissas teóricas consistentes. A complexidade do território demanda uma visão sistêmica das dimensões que o compõem, com o desafio de compreender suas inter-relações, tal qual se propõe no IMAP.

Considerações finais

Finalizada a etapa de elaboração da proposta de instrumental metodológico multidimensional, sintetizada neste texto, resta agora definir e operacionalizar os próximos passos, ou seja, socializar para o debate os pressupostos e a proposta de instrumental metodológico e, em seguida,

10 A estruturação das escalas seguiu orientações técnicas tradicionalmente sugeridas na literatura em geral, para casos assemelhados, sendo que, pela leitura dos textos, com a exemplificação em cada uma das dimensões, é possível se ter uma maior compreensão sobre o assunto em questão.

11 Trata-se de seis artigos publicados nesta edição, se referindo a cada uma das dimensões, em que se apresenta a descrição detalhada da proposta.

realizar sua aplicação piloto em diferentes recortes territoriais, a fim de proceder sua validação e posterior publicização final, com o propósito de se tornar um referencial na pesquisa dos estudos territoriais.

A execução das etapas do projeto ProPAT, desde o início oficial em 2021 até esta publicação, foi realizada mediante encontros virtuais, contando com o envolvimento voluntário dos membros da equipe de pesquisa e o apoio das suas instituições de origem. Durante o período, houve, sem sucesso, a tentativa de acessar recursos públicos para apoiar a execução do projeto. No entanto, a sua publicização e a aplicação piloto em diferentes recortes territoriais fica na dependência do acesso à recursos públicos, o que se espera possa ocorrer na sequência.

Ao ser finalizada a aplicação piloto, o grupo se ocupará na realização de um seminário presencial com a participação de toda a equipe de pesquisa, em especial, os membros das universidades participantes no processo de aplicação do instrumental metodológico, juntamente com consultor(e)s especializado(s), com o fim de analisar o resultado do processo de validação e fazer os ajustes que se mostrarem necessários. Após isso, uma nova publicação será realizada, na forma de livro físico.

Saliente-se, finalmente, que a presente proposta de referencial metodológico, apresentou componentes, variáveis, técnicas a serem utilizadas e fontes de dados e/ou informações a serem consultadas, bem como escalas, que pudessem atender da forma mais abrangente que seja possível, as diferentes situações a serem encontradas nos recortes territoriais a serem analisados. No entanto, se reconhece a necessidade de adequações para atender especificidades de cada território.

Essa é a nossa caminhada até o momento (julho/2023), da qual resulta uma proposta metodológica que se propõe aportar contribuições inovadoras para avançar nos estudos territoriais. Salienta-se as virtudes desta proposta, ao mesmo tempo em que se reconhece possíveis limitações. Tais limitações, parte delas, espera-se sejam identificadas na "aplicação piloto" que será operacionalizada na sequência pela equipe, em diferentes recortes territoriais. Outras lacunas e/ou limitações, espera-se, possam ser apontadas por especialistas no tema, por meio de reflexões teóricas e/ou da análise de experiências. Tudo isso, não desmerece em nada o esforço hercúleo realizado por uma equipe de pesquisadores ao longo dos últimos três anos. De parte da equipe que se envolveu na estruturação da proposta, há total abertura para acatar sugestões de melhoria e, em publicações futuras, contemplar revisões que se mostrarem necessárias.

Por fim, apesar das contribuições epistêmico-teórico-metodológicas aportadas pelo projeto ProPAT, aqui referidas, entende-se ser necessário avançar em relação ao estudo e à investigação, em três aspectos[12]: (i) aprofundar o tema das bases epistêmico-teóricas; (ii) buscar possíveis aproximações com escolas de pensamento, e, (iii) resgatar e avaliar práticas metodológicas convergentes com a "abordagem territorial do desenvolvimento". Esse será um novo desafio a ser enfrentado na sequência.

Referências

ALBERTOS, J. M.; CARAVACA, I.; MÉNDEZ, R.; SÁNCHEZ, J. L. Desarrollo territorial y procesos de innovación socioeconómica en sistemas productivos locales. *In*: ALONSO, J. L.; APARICIO, J.; SÁNCHEZ, J. L. (coord.). *Recursos territoriales y geografía de la innovación industrial en España*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004. p. 17-60.

AMIN, A. La política regional en la economía global. *In*: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). *Repensando el desarrollo regional*: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008. p. 353-373.

AYDALOT, P. *Milieux innovateurs en Europe*. Paris: GREMI, 1986.

ARENHART, L. O.; HAHN, N. B.; ARENHART, A. B. P.; ROTTA, E. *Metodologia e epistemologia*: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa. Cruz Alta: Ilustração, 2021.

ASSMANN, H.; MO SUNG, J. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAGNASCO, A. *La construcione sociale del mercato*: studi sullo sviluppo di piccola impresa in Italia. Bologna: Il Mulino, 1988.

BAGNASCO, A. *Tre Italie*: la problematica territoriale dello svilluppo italiano. Torino: Il Molinho, 1977.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização*: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

12 Esse deverá ser o desafio de um novo processo de estudos e investigação, na sequência, o que poderá ocorrer em paralelo à aplicação e validação da proposta aqui apresentada.

BECATTINI, G. *Mercato e forze locali*: il distretto industriale. Bolonha: Il Mulino, 1987.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). *Desenvolvimento Local/ Regional*: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 1, 2000. p. 151-185.

BOISIER, S. *El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinergético*. Santiago de Chile: ILPES, 1998.

BRANDÃO, C. A. *Território & desenvolvimento*: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BUNO FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 2, p. 164-185, 13 dez. 2021.

CAMPOLINA DINIZ, C.; LEMOS, M. (Orgs.). *Economia e território*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005.

CAPRA, F. *A teia da vida*: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARAVACA, I. B.; GONZÁLEZ, R. G. Las redes de colaboración como base del desarrollo territorial. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XIII, n. 289, 1º mayo 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.). *Globalização e Inovação Localizada*: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília, IBICT/MCT, 1999.

CASTRO, J. *Geografia da fome.* O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COURLET, C. *Territoires et régions, les grands oubliés du developpement* économique. Paris: L'Harmattan, 2001.

COVAS, A. A. *Os territórios na era das redes*: cultura digital, ação coletiva e bens comuns. Lisboa: Edições Sílabo, 2023.

DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI. L. L. O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. *Revista Caminhos de Geografia*, v. v. 24 n. 94, 2023 (previsão de publicação agosto/2023).

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento

e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: Abordagens Teóricas e Indicativos Metodológicos para Estudos Territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, jul./set. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. *Teorias do desenvolvimento:* aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba (PR): Editora CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2011.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./junho/2021.

DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (orgs.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005.

DEMATTEIS, G.; MAGNAGHI, A. Patrimonio territoriale e coralità

produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. *Scienze del Territorio*, Firenze University Press, n. 6, p. 12-25, 2018.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. In: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (Orgs.). *O sabor da origem*. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (Orgs.). *Territórios e territorialidades*: a práxis na construção do desenvolvimento. Cascavel: EDUNIOSTE, 2019. p. 67-82.

DE SOUZA, N. J. *Desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FAVARETO, A. Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições. *Guaju – Revista Brasileira do Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 9, Edição Especial, 2023.

FAVARETO, A. O desenvolvimento regional em perspectiva: uma abordagem baseada na tríade atores, ativos e instituições. In: SILVEIRA, R. L.; KARNOPP, E. (Orgs.). *Atores, ativos e instituições*: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 17-43.

FAVARETO, A. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: acelerar a transição de paradigmas. *In*: SILVEIRA, R. L. L. DA; DEPONTI, C. M. (Eds.). *Desenvolvimento regional*: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 61-91.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, v. 24, p. 299-319, 2010.

FAVARETO, A.; KLEEB, S. C.; GALVANESE, C.; CARDOSO, R. C. Territórios importam: bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas do Brasil. *Revista Regis/UnB*, n. 1, p. 14-39, 2015.

FERRERA DE LIMA, J. *Economia territorial: teoria e indicadores*. 01.

ed. Campina Grande PB: Editora da Universidade Estadual da Paraiba - EdUEPB, 2022.

FERRERA DE LIMA, J. *Geoeconomie et developpement regional*. 01. ed. Paris: Publibook, 2012. v. 01.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1970.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento:* enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALVANESE, C. *Paradigmas do desenvolvimento territorial em debate*: contribuições críticas a um campo científico emergente. Santo André: EdUFABC, 2021.

GILLY, J. P.; TORRE, A. (Dirs.). *Dynamiques de proximité*. París: L'Harmattan, 2000.

HAESBAERT, R. A corporificação 'natural' do território: do territcídio à multiterritorialidade da Terra. *Geographia*, v. 23, p. 1-19, 2021a.

HAESBAERT, R. *Terrtiório e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires e Niterói: Clacso e PosGeo UFF, 2021b.

HAESBAERT, R. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. *In*: DENARDIN, V. F.; ALVEZ, A. R. *Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos*. Londrina: Editora Mecenas, 2019. p. 51-60.

HAESBAERT, R. De espaço e território, estrutura e processo. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. 43, p. 805-815, 2013.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. *In*: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 17-37.

HAESBAERT, R. C. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, D. *Spaces of global capitalism:* towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

JANUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2001.

LACOSTE, Y. *Geografia do subdesenvolvimento:* geopolítica de uma crise. 7. ed. São Paulo: Difel, 1985.

LIMA; A. C. C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. *RDO – Revista do Desenvolvimento Econômico*, Ano XII, n. 21, p. 5-19, Julho de 2010.

LIMONAD, E. Em busca do paraíso: algumas considerações sobre o desenvolvimento. *Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 125-138, maio/2013.

LOPES, R. *Competitividade, inovação e território*. Oeiras: Celta Editora, 2001.

LUNDVALL, B-A. *National systems of innovation*: towards a theory of innovation and interactive learning. Londres: Pinter Publishers, 1992.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar./2002.

MAILLAT, D. Les milieux innovateurs. *Sciences Humaines*, n. 8, p. 41-57, 1995.

MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. *In*: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. (org.). *Il mondo e i luoghi*: geografie delle identità e del cambiamento. Torino: Ires; SGI, 2003. p. 13-20.

MASSEY, D. *Pelo espaço*: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. The responsibilities of place. *Local Economy*, v. 19, n. 2, p. 97-101, 2004.

MÉNDEZ, R. G. V. *Tiempos críticos para el capitalismo global.* Una perspectiva geoeconómica. Madrid: REVIVES, 2023.

MÉNDEZ, R. G. V. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. *Revista EURE*, v. 28, n. 84, p. 63-83, 2002.

MERINO de RIO, R. Hacia un proyecto de paisaje desde el patrimonio territorial. *Estudios Geográficos*, v. 83, n. 292, p. 1-20, enero-junio 2022.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial. Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. *Civitas*, Porto Alegre, v.

14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MORGAN, K. The Learning Region: Institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

NELSON, R. R. (Ed.). *National Innovation Systems*: a Comparative Analysis. New York: Oxford University Press, 1993.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Política & Sociedade*, n. 14, p. 79-105, 2009.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006.

PERAFÁN, M. E. V.; GRISA, C.; TARTARUGA; I. P.; RAMÍREZ MIRANDA, C. (Orgs.). *Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial*. Curitiba (Brasil): Editora CRV, 2018.

PERAFÁN, M. E. V.; SAUER, S.; LEITE, A. Z.; CANAVESI, F. C.; ÁVILA, M. L. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar*. 2. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2022. p. 122-146.

PIRES, E. L. S. *Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais*: uma análise crítica. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. *Interface – Comunic., Saúde e Educ.*, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, Ago./1997.

POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proativa. *In*: MELONI, B. (a cura di). *Aree interne e progetti d'area*. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123-140.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PORTER, M. E. Localização, Competição e Desenvolvimento Econômico: Clusters Locais em uma Economia Global. *Economic Development Quarterly*, v. 14, n. 1, p. 15-34, 2000.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan./abr. 2009.

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.). *Construindo a complexidade socioespacial contemporânea*: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

SABOURIN, E. Desenvolvimento Rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias, atores. *In*: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA, 2002. p. 21-37.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. O retorno do territorio. *OSAL:* Observatorio Social de América Latina, CLASCO/Bogotá, Año 6, n. 16, p. 251-261, jun. 2005.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SAQUET, M. A. *Singularidades*: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território.* 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

SAQUET, M. A. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. *Informe Gepec*, v. 23, p. 23-39, 2019.

SAQUET, M. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 3, p. 479-505, set./dez. 2018.

SAQUET, M. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades*: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. El desarrollo en una perspectiva territorial multidimensional. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais,* UFPE, v. 2, n. 1, p. 111-123, 2013.

SCHNEIDER, S. *et al.* Análisis multidimensional y escalar del desarrollo territorial en Brasil. *Eutopía*, n. 1, p. 25-49, nov. 2010.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial. *Raízes: Revista e Ciências Sociais e Econômicas*, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2004.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. Arranjos e sistemas produtivos locais em 'espaços industriais' periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros". *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 147-180, jul./dez. 2002.

SCOTT, A. J.; STORPER, M. (Orgs.). *Production, work, territory. The geographical anatomy of industrial capitalism*. Boston: Allen and Unwin, 1986.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, R. L. L. Diálogos sobre ciência do desenvolvimento regional. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 12, p. 26-32, 2022.

SILVEIRA, R. L. L. Redes e Território: contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Biblio 3W*, Barcelona, v. VII, n. 451, p. 1-20, 2003.

SOBRAL, A.; FREITAS, C. M. D.; PEDROSO, M. D. M.; GURGEL, H. D. C. Definições básicas: dado, indicador e índice. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia básico para construção de indicadores*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. p. 25-52.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-62.

TARSI, E. Patrimonio territoriale, comunità e territori fragili nel Global South. *Scienze del Territorio*, n. 7, p. 49-156, 2019.

THEIS, I. M. Hic et nunc: what is the conception of development when addressing regional development? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. 1-24, 2022.

THEIS, I. M S. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, p. 334-360, 2019.

THEIS, I. M.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M.; BARBOSA, J. L. A.; RANDOLPH, R. Desenvolvimento regional:

construção de um campo de saber? *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, p. 20-40, 2022.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade*: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, v. 3, n. 5, p. 5-19, Set. 2002.

VIEIRA, P. H. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: do conceito à ação. *Política & Sociedade,* Florianópolis, v. 8, n. 14, p. 11-24, abr. 2009.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*: l'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

Capítulo 4

A DIMENSÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Edemar Rotta - UFFS
Tiago Roberto Alves Teixeira - Durham University
Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas - UALG
Aurea Andrade Viana de Andrade - UNESPAR
Diomar Augusto de Quadros - UFPR
Vinicius Tiago Schmitt - UFFS

Introdução

Quando se fala em dimensão social se está tratando dos elementos que caracterizam as relações e as estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza. Costa Pinto (1986), ao refletir sobre o objeto de estudo da sociologia, nos dá uma pista importante do que seja a dimensão social. Ele refere a preocupação com a formação (como as sociedades nascem e em que contexto se estabelecem), a organização (como os indivíduos tecem relações, estabelecem regras e normas de convivência, moldam costumes, organizam instituições, administram conflitos e contradições) e a transformação (processo permanente de viver as tensões, contradições, conflitos, mudanças) das diferentes sociedades. Bourdieu (2007), ao refletir sobre o *habitus*, um dos elementos centrais de sua teoria da ação, nos dá outra indicação importante para compreender a dimensão social, apontando para os aspectos não apenas objetivos, mas também simbólicos que vão construindo e moldando "estruturas estruturadas" que tendem a funcionar como "estruturas estruturantes".

É preciso deixar claro, no início deste capítulo, que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela possa ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Porém,

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

não se entende a totalidade sem um olhar analítico, com a lupa da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas. Como bem refere Edgar Morin (2005, p. 75): "não posso conceber o todo sem as partes e não posso conceber as partes sem o todo [...]; que o adquirido no conhecimento das partes volta-se sobre o todo"; e que "pode-se enriquecer o conhecimento das partes pelo todo e do todo pelas partes, num mesmo movimento produtor de conhecimentos".

Desta compreensão e dos pressupostos ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam o projeto de pesquisa (DALLABRIDA, 2020; DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA *et al.*, 2021) ao qual se está trabalhando, o grupo de pesquisadores envolvidos com o estudo da dimensão social entende que a mesma deva ser caracterizada a partir de três componentes essenciais: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos nas sociedades; (ii) as formas de organização e interação que marcam as diversas sociedades específicas; e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que "moldam" e dão consistência às diferentes sociedades. Se tem presente as potencialidades e os limites desta opção, porém a ciência também se faz de opções, que jamais são fechadas, mas sim abertas a críticas e a novas elaborações.

Este capítulo[2], visa esclarecer o que se entende pela dimensão social no âmbito da proposta de estudos sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, tal seja: (i) detalhar os componentes que o grupo de estudos sobre a dimensão social entende serem essenciais para sua explicitação; (ii) delimitar as variáveis que são capazes de demonstrar os aspectos básicos de cada componente; (iii) indicar os instrumentos que se propõe para a coleta dos dados a respeito de cada variável escolhida; e (iv) propor uma escala de mensuração da ativação do patrimônio territorial, em cada variável e no conjunto das mesmas, contribuindo para a construção do Índice de Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), resultante da agregação das seis dimensões propostas neste intento de pesquisa coletivo.

---

2 Texto resultante de Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS-UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

O texto está estruturado em duas seções, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira delas se apresentam os componentes essenciais da dimensão social, apontando seus elementos teórico-conceituais, as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração. A segunda seção apresenta uma síntese do que se poderia chamar de proposta de aglutinação, dando conta de um quadro geral da dimensão social em estudos do patrimônio territorial. Esta opção é feita a fim de estabelecer uma reflexão sequencial, com argumentos encadeados que facilitem a lógica interna e permitam ao leitor compreender o caminho percorrido pelo grupo.

Porém, se deixa claro que, assim como não se pode compreender a dimensão social descolada da totalidade social, também não se pode compreender cada um desses componentes descolados da dimensão social no seu conjunto. Se trata aqui de um exercício de "separação" a fim de explicitar melhor e facilitar a compreensão.

4.1 Componentes essenciais da dimensão social: elementos teórico-conceituais, variáveis constitutivas, instrumentos de coleta e proposta de mensuração

Quando se fala em elementos essenciais da dimensão social em estudos do patrimônio territorial, se deixa claro que a opção do grupo de estudos dessa dimensão tomou como referência os aportes ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos que orientam o projeto de pesquisa "o patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões" (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA *et al.*, 2021; ROTTA *et al.*, 2022;), fundado nos seguintes campos epistêmicos: (i) a Nova Teoria dos Sistemas; (ii) a Teoria da Complexidade; (iii) o Materialismo Histórico-dialético; (iv) e a Perspectiva da Decolonialidade e do Descentramento.

Na sequência desta seção são apresentados os componentes essenciais da dimensão social: (i) relações de trabalho e acesso aos bens e serviços; (ii) as formas de organização e interação; e (iii) valores, normas e moral e densidade institucional. Destaca-se, para cada um destes componentes, seus elementos teórico-conceituais, as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração.

4.1.1 Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços

A presente subseção visa explicitar o primeiro componente da dimensão social: as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços. Ela está organizada em duas partes principais. Na primeira se desenvolve o aporte ontológico, epistemológico e teórico, explicitando os principais conceitos teórico-analíticos de referência para a análise das relações de trabalho na dinâmica territorial do desenvolvimento. Na segunda parte, três variáveis são apresentadas como importantes elementos adicionais para se analisar as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços, no Brasil.

O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, onde faz-se necessário a produção de mercadorias para serem postas à disposição no mercado. Nesse modo de produção, o trabalho é um componente central. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-la em produtos. Como Marx teorizou, cada sociedade possui relações de trabalho baseadas em diferentes formas de divisão, organização, regime e técnicas de trabalho. No capitalismo, como bem se sabe, as relações de trabalho são relações que ocorrem entre duas forças: os capitalistas, que detém os meios de produção, e os trabalhadores, aqueles que não possuem tais meios (PATTENDEN, 2016; BAGLIONI, 2018).

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade. Bens-duráveis ou não-duráveis e serviços, assim como o acesso a tais mercadorias, nada mais são do que produtos das relações de trabalho. Trabalho é necessário para produzir, distribuir e comercializar mercadorias, mas é também necessário para que trabalhadores assalariados possam consumi-los. Isso envolve extensas relações de trabalho dentro e fora das empresas e, apesar de tais relações de trabalho terem uma aparência de neutralidade, na verdade, essas são marcadas por relações contraditórias e de poder (SMITH *et al.,* 2018).

De um lado, para que os capitalistas se mantenham competitivos e maximizem seus lucros, esses buscam explorar os trabalhadores o máximo possível, pagando salários baixos e intensificando as jornadas de trabalho para aumentar a produtividade/produção. Para tal, capitalistas utilizam diferentes ferramentas como a terceirização da produção (ou até mesmo a terceirização da terceirização), contratação de trabalhadores informais, expansão da subcontratação, ou práticas dentro das empresas para ampliar o controle sobre os trabalhadores, assim aumentando a produtividade. Do

outro lado, os trabalhadores buscam reverter tal cenário de exploração, reivindicando melhores salários e condições de trabalho, muitas vezes por meio de greves. Assim sendo, as relações de trabalho são contraditórias e baseadas em relações abusivas (SMITH *et al.*, 2018).

Um problema gerado por tal contradição (aumentar produção/produtividade versus diminuir salários) é que a maioria dos trabalhadores acaba tendo um acesso limitado e precário aos bens de consumo e aos serviços (BRASIL, 1998). Além disso, o modo de produção capitalista fica vulnerável às crises de superprodução, já que os trabalhadores que consomem tais mercadorias não possuem poder de compra para consumir na mesma velocidade da produção (HARVEY, 2005). Vale ressaltar que tal contradição é mais agravante nos países do sul global, também chamados de periféricos, devido às suas históricas relações de dependência em relação aos países centrais do norte global.

Tal fato tem sido agravado, nas últimas quatro décadas, com a intensificação da globalização e de políticas neoliberais. Em países Latinos como o Brasil, a precariedade do trabalho, a distribuição desigual da renda e de acesso a bens e serviços são alguns dos muitos problemas que nos assolam. Em específico, o acesso aos bens e serviços considerados vitais tem sido, muitas vezes, impossibilitado por políticas econômicas que recusam reconhecer o direito básico do cidadão em ter acesso ao mínimo. Frente a esses desafios e realidades, a presente seção analisa as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços, em específicos territórios, de acordo com a abordagem teórica conceituada como "regime de controle do trabalho local" (JONAS, 1996).

Como apontado anteriormente, relações de trabalho são contraditórias. Por isso, ao mesmo tempo que os capitalistas buscam maximizar seus lucros, explorando trabalhadores, tais capitalistas precisam manter certos níveis sociais nos territórios locais para que os trabalhadores estejam "apaziguados" (JONAS, 1996). Enquanto os capitalistas possuem controle dos trabalhadores dentro das plantas produtivas, o mesmo não pode ser dito nas esferas de consumo e reprodução.

Assim sendo, para garantir acumulação e estabilidade, capitalistas criam, nos territórios locais, um "regime de controle do trabalho local", ou seja, estruturas e práticas institucionais que promovem reciprocidades entre as esferas de produção, consumo e reprodução (JONAS, 1996). Um "regime de controle do trabalho local" visa facilitar o acesso dos trabalhadores no mercado de trabalho aos lugares de produção; reproduzir

trabalhadores produtivos; coordenar as normas salariais e de consumo; e, por fim, facilitar acumulação de capital. Portanto, um "regime de controle do trabalho local" tem como finalidade encorajar a participação dos trabalhadores de acordo com relações de trabalho existentes, mas também, moldar e produzir trabalhadores e os inserir no processo de trabalho (JONAS, 1996).

Um exemplo dessa abordagem é o estudo de Smith *et al.* (2018) sobre o setor produtivo de vestuários em Moldávia. Os autores demonstram como as políticas neoliberais desse país, assim como a estratégia estatal de conectar produtores locais de vestuários com compradores no oeste Europeu, resultaram em um regime de controle do trabalho local marcado por relações de trabalhos precárias e pela falta de acesso a bens e serviços. Isso porque compradores Europeus levaram tais produtores de roupas a adotarem uma nova estrutura produtiva baseada em contratos com preços baixos e curto tempo de produção preestabelecidos, os quais afetaram as relações de trabalho e a capacidade de reprodução social dos trabalhadores. Smith *et al.* (2018) apontam que tais fábricas pagam salários-mínimos como norma, com pagamentos extras como bônus de acordo com o número de peças produzidas por cada trabalhador. Isso leva os trabalhadores de tais empresas a viverem abaixo da linha de pobreza ou a trabalhar diversos turnos para conseguir um nível mínimo de acesso a bens e serviços. Outro problema é o elevado número de trabalhadores informais, majoritariamente mulheres, que aceitam tais condições para evitar redução salarial devido a impostos.

Neste cenário, entende-se que a análise da dimensão social, na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que se refere às relações de trabalho e acesso a bens e serviços, precisa ter como referência, pelo menos, três variáveis: (i) situação do trabalho formal e informal; (ii) distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe; (iii) indicadores de vulnerabilidade social.

Quanto à primeira variável, que se refere à Situação do trabalho formal e informal, sugere-se uma coleta de dados quantitativos secundários quanto à significância do setor formal e informal em um determinado território e setor econômico. No caso do setor formal, se propõe ter por referência elementos como: atividade, renda, jornada de trabalho, escolaridade e gênero. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)[3] nos fornece as principais informações para dimensionar

3 Para o caso dos territórios nos quais o CAGED não estiver disponível se pode utilizar como

as características fundantes do mercado de trabalho. Os dados sobre os níveis de formalização do emprego são importantes para dimensionar as condições de trabalho de um território e o tipo de relações de trabalho ali existentes. Como se sabe, a elevação de desemprego resulta não somente em um crescimento do trabalho informal, mas também em uma maior precarização das relações de trabalho (MATTEI; HEINEN, 2018).

Quanto ao setor informal, recomenda-se atenção às seguintes categorias: autônomos informais; trabalhadores informais em empresas formais e informais, porém empregados devido a relações familiares; trabalhadores informais exercendo suas funções em empresas informais ou formais; e empresas formais que empregam trabalhadores informais para evadir tributação (CHEN, 2012). Sugere-se analisar o setor informal como resultado de um processo de despossessão – ou seja, desemprego gerado por crises conjunturais que abastecem o exército industrial de reserva apontado por Marx – e de repossessão, processo que permite aos capitalistas poderem reinvestir seu capital acumulado (MILLAR, 2007).

Como dito anteriormente, se propõe analisar a economia informal de um território em conjunto com a economia formal. Isso porque, como Millar (2007) apontou, no sistema capitalista, trabalhadores informais são de crucial importância para o setor formal, já que fornecem mercadorias com custos extremamente baixos para que trabalhadores formais mal remunerados possam sobreviver com uma renda mínima. Assim, ambos estão conectados e faz-se importante analisá-los em conjunto.

Para esta análise se estabelece uma escala[4] de cinco níveis, que considera como (5) ótimo (em plenas condições da ativação do patrimônio territorial), um território que possui de 80 a 100% da população economicamente ativa exercendo atividades em trabalho formal; como (4) bom, de 60 a 79%; como (3) regular, de 50 a 59%; como (2) ruim, de 40 a 49%; e como (1) péssimo quando se está abaixo disso, entre 1 e 49%. Se parte do entendimento de que o acesso ao mercado formal de trabalho apresenta melhores condições de garantia de direitos e institucionalidade dos processos produtivos, contribuindo para gerar territórios mais dinâmicos e desenvolvidos.

---

proxy o dado da "proporção de pessoas ocupadas em relação à população total", conforme estabelece o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023). Neste caso, sugere-se considerar como ótimo (5) quando o indicador estiver acima de 35%; bom (4), entre 30 e 35%; regular (3), entre 25 e 29%; ruim (2), entre 20 e 24%; e péssimo quando o indicador for inferior a 20%.

4 Ao final deste capítulo se apresenta um quadro síntese no qual se visualizamos componentes, variáveis, instrumentos de coleta e escalas no seu conjunto para toda a dimensão social.

Quanto à segunda variável, Distribuição de renda entre as classes ou estratos de classes, sugere-se a utilização do Índice de Gini como referência fundamental, pois ele é capaz de evidenciar a evolução do grau de concentração de renda de um país, região ou município ao longo dos anos (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de um, mais elevada é a concentração de renda) (NEVES *et al.*, 2016). Portanto, tal índice permite à pesquisadores identificar se a área de estudo tem presenciado, ao longo dos anos, um aumento na desigualdade de renda.

O Índice de Gini pode ser usado como passo inicial para pesquisas qualitativas sobre os possíveis atores políticos e econômicos (ou políticas) gerando tal desigualdade e como isso tem impactado as relações de trabalho, as relações salariais, e, consequentemente, o acesso aos bens e serviços. Pesquisadores têm demonstrado que municípios com menor grau de concentração de renda normalmente possuem um grau de escolaridade mais elevado e maiores salários. Análises podem ser voltadas também para identificar como a concentração de renda, em certos municípios, afeta de forma diferenciada mulheres, migrantes e afrodescendentes (NEVES *et al.*, 2016).

Neste caso se propõe uma escala que também apresenta cinco níveis. Entende-se como ótimo (5), quando o Índice de Gini for de 0 a 0,30, equiparado aos apresentados por grande parte dos países que ocupam as melhores posições em termos de Desenvolvimento Humano; bom (4), quando se situa entre 0,31 e 0,40; regular (3), quando se situa entre 0,41 e 0,50; ruim (2), quando se situa entre 0,51 e 0,60; e péssimo (1), quando encontra-se acima de 0,61. Entende-se que a distribuição mais equitativa da renda entre as classes e estratos de classe tende a favorecer as dinâmicas da ativação do patrimônio territorial, pois proporciona maiores possibilidades de acesso aos bens e serviços básicos e o exercício das liberdades substantivas (SEN, 2000).

Por fim, a terceira variável de análise das relações de trabalho e acesso aos bens e serviços proposta são os Indicadores de vulnerabilidade social. Estes indicadores podem ser aferidos através do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)[5]. Em países do sul global como o Brasil, apesar da existência de iniciativas públicas visando diminuir o desemprego e as relações de

5 Nos territórios em que não estiver disponível o indicador de IVS, se pode utilizar como *proxy* o "percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo", aferido pelo IBGE. Considera-se em nível ótimo (5), quando esse percentual estiver abaixo de 15%; bom (4) entre 15 e 20%; regular (3) entre 21 e 30%; ruim (2) entre 31 e 40%; e péssimo (1) quando estiver acima de 40%.

trabalho precário, ainda há elevada proporção de trabalhadores em situações vulneráveis (PRONI, 2013). O IVS é um indicador que demonstra o nível de vulnerabilidade social de um lugar (muito baixa até alta vulnerabilidade social, 0-1), e tem sido utilizado como uma forma de orientar gestores públicos no *design* de políticas públicas sintonizadas com a realidade dos municípios (IPEA, 2015). O Conceito de vulnerabilidade social possui uma tradição consolidada na literatura nacional e internacional, especialmente das ciências sociais e sociais aplicadas, enquanto perspectiva de ampliar a compreensão do fenômeno da pobreza para além da dimensão da renda monetária, indicando a ausência e/ou a insuficiência de condições para que os indivíduos e populações alcancem o bem-estar básico em dado território (COSTA *et al*., 2018).

O IVS é calculado, de forma geral, baseado na infraestrutura urbana, no capital humano e na renda de trabalho (IPEA, 2015). Por exemplo, o IVS permite que pesquisadores e gestores políticos identifiquem municípios e/ou territórios que se encontram em situação vulnerável em relação à renda e ao trabalho e, dessa forma, possam debater políticas de desenvolvimento territorial, a partir da realidade local, no sentido de melhorar tal condição (RAMOS; COSTA, 2018).

No caso desta variável se propõe trabalhar com uma escala também de cinco níveis. No melhor deles, considerado ótimo (5) se tem territórios que apresentam IVS muito baixo, entre 0 e 0,200, realidade presente nos países com melhores indicadores de Desenvolvimento Humano; no nível bom (4), os que apresentam IVS baixo, de 0,201 a 0,300; no nível regular (3), os que apresentam IVS médio, entre 0,301 e 0,400; no nível ruim (2), os que apresentam IVS entre 0,401 e 0,500; no nível péssimo (1), aqueles que apresentam IVS muito alto, entre 0,501 e 1. Entende-se que a vulnerabilidade social é um dos indicadores básicos da desigualdade social e da incapacidade do Estado em criar programas sociais capazes de gerar a inclusão, fortalecer os vínculos sociais e promover a equidade.

O quadro 1 nos dá um panorama geral da proposição relativa ao componente "relações de trabalho e acesso aos bens e serviços".

Quadro 1 – Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços

Dimensão social			
Componente	**Variáveis**	**Instrumentos de coleta de dados**	**ESCALA - (1 a 5)**
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	**Trabalho formal e informal**	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	5: 80 a 100% da PEA (ótimo) 4: 60 a 79% da PEA (bom) 3: 50 a 59% da PEA (regular) 2: 40 a 49% da PEA (ruim) 1: 1 a 39% da PEA (péssimo)
	Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe	- Índice de Gini	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade social	- Índice de Vulnerabilidade Social - IVS	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

4.1.2 Formas de organização e interação

Nesta subseção, se faz uma abordagem compreensiva, aberta e plural da dimensão social e da sua importância na dinâmica territorial do desenvolvimento, no que diz respeito às formas de organização e interação, no momento histórico em que nos encontramos. Ela está estruturada em duas partes principais, sendo que a primeira, mais do que uma narrativa teórica, se procura dar conta de uma emergência histórica, a saber, a grande transformação epistemológica e paradigmática (KUHN, 2021) que as grandes transições em curso nos impõem e que impactam, justamente, sobre as formas de organização e interação que agem sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento.

Na segunda parte, três variáveis são apresentadas esquematicamente como importantes elementos adicionais para analisar as formas de organização e interação no Brasil: (i) Grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) Redes de relações; e (iii) Formas de cooperação e associação.

Em relação à primeira parte, é imperioso registrar a importância do contexto e do momento histórico em que nos movemos. As grandes

transições que irão ocorrer daqui do início deste século XXI até 2050, como consequência da descarbonização, digitalização, fluxos migratórios e intermitência sócio laboral impõem uma abordagem complexa da construção social da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2010). Ou seja, impõem uma atitude interdisciplinar que nos introduz à revolução da nova economia (RIFKIN, 2001) e a uma nova sociologia do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2010).

Em primeiro lugar, no plano da globalização, três dimensões de análise se afiguram fundamentais: i) o estado da ordem internacional e multilateral, ii) a provisão de bens públicos globais (existe um grave défice de oferta) e iii) a política regulatória (num momento difícil como se observa na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP26). Estas três dimensões de análise têm um impacto direto na regulação das interações socioeconômicas, socioculturais e socioambientais que interferem diretamente na dinâmica das diferentes sociedades em seus ambientes específicos.

Em segundo lugar, as grandes transições aumentam a complexidade e diversidade das interações, ou seja, os efeitos assimétricos, os imponderáveis do acaso, as mudanças paradigmáticas, que precisam ser observadas e monitoradas para prevenir impactos negativos na coesão econômica, social e ambiental dos territórios. Os diferentes territórios, com suas dinâmicas integradas e específicas, passam a constituir desafios permanentes de compreensão aos cientistas sociais interessados em seu estudo, demandando lógicas diversas, interdisciplinares e em permanente interação e diálogo.

Em terceiro lugar, é fundamental evitar o agravamento da desigualdade social que resultará ampliada se os dois primeiros planos analíticos não forem devidamente abordados. Nesta matéria, três instrumentos são decisivos em nível territorial para prevenir aqueles efeitos: os arranjos produtivos locais, as redes colaborativas e a cooperação territorial descentralizada (ou seja, criar territórios rede) (COVAS; COVAS, 2014). Estes instrumentos funcionam como almofadas preventivas da desigualdade social devido à sua proximidade com a origem dos problemas sociais. As três dimensões referidas anteriormente – globalização, grandes transições, desigualdade e polarização social estarão sempre presentes na análise das três variáveis que a seguir se descreve, na segunda parte desta seção.

Tendo presente estes desafios epistemológicos, teóricos e

metodológicos que permeiam a compreensão da dimensão social neste segundo componente (formas de organização e interação), passa-se, agora, a explicitar as três variáveis que se propõe pesquisar para elucidá-lo: (i) Grupos sociais e estratos de classe organizados; (ii) Redes de relações; e (iii) Formas de cooperação e associação.

A primeira variável busca identificar quais são os Grupos sociais e estratos de classe organizados que estão presentes no território. Denardin (2016) refere que existem dois "pilares do desenvolvimento territorial": os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis; e os atores (privados, públicos ou associativos) e seus diferentes modos de coordenação que objetivam resolver problemas produtivos inerentes ao território. Se trata aqui de contribuir para revelar, de forma especial, este segundo pilar. Outra preocupação é identificar os grupos sociais e estratos de classe mais desfavorecidos, pois eles tendem a vivenciar relações de poder assimétricas na comparação com os demais. Para isso é essencial ter presente os quatro planos de desigualdade mais críticos: as grandes áreas metropolitanas, as comunidades urbanas de pequena e média dimensão, as comunidades rurais e as comunidades dos povos tradicionais (HAESBAERT, 2021).

Como instrumentos de coletas de dados se propõe a utilização do cadastro de entidades, via consulta de CNPJ ativos sediados no território, especialmente para captar as formalmente constituídas; e a aplicação de um questionário estruturado, com amostragem não probabilística, visando captar também as entidades não formais existentes no território. Este questionário será adaptado, tendo como referência o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)[6] (GROOTAERT *et al.*, 2003; GROOTAERT; NARAYAN; WOO, 2004), destacando os aspectos relativos às dimensões "grupos e redes"; e "autoridade e ação política.

Nesta variável se propõe uma escala organizada em cinco níveis, tendo como referência a ideia de que as organizações formais e informais são essenciais para gerar vínculos e capacidades de mobilização, ativando as potencialidades dos indivíduos, das organizações, das sociedades e dos territórios. Neste sentido, vai se considerar em nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário estruturado

6 O Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) é uma ferramenta desenvolvida pelo Grupo Temático sobre Capital Social, do Banco Mundial a fim de indicar um conjunto de questões essenciais para todos os interessados em gerar informações sobre as várias dimensões do capital social. O questionário aponta seis dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; e autoridade e ação política. Foi testado a campo em diversos países e tem gerado diversos estudos com adaptações a territórios específicos (ANÉSE, 2009).

apresentarem, pelo menos, um vínculo com organizações formais ou informais representativas de seus interesses de grupo, classe ou estrato de classe; de nível bom (4), quando se encontrar vínculo em 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrar vínculo em apenas 30 a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

A segunda variável, Redes de relações, procura dar conta da identificação das redes formais e informais existentes em dado território. Se trata de perceber a trama dos laços entre pessoas que se aproximam por compartilhar características identitárias comuns, tais como as familiares, de vizinhança, de amizade, de comunidade, de religião, de cultura, de trabalho, de lazer, entre outras. Bem como captar como estas redes de relações interpessoais se emaranham com a rede de relações institucionais e interinstitucionais. Na visão de Coleman (1990), o capital social não se localiza nos indivíduos, mas nas relações que são estabelecidas entre eles, o que potencializa suas ações na medida em que amplia os recursos a disposição dos mesmos. Putnam (2002) destaca, ainda, a importância das redes sociais e das normas de reciprocidade a elas associadas como elementos essenciais na definição do capital social de dado território.

No contexto de uma sociedade complexa e em constante processo de transformação, os desafios que se lançam não podem ficar restritos à compreensão das relações já existentes, mas também que sejam capazes de vislumbrar os processos de transição e as novidades que eles geram, no sentido de identificar possibilidades e oportunidades, convertendo-os em ativos territoriais, geradores de novas dinâmicas ou ações coletivas de base territorial (DIAS; SILVEIRA, 2007). No plano da teoria crítica, as grandes transições da próxima década obrigam-nos a reconsiderar as relações sociais, e, por isso, sempre que possível, deverá ser criado um observatório de inovação social com o objetivo de equacionar uma abordagem mais complexa das redes de relações em consequência destas grandes transições (INNERARITY, 2010).

Para identificar este conjunto de redes de relações, propõe-se a aplicação de um questionário estruturado, adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), acentuando as duas primeiras dimensões do mesmo: redes e relações; e confiança e solidariedade. Estas informações colhidas pelo questionário estruturado podem ainda ser complementadas pela realização de entrevista semi-estruturada e visitas *"in loco"*, especialmente para captar relações e redes que não se manifestam de forma explícita, por diferentes motivos.

A representação desta variável será realizada a partir de uma escala de cinco níveis, considerando a densidade de redes existentes no território e a participação dos indivíduos nas mesmas. Em nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário ou forem entrevistados manifestarem estar satisfeitos com as redes de relações existentes em seu território; de nível bom (4), quando esta satisfação for 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) entre 30 e 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

Formas de cooperação e associação constitui a terceira variável que importa caracterizar. Neste caso, se faz necessário distinguir, por um lado, as redes de relações já institucionalizadas, e, por outro, as dinâmicas de relações sociais que funcionam às margens do sistema social de cada território em concreto. Cazella e Carrière (2006) referem que não se instala uma dinâmica de desenvolvimento em dado território sem a criação ou o reforço de redes já existentes e emergência de novas formas de cooperação. O desenvolvimento territorial pressupõe a cooperação entre os atores na busca de pontos de convergência que os impulsionem à ação. Isso não implica supressão das diversidades e diferenças, mas sim a capacidade de diálogo e moderação em busca de objetivos comuns. Boisier (1997), por sua vez, reafirma que a sociedade civil, nela compreendida as formas locais de solidariedade, cooperação e integração social, é o principal agente da transformação socioeconômica de um dado território.

Neste contexto, a identificação das principais formas de cooperação e associação adquirem uma relevância especial à medida que cresce a sua ligação aos bens públicos e aos bens comuns colaborativos (CORIAT, 2015). Em uma época de privatização do território, na qual se reduzem significativamente as formas de interação e solidariedade, se faz necessário reafirmar e/ou reinventar formas de cooperação e associação, através de clubes de produtores e de consumidores, cooperativas de trabalho em comum, espaços de *co-working*, incubadoras de *startups,* associações ambientais e culturais, entre outras. Todas estas organizações podem estabelecer redes de relações inovadoras apoiadas em dispositivos tecnológicos e digitais de cooperação descentralizada (COVAS, 2021; DALLABRIDA; COVAS; COVAS, 2017; INNERARITY, 2010). A primeira tarefa, em cada caso, consiste em encontrar o mecanismo de concertação ou plataforma social que irá promover o diálogo/negociação entre as partes e, depois, as medidas de política pública e as soluções mais ajustadas a cada grupo social (INNERARITY, 2009).

Outro aspecto importante que merece uma atenção especial na análise das formas de cooperação e associação consiste na caracterização dos principais conflitos presentes em um território. Os conflitos fazem parte da dinâmica social, velhos e novos, em resultado dos processos de mudança e/ou transformação social. Geralmente, os conflitos podem ser identificados a partir de quatro tipos principais: i) os de natureza corporativa, devido a conflitos de interesses, de classes, estratos de classe e grupos sociais específicos; ii) os que surgem por falhas de inovação tecnológica (iliteracia digital); iii) os que acontecem devido a lacunas de política pública; e iv) os que emergem, muito provavelmente, pela acumulação dos três primeiros tipos de conflitos. Além disso, há, ainda, dificuldades adicionais que se reportam à multiescalaridade (territórios em escalas diferentes de administração) e a dificuldades de comunicação.

Para identificar esta complexidade de formas de cooperação e associação se propõe a aplicação de questionário estruturado, adaptado a partir do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), com ênfase para as dimensões 2, 3, 5 e 6 do mesmo, a saber: "confiança e solidariedade"; "ação coletiva e cooperação; coesão e inclusão social; e "autoridade e ação política". Vai se considerar em nível ótimo (5), quando de 90 a 100% dos indivíduos que responderem ao questionário participaram, de forma voluntária, em, ao menos, duas organizações formais ou informais sediadas no território; de nível bom (4), quando se encontrarem vínculos em 70 a 89% dos indivíduos; de nível regular (3), entre 50 e 69%; de nível ruim (2) quando se encontrarem vínculos em 30 a 49% dos indivíduos; e péssimo (1) quando for inferior a 30%.

O quadro 2 apresenta uma síntese deste segundo componente da dimensão social, com suas variáveis, instrumentos de coleta e proposta de possível índice de mensuração.

Quadro 2 – Formas de organização e interação

Dimensão social			
Componente	**Variáveis**	**Instrumentos de coleta de dados**	**ESCALA - (1 a 5)**
Formas de organização e interação	**Grupos sociais e estratos de classe organizados**	- Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	- Questionário estruturado - Entrevista semi-estruturada - Visitas *"in loco"*	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Formas de cooperação e associação	- Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

4.1.3 Valores, normas e moral e densidade institucional

Nesta seção se propõe explicitar o terceiro componente essencial da dimensão social, abordando elementos analíticos e conceituais de valores humanos, baseados em conflitos, contradições ou compartilhados socialmente e como esses valores estão imbricados com as normas na constituição da estrutura social. Neste sentido, na abordagem da dimensão social, identificar os atores, os interesses de classes, os processos históricos, especialmente compreender a estrutura social, isto é, como a sociedade se organiza são essenciais para os estudos territoriais. A seção está dividida em duas partes. Na primeira, discute-se os pressupostos ontológicos, epistemológico e teóricos dos conceitos basilares para a análise dos Valores, normas e estruturas sociais. Na segunda parte, são apresentadas três variáveis esquematicamente fundamentais para a análise deste componente da dimensão social: (i) Valores; (ii) Normas e moral e; (iii) Densidade institucional.

É oportuno destacar que no âmago das sociedades existe um conjunto de valores, ou "códigos de conduta" aos quais os sujeitos, ou grupos sociais estão subordinados. No entanto, na sociedade capitalista, as

relações sociais são marcadas por diversos tipos de conflitos, contradições e disputas de classes. Esses valores também cumprem um papel decisivo na práxis social. Portanto, a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos), influencia, de certo modo, a população a agir nos territórios conforme suas crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos. Sendo assim, criam uma percepção abstrata de valores supostamente universais.

Os valores humanos, um dos temas centrais nas ciências sociais, ganhou notoriedade com os estudos de sistema de valores de Rokeach (1979), especialmente a partir da década de 1960. Na tentativa de explicar os padrões humanos, o autor afirma que os sujeitos, os grupos, as normas, bem como os comportamentos são, muitas vezes, estabelecidos pelas orientações de valores universais. Para Rokeach (1979), um sistema de valores consiste em um arranjo hierárquico de valores, categorizados em um espaço de tempo. Em outros termos, trata-se de um "conjunto organizado de normas preferenciais que são utilizadas na seleção de objetos e ações, na resolução de conflitos, na invocação de sanções sociais e na resposta a necessidades ou reivindicações de defesas sociais e psicológicas de escolhas feitas" (ROKEACH, 1979, p. 20).

Esses sistemas de valores são divididos em valores terminais e instrumentais. Os valores terminais, referem-se a estados finais desejáveis de existência, isto é, os objetivos que um sujeito gostaria de alcançar durante a sua vida. Os instrumentais, atribui-se a modos de comportamento preferíveis dos sujeitos, ou dos grupos, com objetivo de alcançar os valores terminais (ROKEACH, 1979). Neste sistema, a hierarquia de valores permite a comparação entre os sujeitos e grupos (sociais e culturais), "não somente em termos de cada um dos valores, mas, particularmente, no plano das prioridades axiológicas" (TAMAYO, 1994, p.7).

Nos Estados Unidos, foram realizados vários estudos, por amostragem, em diferentes momentos históricos, visando comparar a hierarquia de valores da sociedade americana. Segundo Tamayo (1994), um dos estudos comparativos foi realizado pelo *Institute for Social Search*, da Universidade de Michigan. Ao analisar os resultados alcançados em 1968 com os de 1981, se observou que os valores mais classificados em 1981 foram os mesmos classificados em 1968, entre os quais a liberdade, o autorrespeito, a felicidade e a sabedoria.

Na década de 1990, pesquisadores de vários lugares do mundo estudaram a estrutura motivacional dos valores, especialmente Schwartz

(1992), que identificou 10 valores humanos principais. Estes são organizados em modelo circular, com "objetivos motivacionais", como princípios orientadores da vida de um ser humano, ou de um grupo. Neste modelo, "os valores são representados como pontos no espaço multidimensional, de tal forma que as distâncias entre eles expressem as relações empíricas entre os valores" (TAMAYO, 1994, p. 8).

No Brasil, Tamayo e Schwartz (1993) identificaram quatro valores característicos da cultura brasileira que interagem na hierarquia axiológica, ou seja, os valores peculiares aos brasileiros, como importantes e superiores aos valores tradicionais. Entre os valores postulados estão a *esperteza,* como uma forma de preterir as dificuldades para chegar aonde se deseja; o *sonho*, como uma visão positiva do futuro; a *vaidade*, como preocupação com a aparência e; o *trabalho,* como forma digna de sobrevivência. Este último, indicado como um dos valores supremos dos brasileiros, justifica-se pelos altos índices de desemprego e pelas precárias condições de realização do trabalho no país. Por fim, os autores identificaram também que a estrutura axiológica brasileira é influenciada pelo gênero e pela ocupação dos sujeitos (TAMAYO, 1994). Neste contexto, pode-se assegurar que os valores humanos, variam no tempo e no espaço, nas culturas, nos gêneros e nas classes sociais e normalmente servem como critério de orientação, preferência e avaliação da vida em sociedade, ou seja, da direção e interação com o mundo social.

Neste contexto, os valores implicam em uma relação dialética com as normas, que são sempre um reflexo dos valores da sociedade. Em outros termos, normas e valores sempre atuam inseparavelmente para moldar os sujeitos em sociedades específicas. Neste sentido, os valores, as normas e as estruturas sociais possuem uma relação direta com a realidade social, que é compreendida por Berger e Luckmann (1985) como realidade objetiva e subjetiva, em um movimento dialético, conjugado em três momentos simultâneos, a exteriorização, a interiorização e a objetivação. A realidade é construída por uma conjunção de fatores sociais, decorrentes da relação e atuação humana.

A realidade objetiva mostra-se nas estruturas básicas de institucionalização e legitimação, ou seja, as instituições pressupõem ações de reciprocidades, compartilhadas, construídas no processo histórico e que implicam em um sistema de controle da conduta humana. Já a realidade subjetiva trata do universo simbólico, do processo de socialização, primária ou secundária. É a primeira socialização que o sujeito experimenta e somente depois se torna membro da sociedade. O ponto inicial desse processo é a

interiorização que é a base da apreensão dos semelhantes, da criação da identidade, das emoções e "do mundo como realidade social dotada de sentido". A socialização secundária "é a interiorização de 'submundos' institucionais" (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 74).

Postos os elementos ontológicos, epistemológicos e teóricos, apresenta-se, agora, os elementos constitutivos deste terceiro componente da dimensão social, ou seja, três variáveis que são essenciais para analisar a dimensão social, em relação ao componente Valores, normas e estruturas sociais: (i) Valores; (ii) Normas e moral e; (iii) Densidade institucional. É oportuno também considerar que estas variáveis são fundamentais em toda e qualquer análise social, não apenas no âmbito deste estudo.

Na primeira variável, Valores, entende-se que estão ligados a crenças e emoções que, quando ativadas, geram sentimentos positivos e negativos. É uma construção motivacional que conduz pessoas para agirem de forma adequada em diversos contextos sociais, de tal modo que transcendem situações e ações específicas, bem como algo que orienta a "seleção e avaliação de ações, políticas, pessoas e eventos e compõe critérios para julgamentos [...]" (TORRES; SCHWARTZ; NASCIMENTO, 2016, p. 342).

Schwartz *et al.* (2012) apresentam um conjunto refinado de 19 valores básicos, identificados como: (i) Auto-orientação de Pensamento; (ii) Autodireção Ação; (iii) Hedonismo; (iv) Estimulação; (v) Realização; (vi) Poder de Domínio; (vii) Poder sobre Recursos; (viii) Segurança Pessoal; (ix) Segurança Social; (x) Tradição; (xi) Conformidade com Regras; (xii) Conformidade Interpessoal; (xiii) Benevolência Dependência; (xiv) Benevolência Cuidado; (xv) Universalismo Compromisso; (xvi) Universalismo Natureza; (xvii) Universalismo Tolerância; (xviii) Face; (xix) Humildade. Recentemente, em cooperação com pesquisadores brasileiros, realizaram uma pesquisa cujo objetivo era examinar se esses valores propostos são discriminados por amostras brasileiras e se eles se localizam na ordem motivacional conforme a teoria refinada.

Torres, Schwartz e Nascimento (2016, p. 353) afirmam que a pesquisa realizada no Brasil amplia a credibilidade "da teoria de valores refinados, demonstrando sua resistência às mudanças no instrumento de medida", bem como recomendam que "o instrumento é adequado para uso com amostras brasileiras".

Para esta pesquisa se propõe trabalhar com os dez valores com foco no social, identificados na pesquisa de Schwartz *et al.* (2012) e

recomendados para uso no Brasil por Torres, Schwartz e Nascimento (2016): (i) Universalismo Tolerância; (ii) Universalismo Natureza; (iii) Universalismo Compromisso; (iv) Benevolência Dependência; (v) Benevolência Cuidado; (vi) Humildade; (vii) Conformidade Interpessoal; (viii) Conformidade com Regras; (ix) Tradição e; (x) Segurança Social. A escolha do foco no social se dá por eles apontarem para aspectos coletivos.

Neste sentido, para análise da ativação do patrimônio territorial face aos valores humanos, como instrumentos de coletas de dados poderão ser por meio de aplicação de questionário estruturado, com base no Questionário de Valores Refinado (PVQ-R) da Escala de Valores de Schwartz *et al.* (2012) com foco no social.

Nesta variável se propõe uma escala organizada em cinco níveis, considerando o conjunto de valores da teoria refinada de Schwartz *et al.* (2012). Desta forma, considera-se em nível ótimo (5), quando dos 19 valores (social e pessoal) forem identificados de 9 a 10 valores sociais no conjunto de perguntas no Questionário dos Valores Básicos aplicados no território; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 valores sociais; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 valores sociais; de nível ruim (2) quando identificados apenas 3 a 4 valores sociais; e péssimo (1) quando for de 1 a 2 valores sociais.

A segunda variável, normas e moral, se refere a princípios que regem as condutas e a percepção das estruturas sociais e normativas, tal como a percepção dos direitos sociais. Nesta se recomenda analisar: (i) os conjuntos de normas que controlam o comportamento social, o que é permissível e o que não pode ser praticado; (ii) a imposição de deveres; e (iii) limites de ação à conduta do sujeito, em suma, as sanções estabelecidas. No entanto, em cada grau normativo, encontram-se normas de condutas e normas de estrutura, ou seja, normas voltadas para regular a produção de outras normas (BOBBIO, 1997).

Habermas (1989, p. 143) lança a teoria Ética Discursiva em que as normas e regras de conduta moral devem proceder por meio da ética do discurso. Sua fundamentação consiste sob dois caminhos essenciais. O princípio de universalização como regra de argumentação para os discursos práticos, este pode ser compreendido como "uma reconstrução das intuições vida quotidiana, que estão na base imparcial de conflitos de ações morais". O segundo caminho procura demonstrar a validade da universalização, que "ultrapassa a perspectiva de uma cultura determinada, baseia-se na comprovação pragmático-transcendental de pressupostos

universais e necessários da argumentação".

Habermas, em seus argumentos, procura uma aproximação nas ideias de Kohlberg da "teoria do desenvolvimento da consciência moral". Na teoria, a capacidade de julgamento moral do indivíduo efetua-se da infância, passando pela adolescência à fase adulta, ou seja, não pode ser dissociada do seu desenvolvimento intelectual e psicomotor. Neste sentido, pode-se considerar uma evolução da consciência da existência dos princípios normativos e da moralidade. Nesta teoria, o desenvolvimento moral está dividido em seis estágios, cada um num "processo ativo" agrupados em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional. O primeiro, traz (i) o estágio do castigo, da obediência e o (ii) estágio de objetivo instrumental individual e da troca. O segundo nível, convencional, inclui os estágios (iii) das expectativas interpessoais mútuas, dos relacionamentos e da conformidade e o (iv) estágio da preservação do sistema social e da consciência. No terceiro, pós-convencional, considera os estágios (v) dos direitos originários e do contrato social ou da utilidade e (vi) estágio de princípios éticos universais. Nesse último estágio, "presume a orientação por princípios éticos universais, que toda humanidade deve seguir" (HABERMAS, 1989, p.154).

Para análise desta segunda variável, deve ser aplicado questionário estruturado, com base na ideia de nível de adesão a princípios universais estabelecidos em tratados e acordos internacionais como os trinta artigos/princípios contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos, os quatros princípios da Declaração da Organização Internacional do Trabalho (Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho), os vinte sete princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e os três princípios de prevenção à corrupção promulgado na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

A partir destes documentos de referência, selecionou-se 10 princípios universais de interesse da coletividade, especialmente relacionados à dignidade humana, o acesso ao trabalho decente e ao ambiente saudável, que é uma qualidade comum a todos e deve ser afirmação normativa com condições para se desenvolver e ser exercida nos territórios: (i) Universalidade e Inalienabilidade; (ii) Igualdade e não discriminação; (iii) Participação e Inclusão; (iv) Eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (v) Abolição efetiva do trabalho infantil; (vi) Meio ambiente ecologicamente equilibrado; (vii) Desenvolvimento sustentável; (viii) Função social da propriedade; (ix) Participação popular e; (x) Transparência.

Essa variável também está organizada em uma escala em cinco níveis para analisar a adesão do território aos princípios universais. Desta forma, considera-se em nível ótimo (5) de ativação do território, quando de 9 a 10 dos princípios forem identificados no conjunto de perguntas no Questionário de Normas e Moral; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 princípios; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 princípios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 princípios; e péssimo (1) quando não forem identificados, ou forem entre 1 e 2 princípios universais.

Quanto à Densidade institucional, terceira e última variável que esquematicamente selecionou-se como fundamental à análise social, considera-se a estrutura organizativa do território para a superação dos dilemas ou das mudanças de comportamento dos atores nas relações sociais e produtivas. Em outros termos, Dallabrida e Fernández (2006) referem-se à estrutura organizativo-funcional de um território, produzida com base na presença de um número significativo de instituições direta ou indiretamente vinculadas ao processo produtivo e do nível de interação entre os atores institucionais e o conjunto de atores territoriais. Os autores apresentam que é comum analisar a qualidade dessa "densidade institucional, como o padrão de relacionamentos utilizado pelas redes de ação coletiva local, a partir das interações cooperativas geradas entre os atores públicos e privados". No entanto, consideram-se duas questões fundamentais: a quantidades de atores institucionais vinculados às atividades da cadeia de valor, o desenvolvimento "das ações de cooperação, diferenciandose as mesmas de acordo com sua modalidade, sua morfologia e o destino da ação de cooperação" (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2006, p. 18), bem como a relação de confiança, de reciprocidade, o bemestar coletivo.

Neste sentido, a densidade institucional territorial pode ser compreendida apoiada nos agrupamentos dos atores/agentes públicos e privados, na combinação de diversos fatores incluindo sua interação interinstitucional, na relação de trabalho cooperativo, na representação coletiva, com um propósito comum em termos institucionais/ou empresariais e culturais, notadamente em normas e valores compartilhados (KIRAT; LUNG, 1999), formando um sistema territorial, dinâmico de reprodução, fundado segundo Fernández (2004) em inovações, de determinado território.

Para a terceira variável, buscou-se como base os estudos de Fernández (2004) e Dallabrida e Fernández (2006), especialmente para identificar as formas de organização, a qualidade das relações sociais, a inovação tecnológica e social do território e os valores compartilhados, que

são essenciais para o desenvolvimento territorial, uma vez que provocam mudanças positivas de comportamentos sociais, como nas relações produtivas.

Na análise da densidade institucional, selecionou-se 10 critérios que são capazes de produzir um perfil das instituições, das relações entre estas instituições e dessas com os indivíduos que as integram no território: (i) Interação entre as instituições; (ii) Participação dos indivíduos; (iii) Respeito a liberdade individual; (iv) Espaços de deliberação democrática (conselhos, entre outras); (v) Participação das instituições na construção da opinião pública; (vi) Respeito das instituições com o ambiente; (vii) Liberdade de associação; (viii) Liberdade de manifestação religiosa, política, dentre outras; (ix) corrupção; (x) e Inovação e tecnologia social.

Para esta análise da Densidade Institucional se indica o questionário semiestruturado, com base nos 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial, acima citados. Considera-se essa técnica fundamental para coletar as informações necessárias da realidade territorial, visto que oportuniza o levantamento das percepções, das opiniões, das crenças e dos interesses dos atores individuais e coletivos. Na análise sugere visitas *"in loco"*, coleta de dados por meio de levantamentos e análises dos Cadastros das instituições,

Nesta variável, Densidade institucional se propõe, do mesmo modo, a organização em uma escala de classificação de cinco níveis. Neste sentido, considera-se em nível ótimo (5), quando de 9 a 10 dos critérios selecionados, forem identificados no território; de nível bom (4), quando identificados 7 a 8 dos critérios; de nível regular (3) quando identificados 5 a 6 critérios; de nível ruim (2) quando identificados de 3 a 4 critérios; e péssimo (1) quando for de apenas 1 a 2 dos 10 critérios selecionados para análise da ativação do território.

Para compreender o comportamento social, em particular a percepção, faz-se necessário analisar a estrutura social, especialmente averiguar as funções imperativas, as posições sociais, os privilégios e os papéis ou *status* que desempenham, tais como as ordens proibitivas, imperativas e permissivas no território.

No quadro 3 se apresenta uma síntese deste terceiro componente da dimensão social, com suas variáveis, instrumentos de coleta e proposta de indicadores.

Quadro 3 – Valores, Normas e moral e Densidade Institucional

Dimensão social			
Componente	**Variáveis**	**Instrumentos de coleta de dados**	**ESCALA - (1 a 5)**
Valores, normas e estruturas sociais	**Valores**	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Normas e Moral	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 8 - 7 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	- Questionário semiestruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial. - Visitas "in loco" - Cadastro das instituições	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

4.2 A dimensão social: uma proposta de aglutinação

Demarcados os elementos essenciais de cada um dos componentes da dimensão social, bem como apresentadas as variáveis constitutivas, os possíveis instrumentos de coleta e a proposta de mensuração, se trata agora de visualizar uma síntese de como se poderia investigar a dimensão social do patrimônio territorial. O Quadro 4, de certa forma, sintetiza a proposta metodológica apresentada para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial.

Quadro 4 – Proposta metodológica para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Dimensão social			
Componentes	**Variáveis**	**Instrumentos de coleta de dados**	**ESCALA - (1 a 5)**
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	**Trabalho formal e informal**	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	5: 80 a 100% da PEA (ótimo) 4: 60 a 79% da PEA (bom) 3: 50 a 59% da PEA (regular) 2: 40 a 49% da PEA (ruim) 1: 1 a 39% da PEA (péssimo)
	Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe	- Índice de Gini	5: 0 a 0,30 (ótimo) 4: 0,31 a 0,40 (bom) 3: 0,41 a 0,50 (regular) 2: 0,51 a 0,60 (ruim) 1: 0,61 a 0,80 (péssimo)
	Indicadores de vulnerabilidade Social	- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	5: 0 a 0,200 – muito baixa (ótimo) 4: 0,201 a 0,300 – baixa (bom) 3: 0,301 a 0,400 – média (regular) 4: 0,401 a 0,500 – alta (ruim) 1: 0,501 a 1 – muito alta (péssimo)
Formas de organização e interação	**Grupos sociais e estratos de classe organizados**	- Questionário estruturado	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Redes de relações	- Questionário estruturado - Entrevista semi-estruturada - Visitas *"in loco"*	5: 90 a 100% (ótimo) 4: 70 a 89% (bom) 3: 50 a 69% (regular) 2: 30 a 49% (ruim) 1: Inferior a 30% (péssimo)
	Formas de cooperação e associação	- Questionário estruturado	5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 50 a 59% (regular) 2: 40 a 49% (ruim) 1: 1 a 39% (péssimo)

Valores, normas e estruturas sociais	**Valores**	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Normas e Moral	- Questionário estruturado	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)
	Densidade Institucional	- Questionário semiestruturado com base em 10 critérios selecionados para ativação do Patrimônio Territorial. - Visitas "in loco" - Cadastro das instituições	5: 9 - 10 (ótimo) 4: 7 - 8 (bom) 3: 5 - 6 (regular) 2: 3 - 4 (ruim) 1: 1 - 2 (péssimo)

Fonte: Organizado pelos autores.

O quadro evidencia que o estudo da dimensão social requer a intercomplementaridade de áreas do conhecimento, de abordagem metodológicas e de instrumentos de coleta de dados. Requer a interdisciplinaridade e o diálogo entre as diversas ciências e cientistas, na direção do proposto por Minayo (2014), ao referir-se à "triangulação de métodos", tendo presente "um quadro de referência compartilhado", que orienta a busca dos dados essenciais para captar as manifestações do objeto. A triangulação de métodos significa a adoção de uma postura de diálogo e de trabalho com diferentes instrumentos, sem a priori, descartar qualquer possibilidade em nome de opções excludentes. O quadro indica um possível caminho a ser percorrido. Uma espécie de roteiro que, é claro, pode ser aperfeiçoado, complementado ou modificado por investigadores ou grupos de pesquisa a partir de seus referenciais ontológicos, epistemológicos, teóricos e metodológicos. O intuito aqui é apresentar uma proposta a ser maturada na discussão e na prática e não propor um manual a ser seguido de forma categórica.

Nas ciências sociais existe uma tradição consolidada no sentido de que o cientista, ao propor uma pesquisa, tem ciência de que seu objeto é histórico e, por ser histórico, encontra-se na condição de "estar" e não de "ser". Com isso, o trabalho do cientista caminha na direção de propor um conjunto de procedimentos capazes de viabilizar a aproximação do objeto e a compreensão de suas manifestações, mesmo sabendo da impossibilidade de apreendê-lo em sua totalidade.

Traduzindo o Quadro 4 em uma representação lógico-matemática a fim de gerar um Índice da Dimensão Social em estudos do patrimônio territorial e contribuir para a construção de um Índice Geral do Patrimônio Territorial, em diferentes escalas de territórios ou formações sociais específicas, se propõe o Quadro 5.

Quadro 5 – Representação e equação para o estudo da dimensão social do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Componentes	**Variáveis**	**Escala**					**Médias**	
		1	**2**	**3**	**4**	**5**	**Equação**	**Valor**
Relações de trabalho e acesso aos bens e serviços	T1						$\frac{T1 + T2 + T3}{3}$	T
	T2							
	T3							
Formas de organização e interação	O1						$\frac{O1 + O2 + O3}{}$	O
	O2							
	O3							
Valores, normas e estruturas sociais	V1						$\frac{V1 + V2 + V3}{3}$	V
	V2							
	V3							
Índice que representa a Dimensão Social (IDS)							$\frac{\mathbf{T + O + V}}{\mathbf{3}}$	IDS

Fonte: Organizado pelos autores.

Nesta composição do Índice da Dimensão Social (IDS), cada um dos três componentes teve o mesmo peso (33,33%), assim como cada uma das três variáveis em cada um dos três componentes. Esta sinalização indica que as nove variáveis e os três componentes não estabelecem, entre si, uma escala de valoração diferenciada por representarem aspectos estruturais ou conjunturais da realidade. É claro que o apresentado aqui é uma espécie de "tipo ideal", na direção da tradição weberiana (WEBER, 1999), amplamente presente nas ciências sociais e sociais aplicadas, mas

que pode ser reconfigurada em contextos específicos e tradições teóricas diferenciadas.

Considerações finais

Este capítulo procurou estabelecer uma reflexão sobre a dimensão social do território, delimitando uma possível compreensão da mesma, apontando seus componentes e variáveis, assim como propondo procedimentos de coleta e análise de dados capazes de orientar pesquisas a respeito da mesma. Tem-se claro que a reflexão sobre a dimensão social do território não significa que ela possa ser isolada da totalidade, mas sim que ela deva ser esmiuçada, com o devido rigor científico, no sentido de melhor compreendê-la. A compreensão da totalidade é que dá sentido às suas múltiplas dimensões e escalas. Porém, não se entende a totalidade sem um olhar analítico, com os instrumentos da ciência, no sentido de explicitar suas características constitutivas.

Entende-se que a dimensão social de dado território possa ser compreendida a partir de três grandes componentes analíticos, articulados entre si: (i) as relações de trabalho e acesso aos bens e serviços produzidos; (ii) as formas de organização e interação; e (iii) os valores, normas e estruturas sociais que a constituem e lhe dão consistência. O modo de produção capitalista é baseado na propriedade privada dos meios de produção, no trabalho como fonte principal de produção de riqueza e no mercado como *lócus* essencial da circulação, do acesso e do consumo dos bens e serviços produzidos. É por meio do trabalho que os seres humanos modificam a matéria-prima extraída da natureza para transformá-las em produtos que são colocados no mercado.

Nesse contexto, as relações de trabalho e o acesso aos bens e serviços (ou consumo) possuem uma intrínseca conexão e proximidade, são marcados por intensas contradições e se apresentam de formas diversas, em diferentes territórios. Para estudá-las, a proposta apresentada aponta três variáveis: (i) trabalho formal e informal; (ii) distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe; e (iii) indicadores de vulnerabilidade social.

Em um cenário de globalização, grandes transições, enormes desigualdades e acentuada polarização social, compreender as formas de organização e interação presentes em um dado território requer uma nova sociologia do conhecimento e uma abordagem interdisciplinar que esteja atenta para três variáveis essenciais: (i) grupos sociais e estratos de classe

organizados; (ii) redes de relações; e (iii) formas de cooperação e associação.

Quando se trata de olhar para os valores, normas e estruturas sociais, se tem presente a necessidade de identificar os atores, os interesses de classes, as contradições, os processos históricos, e, especialmente, compreender como a sociedade se organiza no território. Nas sociedades capitalistas, os valores cumprem um papel decisivo na práxis social; a hegemonia dos valores dominantes (de classes ou de grupos) influencia a população a agir nos territórios conforme crenças e interesses, especialmente econômicos e políticos; e se cria, de certa forma, uma percepção abstrata de valores supostamente universais. Para compreender este cenário a proposta apresentada aponta a necessidade de se trabalhar com três variáveis essenciais: (i) valores; (ii) normas e moral; e (iii) densidade institucional.

A reflexão sobre a dimensão social dos territórios, em estudos centrados no patrimônio territorial, estabelecida neste texto, evidenciou a necessidade de se trabalhar com três grandes componentes e dezoito variáveis, a partir de uma abordagem interdisciplinar, multidimensional e multiescalar, que esteja atenta às grandes transformações em curso nas sociedades mundiais, mas, ao mesmo tempo, mantenha sensibilidade para perceber as manifestações dos diferentes atores e o desenho dos diversos cenários. Para que isso seja possível, a postura epistemológica, teórica e metodológica requer atenção especial dos pesquisadores que precisam "ir a campo" munidos de ferramentas adequadas, capazes de serem reconstruídas constantemente na interação com a realidade. Eis o grande desafio que se impõe.

Referências

ANÉSE, R. L. R. *Arranjos produtivos locais e capital social no Vale do Jaguari/RS*. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BAGLIONI, E. Labour control and the labour question in global production networks: Exploitation and disciplining in Senegalese export horticulture. *Journal of Economic Geography*, Oxford, v. 18, n. 1, p. 111-137, 2018.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A Construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A Construção social da realidade*: um livro sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Dinalivro, 2010.

BOBBIO, N. *Teoria do ordenamento jurídico*. 9. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BOISIER, S. E. *Sociedad civil, participacion, conocimiento y gestion territorial*. Santiago de Chile, ILPES, 1997.

BOURDIEU, P. E. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAZELLA, A. A.; CARRIÈRE, J. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia,* Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.

CHEN, M. The Informal Economy: Definitions, Theories and Policies. *WIEGO working Paper*, Manchester, v. 1, n. 26, p. 90141-90144, 2012.

COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Harvard University Press, 1990.

CORIAT, B. (Dir.) *Le Retour des Communs*: la crise de l'idéologie propriétaire. LLL (Les Liens que Libères), Paris, 2015.

COSTA, M. *et al. Vulnerabilidade social no Brasil:* Conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.econstor.eu/handle/10419/177580. Acesso em: 10 fev. 2023.

COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento*: temas e problemas de nosso tempo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

COVAS, A. *Transição digital e inteligência coletiva territorial*. Lisboa: Editora Sílabo, 2021.

COVAS, A.; COVAS, M. M. *A construção social dos territórios-rede*: a inteligência territorial da 2ª ruralidade. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. densidade Institucional. *In*: SIEDENBERG, D. R. (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 67-69.

DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M.; COVAS, A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária, mas não suficiente. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 360-378, maio/ago. 2017.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. *GUAJU - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. *In*: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (Orgs.). *O sabor da origem.* Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DIAS, L.; SILVEIRA, R. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

FERNÁNDEZ, V. R. Densidad Institucional, Inovación Colectiva y Desarrollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los 90s. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 7-35, jan./abr. 2004.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. *Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)*. 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4860551/mod_resource/content/1/Questionario%20Integrado%20para%20medir%20Capital%20Social%20Banco%20Mundial.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; WOO, M. *Measuring social capital: an integrated questionnaire*. 2004. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/515261468740392133/Measuring-social-capital-an-integrated-questionnaire. Acesso em: 30 jun. 2022.

HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro, 1989.

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade*: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na "América Latina". Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INNERARITY, D. *A sociedade invisível*: como observar e interpretar as transformações do mundo atual. Lisboa: Teorema. 2009.

INNERARITY, D. *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cidades*. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 06 fev. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. Brasília: IPEA, 2015.

JONAS, A. E. Local labour control regimes: uneven development and the social regulation of production. *Regional Studies*, Abingdon, v. 30, n. 4, p. 323-38, 1996.

KIRAT, T.; LUNG, Y. Innovation and proximity territories as loci of collective learning processes. *European Urban and Regional Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 27-38, jan. 1999.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Lisboa: Editora Guerra e Paz, 2021.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016. *Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 72-94, 2018.

MILLAR, K. *The Informal Economy*: Condition and Critique of Advanced Capitalism. Durban: CCS, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NEVES, C.; CAMARA, M. R. G. Da; SESSO FILHO, U. A.; ESTEVES, E. G. Z.; MARCONATO, M. Análise do Índice de Gini nos Municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 209-227, Jun. 2016.

PATTENDEN, J. Working at the margins of global production networks: local labour control regimes and rural-based labourers in South India. *Third World Quarterly*, Abingdon, v. 37, n. 10, p. 1809-1833, 2016.

PRONI, M. W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 22, p. 825-854, 2013.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMOS, J. P. S.; COSTA, F. M. Análise Comparativa Sobre o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) Entre o Município de Santa Inês (BA), a Bahia e o Brasil no Ano de 2010. In: Semana de Economia: Políticas Públicas para o Desenvolvimento, 8., 2018, Ilhéus. *Anais...* Ilhéus: UESC, 2018.

RIFKIN, J. *A era do acesso:* A Revolução da nova Economia. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ROKEACH, M. *Understanding human values:* individual and societal. New York: Free Press, 1979.

ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M.; ANDRADE, A.; QUADROS, D. A. Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da Dimensão Social. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 100-116, jan./abr. 2022.

SCHWARTZ, S. H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. *Advances in Experimental Social Psychology*, Waterloo v. 25, p.1-65, 1992.

SCHWARTZ, S. H.; CIECIUCH, J.; VECCHIONE, M.; DAVIDOV, E.; FISCHER, R.; BEIERLEIN, C.; KONTY, M. Refining the theory of basic individual values. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, v. 103, n. 4, p. 663-688, 2012.

TORRES, C; SCHWARTZ, S. H; NASCIMENTO, T. A teoria de valores refinada: associações com comportamento e evidências de

validade discriminante e preditiva. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 341-356, 2016.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SMITH, A.; BARBU, M.; CAMPLING, L.; HARRISON, J.; RICHARDSON, B. Labor regimes, global production networks, and European union trade policy: labor standards and export production in the Moldovan clothing industry. *Economic Geography,* London, v. 94, n. 5, p. 550-574, 2018.

TAMAYO, A. Hierarquia valores transculturais e brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 269-286, 1994.

TAMAYO, A; SCHWARTZ, S. H. Estrutura motivacional dos valores. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília v. 9, p. 329-348, 1993.

WEBER, M. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 1999.

Capítulo 5

A DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Airton Adelar Mueller – UNIJUÍ
Anderson Vinicíos Branco Lutzer – UNIJUÍ
Cláudio Machado Maia – UFRN
Marcio Gazolla – UTFPR
Sidinei Pithan da Silva - UNIJUÍ

Introdução

Neste trabalho se busca estabelecer e esclarecer as bases e os procedimentos necessários para a construção do Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI), que, juntamente com os respectivos textos das demais cinco dimensões que constituem o Patrimônio Territorial (PT), apresentam ao público o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP)[2]. O IDHI, para além de seu papel na composição do IMAP, pode também ser visto separadamente, caso assim o(a) pesquisador(a) preferir delimitar seu estudo, focando somente nos aspectos desta dimensão. Ademais, vale ressaltar que o IDHI é uma forma de viabilizar a fase analítico-sistematizadora da Triangulação Progressiva, apresentada e discutida em Mueller *et al.* (2022).

Os elementos conceituais subjacentes à esta dimensão estão ancorados em discussões sobre território, patrimônio territorial, na

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

2 Texto resultante do Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS-UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

distinção entre saberes formais e saberes informais, bem como, na distinção entre grupos humanos verticais e horizontais, segundo embasamentos teóricos apresentados em Mueller *et al.* (2022). As bases para a noção de desenvolvimento encontram-se na Abordagem das Capacidades (Amartya Sen), também apresentada em Mueller *et al.* (2022). Vale retomar, todavia, que a opção por tal abordagem teórica visa conectar a noção de desenvolvimento territorial com o foco da Dimensão Humana e Intelectual (DHI), que é justamente a população constitutiva dos diversos territórios. Neste sentido, a mesma abordagem proporciona as noções de "valor intrínseco" e "valor instrumental" como critérios de escolha dos elementos indicativos da respectiva inclusão das variáveis na composição do índice. Ambos os aspectos são discutidos na primeira seção, na sequência desta introdução.

O critério de construção da escala de cada uma das variáveis privilegia, sempre que possível, taxas e percentuais, em detrimento de valores absolutos, visando apresentar resultados contextualizados, conforme as realidades próprias de cada território. Tal construção, juntamente com a indicação de fontes de dados para as respectivas variáveis e a explicitação dos critérios de construção das escalas, constituem a segunda seção do texto. Já a terceira seção apresenta formas de como se procedem os ajustes contextuais no índice, sem que isso distorça os resultados, em caso de ausência de dados, ou de particularidades territoriais. Finalmente, na última seção, se elucida os passos necessários para a transformação dos números obtidos na mensuração de cada varável em um índice sintético.

5.1 Dimensão humana e intelectual do patrimônio territorial: elementos conceituais e indicativos

5.1.1 Elementos conceituais

A Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial ancora-se, em termos teóricos, na Abordagem Territorial do Desenvolvimento (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA *et al.*, 2021; DALLABRIDA, 2020), enquanto marco referencial geral e na Abordagem das Capacidades (SEN, 2000; 1992; 1987; 1985; SEM; KLIKSBERG, 2010), enquanto marco referencial específico. As conexões entre ambas as abordagens foram apresentadas e discutidas em Mueller *et al.* (2022). Cabe, todavia, sumarizar tal empreitada, dizendo que a DHI,

> [...] trata, invariavelmente, de pessoas. Trata, por conseguinte, de grupos e subgrupos por elas formados, de seus saberes, de suas características sociodemográficas e dos arranjos sociais que impactam sua formação intelectual, bem como a produção e difusão de novos conhecimentos e inovações (MUELLER *et al*., 2022, p. 204).

Assim sendo, a Dimensão Humana e Intelectual é composta de dois componentes, que, por sua vez, se subdividem em subcomponentes. Os componentes são: 1) Saberes e 2) Grupos Humanos. Os subcomponentes são, respectivamente: Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Verticais e Grupos Horizontais.

> Os saberes formais dizem respeito àqueles atrelados a instituições de ensino e pesquisa formalmente reconhecidas pelos aparatos legais. Trata-se, por exemplo, de escolas, universidades, centros de pesquisa e congêneres. Da mesma forma, incluem títulos, diplomas e certificados de conclusão por elas emitidos. Também incorporam a produção e o registro de patentes, bem como a produção científica, veiculada nos fóruns e formatos adequados, como, por exemplo, artigos científicos.
>
> Os saberes informais, por sua vez, aqui são entendidos como todos os demais saberes não produzidos e legitimados pelas instituições acima mencionadas. São exemplos destes saberes: conhecimentos de línguas estrangeiras; conhecimentos de línguas autóctones próprias de determinados grupos sociais radicados nos territórios; práticas ancestrais perpetuadas pela oralidade que denotam saberes específicos, como, por exemplo, conhecimento de ervas medicinais e conhecimentos inerentes a práticas culturais, como preparo de pratos típicos, confecção de indumentárias regionais, etc. (MUELLER *et al*., 2022, p. 207).

Quanto aos grupos humanos, Mueller *et al.* (2022), baseados em Stewart (2010) e Stewart, Graham e Luca (2021), adotam a distinção entre grupos verticais e grupos horizontais como critério de estratificação/agrupamento de habitantes de um território. Segundo tal critério, grupos verticais são aqueles que não levam em consideração características distintivas como, por exemplo, diferenças étnicas, raciais ou religiosas. Segmentações por faixas de renda ou níveis de instrução são exemplos de grupos verticais. Os grupos horizontais, por sua vez, são aqueles oriundos de características que dão especificidade a algum grupo populacional, como a etnia, a religião, o gênero, etc.

Estes componentes e seus respectivos subcomponentes são operacionalizados por meio de variáveis, que constituem o nível indicativo, conforme se apresenta no próximo tópico.

5.1.2 Elementos indicativos

Neste tópico elucidam-se as razões e os critérios que justificam a inclusão das respectivas variáveis no nível indicativo supracitado. Tais critérios estão em sintonia com a discussão dos papeis constitutivo e instrumental da liberdade no processo de desenvolvimento, segundo a Abordagem das Capacidades (SEN, 2000). A noção de que há um papel constitutivo em discussão é apresentada por Sen (2000) como sinônimo de importância intrínseca ao desenvolvimento. Nas palavras do autor, "[...] a importância *intrínseca* da liberdade humana como o objetivo preeminente do desenvolvimento precisa ser distinguida [de sua] eficácia *instrumental* [...]" (SEN, 2000. p. 53, destaques no original).

Neste sentido adota-se aqui as noções de Valor Intrínseco e Valor Instrumental, como subjacentes a cada uma das variáveis incluídas no índice. O valor instrumental se refere ao fato de que sua existência e mobilização pode ter impactos positivos em termos de geração de desenvolvimento territorial, em sentido amplo. Já o valor intrínseco diz respeito ao fato de que algo deve existir, ou ser preservado, por argumentos éticos ou morais, independentemente de seu valor instrumental.

Para fins elucidativos vale trazer alguns exemplos. Atividades de pesquisa científica têm um valor instrumental muito claro com relação ao desenvolvimento de um território. A defesa da preservação de uma língua indígena pode não ter tão claramente tal valor instrumental, mas tem um valor intrínseco inquestionável. O mesmo pode ser dito quanto à preocupação com o respeito à diversidade religiosa. O valor instrumental pode não ressaltar aos olhos, como seria o caso do registro de patentes, mas seu valor intrínseco justifica que se deva incluir tal informação no índice.

Em geral, este argumento instrumental e/ou intrínseco se percebe bem na distinção entre Saberes Formais e Saberes Informais. No caso dos formais o valor instrumental está invariavelmente presente, já quanto aos informais, sobressai-se seu valor intrínseco. Todavia, uma variável pode se justificar por ambos os "valores" simultaneamente, como, por exemplo, a produção de artesanatos com valor identitário e/ou potencial turístico. Se tais atividades representam formas de gerar renda a determinados grupos de um território (valor instrumental), elas também atuam no sentido de preservar a identidade de tal grupo e, assim, preservar a diversidade cultural do território (valor intrínseco), portanto, trata-se de uma das faces do patrimônio territorial de importância inquestionável.

Tal simultaneidade de valor (intrínseco e instrumental) também está subjacente às variáveis que retratam os grupos humanos, sobretudo, os verticais. Neste caso é bastante intuitivo que, por exemplo, maiores níveis de instrução e renda de uma população sejam desejáveis por si só, mas que também tenham impactos positivos sobre outros aspectos da vida. Por conseguinte, há impacto (instrumental) na qualidade de vida e no nível de desenvolvimento de um território.

Do ponto de vista dos grupos horizontais, conforme dito, se sobressai o valor intrínseco. Todavia, é bastante evidente que as condições de vida da população de um território são a base para seu desenvolvimento em sentido amplo. Se, por exemplo, um território for habitado predominantemente por um grupo étnico que por razões racistas seja considerado "inferior", tal condição afetará o território como um todo. Daí a importância de se ter em mente a distinção entre grupos horizontais e verticais. Portanto, parte-se do princípio de que inerente a cada variável aqui incluída, exista valor intrínseco, ou valor instrumental, ou ambos e, assim, justifique sua inclusão na composição do índice da dimensão humana e intelectual, sem a necessidade de que se arrole justificativas pormenorizadas para cada variável.

O quadro 1 apresenta o conjunto de elementos que constituem a DHI. Ressalta-se que, para fins de viabilidade e simplicidade operacional, optou-se aqui por agrupar algumas das variáveis apresentadas em Mueller *et al.* (2022), resultando em um número menor efetivamente a serem operacionalizadas. Assim têm-se um total de oito variáveis, sendo três por subcomponente, exceto o subcomponente Saberes Informais, que está representado por apenas duas variáveis.

Quadro 1: Dimensão Humana e Intelectual: componentes e variáveis

Dimensão	Componentes		Variáveis
DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL	SABERES	Formais	- Expedição de títulos e certificados acadêmicos - Produção científica Registro de patentes
		Informais	- Saberes transmitidos pela tradição oral - Domínio de línguas não oficiais
	GRUPOS HUMANOS	Verticais	- Níveis de escolaridade - Níveis de renda - Grupos etários
		Horizontais	- Grupos religiosos - Gênero - Grupos étnico-raciais

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

5.2 Dimensão humana e intelectual: critérios de construção da escala e instrumentos de coleta dos dados

O Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI) segue uma escala de 1 a 5, sendo 1 a pior nota e 5 a melhor. Assim, tem-se: 5 = Muito Alto; 4 = Alto; 3 = Médio; 2 = Baixo e 1 = Muito Baixo. Estes cinco níveis são baseados na Escala Likert. Neste sentido, se apresenta aqui a definição de cada uma das variáveis, juntamente com os critérios de construção da respectiva escala. Ademais, são apontados indicativos de como podem ser obtidos os respectivos dados empíricos necessários, tendo-se em mente a realidade brasileira.

A exposição dos parâmetros segue a sequência de Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Humanos Verticais e Grupos Humanos Horizontais. Para cada grupo de variáveis, se utiliza uma letra e um número cardinal para fins de abreviação. Tal abreviação visa facilitar o processo de aglutinação e cálculo do índice, segundo componentes e índice da dimensão como um todo.

Os Saberes Formais são precedidos da letra "F", em alusão à palavra "formais". Da mesma forma, os Saberes Informais são precedidos da letra

"I", os Grupos Humanos Verticais, pela letra "V" e os grupos Humanos Horizontais, pela letra "H". Os números são correspondentes ao número de varáveis de cada subcomponente. Assim tem-se: (F1, F2, F3), (I1 e I2), (V1, V2, V3) e (H1, H2 e H3).

5.2.1 Componente: saberes formais

Variável F1: Expedição de títulos e certificados acadêmicos.

a. Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de diplomas de graduação e pós-graduação emitidos por instituições sediadas no território. Tal medida constitui-se, simultaneamente, em uma *proxy* da infraestrutura do território quanto à formação em nível superior de sua população, bem como da contribuição do território para a formação de pessoas de outros territórios, uma vez que é comum que estudantes busquem sua formação em outras regiões que não a de nascimento. Assim sendo, a informação sobre a emissão de títulos acadêmicos é mais relevante do que a simples presença de um maior, ou menor, número de instituições. O objetivo é calcular uma taxa de expedição de títulos, por 1000 habitantes do território, em um determinado período de tempo. Ou seja, divide-se o número de título expedidos, por mil habitantes. Se, por exemplo, em um território onde vivam 1000 pessoas, foram expedidos 50 títulos, no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,05. Se neste mesmo território forem expedidos 20 títulos, tem-se uma taxa de 0,02, e assim por diante.

b. Estrutura da escala:

5. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,05.

4. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,03 e inferior a 0,05.

3. A expedição de títulos acadêmicos é igual ou superior a 0,01 e inferior a 0,03.

2. A expedição de títulos acadêmicos é inferior a 0,01.

1. Não há expedição de títulos acadêmicos no território.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Cadastro e-MEC: Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior.

Variável F2: Produção científica:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se, para fins de viabilidade operacional, de averiguar se o território possui produção científica nacional e internacional de alto impacto, em várias áreas do conhecimento, segundo definições da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Uma forma aproximada, porém, bastante viável, de se auferir tal produção é por meio da existência de programas de pós-graduação stricto senso e as respectivas notas atribuídas pela CAPES na mais recente avaliação. Neste caso, sugere-se trabalhar com a existência dos programas, acrescido de um critério qualitativo, ao invés de realizar o levantamento de toda a produção acadêmica realizada em um território. Parte-se do pressuposto de que um maior número de programas, associado a maiores notas, possam indicar de maneira bastante satisfatória a produção científica de um território. Ressalta-se que a CAPES trabalha com notas que variam de 3 até 7, para manter em funcionamento os cursos de pós-graduação, sendo a nota 7 considerada de excelência. São 49 as áreas do conhecimento, consideradas pela CAPES para fins de avaliação dos programas.

b. Estrutura da escala:

5. No território há mais de 6 programas de pós-graduação stricto senso, sendo que destes pelo menos dois foram avaliados com nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

4. No território há menos de 6 programas de pós-graduação stricto senso, sendo que destes pelo menos um foi avaliado com nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

3. No território há mais de um programa de pós-graduação stricto senso, todavia nenhum deles recebeu nota 6 ou 7 na mais recente avaliação.

2. No território há pelo menos um programa de pós-graduação stricto senso, independente da nota obtida na mais recente avaliação.

1. No território não há nenhum programa de pós-graduação

stricto sensu.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Plataforma Sucupira (2023).

Variável F3: Registro de patentes:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se do pedido de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), realizado por instituições sediadas no território. O objetivo é calcular uma taxa de patentes por 1000 habitantes residentes no território. Se divide o número de pedidos de patentes pelo tamanho da população e multiplica-se o resultado por 1000. Se, por exemplo, em um território onde vivam 1.000.000 de pessoas foram registradas 100 patentes, no período escolhido, tem-se uma taxa de 0,1. Se neste território vivessem 2.000.000 de pessoas, a taxa seria de 0,05 e assim sucessivamente.

b. Estrutura da escala:

5. O registro de pedidos de patentes no INPI é igual ou superior a 0,1.

4. O registro de pedidos de patentes no INPI é igual ou superior a 0,05 e inferior a 0,1.

3. O registro de pedidos de patentes no INPI é igual ou superior a 0,01 e inferior a 0,05.

2. O registro de pedidos de patentes no INPI é inferior a 0,01.

1. O território não possui registros de pedidos de patentes no INPI.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

INPI (2023).

5.2.2 Saberes Informais

Variável I1: Saberes transmitidos pela tradição oral.

a. Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de conhecimentos sobre ervas medicinais associados à vegetação própria do território, conhecimentos sobre plantas e sementes crioulas, produção de artesanatos com valor identitário e/ou potencial turístico e conhecimento culinário regional (pratos típicos). Os critérios subjacentes são a diversidade de saberes e o reconhecimento deles pelas autoridades locais. Quanto mais diverso é o território, melhor em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, é positivo que tais saberes sejam reconhecidos formalmente e tenham protagonismo na vida de seu entorno. Uma forma viável de se verificar tal reconhecimento é por meio de sua representatividade em conselhos municipais de cultura.

b. Estrutura da escala:

5. No território há mais de 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão plenamente representados em conselho municipal de cultura.

4. No território há mais de 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos estão parcialmente representados em conselho municipal de cultura.

3. No território há entre 01 e 10 grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e tais grupos não estão representados em conselho municipal de cultura.

2. No território não há grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral, mas há conselho municipal de cultura.

1. No território não há grupos humanos que vivenciam em seu cotidiano práticas ligadas a saberes transmitidos pela tradição oral e não há conselho municipal de cultura.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Pesquisa primária (etnografia, entrevistas com atores sociais representativos). Pesquisa em fontes secundárias: registros públicos locais.

Variável I2: Domínio de línguas não oficiais:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Trata-se de línguas e dialetos falados pela população local, que não sejam usadas pelo aparato estatal em suas atividades. O critério subjacente aqui também é a diversidade e o reconhecimento por parte do poder público local e da sociedade. Quanto mais diverso é o território em termos de línguas, melhor em termos de patrimônio territorial. Todavia, o fomento, a negligência ou a repressão por parte do Estado e da própria sociedade local, pode fazer toda a diferença em termos de vitalidade de tal patrimônio.

b. Estrutura da escala:

5. No território são faladas mais de 6 línguas não oficias e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais.

4. No território são faladas entre 3 e 6 línguas não oficias e tal prática é incentivada pelo poder público, sendo algumas delas incorporadas nas atividades escolares formais.

3. No território são faladas mais de 6 línguas não oficias, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais.

2. No território são faladas de uma a 6 línguas não oficias, porém não estão incorporadas nas atividades escolares formais.

1. No território são faladas línguas não oficiais, porém tal prática é reprimida pelo poder público local.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Pesquisa com informantes qualificados (antropólogos), pesquisa em secretarias municipais de educação.

5.2.3 Grupos Humanos Verticais

Variável V1: Níveis de escolaridade:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Para fins desta variável, optou-se por adotar os dados já disponíveis por meio do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDHM - Educação. Em casos de um território abranger mais de

um município, é preciso trabalhar com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando.

b. Estrutura da escala:

5. IDHM Educação é igual ou acima de 0,8.
4. IDHM Educação igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8.
3. IDHM Educação igual ou acima de 0,4 e abaixo de 0,6.
2. IDHM Educação igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4.
1. IDHM Educação abaixo de 0,2.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Atlas do Desenvolvimento Humano.

Variável V2: Níveis de renda:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Para fins desta variável, optou-se por adotar os dados já disponíveis por meio do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – IDHM - Renda. Em casos de um território abranger mais de um município, é preciso trabalhar com as médias obtidas a partir dos vários municípios que se estiver estudando.

b. Estrutura da escala:

5. IDHM Renda igual ou acima de 0,8.
4. IDHM Renda igual ou acima de 0,6 e abaixo de 0,8.
3. IDHM Renda igual ou acima de 0,4 e abaixo de 0,6.
2. IDHM Renda igual ou acima de 0,2 e abaixo de 0,4.
1. IDHM Renda abaixo de 0,2.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Atlas do Desenvolvimento Humano.

Variável V3: Grupos etários:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Os grupos etários aqui considerados dizem respeito a grupos populacionais agregados segundo população em idade ativa – PIA (entre 15 e 64 anos) e demais grupos. Ou seja, jovens (com menos de 15 anos) e idosos (com mais de 65 anos) **são o grupo**

que constitui a assim chamada população dependente. Com base nos dados populacionais de um território assim agrupados, se calcula a Razão de Dependência. Quanto menor for este indicador, mais apto está o território a produzir e dinamizar as atividades econômicas, gerar poupança e desenvolvimento. Existem três tipos de razão de dependência: a Idosa - RDI, a Jovem - RDJ e a Total - RDT. Como os próprios nomes evidenciam, a RDI leva em consideração apenas a relação entre PIA e a população idosa, a RDJ considera apenas a relação entre PIA e os jovens. A Razão de Dependência Total (RDT), por sua vez, considera simultaneamente ambos os grupos dependentes. O cálculo evidencia quantos dependentes existem para cada 100 pessoas em idade ativa, em um certo território. Soma-se os dependentes, divide-se pela PIA e multiplica-se o resultado por 100. Aqui optou-se por trabalhar com a RDT por sua maior representatividade da população de um território.

b. Estrutura da escala:

5. Razão de dependência total abaixo de 40.

4. Razão de dependência total igual ou acima de 40 e abaixo de 50.

3. Razão de dependência total igual ou acima de 50 e abaixo de 60.

2. Razão de dependência total igual ou acima de 60 e abaixo 70.

1. Razão de dependência total igual ou acima de 70.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico.

5.2.4 Grupos Humanos Horizontais

Variável H1: Grupos religiosos:

a. Definição e critérios de construção da escala:

Grupos religiosos são aqui entendidos em sentido amplo, incluindo as mais diversas religiões e suas variantes. Trata-se, por exemplo, de cristãos, muçulmanos, religiões de matrizes

africanas, além de quaisquer outras práticas religiosas que se encontrem organizadas em grupos e que estejam sendo praticadas no território. A diversidade e o convívio respeitoso e, portanto, pacífico entre grupos religiosos são os critérios que balizam esta variável.

b. Estrutura da escala:

5. No território existem mais de 10 grupos de religiões diferentes e inexistem registros de conflitos por motivos religiosos, prevalecendo o respeito e a tolerância mútua.

4. No território há predominância de um grupo religioso, mas são comuns diferentes formas de atividades ecumênicas.

3. No território há predominância de um grupo religioso, entretanto não há integração ecumênica.

2. No território há registros de situações esporádicas de intolerância religiosa.

1. No território são comuns conflitos violentos entre diferentes grupos religiosos.

Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

IBGE, Censo Demográfico. Quanto ao convívio harmônico ou conflituoso entre grupos, recomenda-se pesquisa em veículos de comunicação local, ou em órgãos públicos de segurança, ou diretamente com lideranças religiosas do território.

Variável H2: Gênero:

a. Definição e critérios de construção da escala:

As relações de gênero certamente são aspecto fundamental em qualquer discussão sobre o grau de desenvolvimento de um povo. Em linhas gerais, a ideia de gênero diz respeito à forma como a sociedade constrói as expectativas sobre o que é ser homem ou mulher. Todavia, transcende a noção de binarismo de sexo, masculino e feminino, abrangendo diversas outras identidades de gênero, como os bissexuais e os transexuais. Casos de violência, diferenças salariais e discriminações em geral, motivadas por diferenças de gênero, são indicativos do quão igual ou desigual são as relações de gênero em uma sociedade. Neste sentido o critério balizador desta variável é a igualdade / desigualdade de

gêneros em um território, sendo a igualdada o ideal a ser almejado. Dentre as diferentes evidências empíricas possíveis, prioriza-se aquelas que possam ser representativas de maneira geral, mas que, sobretudo, possam ser de fácil obtenção em termos de dados ao nível dos diversos territórios. Assim sendo, optou-se por focar na representatividade feminina nas câmaras legislativas municipais, imaginando que onde tal representatividade seja mais igualitária, as relações de gênero, em geral, também sejam mais próximas da igualdade. Por isso, o indicador busca averiguar o percentual de homens e mulheres nas câmaras municipais.

b. Estrutura da escala:

5. No território as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira paritária, sendo 50% homens e 50% mulheres.

4. No território as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 60% homens e 40% mulheres.

3. No território as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 70% homens e 30% mulheres.

2. No território as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo 80% homens e 20% mulheres.

1. No território as vagas no legislativo local são ocupadas de maneira não paritária, sendo mais de 80% homens e menos de 20% mulheres.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Câmaras legislativas municipais.

Variável H3: Grupos étnico-raciais:

a. Definição e Critérios de construção da escala:

A diversidade étnico-racial é considerada aspecto positivo em termos de patrimônio territorial. Da mesma forma, a igualdade entre grupos é outro critério positivo. Assim sendo, situações de racismo, de xenofobia, intolerância e desigualdades diversas entre grupos são nocivas à ativação de tal forma de patrimônio. Para fins operacionais trabalha-se com a distinção entre Brancos e Não-brancos, sendo os não brancos aqueles grupos com os quais o IBGE trabalha, seguindo o critério da auto declaração, exceto os amarelos. Ou seja, busca-se identificar as desigualdades

entre brancos x pretos, pardos e indígenas, uma vez que são estes últimos os grupos historicamente em maior vulnerabilidade socioeconômica (IBGE, 2000). Tais diferenças se verificam de diversas maneiras, sobretudo no que diz respeito ao acesso a diferentes bens e serviços essenciais ao bem-estar, como acesso à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho e à renda e assim por diante. A exclusão dos amarelos se dá em função de que em termos de indicadores de acesso aos mencionados bens e serviços, tal grupo se assemelha mais aos brancos do que aos demais grupos não brancos. Para fins de representação da igualdade / desigualdade entre grupos se opta por analisar a renda monetária[3].

b. Estrutura da escala:

5. O território é muito diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de todos os cinco grupos aqui considerados e a desigualdade de renda entre brancos e não-brancos inexiste.

4. O território é muito diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de todos cinco grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos é de, no máximo, 10% acima da dos não brancos.

3. O território é diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de pelo menos quatro dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está de 10% a 20% acima da dos não brancos.

2. O território é pouco diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de menos de três dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está de 20% a 30% acima da dos não brancos.

1. O território é pouco diversificado em número de etnias, possuindo habitantes de menos de três dos grupos aqui considerados e a desigualdade de renda mostra que a renda dos brancos está mais de 30% acima da dos não brancos.

c. Técnicas e/ou fontes de coleta de dados:

Fontes de dados: IBGE, Censo Demográfico.

3 Embora a diversidade seja relevante, a igualdade entre grupos é entendida como critério superior. Assim sendo, em caso de dúvidas quanto à nota que um território deva receber nesta variável, o critério da renda deverá ter precedência.

5.3 Ajustes contextuais e método de aglutinação

5.3.1 Ajustes ao contexto empírico

É imprescindível trazer de maneira clara o fato de que é possível que a diversidade humana e as inúmeras heterogeneidades dos territórios sejam maiores do que aquela aqui prevista pelas variáveis apresentadas. Neste sentido, haverá contextos empíricos em que a inclusão, ou a exclusão, de variáveis se fará necessário.

A título de exemplo, pode-se imaginar um território que seja habitado por grupos indígenas, ou grupos ribeirinhos (grupos humanos horizontais) e outro território que não o seja. Neste caso, há que se fazer os devidos ajustes para que o índice espelhe, de fato, a realidade de cada território.

Da mesa forma pode-se pode excluir variáveis, por razões diversas, como a não existência de dados, a impossibilidade de acesso a eles, ou, conforme o exemplo anterior ilustra, devido a peculiaridades de algum território em termos de ausência de determinado grupo, ou saber. Neste caso, também serão necessários ajustes na construção do índice.

Em termos operacionais, em caso de exclusão de variáveis, será necessário estar atento somente ao "método de aglutinação" (apresentado a seguir) e em caso de inclusão de variáveis, serão necessários ajustes, tanto na etapa de transformação das variáveis (criação da escala) quanto na etapa de aglutinação.

É justamente esta possibilidade de inclusão e exclusão de variáveis, com a devida justificativa contextual, que torna o índice aqui proposto ajustável a diferentes situações, sem perder sua consistência teórica e empírica. Com isso se resolve o problema inerente à maioria dos índices no sentido de não serem capazes de capturar a diversidade e a heterogeneidade das diferentes realidades empíricas. Trata-se de uma solução semelhante à Paridade do Poder de Compra, medida largamente utilizada para comparar países em termos de poder aquisitivo das respectivas populações, tendo em vista a moeda local e o custo de vida local[4]. Assim, abre-se a possibilidade de comparações entre territórios quanto ao seu respectivo

4 A OECD apresenta a seguinte definição de tal medida: "PPPs [Purchasing Power Parities] are the rates of currency conversion that equalize the purchasing power of different currencies by eliminating the differences in price levels between countries". Disponível em: https://www.oecd.org/sdd/purchasingpowerparities-frequentlyaskedquestionsfaqs.htm. Acesso em: 09/12/2022.

patrimônio territorial, mesmo que sejam territórios bastante distintos um do outro, o que, certamente se trata de um ganho considerável para todos aqueles interessados no tema do desenvolvimento territorial e evidencia as vantagens que o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP) apresenta frente a outros índices já existentes.

5.3.2 Método de aglutinação e construção do índice

O método de aglutinação consiste em várias etapas subsequentes. Inicia-se pela transposição das respectivas escalas atribuídas a cada uma das variáveis, inserindo os valores na Figura 2. Em seguida efetua-se o cálculo das médias de cada subcomponente (F, I, V e H). Posteriormente se calcula o subíndice (média saberes e média grupos) de cada um dos dois componentes e, finalmente, chega-se ao índice geral pela média simples do subíndice de cada componente, conforme ilustrado no Quadro 2 (MS + MG / 2).

Com tal procedimento tem-se riqueza de informações, uma vez que se pode ter uma noção da realidade de um território como um todo, mas também da realidade de cada componente, bem como dos respectivos grupos de componentes. Ou seja, na coluna Valor (em médias) o valor "F" fornece informações sobre a realidade do território em termos de seus saberes formais. Já a letra "I", da mesma coluna, traz informações sobre os saberes informais. Ao se realizar a soma de ambos e a posterior divisão por "2", obtém-se "MS", que mostra a síntese do componente Saberes. O mesmo raciocínio é válido para o componente Grupos Humanos e seus subcomponentes, grupos verticais e grupos horizontais.

Quadro 2: Distribuição dos pesos segundo componentes e cálculo do índice.

Componentes		**Variáveis** 1	**Escala**						**MÉDIAS**	
			2	3	4	5	zero	Equação	Valor	
Saberes	Formais	F1							F1+ F2+ F3 / 3	F =
		F2								
		F3								
	Informais	I1							I1+ I2 / 2	I =
		I2								
								Média Saberes	F + I / 2	MS =
Grupos Humanos	Verticais	V1							V1+ V2+ V3 / 3	V =
		V2								
		V3								
	Horizontais	H1							H1+ H2+ H3 / 3	H =
		H2								
		H3								
								Média Grupos	V+ H / 2	MG =
Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual									MS+ MG / 2	**IDHI =**

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Em caso de alguma variável não ser pertinente ao território em estudo, atribui-se zero. O mesmo acontece em caso de ausência de dados, ou impossibilidade de obtê-los. Assim, tal ausência não interferirá no denominador do componente. Independentemente do motivo, em caso de uma variável receber 0 (zero), ajusta-se o valor do denominador do respectivo componente ao número concreto de variáveis utilizadas. O mesmo deverá ser feito quando a realidade empírica de determinado território se apresentar mais plural do que aqui previsto, tem-se, então, a possibilidade de inclusão de uma ou mais variáveis. Neste sentido, o ajuste do denominador do respectivo subcomponente também deverá ser realizado.

Considerações finais

Neste texto buscou-se, inicialmente, sistematizar as bases conceituais, os elementos constitutivos e indicativos do que um grupo de pesquisadores convencionou chamar de Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial, no âmbito das discussões sobre a Abordagem Territorial do Desenvolvimento. As discussões teóricas mais aprofundadas

foram feitas previamente em Mueller et al (2022), cuja leitura se torna indispensável para a devida compreensão do que aqui foi proposto. Ressalta-se que pequenas modificações foram introduzidas no presente texto, especialmente no que tange aos elementos indicativos da dimensão. Isto se deu por motivos práticos afim de viabilizar a obtenção de dados e simplificar a construção do índice em si. Em seguida, e este é o foco central do texto, discutiu-se critérios de construção de uma escala entre 1 e 5 para cada uma das variáveis que constituem a DHI. Feito isso, mostrou-se como se transforma os resultados de tal escala em um índice que sintetize a dimensão como um todo, o que leva ao Índice da Dimensão Humana e Intelectual do Patrimônio Territorial (IDHI).

Também demonstrou-se como pesquisadores poderão proceder diante de dificuldades empíricas que possam surgir por conta da pluralidade de realidades territoriais, procedendo a exclusão ou a inclusão de variáveis, sem que isso comprometa a consistência do índice. Isto, pelo contrário, aumenta sua consistência, justamente em função de ser mais fidedigno a diferentes realidades territoriais. É o que, a nosso ver, se constitui em ponto deveras positivo na comparação com outros índices já conhecidos. Isto si aplica, obviamente, ao IMPAT como um todo, se o mesmo procedimento for adotado para todas as suas dimensões.

O IDHI-PT, de um lado, é apenas uma das informações que constituirão o IMPAT, sendo agradada às demais cinco dimensões, conforme se evidencia nesta obra. Por outro lado, o índice obviamente pode ser visto de maneira isolada das demais dimensões do Patrimônio Territorial, caso este seja o interesse do(a) pesquisador(a). Além disso, o presente índice pode ser visto como a fase final da proposição metodológica apresentada em Mueller *et al.* (2022), denominada de Triangulação Progressiva.

Referências

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável,* v. 7,

n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. *In*: *Estudos e Pesquisas*. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. 2. ed. 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

INPI. *Instituto Nacional da Propriedade Industrial*. Brasília/DF. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br. Acesso em: 19 abr. 2023.

MUELLER, A. A.; MAIA, C. M.; GAZOLLA, M.; SILVA, S. P.; LUTZER, A. V. B.; TABASCO, J. J. P. Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão humana e intelectual: uma proposição teórico-metodológica à luz de Amartya Sen e Jhon Thomson. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, p. 203-220, 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/. Acesso em: 19 abr. 2023.

SEN, A. *The Idea of Justice*. London, Penguin Books, 2010.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. *Inequality re-examined*. Oxford, Clarendon Press, 1992.

SEN, A. The Standard of living. In: McMURRIN, S. (Edit.). *The Standard of Living:* The Tanner Lectures on Human Values – vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 3-51.

SEN, A. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures. *The Journal of Philosophy*, v. 82, n. 4, p. 169-221, apr. 1985.

SEN, A., KLIKSBERG, B. *As pessoas em primeiro lugar:* a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2010.

STEWART, F. Por qué persisten las desigualdades de grupo? Las trampas de la desigualdad horizontal. *In*: JIMÉNEZ, Félix (Ed.). *Teoría económica y desigualdad social.* Exclusión, desigualdad y democracia. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima, Fondo Editorial de la PUC-Peru, 2010. p. 269-

298.

STEWART, F.; GRAHAM; B.; LUCA M. Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement. *CRISE Working Paper*, University of Oxford, n. 19, p. 1-30, 2005.

Capítulo 6

A DIMENSÃO CULTURAL NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Monica Franchi Carniello – UNITAU/FATEC
Moacir José dos Santos – UNITAU
Carlos Alberto Máximo Pimenta – UNIFEI

Introdução

Esta reflexão assume a dimensão cultural como um constituinte do patrimônio territorial para que, em convergência com a abordagem territorial, contribua para o processo do desenvolvimento. Dessa perspectiva, remeter à abordagem territorial é conceber o território como centralidade e referência fundamental para o desenvolvimento, ao se propor a análise socioeconômica, cultural e ambiental de um determinado recorte espacial (DALLABRIDA, 2020).

O território, resultado das relações de poder e fundamentado nas relações concretas e simbólicas (RAFFESTIN, 1993), incorpora a concretude e contradições das relações sociais. Portanto, está intrinsecamente relacionado à cultura e pode ser compreendido como uma construção social resultante de acúmulos herdados de um passado longínquo, ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, constituindo o patrimônio territorial (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021).

A discussão se insere no projeto de pesquisa do projeto "*O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* - ProPAT"[2], cuja equipe é formada por pesquisadores de

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

2 Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de*

diversas instituições. A proposição visa compor e validar um instrumental metodológico mais adequado à análise de determinado território, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Para isso, propõe-se o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), tendo como referência um conjunto de variáveis em seis dimensões: produtiva, social, natural, cultural, institucional e humana/intelectual. O índice apura a ativação de cada uma das dimensões do patrimônio territorial, sendo que este texto enfatiza a dimensão cultural do desenvolvimento.

A cultura apresenta relação intrínseca com o território. Sua produção e reprodução está associada às atividades econômicas e sociais presentes no território. A sua materialização e representação, implicam uma dialética contínua entre os processos territorializados e as experiências culturais. Nesse sentido, a dimensão cultural constitui ativamente o patrimônio territorial, o que suscita o objetivo do presente trabalho, caracterizar o delineamento metodológico correspondente à trajetória metodológica pertinente à identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Metodologicamente, o capítulo o resulta de uma abordagem qualitativa e exploratória, sob a perspectiva teórica.

Estruturou-se o capítulo em cinco seções a partir da introdução, que apresenta a justificativa e objetivo concernentes ao trabalho. A segunda seção é dedica à caracterização dos aspectos ontológicos associados à dimensão cultural e sua produção e circulação no território, considerando as relações de poder e a reprodução da dinâmica social e econômica, enquanto a terceira seção trata dos aspectos constitutivos da dimensão cultural quanto a territorialização da cultura e sua complexidade simbólica, estrutural e econômica. A quarta seção é dedicada à discussão dos aspectos relacionados à dimensão cultural do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – IMAP, com a explicitação de aplicação do método proposto para a dimensão cultural. Após essa discussão, é apresentada a quinta seção, com a realização das considerações finais em relação ao objetivo do capítulo.

---

instrumental metodológico, que está em execução no PPGDTS- UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

6.1 Aspectos ontológicos: relações de poder e a reprodução da dinâmica social e econômica nos processos de produção e circulação da cultura no território

A cultura é inseparável das trajetórias de desenvolvimento, em suas diversas possibilidades. Em relação à perspectiva antropológica, entende-se a cultura enquanto recurso (YÚDICE, 2004) ou experiência cotidiana (WILLIAMS, 1992), que dialeticamente se define no território em resultante do processo histórico, subordinado à complexidade das condições da vida material e social.

A cultura se traduz em um fator fundamental para o desenvolvimento. Talvez, com inspiração na contribuição de Sousa Santos (2009), quanto às perspectivas epistemológicas, pode-se imaginar o descentramento ou a decolonialidade, relacionadas às epistemologias do sul. A contribuição de Sousa Santos (2009) salienta o silenciar da multiculturalidade enquanto consequência dos processos de conquista e colonização. Adotar essa perspectiva possibilita pensar a cultura enquanto fator associado ao desenvolvimento e inserido nas relações de poder que o conformam. Tal percepção é estratégica para o afastamento de olhares que desconsideram a cultura como sendo fator estrutural e estruturante de uma sociedade.

Alçar a cultura ao campo teórico multidimensional que aglutina a complexidade, impõe a ampliação de sua própria compreensão, enquanto fator presente no desenvolvimento territorial e associado às relações de poder que decorrem da sua própria dinâmica, uma vez que se assenta em um conjunto de aspectos manifestos na forma de ordem, desordem e arbitrariedade, possibilidade analítica sem aporte metodológico adequado. Equivale dizer que

> Conceito-armadilha, a cultura é composta por padrões, regras e instituições. Por isso, é uma fábrica de ordem, reprodução do instituído. É também identificada à superestrutura, bifurcada em cultura científica e cultura das humanidades, cultura erudita e cultura popular. Na perspectiva do pensamento complexo, a cultura é um circuito que envolve ordem-desordem-interação-organização composto por códigos, padrões, modalidades de existência, saberes (CARVALHO, 2013, p. 49).

A diversidade faz da cultura sua pluralidade, daí sua multidimensionalidade que pode ser sintetizada enquanto multi-inter-transculturalidade. A pluralidade da dimensão cultural a torna dinâmica e móvel, com impacto no delineamento do território e da diversidade que o

caracteriza. Investigar as questões do patrimônio territorial exige identificar a pluralidade, considerando que

> [...] a diferença é construída no processo mesmo de sua manifestação, isto é, ela não é uma entidade ou expressão de um estoque cultural acumulado, é um fluxo de representações, articuladas *ad hoc*, nas entrelinhas das identidades externas totalizantes e essencialistas (COSTA, 2015, p.149).

O reconhecimento da polifonia presente no território fundamenta a relação próxima entre o patrimônio territorial, a diversidade cultural e o direito.

> La protección de la diversidad cultural es un imperativo ético inseparable del respeto de la dignidad humana. Entraña un compromiso con los derechos humanos y las libertades fundamentales y requiere la plena realización de los derechos culturales, incluido el de participar en la vida cultura (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 11).

O fluir da cultura, amparado no direito e na dignidade humana, relaciona os fundamentos do patrimônio territorial, associados à cultura, com a superação dos condicionantes de crescimento econômico, enquanto único fator válido para definir o êxito do desenvolvimento. O considerar da cultura, campo da experiência humana que possibilita o desenvolvimento sob o delineamento do patrimônio territorial, engendra o enfrentamento das assimetrias sociais a partir da multiculturalidade e suas possibilidades econômicas, sociais e políticas, especialmente para o combate das diversas formas de desigualdade territorializadas.

A diversidade cultural aponta a impossibilidade de associar o desenvolvimento territorial a padrões ou modelos únicos (ou exclusivos) de desenvolvimento. A complexidade e diversidade da cultura impedem que a dinâmica cultural seja ancorada em uma perspectiva simplista ou binária que relaciona cultura a polos como local e global, o erudito e popular, o bom e ruim, o desenvolvido e atrasado, o urbano e rural. Este aspecto implica romper com a visão binária, de certo modo originada na mesma crença que, equivocadamente, no passado, compreendia crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento territorial ou desenvolvimento social e econômico.

A cultura evidencia o contexto cotidiano da experiência humana no tempo-espaço e demonstra o seu potencial de produção de renda e sua distribuição, especialmente para o combate da desigualdade social e econômica. Considera-se, ancorado em Willians (1992, p. 186), que a cultura possibilita "uma vida social e cultural totalmente abrangente",

em razão de ter "[...] sido usada com constância para se referir a todo modo de vida de um povo", e possibilita, também, o debate em relação à composição do patrimônio e do território quanto aos enfrentamentos econômicos, sociais, políticos e simbólicos realizados no campo da cultura, e que fundamentam as trajetórias e desenvolvimento local e regional.

O bem-estar social está amparado em diversos fundamentos, e um deles é a cultura, que produz a sensação de pertença cultural, base para as escolhas dos indivíduos, com consequências na percepção de identidade e identificação social. Dessa constatação decorre a premência de se incorporar a multiculturalidade na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento.

A cultura, dimensão do patrimônio territorial, pode ser compreendida a partir da contribuição de Raffestin (1993). O autor salienta os limites simbólicos do território, ancorados nas representações, o que converge para a compreensão do território como resultante de uma construção social (FLORES, 2006). Assim, o território é indissociável da dimensão cultural. Flores (2006) destaca a condição fundamental da cultura para a elaboração da identidade social ligada a um território. Segundo Hall (2016), em condição complementar a Flores (2006), o processo de identificação do território é pautado em redes de significação. Percebe-se a condição fundamental de compreender como a cultura e a identidade relacionadas a um território são essenciais para a elaboração de projetos de desenvolvimento, pois, conforme Dallabrida *et al.* (2021), a construção social do território é fruto da convergência entre os atores sociais que integram um determinado espaço geográfico e suas ações para identificar e elaborar soluções para problemas comuns.

O papel da cultura quanto ao desenvolvimento é duplo, a considerar que cumpre simultaneamente a função de recurso e direito. Enquanto recurso, contribui para estimular a participação cidadã, em uma perspectiva dialógica do desenvolvimento (PERUZZO, 2004; SERVAES, 2007); como direito, torna-se fator imprescindível para a efetivação do desenvolvimento, de acordo com a compreensão de Sen (2000). Canclini (1981, p. 43) destaca que ocorre a "apropriação desigual do capital cultural e de bens econômicos por parte dos setores subalternos de uma nação". Ao incorporar o alerta, as projeções para uma política de desenvolvimento implicam objetivar a promoção do acesso ao patrimônio territorial, incluindo a dimensão cultural.

6.2 Aspectos constitutivos: a territorialização da cultura e sua complexidade simbólica, estrutural e econômica

O delinear do território, na centralidade das trajetórias de desenvolvimento, implica alçar a cultura como elemento constitutivo do desenvolvimento. Essa premissa se origina na década de 1960, resultante das contribuições de múltiplas áreas do saber. Entre as proposições das áreas de saber, se destacam os Estudos Culturais, cujas origens remontam aos investigadores do centro de Birmingham, Inglaterra, com destaque para Richard Hoggart, cujo trabalho delineou as características da classe trabalhadora inglesa no pós-segunda guerra mundial (FELIPPI; BRANDT, 2016).

Recupera-se, com ênfase ao enunciado acima, o objetivo do texto, que visa a discussão dos parâmetros teóricos relacionados à investigação do patrimônio cultural, para sustentar uma proposta metodológica para diagnosticar o patrimônio territorial. Inicialmente, apresentam-se os componentes da dimensão cultural, bem como, referentes para a análise, considerando a base teórica aqui utilizada (Quadro 1).

Quadro 1 - Componentes da dimensão cultural

COMPONENTES	REFERENTES PARA A ANÁLISE	AUTORES
Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)	- Promoção e respeito das diversidades, biodiversidades e diferenças por meio do fortalecimento da Democracia cultural; - Institucionalização de políticas locais de atenção aos grupos e pessoas mais vulneráveis, de comunicação social, de conectividade com atenção à dimensão cultural do desenvolvimento, economia dos bens comuns e sustentado; - Promoção e fomento de estratégias multiculturais e interculturais para: inserção social, oportunidades e formação de respeito às alteridades práticas de associativismo, cooperação e coletivismo como formas de promoção da dignidade das pessoas (direito à: diferença, cultura, bem viver, equidade e exercício de direitos).	Barros (2008; 2016) Cidades e Governos Locais Unidos (2015) Pimenta (2021)

Manifestações e equipamentos Culturais	- Valorização dos saberes e fazeres locais mediados pela criatividade, interação horizontalizada e liberdade de expressão. - Governança da cultura de forma participativa por meio de metodologias abertas, envolvendo comunidade. - Instituição de espaços formativos de transmissão dos saberes e fazeres da cultura como estratégias de manutenção do conhecimento local. - Criação de modalidades de aprendizagem que explorem a criatividade e tecnologias locais desperdiçadas pela lógica do mercado competitivo. - Identificação das inovações presentes na experiência local (tradição, identidades, ofícios, patrimônio, trocas, estéticas, estilo de vida). - Diversidade, respeito e políticas públicas às manifestações culturais. - Distribuição territorial dos equipamentos culturais. - Políticas públicas de acesso à cultura. - Recursos financeiros destinados à cultura.	Pimenta (2017; 2018) Calabre (2007) Botelho (2016) Burke (1993) Candido (2001) Dória e Bastos (2018) Santos (2017) Rede Nossa São Paulo (2020) São Paulo (2014)
Estrutura de mídia	- Presença de veículos de rede. - Acesso à Internet. - Presença de veículos públicos, educativos e comunitários. - Produção de conteúdo de mídia local e regional.	Hallin e Mancini (2004). Peruzzo (2008). Deolindo (2019). Kleine (2013).
Economia criativa	Geração de emprego e renda com base na cultura.	Reis (2009). Mirshawka (2016).

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Apresentam-se, a seguir, cada um dos componentes da dimensão cultural.

6.2.1 Multiculturalidade, valores e códigos de conduta: diversidade, biodiversidade e território

As contribuições para a compreensão do papel da cultura em relação

ao desenvolvimento espraiaram-se internacionalmente, com reflexos pertinentes como a Lei de Cooperação Internacional, na década de 1970. Essa lei prioriza o desenvolvimento integral do ser humano com a oferta de oportunidades para a participação no desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade a que pertence (AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN – COSUDE, 2016).

Tal assertiva deve ser combinada ao reconhecimento de que no território está presente o hibridismo cultural, de acordo com Canclini (1995). Destaca-se que o autor usa o termo "heterogeneidade multitemporal", para relacionar o contexto cultural da América Latina com o seu respectivo contexto sócio-histórico, que apresenta justaposições e sujeições culturais decorrentes do processo de colonização. Deste autor, bem como, alguns dos demais estudos culturais referenciados nesse texto, se têm a possibilidade de entender a multiculturalidade presente no território como potencialidade para o desenvolvimento, diverso da colonialista, adversária da diversidade cultural. Supera-se, inclusive, o olhar protecionista das culturas minoritárias, com a adoção de uma abordagem dialógica, "[...] experiências cotidianas de contato, cooperação e conflito que atravessam a suposta impermeabilidade das fronteiras de raça, cultura, identidade e etnia" (GILROY, 2005 apud COSTA, 2015, p. 150).

Consequentemente, assim se assume a perspectiva da multiculturalidade:

> Ella es el vivero que permite a las distintas culturas enriquecerse y desarrollarse constantemente en contacto de unas con otras, evitando la deriva identitaria. Ella es una de las fuentes del desarrollo, entendido no solo en términos de crecimiento económico, sino también como médio para acceder a una existencia intelectual, afectiva, moral y espiritual satisfactoria (AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN - COSUDE, 2016).

Existe uma busca permanente da Organização das Nações Unidas (ONU) em aglutinar as experiências locais de sucesso relacionadas a temática da cultura com relação as referências de desenvolvimento, os quais, apesar das contradições e polêmicas, definem valores e estatutos normativos de condução organizacional às cidades. Ainda sob essa perspectiva, a CGLU (2015) apresenta um conjunto de princípios, orientações e estratégias associadas a consecução do desenvolvimento por meio da cultura.

Pode-se realizar essa operação em relação as dimensões culturais do patrimônio territorial, para delinear a identificação de valores e pautar um plano de ações adequado as condições das regiões brasileiras. Baseados

na avaliação de Pimenta (2021), percebem-se os meios necessários a organizar e institucionalizar políticas culturais municipais, estas mais próximas às questões locais e regionais considerando a multiculturalidade e a diversidade biocultural (BARROS, 2008; 2016). Inclusive, com a consideração da normatividade e de propostas coletivas alicerçadas na solidariedade, cooperação, associação, participação, autonomia. Outra ação concerne a identificar e caracterizar as principais expressões e/ou manifestações culturais quanto a valores, códigos de conduta e tradições culturais, pertinentes ao local.

A associação de valores conectados, interdependentes e relacionados ao campo dos conflitos culturais, ecológicos, sociais e econômicos, implica busca por políticas culturais cuja consecução resulte na superação da fratura entre mercado *versus* Estado, pois fundamentadas em princípios que devem orientar as ações, práticas e análises, mediante a percepção de que em cada local/região coexistem experiências, sinergias e parcerias que associam distintos interlocutores.

6.2.2 Manifestações e equipamentos culturais

As manifestações culturais são instauradas no tempo e no espaço como resultado dos processos históricos. As experiências sociais subjacentes às manifestações culturais têm como referência as relações estabelecidas no território e as conformam. O delineamento das manifestações culturais no território é um processo dinâmico, dialético, o que resulta na dupla condição das manifestações culturais no território, pois contribuem para a sua existência e simultaneamente são reconhecidas por seus vínculos com este. A investigação sobre o desenvolvimento territorial, necessariamente, incorpora as manifestações culturais por sua contribuição com a sustentação das práticas que definem o território, em razão do potencial da identificação entre os atores sociais e o território.

As práticas culturais se materializam e se reproduzem no território. O entendimento do território em sua relação com as manifestações culturais exige o reconhecer da sua ligação com as ações concernentes a produção, reprodução e circulação territorial da cultura a partir da ação dos atores sociais nele presentes. Esse processo é complexo, pois implica na constante transformação da cultura e das práticas a ela associadas, em um movimento dialético permanente, pois relacionado aos processos de reprodução da vida material. Indubitavelmente, o principal risco relacionado a absorção das manifestações culturais para a pesquisa do patrimônio territorial e a

sua associação com o processo de desenvolvimento é a sua representação idealizada, cuja consequência é a obliteração do processo histórico. Tal cuidado é essencial para a constatação sobre como as manifestações culturais estão inseridas nas trajetórias históricas de cada região e assim geram o patrimônio cultural.

É prudente entender como as relações sociais associadas ao patrimônio cultural e explicitadas mediante as manifestações culturais são produzidas e alteradas historicamente. Salienta-se a possibilidade de dificuldades derivadas do desafio da valorização e/ou reconhecimento social para os aspectos relacionados a identidade territorial, valores, normas de comportamento ou tradições locais e regionais.

Os pesquisadores Peter Burke (2010) e Antonio Candido (2001), dedicados ao estudo da cultura popular em situações diversas, destacam como a mudança do substrato social e econômico relacionado a reprodução da vida material provocam alterações nas manifestações culturais e, desse modo, das suas práticas. Destarte, torna-se imperativo perceber como a preservação das manifestações culturais relaciona-se a compreensão das condições históricas associadas à sua produção, tanto quanto aos mecanismos delineadores das suas práticas no território relacionados quanto à sua identificação com os atores sociais, sem a busca de se estabelecer um referencial idealizado e dissociado da dinâmica social.

Faz-se necessário identificar as características endógenas da cultura. Um exemplo dessa concepção é a discussão acerca da cultura popular caipira, territorializada no estado de São Paulo e que está presente em territórios diversos no país, tipificados como a paulistânia (DÓRIA e BASTOS, 2018). As mudanças nas últimas décadas transformaram drasticamente as formas de produção, reprodução e circulação da cultura popular caipira nos territórios que contam com a sua presença, o que não implica em sua destruição, mas em novas condições de prática das manifestações culturais e suas ações relacionadas ao patrimônio cultural historicamente constituído (SANTOS, 2017).

O desafio da investigação descrita no presente texto é o exame de como as alterações nas práticas culturais geram as formas novas de identificação social entre a população e as práticas culturais territorializadas. Mediante essa identificação, é possível delinear a organização de políticas públicas relacionadas ao patrimônio cultural com suas manifestações e práticas presentes no território.

A constatação descrita no parágrafo anterior indica que os

territórios abrigam manifestações culturais diversas que coexistem e dialogam. Essa condição produz a base para políticas públicas necessárias à preservação da multiculturalidade, fundamental para o aproveitamento dos ativos culturais do território sob a perspectiva patrimônio territorial e do desenvolvimento territorial. Desse modo, é possível identificar as condições de produção, reprodução e circulação da cultura no território, com a incorporação das referências adequadas para planejar e efetivar políticas públicas para a cultura, com o reconhecimento da articulação entre as práticas e experiências culturais. Entre os fatores fundamentais para esse processo, está o acesso à cultura como recurso para a preservação e associação do patrimônio cultural com o desenvolvimento territorial, mediante a organização e aplicação de políticas públicas para a cultura no território. Contempla-se, nessa dimensão, a existência de recursos como museus e instituições de registro e preservação da memória histórico-cultural.

A criação de equipamentos culturais e de meios de fomento necessários à sua vinculação ao desenvolvimento requer estimular a participação da população, territorialmente associada às práticas culturais. O desafio nesse processo é estimular a participação dos atores sociais que, mediante as suas ações, asseguram, ainda que em um contexto distinto do pretérito, a continuidade das práticas culturais.

A preservação da cultura popular com as práticas que lhe são concernentes, relacionadas ao patrimônio territorial e ao desenvolvimento, exige a conformação de lugares de representação popular para sua participação no processo de constituição de políticas públicas que absorvam as experiências e expectativas locais, para se afastar o risco da incompletude de propostas possivelmente dissociadas das condições endógenas.

Cabe salientar que considerar os agentes da cultura popular como meros expectadores das ações relacionadas às políticas públicas voltadas à multiculturalidade, equivale a desconhecer os processos de formação e consecução da cultura territorializada. Esse cuidado possibilita evitar o risco de insucesso nas políticas públicas que vinculam desenvolvimento e patrimônio cultural sob a perspectiva territorial. Desse modo, a associação entre as manifestações culturais, processo histórico e território pode ser percebida mediante a relação entre as condições contemporâneas de produção da cultura e o processo histórico.

Esse quadro absorve as consequências das transformações das condições de produção, reprodução e circulação da cultura, com

emergência de fatores ausentes no pretérito como os meios de comunicação, responsáveis por delinear o território mediante novas possibilidades em relação ao processo de histórico de longa duração, formador das experiências históricas.

Dito de forma enfática, a territorialização dos equipamentos culturais é um dos fatores a se incorporar ao se refletir sobre esta variável.

6.2.3 Estrutura da mídia

A inclusão da análise das funções da mídia nos processos de desenvolvimento está relacionada à presença expressiva dos fluxos de comunicação na sociedade contemporânea, situação amplificada com as tecnologias de comunicação e informação pautadas na tecnologia digital. Incorpora-se como fundamento a análise da sociedade mediatizada, na qual as relações sociais e ações ordinárias são delineadas com as tecnologias de mediação e corporações de mídia, enquanto metaprocesso.

Atinge-se, desse modo, uma indissociabilidade entre mídia e sociedade. As instituições sociais passam por alterações mediante o impacto da sua relação com as mídias. Transcendem-se os dispositivos tecnológicos, visto que as mídias conformam a vida social, pois delineiam a vida atual, ao produzir o sentido da sociedade contemporânea (LIVINGSTONE, 2010; HJARVARD, 2013). A comunicação é fator estrutural e estruturante das relações sociais contemporâneas, inseparável dos processos de desenvolvimento territorial.

Historicamente, a associação entre comunicação e desenvolvimento foi constituída a partir da década de 1960, em um contexto midiático com domínio dos meios de comunicação de massa. Naquele período, Schramm (1970) e Lener (MACHADO, 1970) protagonizavam a discussão sobre a relação difusionista e baseada na modernização entre comunicação e desenvolvimento. Essa perspectiva foi superada, conforme indica Servaes (2007), em razão das próprias mudanças no processo de comunicação e, também, quanto a compreensão do desenvolvimento. Constata-se uma profunda alteração baseada na abordagem dialógica, dedicada à compreensão da mudança social.

> En lugar del énfasis en la persuasión y en la transmisión de informaciones y conocimientos desde afuera, la comunicación para el cambio social promueve el diálogo, el debate y la negociación desde el seno de la comunidad; e. los resultados del proceso de la comunicación para el cambio social deben ir más allá de los comportamientos individuales, y

> tomar en cuenta las normas sociales, las políticas vigentes, la cultura y el contexto del desarrollo (DAGRON, 2011, p.33).

Constatam-se limites para o transcender da abordagem da comunicação enquanto recurso para o desenvolvimento, como uma percepção meramente instrumental, conforme apontam Barranquero-Carretero, Sáez-Baez (2015). O caminho adotado nesse texto compreende o desenvolvimento enquanto fundamento estrutural do desenvolvimento, e não como instrumento de apoio para o desenvolvimento. As indicações que suportam essa perspectiva estão presentes em diversos fatores, explicitados por Castells (2009). Para o autor, a comunicação assume posição central contemporaneamente em razão dos processos organizados em rede.

Essa condição define o impacto da comunicação na economia, na estrutura de negócios e nos meios de inovação. O modo como as tecnologias da informação e comunicação (TIC) impactam o desenvolvimento é discutido por Kleine (2013) e Heeks (2006). Kleine (2013), particularmente, destaca as características e possibilidades de as tecnologias de informação e comunicação elevarem as competências e liberdades das pessoas, de acordo com a proposição de Sen (2000).

A composição do sistema de mídia nacional é estratégica, por ter relação sobre como os territórios serão impactados com os processos de comunicação macro (verticais) e locais (horizontais). Hallin e Mancini (2004) avaliam como as estruturas e sistemas de mídia nacionais, assim como a economia política da comunicação, e apontam a relação de uma expressiva associação entre a globalização da economia e alteração estrutural dos sistemas de comunicação. Em relação ao Brasil, Lima (2004) caracteriza a existência de um modelo de comunicação nacional estabelecido no período de modernização conservadora do país durante a Ditadura Militar (1964-1985), que consolidou a concentração da propriedade de mídia e na desigualdade de acesso à mídia (CGI, 2020; SECOM, 2016; INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO JORNALISMO, 2019), obstáculos para o desenvolvimento territorial.

Entretanto, apesar de as investigações indicarem que o mero aperfeiçoamento tecnológico dos meios de comunicação não produz, automaticamente, avanços nos processos necessários ao desenvolvimento de uma sociedade, escassamente a comunicação é delineada como um fator estrutural nos planos de desenvolvimento (CARNIELLO; SANTOS, 2021). Compreende-se, neste trabalho, a comunicação enquanto variável que compõe a dimensão cultural do patrimônio territorial e, portanto, um fator estruturante. Os aspectos relacionados à mídia regional, sua função,

sua estrutura e sua distribuição no território (DEOLINDO, 2019) são aspectos essenciais para o entendimento das dinâmicas culturais, o que inclui a avaliação do tipo de conteúdo gerado pelos veículos de comunicação de escala regional.

6.2.4 Economia criativa

O conceito de economia criativa, apresentado por um conjunto de autores (MIRSHAWKA, 2016; REIS, 2009; 2012; SERRA e FERNANDEZ, 2014) e por agentes do desenvolvimento, menção direta à FIRJAN (2016), caminha no sentido de associação com um processo industrial criativo. Em outros termos, a economia criativa "[...] tem a criatividade, arte e cultura como sua matéria-prima; está relacionada com os direitos da propriedade intelectual, em particular com o direito do autor; é função direta de uma cadeia de valor criativa" (MIRSHAWKA, 2016, p.3).

Destaca-se que a cultura está implicitamente correlacionada com as artes, produtores culturais e música, sob o prisma da economia criativa. Dentro desse delineamento, a sua estrutura de circulação de bens e serviços está vinculada aos mercados e à lógica da compra e venda da força de trabalho.

No mapeamento da indústria criativa disponibilizado pela FIRJAN (2016), o enunciado se explicita. Mas, em termos do desenvolvimento regional, se faz necessário ampliar o olhar sobre as circunferências que delimitam a dinâmica do conceito, especialmente quando consideramos a economia da cultura como uma das formas de ativar o patrimônio cultural. O alargamento interpretativo à análise do patrimônio territorial dialoga com as interfaces produtivas. Contudo, ultrapassa a ideia de indústria, visto que nos territórios se avolumam o simbólico, a história, o estilo de vida, entre outros elementos.

Desse lugar é que o local ou uma comunidade tem papel preponderante. No local, a criatividade existe porque as pessoas e as organizações trazem suas contribuições para a organização do lugar, por meio da participação e dos laços de confiança que estabelecem. Dentro da comunidade, esses elementos aglutinadores permitem que as práticas criativas e criadoras sejam constituas e constantes.

Espera-se, diante das proposições do patrimônio do território, que as comunidades têm potencial para a geração de bens e serviços que possam

trazer o benefício para todos. Em atividade, através de políticas culturais de geração de renda, a criatividade possa ser potencializada e pode propiciar a atratividade de terceiros, os quais desejarão adquirir bens, serviços e coisas produzidas no campo da economia criativa.

Espera-se, também, que a criatividade, em comunidade, seja o resultado de práticas compartilhadas e que as pessoas entendam a importância da interação de todos e de todas as formas. Este fazer junto (ou juntas) alça a experiência comum ao compartilhamento (ao trabalho coletivo), a qual não está condicionada às intervenções meramente monetárias. Portanto, o resultado do envolvimento da comunidade na condução de suas coisas do local/regional é decisivo para encontrar caminhos de sustentação das comunidades.

A cultura se inscreve como um elemento capaz de promover uma economia sem exploração, competição e concorrência, bem como harmonizar os recursos locais e permitir o surgimento de um desenvolvimento sustentável, sustentado e social que incorpore a distribuição, segurança e estabilidade econômica do lugar, em contraposição ao crescimento econômico.

Para Reis (2009, p. 91), a criatividade "[...] por si só não sustenta um processo de transformação, é, porém, elemento fundamental para a garantir a diferenciação e a permanência das mudanças". Na cultura é que se reserva a força-motriz da criatividade e várias cidades no mundo têm se destacado nesse campo de disputa (REIS, 2009). As cidades que efetivaram políticas e ações relacionando criatividade, cultura e comunidade/local conseguiram recursos financeiros, fomentaram o turismo criativo, gerando emprego e renda. Para as questões da economia criativa, a dimensão cultural assume uma posição de destaque para propor o planejamento estratégico nas cidades.

No Brasil, a título de exemplificação, à economia criativa emprega muita gente. A participação do PIB Criativo passou de 2,61% (2017) para 2,91% (2020), totalizando R$ 217,4 bilhões no total do PIB brasileiro (https://firjan.com.br/economiacriativa/pages/release.aspx). Segundo relatório da FIRJAN (2013), no período de 2004 a 2013, o PIB da Indústria Criativa avançou 69,8% em termos reais, acima do avanço de 36,4% do PIB brasileiro nos últimos dez anos.

Para pensar a economia criativa, em termos de formulação de políticas públicas (SERRA; FERNANDEZ, 2014), espera-se que os territórios possam identificar e, consequentemente, transformar o seu

patrimônio cultural a serviço de processo populares de geração de emprego e renda, bem como articulá-los com a dimensão produtiva para que promovam o desenvolvimento, potencializando os elementos específicos e endógenos do local.

6.3 Aspectos indicativos da dimensão cultural

A compreensão da cultura em um território demanda, necessariamente, a coleta de dados primários, pela particularidade e pelo dinamismo inerentes ao conceito de cultura, elementos apurados nas pesquisas de Carniello; Santos; Pimenta (2022, p. 134-150). Desse quadro, para o entendimento sobre o fenômeno de forma sistêmica, se faz necessária uma abordagem mista de coleta de dados primários e secundários, o que permite a análise em triangulação. As técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados se baseiam em Duarte e Barros (2012) e são apresentados no Quadro 2.

Com as técnicas de coleta de dados propostas, contempla-se, por meio do delineamento documental, levantamento em bases de dados oficiais e identificação de aspectos relativos a valores, códigos de conduta e tradições culturais e à trajetória histórico-cultural das comunidades.

Esta coleta de dados gerará indicadores serão agregados em uma escala de 1 a 5, sendo 1, muito baixo, portanto, **péssimo** e 5, muito alto, a ser considerado **ótimo** para a ativação do patrimônio da dimensão cultural. A escala proposta permite quantificar e pontuar cada um dos componentes, o que viabiliza chegar em indicadores. A agregação desses indicadores permitirá chegar no índice da ativação do patrimônio da dimensão cultural. Os indicadores decorrentes desse processo, conforme Jannuzzi (2001), são categorizados, tanto como indicadores subjetivos (qualitativos), medidas construídas a partir da avaliação de especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, quanto como indicadores objetivos (quantitativos), que consistem em ocorrências concretas e medidas empíricas da realidade social.

A análise dos dados permitirá atribuir pontuação a fim de gerar os indicadores de cada componente, conforme escalas criadas especificamente para fins desse modelo, tal qual representado Quadro 2.

Quadro 2 - Métodos de coleta de dados para avaliação da dimensão cultural

COMPONENTES	VARIÁVEIS	TÉCNICAS E/OU INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	ESCALA
Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)	Diversidade de grupos culturais com relações intragrupos.	Documental – Registro de grupos e coletivos de representação cultural. Legislação que favorece a equidade entre os grupos culturais. Entrevistas semiestruturadas com representantes de grupos culturais.	5 Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 4 Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos 3 Baixa multiculturalidade 2 Dominação cultural 1 Dominação cultural com repressão a demais grupos
Manifestações e equipamentos culturais	Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas. Presença de equipamentos culturais distribuídos no território. Orçamento destinado à cultura em um território.	Documental – registros formais em instituições públicas; análise de legislação e documentos públicos; consulta ao portal da transparência. Consulta a fontes documentais como mapa da cultura. http://mapas.cultura.gov.br/	5 Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada 4 Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas 3 Manifestação culturais com pouca diversidade 2 Manifestações de grupos sociais dominantes 1 Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias 5 Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no território 4 Equipamentos parcialmente descentralizados 3 Equipamentos apenas na região central 2 Equipamentos concentrados em alguns bairros 1 Equipamentos concentrado em regiões de alta renda 5 Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária 4 Ações pontuais de cultura com recursos financeiros 3 Ações pontais de cultura sem recursos 2 Ações esporádicas de cultura 1 Sem ações locais voltadas à cultura

Estrutura de mídia	Quanto maior a diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local), mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.	Documental – registros formais dos veículos de comunicação; análise de conteúdo.	5 Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas 4 Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas 3 Baixa diversidade de mídia 2 Concentração de mídia em grandes grupos comerciais 1 Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo
Economia criativa	Quanto mais geração de emprego e renda baseadas em atividades culturais, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.	Documental – bases de empregos formais. Registro de Microempreendedores individuais que atuam com economia criativa.	5 Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município 4 Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar 3 Geram emprego informal como renda complementar 2 Gera emprego informal precarizado 1 Não gera emprego e renda

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Apresentados os componentes, variáveis, técnicas de coleta de dados e escala de análise, são estabelecidos os parâmetros de análise, com base no referencial teórico, a saber:

- quanto mais diversidade de grupos culturais com relações intragrupos, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto mais apoio e políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto mais presença de equipamentos culturais distribuídos no território, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento;
- quanto maior o orçamento destinado à cultura em um território, mais favorável para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.

Em sequência, o Quadro 3 apresenta um quadro síntese que sistematiza a forma de cálculo dos indicadores de cada componente, que, em conjunto, comporão o índice que representa a dimensão cultural do

IMAP.

Após a análise das variáveis e atribuição de pontuação, procede-se o cálculo de cada um dos indicadores e, em sequência, ao cálculo do índice, conforme Quadro 3. O resultado permitirá identificar o nível da ativação do patrimônio cultural do território e, portanto, como a dimensão cultural do território se articula como vetor de desenvolvimento. A agregação dos índices de cada dimensão comporá o IMAP.

Quadro 3 - Distribuição dos pesos segundo componentes e cálculo do índice da dimensão cultural

Componentes	**Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)**	**Manifestações e Equipamentos culturais**			**Estrutura de mídia**	**Economia criativa**
Variáveis	***M***	***C1***	***C2***	***C3***	***E***	***R***
Escala						
1	Dominação cultural com repressão a demais grupos	Manifestações de grupos sociais dominantes com repressão às culturas minoritárias	Equipamentos concentrado em regiões de alta renda	Sem ações locais voltadas à cultura	Concentração de mídia em grandes grupos comerciais e censura de conteúdo	Não gera emprego e renda
2	Dominação cultural	Manifestações de grupos sociais dominantes	Equipamentos concentrados em alguns bairros	Ações esporádicas de cultura	Concentração de mídia em grandes grupos comerciais	Gera emprego informal precarizado
3	Baixa multiculturalidade	Manifestação culturais com pouca diversidade	Equipamentos apenas na região central	Ações pontais de cultura sem recursos	Baixa diversidade de mídia	Geram emprego informal como renda complementar
4	Multiculturalidade sem reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos	Manifestações multiculturais sem apoio de políticas públicas	Equipamentos parcialmente descentralizados	Ações pontuais de cultura com recursos financeiros	Diversidade de mídia sem apoio de políticas públicas	Gera emprego e renda formais e informais como renda complementar e contribui para a economia do município

5	Inter ou Multiculturalidade com reconhecimento legal e público dos direitos dos grupos	Manifestações multiculturais com apoio de políticas públicas e sociedade civil organizada	Equipamentos descentralizados, bem distribuídos no território	Políticas públicas locais de cultura com dotação orçamentária	Diversidade de mídia (pública, comunitária, privada de rede, privada local) com apoio de políticas públicas	Gera emprego e renda formais como renda principal e contribui para a economia do município
Equação	M	C1+ C2 + C3 3			E	R
Valor	M	C			E	R
Índice que representa a Dimensão Cultural (IDC) **IDC = M + C + E+ R** **4**						

Fonte: Elaboração pelos autores (2023).

A proposta metodológica apresentada resulta em uma forma de diagnosticar como o patrimônio cultural compõe e está ativado em determinado território. Retoma-se que os índices de cada dimensão do patrimônio de um território resultarão no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – IMAP. Essa metodologia pode ser implementada em várias escalas territoriais, de maneira a contribuir com a compreensão das dinâmicas territoriais, aspecto fundamental para a propositura de políticas públicas e intervenções em prol do desenvolvimento territorial.

Considerações finais

O texto propôs uma reflexão sobre patrimônio territorial, especificamente na questão da abordagem territorial para fins de promoção do desenvolvimento local, com a pretensão de definir desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial. Aposta-se, considerando a amplitude da proposta, trazer: (a) a visualização dos recursos metodológicos à fundamentação da pesquisa sobre território; (b) a possibilidade de formação de um conjunto de conceitos e procedimentos correspondentes a consolidação do desenvolvimento territorial.

O ponto de partida de levantamento desses recursos centraliza-se

na cultura, em que se busca identificá-los nas suas correlações com o social, economia, natureza, cultura, história coisas do lugar, simbólico, elementos constitutivos do patrimônio territorial. Este instrumento denomina-se de Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial - IMAP, referência de estabelece variáveis em seis dimensões: produtiva, social, natural, cultural, institucional e humana/intelectual.

Para compor e validar este instrumental metodológico, adequado e/ou adaptado aos diferentes territórios, aposta-se em um material capaz de realizar diagnósticos a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, a partir do patrimônio territorial. Trata-se de efetivação de um desenho metodológico que valoriza a dimensão cultural do território, definidos em seus aspectos ontológicos, constitutivos e indicativos. Portanto, o IMAP, dentro de uma visão sistêmica, sem perder de horizonte que cada território oferece dinâmicas específicas e particulares, se predispõe a capturar a complexidade do território.

Na sistematização do IMAP, foram estabelecidos os seguintes componentes da dimensão cultural: multiculturalidade (valores e códigos de conduta); manifestações e equipamentos culturais; estrutura da mídia; economia criativa. Os indicadores resultantes desses componentes são instâncias normativas que determinam os valores subjacentes da leitura da ativação do patrimônio de um território, as quais permitem o agregar dos índices identificáveis no processo de pesquisa e do diagnóstico.

Destaca-se que o método proposto é uma construção exploratória, que passará por validação empírica, o que permitirá, caso necessário, aprimorar as escalas propostas na construção dos indicadores e do índice, com base nas realidades encontradas nos territórios.

As contribuições advindas da investigação das interações entre as dimensões que compõem o patrimônio territorial podem propiciar a proposição de estratégias e ações concernentes ao desenvolvimento territorial que considerem as dinâmicas inscritas no território. A definição de desenhos metodológicos para identificação dos componentes da dimensão cultural que integram o patrimônio territorial possibilita a geração de dados e informações para efetivação de políticas de desenvolvimento concernentes a particularidades de cada território e demais dimensões constitutivas do patrimônio territorial.

Referências

AGENCIA SUIZA PARA EL DESARROLLO Y LA COOPERACIÓN - COSUDE *Comunicación para el desarrollo*. Una guía práctica Ministerio de asuntos externos. 2016. Disponível em: https://www.eda.admin.ch/dam/deza/es/documents/publikationen/Diverses/Communication-for-development-Manual_ES.pdf Acesso em: 10 ago. 2021.

BARRANQUERO-CARRETERO, A. SÁEZ-BAEZA. Comunicación y buen Vivir. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. *Palabra Clave*, v. 18, n.1, p. 41-82. DOI: 10.5294/pacla. 2015.

BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. *Diversidade cultural:* da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 15-25.

BARROS, J. M. Diversidade Biocultural na Política Cultural Brasileira: Uma Aproximação ao CNC e PNC. *In*: LOPES et al (orgs). *Políticas Culturais e Ambientais no Brasil:* da normatividade às agências coletivas. Porto Alegre: CirKula, 2016. p.13-50.

BERMUDES, W. L.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. *Revista Vértices*, v. 18, n. 2, p. 7-20, 2016.

BURKE, P. *Cultura popular na Idade Moderna.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOTELHO, I. *Dimensões da cultura:* políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: RUBIM, A.; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil.* Salvador: EDUFBA, v. 2, 2007, pp. 96-100.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas:* estrategias para entrar y salir de la modernidad. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2001.

CARNIELLO, M.F.; DOS SANTOS, M.J.; MÁXIMO PIMENTA, C.A. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico

sobre a dimensão cultural e seus componentes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1 (Dossiê Patrimônio Territorial), p. 134-150, jan./abr. 2022.

CGLU- Cidades e Governos Locais Unidos. *Cultura 21:* Ações, 2015. http://www. agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_ pt_1.pdf

COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea,* v. 5, n. 1 p. 145-165, jan./jun. 2015

DAGRON, A. G. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. In: GONZÁLEZ, J. M. P.; BRINGE, A. C. *Comunicación, desarrollo y cambio social:* interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y médios. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana: Universidad Minuto de Dios: UNESCO, 2011.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. *Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DÓRIA, C. A.; BASTOS, M. C. *A culinária caipira da Paulistânia:* a história e as receitas de um modo antigo de comer. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

DEOLINDO, J. *O negócio da mídia no interior*. Curitiba: Appris, 2019.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, 2005.

FAVARETO, A. S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural:

mudança institucional ou inovação por adição? *Estudos Avançados*, v. 24, p. 299-319, 2010.

FELIPPI, Â. C. T.; BRANDT, G. B. Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 12, n. 4, p. 44-63, dez. 2016.

FIRJAN. *Indústria Criativa*: mapeamento da indústria criativa, 2012. Disponível em: http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx. Acesso em: 24 abr. 2021.

FLORES, M. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento***:** uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em:

https://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 01/11/2022.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HALL, S. *Cultura e representação***.** Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HEEKS, R. Theorizing ICT4D Research. *The Massachusetts Institute of Technology Information Technologies and International Development*, v. 3, n. 3, p. 1-4, 2006.

HJARVARD, S. *The mediatization of culture and society*. Londres: Routledge, 2013.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

KLEINE, D. *Technologies of Choice?* ICTs, development, and the capabilities approach. Cambridge/ London: MIT Press, 2013.

LIVINGSTONE, S. On the mediation of everything: ICA Presidential Address 2008. *Journal of Communication,* Oxford, v. 59, n. 1, p. 1-18, 2009.

MACHADO, L. P. Alcance e limites das teorias da modernização. *Rev.*

Adm. Empres., v. 10, n. 3, Set 1970.

MIRSHAWKA, V. *Economia criativa*: fonte de novos empregos. vol. 1. São Paulo: DVS, 2016.

MORIN, E. *O problema epistemológico da complexidade*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1996.

NACIONES UNIDAS *Observación general nº 21* - Derecho de toda persona a participar en la vida cultural (artículo 15, párrafo 1 a), del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturas) 2010. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2012/8793.pdf Acsso em: 06 out. 2021.

PECQUEUR, B. Territoire, territorialité et développement: industrie et territorie – les SPL. *Colloque IREPD,* Grenoble, out. 1992.

PEDELIENTO, G.; KAVARATZIS, M. Bridging the gap between culture, identity and image: a structurationist conceptualization of place brands and place branding. *Journal of Product & Brand Management,* 2019.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares:* a participação na construção da cidadania. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Rádio Comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. *Revista FAMECOS,* v. 13, n. 30, p. 115-125, 14 abr. 2008.

PIMENTA, C. A. M. (2021). Cultura e desenvolvimento. Apontamentos sobre a agenda Cultura 21: Ações. *In:* M. GAMA; P. R. COSTA (Eds.), *Políticas culturais municipais: A*nálise de documentos estruturantes em torno da cultura. Braga: CECS, 2021. p. 207–224.

PIMENTA, C. A. M. As "coisas de Minas": questões sobre Desenvolvimento e Turismo. *In*: PIMENTA, C.A.P.; PEREIRA, S.B. (Org.). *Turismo e desenvolvimento*: outros caminhos. Porto Alegre: CirKula, 2017, v. 1. p. 153-180.

PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, N. L.; LIMA, L. P.; FERREIRA, S. M.; OLIVEIRA, S. D. Cultura, políticas e desenvolvimento: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 14, n. 4, p. 6-44, 2028.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2020*. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/29/mapa-da-desigualdade-2020-revela-diferencas-entre-os-distritos-da-capital-paulista/ Acesso em: 06 out. 2021.

REIS, A. C. F. (org.). Cidades criativas: soluções inventivas: o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais. São Paulo: Garimpo de Soluções; Recife: FUNDARPE, 2010. REIS, A. C. F. *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI, 2012.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, B. D.; ZAMBERLAN, C. O. Educação, cultura e a construção de uma identidade territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 15, n. 6, p. 44-63, dez. 2019.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. J. As representações do caipira: cinema, arte e cultura popular. In: CAMARGO, A. M. A. (Org.). *São Paulo de outros tempos*. São Paulo: ARQ-SP, 2017. p. 11-354.

SÃO PAULO. Plano diretor estratégico do município de São Paulo. *Lei nº 16.050/2014*. Texto da lei ilustrado. 2014. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf Acesso em: 23 set. 2021.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia Criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. *Revista de Administração e Inovação*, v. 11, n. 4, p.355- 372, out./dez. 2014.

SERVAES, Jan. *Communication for Development and Social Change*. New Delhi: SAGE, 2007.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 21-71.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento

e à gestão urbanos. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

VAN BELLEN, Hans Michel. *Indicadores de sustentabilidade*: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WILLIAMS, R. *Cultura.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura*: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Capítulo 7

A DIMENSÃO NATURAL NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Valdir Frigo Denardin – UFPR
Christiane Luci Bezerra Alves – URCA
Ademir Antônio Cazella – UFSC
Ney Fett Junior – UFRGS
Paulo Rogério Lopes – UFPR

Introdução

A noção emergente de desenvolvimento territorial é, por definição, multidimensional e se apresenta oportuna para pensar alternativas e estratégias para o desenvolvimento em espaços rurais e urbanos. Um desenvolvimento que não permita a degradação dos ecossistemas, nem a ampliação das desigualdades sociais. Em territórios com fragilidades socioeconômicas não é conveniente tratar desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, perspectiva que agrava e acelera os processos de desigualdades sociais e ambientais (DENARDIN, 2016).

Pensado a partir dos atores e dos recursos, o desenvolvimento reencontra o caminho do território, que havia sido abandonado com a emergência da "mundialização", a qual conduziu à simplificação, homogeneização, do modelo de desenvolvimento nos territórios (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

O desenvolvimento territorial se apresenta como novo enfoque, ainda em construção (VIEIRA *et al.*, 2010), e deve ser pensado de forma a articular o rural e o urbano (JEAN, 2015). A clareza teórica sobre qual desenvolvimento, qual território e a que sustentabilidade nos referimos é necessária e útil para pensar alternativas que visem reduzir e combater as desigualdades sociais e ambientais, presentes nas economias do Sul.

Assim, o desenvolvimento territorial deve ser pensado enquanto

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

modelo que reduza as desigualdades sociais e os impactos ambientais das atividades de produção e consumo. Práticas que visem a solidariedade, a cooperação e incentivem a confiança entre os atores devem ser priorizadas. Por outro lado, o uso dos recursos naturais, para a produção da matéria prima e agroindustrialização, deve observar os limites físicos dos ecossistemas (DENARDIN; SULZBACH, 2019).

A análise dos sistemas econômicos e sociais tem sido cada vez mais repensada a partir de suas conexões ambientais, como parte de um novo entendimento sistêmico e multidimensional do desenvolvimento, no qual as diferentes ciências têm contribuído para a interpretação de problemáticas que podem captar aspectos da melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, em prol da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial.

Deste modo, é amplamente reconhecido que as questões ambientais são fundamentais para compor as diferentes dimensões que caracterizam o desenvolvimento de uma região, e a conservação e gestão ambiental figura como importante pacto para qualquer experiência de desenvolvimento territorial, que deve engajar os envolvidos na gestão pública, organizações do terceiro setor, sociedade civil organizada e entidades empresariais.

A natureza (recursos renováveis e não renováveis) ingressa no sistema de produção e consumo como matéria prima - natureza enquanto provedora - mas também como "fossa" receptora de dejetos, matéria e energia (DENARDIN; SULZBACH, 2012). No entanto, a natureza fornece importantes serviços ecossistêmicos, insubstituíveis, que permitem a continuidade da vida humana e não humana na Terra. Inerente ao processo de desenvolvimento territorial, a dimensão natural pode ser operacionalizada mediante práticas de produção e consumo sustentáveis na relação sociedade humana-natureza.

Requerida nos processos de desenvolvimento territorial, a sustentabilidade não deveria se pautar na abordagem da ecoeficiência e modernização ecológica - perspectiva da sustentabilidade fraca, que se orienta, primordialmente, por dois atributos (HAUWERMEIREN, 1998, p. 112) questionáveis: 1) "possibilidade de substituição quase perfeita entre capital natural (natureza) e capital manufaturado (produzido pelo ser humano); e 2) o progresso técnico deve ser contínuo, superando as limitações que impedem o crescimento econômico devido à escassez de recursos". Ao contrário do exposto, a sustentabilidade forte refuta a substituição quase perfeita do capital natural pelo manufaturado, entendendo-os como

fortemente complementares. Turner *et al.* (1994) e Harte (1995) apontam que alguns serviços ecossistêmicos são indispensáveis para a sobrevivência humana e não são substituíveis.

Assim, é possível evidenciar que existem restrições biofísicas, que limitam o crescimento da economia e podem respaldar processos de desenvolvimento territorial comprometidos com o uso dos recursos naturais a longo prazo, sendo recomendável (HAUWERMEIREN, 1998) que os recursos renováveis sejam explorados a uma taxa não superior a seu ritmo de regeneração; os recursos não renováveis devem ser gradativamente substituídos por renováveis, sendo imperativo o respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas em assimilar e reciclar resíduos e à conservação da sua diversidade.

O desenvolvimento é, por definição, multidimensional. A dimensão natural, portanto, é inerente aos processos de desenvolvimento territorial e não pode ser negligenciada. Cabe aos atores (públicos, privados e associativos), mas principalmente aos pesquisadores, evidenciar a importância de tal dimensão para orientar a relação ser humano-natureza e pensar estratégias para o verdadeiro desenvolvimento.

O presente texto[2] se propõe lançar luzes, pistas, sobre um conjunto de componentes e variáveis inerentes à dimensão natural, que podem orientar o processo de desenvolvimento territorial. Tal proposição é fruto de exercício inicial e, consequentemente, não tem a ambição de esgotar o assunto.

Nessa perspectiva, propõe-se: (i) pensar os geossítios e o patrimônio geológico como estratégicos, que podem e devem ser usados como diretrizes para a promoção do desenvolvimento territorial; (ii) pensar os agroecossistemas como lócus principal de expressão do desenvolvimento sustentável, onde se internalizam a preocupação com a sustentabilidade ecológica e a equidade social; (iii) pensar a vulnerabilidade ambiental urbana como forma de garantir o direito à cidade, a qualidade de vida e

2 Texto resultante do Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS-UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

o bem-estar das populações urbanas; (iv) pensar a cesta de bens e serviços territoriais como enfoque teórico-metodológico de orientação dos processos de valorização de recursos e ativos territoriais empreendidos por multi-atores do território, que aportam desenvolvimento com sustentabilidade; e (v) pensar a política de estado para a sustentabilidade, considerando as variáveis legislação ambiental local e o sistema de monitoramento e fiscalização ambiental.

Tais contribuições, devidamente aprofundadas, podem vir a apoiar a construção de um "Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial - IMAP", que resulta da apuração do índice de ativação de um conjunto de dimensões do patrimônio territorial.

7.1 A dimensão natural e seus componentes: proposição de avaliação

O Quadro 01 apresenta, para cada componente da dimensão natural elencado pelos pesquisadores, um conjunto de variáveis e seus respectivos instrumentos de coleta, além de escala para expressar sua importância.

Quadro 1 - Proposta metodológica para o estudo da dimensão natural do território em pesquisas sobre Patrimônio Territorial

Dimensão Natural			
Componente	**Variáveis**	**Instrumentos de coleta de dados**	**ESCALA (1 A 5)**
(Bio)Geo-diversidade, expressada na presença dos geossítios	Atributos geológicos	i) Levantamento bibliográfico ii) Visitas *in loco* iii) Mapeamentos iv) Entrevistas	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Infraestrutura e entorno	i) Levantamento bibliográfico ii) Visitas *in loco* iii) Mapeamentos iv) Entrevistas	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)

Agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural	Diversidade produtiva	i) Levantamento em campo ii) Levantamento bibliográfico iii) Entrevistas	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Produtividade (produção em relação a área)	i) Levantamento em campo ii) Levantamento bibliográfico iii) Entrevistas	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Sanidade vegetal e animal	i) Levantamento em campo ii) Levantamento bibliográfico	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Nível de transição agroecológica	i) Levantamento em campo ii) Levantamento bibliográfico	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
Vulnerabilidade Ambiental Urbana	Vulnerabilidade Habitacional e de Infra-estrutura urbana	i) Revisão sistemática de literatura ii) Dados secundários	5: Muito alta (péssima) 4: Alta (ruim) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (boa) 1: Muito baixa (ótima)
	Pressão sobre o ambiente natural	i) Revisão sistemática de literatura ii) Dados secundários	5: Muito alta (péssima) 4: Alta (ruim) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (boa) 1: Muito baixa (ótima)
	Insegurança alimentar e nutricional	i) Revisão sistemática de literatura ii) Dados secundários	5: Muito alta (péssima) 4: Alta (ruim) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (boa) 1: Muito baixa (ótima)
Cesta de Bens e Serviços Territoriais	Bens e serviços privados e cenário de bens públicos de qualidade	i) Revisão bibliográfica e documental ii) Entrevistas com atores chave iii) Grupo focal com atores territoriais	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Sistema de governança	i) Revisão bibliográfica e documental ii) Entrevistas com atores chave iii) Grupo focal com atores territoriais	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)

Política de Estado para a Sustentabilidade	Legislação Ambiental Local (Lei 6.938/81)	i) Documentos do Ministério do Meio Ambiente ii) Legislação Ambiental Nacional iii) Legislação Ambiental Municipal Dados do IBGE	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)
	Sistema de monitoramento e fiscalização ambiental Local (Lei 6.938/81)	i) Documentos do Sistema Nacional do Meio Ambiente ii) Legislação Ambiental Nacional iii) Legislação Ambiental Municipal Dados do IBGE	5: Muito alta (ótima) 4: Alta (boa) 3: Intermediária (regular) 2: Baixa (ruim) 1: Muito baixa (péssima)

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

7.1.1 Componente (Bio)Geodiversidade, expressada na presença dos geossítios

A geoconservação busca preservar a diversidade natural – ou geodiversidade – de feições e processos geológicos (substrato rochoso), geomorfológicos (formas de relevo) e pedológicos (solo) importantes (SHARPLES, 2002). Assim, a geodiversidade abrange as variedades de rochas, sedimentos, minerais, fósseis, formas de relevo e solos, bem como seus processos formadores, em escalas que variam de microscópicas a continentais.

De acordo com Sharples (2002), a geodiversidade apresenta três valores: (i) *intrínseco* (ou "existencial") – algo pode ter valor próprio, independente dos propósitos humanos ou de outras espécies; (ii) *ecológico* (ou "de processo natural") – importância na manutenção de sistemas naturais e processos ecológicos dos quais faz parte; e (iii) *humano* (antropocêntrico ou geoherança) – tem valor significativo para o ser humano com finalidades de não esgotamento (ex.: pesquisa, educação, estética, recreação, turismo, etc.), ao contrário da noção de recurso (extração, processamento, etc.). Além de valores *educacionais*, *estéticos* e *culturais*. Brilha (2016) também destaca o valor *científico* da geodiversidade, que está diretamente relacionado a sua importância para o conhecimento atual e futuro sobre o funcionamento da geosfera e suas interações com outros sistemas da Terra – biosfera, hidrosfera e atmosfera. Inicialmente, esse autor definiu *geossítios* como os locais onde são encontrados um ou mais

elementos da geodiversidade com os valores citados ou outros (BRILHA, 2005). No entanto, subsequentemente, passa a restringir a aplicação do termo apenas para áreas com ocorrências geológicas de alto valor científico, no intuito de evitar o uso inadequado do conceito, em decorrência de sua popularização (BRILHA, 2016). Ressalta-se que, no presente trabalho, é adotada a definição original do referido autor, pois se entende que todos os valores têm importância equivalente na identificação de geossítios. Por fim, outro conceito relevante é o de *patrimônio geológico*, constituído pelo conjunto de geossítios de determinada área.

O inventário e a avaliação quantitativa de locais são os primeiros passos para a definição de áreas de geodiversidade ou geossítios (BRILHA, 2016). O inventário visa o levantamento de informações sobre geossítios potenciais e seus usos, com base na bibliografia e em especialistas na área de estudo. Tais informações são conferidas por meio de trabalhos de campo, que buscam dados complementares para a caracterização desses locais. Em seguida, realiza-se a avaliação quantitativa, com foco nos valores e no risco de degradação, que fundamentará a gestão apropriada dos geossítios listados. Os critérios devem ser limitados em relação à quantidade e podem ser adaptados à realidade local – como densidade populacional, que tem pouca representatividade na análise de áreas muito pequenas (BRILHA, 2016).

Em resumo, geossítios de elevado valor educacional ou turístico devem apresentar várias feições geológicas distintas ou beleza visual apreciável pela maioria do público, que podem ser facilmente compreendidas por estudantes de todos os níveis de ensino ou por não especialistas, com acesso confortável e rápido, além de boas condições de segurança e baixo risco de degradação. Na análise desses critérios, é necessário considerar a média de idade da maioria das pessoas que visitará o local, pois existem diferenças de capacidade física, cognição e outras características entre as diversas faixas etárias (ex.: crianças e jovens universitários).

Na proposição do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), são selecionados alguns componentes[3] da avaliação quantitativa de geossítios, que se agrupam em duas variáveis: (i) *atributos geológicos*; (ii) *infraestrutura e entorno*. A primeira se refere às características inerentes ao geossítio, que consistem de singularidade, potencial didático ou interpretativo, diversidade geológica e risco de

3 A descrição detalhada de cada componente da avaliação quantitativa pode ser encontrada em Denardin *et al.* (2022).

degradação. A segunda variável é constituída por elementos construídos e/ou externos ao geossítio, abrangendo acessibilidade, segurança, densidade populacional e associação com outros valores. Para as duas variáveis evidenciadas, i) *atributos geológicos* e ii) *infraestrutura e entorno,* propusemos a seguinte escala de avaliação:

5 - Muito alta (ótima): (i) geossítio de feições muito singulares e de compreensão fácil para todos os públicos, com diversidade geológica muito alta e risco de degradação muito baixo; (ii) geossítio facilmente acessível, muito seguro, em área com densidade populacional muito alta e muito próximo a outros valores ecológicos e culturais.

4 – Alta (boa): (i) geossítio de feições singulares e de compreensão relativamente fácil para todos os públicos, com diversidade geológica alta e risco de degradação baixo; (ii) geossítio acessível, seguro, em área com densidade populacional alta e próximo a outros valores ecológicos e culturais.

3 – Intermediária (regular): (i) geossítio de feições relativamente singulares e de compreensão fácil para determinados públicos, com diversidade geológica e risco de degradação médios; (ii) geossítio relativamente acessível e seguro, em área com densidade populacional média e relativamente próximo a outros valores ecológicos e culturais.

2 – Baixa (ruim): (i) - geossítio de feições comuns e de compreensão difícil para a maioria dos públicos, com diversidade geológica baixa e risco de degradação alto; (ii) geossítio de difícil acesso, pouco seguro, em área com densidade populacional baixa e distante de outros valores ecológicos e culturais.

1 – Muito baixa (péssima): (i) geossítio de feições muito comuns e de compreensão restrita a especialistas, com diversidade geológica muito baixa e risco de degradação muito alto; (ii) geossítio de muito difícil acesso, muito pouco seguro, em área com densidade populacional muito baixa e muito distante de outros valores ecológicos e culturais.

7.1.2 Componente Agroecossistemas, como expressão da sustentabilidade rural

De acordo com Denardin *et al.* (2021), nas últimas décadas, os efeitos e consequências das externalidades oriundas do modelo econômico estabelecido, a exemplo do agronegócio brasileiro, têm sido amplamente discutidos e problematizados. O cenário pandêmico vivenciado a partir de 2020, com o novo coronavírus; o enfrentamento da maior seca dos últimos 90 anos, em 2021; a diminuição e ausência de insetos polinizadores, em especial as diversas espécies de abelhas que estão morrendo e desaparecendo dos ecossistemas e agroecossistemas; a diminuição dos estoques de alimentos em nível global; o elevado nível de pobreza e famintos; o aumento da temperatura da Terra, dentre muitos outros eventos estão intrinsecamente relacionados com este modelo econômico depredatório. Sabe-se que o desmatamento de nossas florestas, a perda de habitats da fauna e flora, a extinção de milhares de espécies, a erosão e perda da camada fértil do solo, o uso de agrotóxicos, a contaminação dos lençóis freáticos e outras fontes de água potável, bem como as adversidades climáticas (secas, geadas e chuvas de granizo mais frequentes) possuem relação causa e efeito

Atualmente, um dos maiores desafios da humanidade é encontrar caminhos, estratégias e modelos regeneradores, com novas bases tecnológicas, políticas, econômicas, sociais e ambientais, que considerem a nossa elevada dependência aos serviços ecossistêmicos e recursos naturais. E, portanto, sejam capazes de recuperar os ecossistemas e biomas amplamente degradados nas últimas décadas, bem como de conservar os biomas, os sistemas tradicionais de manejo e seus recursos hídricos, faunísticos, florísticos e edáficos (DENARDIN *et al.*, 2021).

Neste sentido, Denardin *et al.* (2021) propuseram repensar o modelo de agricultura vigente, pautado no agronegócio, que preconiza formas equivocadas de arranjos (monocultura), de tecnologias de manejo dos insetos, ervas espontâneas e microrganismos (agrotóxicos), de tecnologias genéticas (transgênicas) e de manejo do solo (arado e grade niveladora) tem sido objeto de estudos, extensão e ensino, principalmente nos últimos 50 anos. Talvez nosso maior desafio seja a construção e multiplicação e sistemas agroalimentares resilientes, em escala planetária, para alimentar e suprir as exigências atuais em fibras e alimentos, em sua totalidade, sem comprometer as gerações futuras, pois a modernização da agricultura, também conhecida como revolução verde que acabaria com a fome no mundo, fracassou, dado a existência de quase 1 bilhão de pessoas em

situação de insegurança alimentar e pobreza. Nesse sentido, apresentamos neste capítulo 4 índices (diversidade produtiva, Produtividade, Sanidade vegetal e Transição agroecológica), que contribuem com a mensuração da sustentabilidade dos agroecossistemas.

Na década de 1970 surge a Agroecologia como uma nova ciência, apresentando um novo referencial teórico metodológico capaz de analisar a sustentabilidade dos agroecossistemas (EMBRAPA, 2006; GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2002), de comunidades e territórios, de forma sistêmica e multidimensional (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; MASERA *et al.*, 1999). Para além da análise dos agroecossistemas, a Agroecologia, enquanto ciência, apresenta princípios, bases, tecnologias, modelos e práticas sustentáveis de manejo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2002; GLIESSMAN, 2005; KHATOUNIAN, 2001) capazes de recuperar e conservar a agrobiodiversidade, os serviços ecossistêmicos, as culturas e saberes tradicionais, possibilitando a transição para sistemas sustentáveis (DENARDIN *et al.*, 2021).

Masera *et al.* (1999) propuseram um marco referencial metodológico para a avaliação de sistemas de manejo dos recursos naturais, incorporando indicadores de sustentabilidade (MESMIS), revolucionando as bases metodológicas de avaliação dos agroecossistemas. Dentre as principais características estruturais do método MESMIS destacam-se as seguintes: o conceito de sustentabilidade é embasado em 5 atributos gerais dos agroecossistemas (produtividade, estabilidade, confiabilidade e resiliência, adaptabilidade, equidade e autodependência ou autogestão); as dimensões da sustentabilidade são incorporadas e vinculadas aos atributos; indicadores de sustentabilidade são construídos e utilizados para processos de diagnóstico ou avaliação de maneira participativa e dialética; é um método que exprime um cuidado analítico, pedagógico e político, além de cobrir as lacunas avaliativas de outras propostas metodológicas; pressupõe a participação de uma equipe interdisciplinar, incluindo efetivamente os sujeitos das comunidades locais (MASERA *et al.*, 1999 *apud* DENARDIN *et al.*, 2021).

O MESMIS, de acordo com Masera *et al.* (1999 *apud* Denardin *et al.,* 2021), aponta inicialmente a necessidade de definição dos sistemas que se pretendem avaliar, suas características e contexto socioambiental; num segundo momento, determinam-se os pontos críticos que interferem na sustentabilidade sistêmica; como terceiro passo, definem-se os critérios de diagnóstico e indicadores estratégicos; como quarto, realiza-se a construção dos instrumentos de análises, tais como parâmetros,

para medição e monitoramento dos sistemas; num quinto momento, é prevista a análise dos resultados, comparando-se a sustentabilidade dos agroecossistemas, direcionando os olhares para os entraves, obstáculos e pontos que favorecem a sustentabilidade do sistema, e, por último, realiza-se uma síntese conclusiva, com propostas de superação dos problemas e/ou pontos destacados, com o intuito de se alcançar a sustentabilidade do sistema.

Gliessman (2005, p. 584-585) apresenta vários parâmetros relacionados com a sustentabilidade dos agroecossistemas que podem ser utilizados para mensuração da sustentabilidade e funcionalidade dos sistemas produtivos manejados pelos seres humanos. Os caminhos metodológicos de análise e diagnóstico do manejo dos agroecossistemas e seu entorno (ecossistemas naturais), a problematização de realidades locais e o planejamento da transição agroecológica, com adoção de tecnologias sociais sustentáveis, ao longo do tempo, e processos de desenvolvimento territorial sustentável podem ser observados nas obras de Miguel Altieri (2000, 2002), Ana Maria Primavesi (1997), Carlos Armênio Khatounian (2001), Stephen R. Gliessman (2005), Masera *et al*. (1999), Sosa *et al.* (2012), Embrapa (2006), dentre outras.

Estudiosos apontam 3 principais passos para se alcançar a sustentabilidade dos agroecossistemas (EMBRAPA, 2006; ALTIERI, 2002; GLIESSMAN, 2005): (i) redução do uso de insumos químicos, tais como agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; (ii) substituição dos insumos químicos por insumos de origem orgânica e biológica; (iii) redesenho dos agroecossistemas, com aumento expressivo da biodiversidade, da articulação e integração dos subsistemas, buscando maiores níveis de resiliência, autosuficiência, equilíbrio e adaptabilidade.

Com base nesta proposta gradativa do aumento da sustentabilidade dos agroecossistemas, propõe-se o uso de quatro variáveis, conforme Quadro 1: (i) diversidade produtiva; (ii) produtividade (produção em relação a área); (iii) sanidade vegetal e animal; e (iv) nível de transição agroecológica.

Na sequência, apresenta-se uma escala de avaliação entre 1 (muito baixa – péssima) e 5 (muito alta – ótima) para o componente Agroecossistemas:

> **5 - Muito alta (ótima)**: (i) presença de diversas espécies no mesmo agroecossistema e nos subsistemas do agroecossistema, preferencialmente em arranjos agroflorestais (espécies herbáceas,

arbustivas e arbóreas) e silvipastoris (espécies de plantas herbáceas, arbustivas e arbóreas, bem como espécies de animais); acima de 40 espécies; (ii) 100 % acima da média nacional (peso de biomassa/hectare) em relação a qualquer monocultura; (iii) ausência de incidência de pragas/parasitas e doenças; presença de inimigos naturais (com elevada abundância e diversidade); ausência de deficiências nutricionais (vigor); (iv) utilização de arranjos produtivos biodiversos (sistemas agroflorestais); ausência de aplicação de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; comunidades com presença majoritária de agricultura familiar camponesa; unidades familiares vinculadas a associações e cooperativas, com selo de produção orgânica; possui adequação ambiental, a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente estão bem conservadas.

4 - Alta (boa): (i) Presença de diversas espécies no mesmo agroecossistema, preferencialmente em arranjos agroflorestais e silvipastoris e/ou minimamente em consórcios que preconizam a maior diversidade possível, entre 10 e 30 espécies; (ii) 50% acima da média nacional (peso de biomassa/hectare) em relação a qualquer monocultura; (iii) baixa incidência de pragas e doenças; presença de inimigos naturais (com elevada abundância e diversidade); ausência de deficiências nutricionais (vigor); (iv) utilização de arranjos produtivos biodiversos (sistemas agroflorestais); ausência de aplicação de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos; comunidades com presença majoritária de agricultura familiar camponesa; unidades familiares vinculadas a associações e cooperativas, em processo de certificação orgânica; possui adequação ambiental, a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente estão bem conservadas.

3 - Intermediária (regular): (i) Presença de consórcios ou mosaicos produtivos, com entre 5 e 10 espécies; (ii) 10% acima da média nacional (peso de biomassa/hectare) em relação a qualquer monocultura; (iii) incidência mediana de pragas e doenças; presença de inimigos naturais (com baixa abundância e baixa diversidade); uma baixa porcentagem das plantas e animais apresentam sinais de deficiências nutricionais (vigor); (iv) utilização de arranjos produtivos em consórcios; ausência de aplicação de agrotóxicos (SAT); ainda utiliza fertilizantes sintéticos, mas iniciou o processo de substituição

para fertilizantes orgânicos; unidades familiares sem vínculos a associações e cooperativas, não possui certificação orgânica. Não possui adequação ambiental.

2 - Baixa (ruim): (i) Consórcio entre 2 e 3 espécies; (ii) média nacional (peso de biomassa/hectare) produzida em arranjo monocultural; (iii) incidência elevada de pragas e doenças; ausência de inimigos naturais; uma elevada porcentagem das as plantas e animais apresentam sinais de deficiências nutricionais (vigor), perdas em produtividade (até 20%); (iv) utilização de arranjos produtivos simplificados (monocultura); utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, unidades produtivas de médio e grande (área), sem vínculos a associações e cooperativas; ao possui adequação ambiental e possui níveis consideráveis de degradação do solo.

1 - Muito baixa (péssima): (i) monocultura; (ii) abaixo da média nacional (peso de biomassa/hectare) produzida em arranjo monocultural; (iii) incidência elevada de pragas e doenças; ausência de inimigos naturais; uma elevada porcentagem das plantas e animais apresentam sinais de deficiências nutricionais (vigor); mortes de plantas e animais; perdas consideráveis na produção (acima 20%); (iv) utilização de arranjos produtivos simplificados (monocultura); utilização de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, unidades produtivas de médio e grande (área), sem vínculos a associações e cooperativas, não possui adequação ambiental e possui elevado nível de degradação do solo, com presença de erosão em sulcos e voçorocas.

7.1.3 Componente Vulnerabilidade Ambiental Urbana

A expansão da rede urbana nas últimas décadas do século XX e os novos movimentos de conformação do sistema de cidades no Brasil ocorrem acentuando assimetrias de espaços econômicos, com fortes pressões sobre a oferta de serviços em cidades polo regionais e sob aguda pressão nos sistemas naturais, ampliando vulnerabilidades socioambientais e demandando atuação dos diferentes atores sociais, especialmente de setor público, em prol da garantia do direito à cidade e da melhor qualidade de vida das populações.

Nesse sentido, tem-se constatado que "[...] com o crescimento

acelerado das grandes cidades e com os processos de conurbação que nelas frequentemente ocorrem, certos problemas urbanos são potencializados e adquirem um caráter de vulnerabilidade ambiental, propenso a processos antropogênicos induzidos" (BARCELLOS; OLIVEIRA, 2008, p. 2).

Essas contradições são percebidas na própria produção do espaço urbano, que tem reflexo na organização socioespacial das cidades. Resultado da dinâmica de acumulação do capital, o espaço urbano capitalista é "fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas", é um produto social, "resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço" (CORRÊA, 2000, p.11).

É nesse sentido que, para Costa (2009, p.147), os espaços da cidade se constituem "[...] objetos de interesse econômico, conforto material, de reprodução material ou simbólica e de distinção social. Portanto, eles se identificam com determinados grupos sociais – dominantes ou excluídos". Como consequência, a produção desigual do espaço urbano, segundo a lógica do mercado, expõe níveis crescentes de populações à segregação socioespacial e a situações de vulnerabilidade.

Para Sposito (2006), deste modo, faz-se imperativa a compreensão das interações espaciais e das relações sociais, econômicas, políticas ou culturais que se estabelecem entre uma área e outras porções mais amplas ou mais reduzidas do território. Adicionalmente, passam a ser crescentes as preocupações "[...] com os problemas ambientais e com a definição de políticas urbanas que consideram a cidade como ambiente que é, ao mesmo tempo, natural e social" (SPOSITO, 2006, p. 149).

Face ao conjunto dessas preocupações, tornam-se relevantes os estudos que analisem aspectos e problemáticas ambientais no contexto urbano, especialmente sob o olhar das vulnerabilidades ambientais. Em contexto genérico, a vulnerabilidade pode ser entendida como uma condição resultante do não atendimento das necessidades básicas de sobrevivência do indivíduo em decorrência da deficiência no acesso a serviços públicos, como moradia, saúde, educação, saneamento básico e renda e da impossibilidade de alterar a condição em que se encontra (GRIZENDI, 2003; CARARA, 2016).

Apesar da multiplicidade de interpretações, as matrizes teóricas da vulnerabilidade ambiental apontam para um primeiro bloco de contribuições, no qual a vulnerabilidade está intrinsecamente associada à características físicas do ambiente e as aproximações na literatura

inicialmente reconhecem três vetores que caracterizam o fenômeno: (i) exposição ao risco; (ii) (in)capacidade de reação; e (iii) dificuldade de adaptação mediante riscos. Assim, a vulnerabilidade se encontra constantemente associada ao grau susceptibilidade de um sistema a fatores intrínsecos ou extrínsecos que sobre o mesmo exercem pressão.

De certa forma, nessas contribuições, os residentes em ambientes físicos precários e expostos a maiores riscos são mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, a capacidade de resposta de indivíduos ou grupos às mudanças no ambiente natural influencia a vulnerabilidade de tais indivíduos ou grupo social (TOMINAGA; SANTORO; AMARAL, 2009). Esses elementos indicam a maior ou menor sensibilidade de indivíduos, lugares, infraestruturas e ecossistemas a passarem, de alguma forma, por tipos particulares de agravo (ACSELRAD, 2006).

Em outra linha de contribuições, a capacidade de resposta a situações de mudanças ambientais é determinada por fatores mais sistêmicos, variando de acordo com as possibilidades e condições ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas das populações (ADGER, 2006). Encontra-se intrinsecamente associada à presença efetiva e institucional do Estado na promoção de condições adequadas que interfiram na qualidade de vida e interação das populações com o meio natural (GAMBA, 2010). Logo, pessoas vulneráveis teriam menos condições de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, o Estado e a sociedade. Tal capacidade de aproveitamento de oportunidades, a que se referem Kaztman *et al.* (1999) por "posse ou controle de ativos", vincula estreitamente a vulnerabilidade à dimensão social das populações.

Em Hogan e Marandola (2006, p. 27), "[...] a vulnerabilidade é associada às desvantagens sociais que produzem e, ao mesmo tempo, são reflexos e produtos da pobreza". E o caráter social da vulnerabilidade também é enfatizado por Deschamps (2004, p.140), que chama atenção para a estreita relação "[...] entre a localização espacial dos grupos que apresentam desvantagens sociais e aquelas áreas onde há risco de ocorrer algum evento adverso, ou seja, populações socialmente vulneráveis se localizam em áreas ambientalmente vulneráveis".

Apesar de reconhecer a multidimensionalidade da vulnerabilidade ambiental urbana opta-se, aqui, pela abordagem em três grupos de variáveis, que dizem respeito à: (i) vulnerabilidade habitacional e de infraestrutura urbana: tenta inferir sobre condições adequadas de moradia, captar a exclusão da população em relação a serviços e bens públicos considerados

essenciais à vida urbana e medir a vulnerabilidade a partir das condições do entorno e deficiências de infraestrutura que importem em aumento de riscos ambientais; (ii) pressão sobre o ambiente natural: objetiva captar o risco decorrente de pressão das atividades antrópicas sobre o ambiente natural, que se manifestem na perda de bem-estar pela redução ou ausência de ambientes conservados; e (iii) insegurança alimentar e nutricional: busca apontar como a vulnerabilidade pode ser captada através do acesso ou da estabilidade das famílias no acesso aos alimentos.

A construção de um índice parcial de vulnerabilidade ambiental urbana, que comporá a dimensão natural do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial, requer uma padronização de variáveis secundárias de forma que diferenças de escala nas variáveis não provoquem distorções na análise; as variáveis podem ser padronizadas numa escala de um a cinco. Tal padronização leva em consideração a relação entre os valores dos diferentes territórios em análise, que podem ser micro ou macrorregiões, regiões imediatas ou intermediárias, municípios, estados, entre outros, onde o menor valor da variável padronizada corresponderia ao valor um na escala (menor vulnerabilidade), sendo a situação ótima e o maior valor seria o valor 1 (maior vulnerabilidade), correspondendo à situação péssima.

Na sequência, apresenta-se uma escala de avaliação entre 1(muito baixa – péssima) e 5 (muito alta – ótima) para o componente Vulnerabilidade Urbana:

> **5 – Muito alta (péssima):** (i) entre 80 e 100% dos municípios (ou outra escala de investigação) estão em condições sanitárias e de ocupação do imóvel péssimas e completamente inadequadas; (ii) são péssimas as condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, que podem acarretar risco de enchentes e desmoronamento, bem como, é muito vulnerável a estrutura para o enfrentamento destes problemas; relativo à pressão sobre o meio natural, esse percentual de unidades estão sobre riscos muitos altos inerentes à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; (iii) os percentuais na insegurança alimentar representam que as populações apresentam padrões muito altos de precarização de renda, desemprego, desigualdade e pobreza.
>
> **4 – Alta (ruim):** (i) entre 60 e 80% dos municípios (ou outra escala de investigação) estão em condições sanitárias e de ocupação

do imóvel inadequadas e ruins; (ii) são ruins as condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, que podem acarretar risco de enchentes e desmoronamento, bem como é ruim a estrutura para o enfrentamento destes problemas; relativo à pressão sobre o meio natural, esse percentual de unidades estão sobre altos riscos inerentes à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; (iii) os percentuais na insegurança alimentar representam que as populações estão em níveis altos de vulnerabilidade, considerando alta precarização de renda, desemprego, desigualdade e pobreza.

3 – Intermediária (regular): (i) entre 40 e 60% dos municípios (ou outra escala de investigação) estão em condições sanitárias e de ocupação do imóvel intermediárias e são regulares as condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, que podem acarretar risco de enchentes e desmoronamento, bem como é regular a estrutura para o enfrentamento destes problemas; (ii) relativo à pressão sobre o meio natural, esse percentual de unidades estão sobre riscos intermediários de exposição à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; (iii) os percentuais na insegurança alimentar representam que as populações estão em níveis intermediários de vulnerabilidade para renda, desemprego, desigualdade e pobreza.

2 – Baixa (boa): (i) entre 20 e 40% dos municípios (ou outra escala de investigação) estão em boas condições sanitárias e de ocupação do imóvel e é baixa a vulnerabilidade relativa às condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, que podem acarretar risco de enchentes e desmoronamento, bem como é boa a estrutura para o enfrentamento destes problemas; (ii) relativo à pressão sobre o meio natural, esse percentual de unidades estão sobre baixos riscos de exposição à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; (iii) os percentuais na insegurança alimentar representam que as populações estão em bons níveis de renda, ocupação, com baixa desigualdade e pobreza, configurando baixa vulnerabilidade.

1 – Muito Baixa (ótima): (i) entre 0% e 20% dos municípios (ou outra escala de investigação) estão em ótimas condições sanitárias e de ocupação do imóvel e é muito baixa a vulnerabilidade relativa às condições de abastecimento de água e o manejo de águas pluviais, que podem acarretar risco de

enchentes e desmoronamento, bem como é ótima a estrutura para o enfrentamento destes problemas; (ii) relativo à pressão sobre o meio natural, esse percentual de unidades estão sobre riscos muito baixos de exposição à poluição, queimadas e contaminação por substâncias químicas ou agentes biológicos; (iii) os percentuais na insegurança alimentar representam que as populações estão em ótimos níveis de renda e ocupação, com desigualdade e pobreza muito baixas, configurando um padrão de vulnerabilidade muito baixo.

7.1.4 Componente Cesta de Bens e Serviços Territoriais[4]

O enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi formulado originalmente a partir de pesquisas empíricas sobre desenvolvimento territorial realizadas em zonas rurais francesas consideradas "desfavorecidas" do ponto de vista socioeconômico. A definição desse tipo de zona está intrinsecamente associada à ação do poder público que, a partir dessa categorização de geografia física, aporta políticas públicas subsidiadas para essas regiões. Em linhas gerais, correspondem a áreas de montanha, ou com relevos acidentados, distantes de centros urbanos e que sofreram um forte êxodo populacional, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. As características topográficas e climáticas dificultaram, em grande medida, a promoção do modelo de agricultura produtivista preconizado a partir dos anos 1950.

Esse processo de exclusão produtiva está diretamente ligado ao tema foco deste capítulo. Os ecossistemas, as paisagens naturais, os cultivos e saberes tradicionais e a agrobiodiversidade das zonas consideradas desfavorecidas foram menos impactados pelo modelo de agricultura e pecuária produtivista. O que foi um estorvo no passado para a difusão desse modelo, representa na atualidade um enorme repositório de recursos territoriais específicos, o que permite a construção social de um estilo de desenvolvimento melhor alinhado com os preceitos da sustentabilidade. A

4 A elaboração deste tópico tem por base as contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: 1) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santas Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 2) Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, apoio financeiro do Fapesc, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10; 3) Desenvolvimento territorial sustentável: a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

abordagem da CBST tem, portanto, uma forte correlação com zonas rurais inaptas ao ideário produtivista que norteou a denominada revolução verde ou a modernização da agricultura iniciada nos anos 1950.

Outro aspecto relevante, destacado por Campagne e Pecqueur (2014), reside na natureza familiar dos estabelecimentos rurais engajados em iniciativas de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS). A maior adesão desse tipo de empreendimento às ações de DTS se explica, em grande parte, pelo caráter multifuncional, em especial, das unidades agrícolas familiares, que as diferencia em diversos aspectos das unidades produtivas baseadas na força de trabalho assalariada (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

> Pode-se avançar ainda que os processos de desenvolvimento territorial são geralmente compostos por formas de iniciativas e de modos de inovação que, no mundo rural, são sobretudo conduzidos por unidades familiares. Isso não quer dizer que não se encontra inovação em grandes unidades. Mas a forma que a inovação toma nas unidades familiares é, [...], muito particular, pois ela se apoia na valorização local de recursos específicos do território. Em geral, isso não ocorre nas grandes unidades, que inovam para melhor adaptar sua produção no mercado mundial do qual elas dependem (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014, p.94; tradução livre).

As primeiras formulações sobre a CBST foram os trabalhos de Pecqueur (2001) e Mollard (2001), os quais evidenciaram o diferencial de ações de desenvolvimento territorial capazes de promover a oferta heterogênea e articulada de bens e serviços territoriais de qualidade, com marcada valorização de recursos territoriais específicos. O aprofundamento do tema, com novos estudos, realçou três componentes principais do enfoque: os produtos e serviços privados de qualidade territorial, o cenário constituído por atributos naturais, históricos e tradicionais e o sistema de governança territorial engendrado por multiatores (HIRCZAK *et al.*, 2008; CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014; ALVAREZ *et al.*, 2014; CAZELLA *et al.*, 2019; 2020). Os dois primeiros componentes têm clara correlação com a sustentabilidade ambiental, pois estão associados aos estoques de biodiversidade, paisagens e saber-fazer tradicional existentes nos territórios rurais.

O processo de especificação e ativação de recursos territoriais, por sua vez, depende da criatividade de multiatores territoriais (públicos, privados e associativos) e do histórico em adotar formas de cooperação. O inventário de recursos e ativos territoriais com potencial para constituir uma oferta heterogênea e articulada de produtos e serviços de qualidade

territorial representa, ao mesmo tempo, o ponto de partida e a base da abordagem. Trata-se de mobilizar atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais associados a sistemas agroalimentares localizados e a serviços territoriais de qualidade, com destaque para as diferentes modalidades de turismo rural, restauração e gastronomia típica. A construção social de canais de comercialização alicerçados em circuitos curtos, os quais conformam a categoria de mercados locais e territoriais cunhada por Schneider (2016), representa uma ação basilar no processo de construção de uma CBST.

O propósito não se restringe a fazer aquilo que os demais territórios não podem ou não sabem fazer, mas também a fazer diferente e melhor do que os demais territórios fazem (PECQUEUR, 2005; GLON; PECQUEUR, 2016). Para tanto, a mobilização de multiatores com o propósito de criar um sistema de governança territorial representa um ambiente propício à inovação social capaz de gerar uma renda de qualidade territorial. Esse tipo de renda é apropriado pelos diversos segmentos produtivos ou prestadores de serviços, não de forma igualitária, mas distribuída suficientemente entre os distintos atores, de forma a promover melhorias nos indicadores de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos territórios rurais. "Isso nos leva a formular a hipótese que o valor produzido deve ser sobretudo um 'valor de uso', o qual deve ter proeminência sobre o 'valor de troca' que inscreve os territórios no processo de concorrência sem respeito ao bem-estar coletivo" (KLEIN; PECQUEUR, 2020, p. 231).

A continuidade de estudos sobre o tema, a partir de análises de casos empíricos, levou os autores franceses a formular uma tipologia de diferentes formas de construção social da CBST, o que permite dar conta de situações diversas que apresentam elementos do enfoque idealizado acima, mesmo que nem todos estejam presentes ou se encontrem em estágio incipiente de construção (HIRCZAK *et al.*, 2008). A coexistência de distintos e, por vezes, antagônicos modelos de desenvolvimento agrícola, em um mesmo espaço geográfico, não representa um impeditivo para a valorização de recursos territoriais específicos, segundo os preceitos do enfoque da Cesta.

O enfoque da CBST se configura tanto como um modelo de análise para conduzir pesquisas quanto com um guia metodológico que orienta as ações de agentes de desenvolvimento territorial sustentável. O elemento mais frágil na maioria dos casos estudados reside no sistema de governança territorial, o que explica a recorrência de iniciativas justapostas nos territórios analisados (HIRCZAK *et al.*, 2008; MILANO; CAZELLA, 2022). Nesses casos, a oferta heterogênea de produtos e serviços de

qualidade está presente, mas nenhum ator social tomou a iniciativa de formular e propor a ideia de uma oferta compartilhada que propicie benefícios coletivos, a exemplo da criação de novos ou o fortalecimento de canais de comercialização já existentes, que fortaleçam o mercado territorial. A dispersão das ações de valorização de produtos e serviços de qualidade territorial enfraquece a capacidade de gerar benefícios coletivos, sobretudo daqueles tributários do cenário da CBST, cuja base são bens públicos associados ao ambiente natural e ao saber-fazer tradicional.

As reflexões sobre a pertinência dessa abordagem para os estudos de territórios rurais brasileiros têm apontado para a necessidade de se operar adaptações, dada as profundas diferenças socioeconômicas entre França e Brasil. Alguns resultados de pesquisas em andamento indicam a necessidade de incluir, no modelo de análise, o papel desempenhado pelo consumidor do território, portanto dos mercados territoriais, relativizando a centralidade do turista ou de proprietários de residências secundárias na geração da renda de qualidade territorial. Trata-se de repensar as estratégias de obtenção desse tipo renda por meio do mero aumento dos preços de produtos e serviços de qualidade, o que se traduz, em última análise, na exclusão de parcela significativa da população do consumo desses bens e serviços. O "efeito clube", que beneficia um seleto grupo de consumidores, produtores e prestadores de serviços de qualidade territorial, é avesso aos preceitos do desenvolvimento territorial sustentável.

Um desafio que persiste na formulação da CBST reside na concepção de um painel de indicadores que permita tanto a comparação entre distintos territórios quanto o monitoramento no tempo, no interior de um mesmo território, do processo de construção social dos componentes da Cesta (CAZELLA *et al.*, 2020; TURNES *et al.*, 2022). A discussão sobre as duas variáveis da CBST, instrumentos de coleta e escalas apresentadas no Quadro 1 se baseia no estudo de Turnes *et al.* (2022), que formulam um primeiro painel de indicadores da CBST.

Para esses autores, a melhor forma de operacionalizar e ajustar os indicadores da CBST consiste na sua co-construção entre pesquisadores e atores territoriais engajados em processos de formação de agentes de desenvolvimento territorial sustentável. Por essa razão, a utilização do procedimento metodológico participativo, a exemplo de grupo focal, que reúna atores territoriais já implicados com iniciativas de valorização de recursos territoriais específicos, mas também aqueles com potencial de aderir a essas iniciativas, deve ser priorizado na coleta de informações. Para os propósitos deste capítulo, a escala ou grau de força de cada uma das duas

variáveis da CBST é formulada a partir da visão dos atores sociais sobre o estado atual e a dinâmica de maturação de uma CBST ao longo do tempo. Trata-se, portanto, da percepção desses atores em relação ao número de iniciativas, seus vínculos com o cenário (patrimônio natural, histórico, cultural, arquitetônico, saber-fazer…) e, em que medida, essas iniciativas estabelecem parcerias, de forma a se reforçar mutuamente, e buscar apoio de serviços públicos e privados, por vezes, inexistentes no território.

Na sequência apresenta-se um detalhamento das diferentes escalas de avaliação das duas variáveis da CBST: (i) bens e serviços privados e cenário de bens públicos de qualidade; (ii) sistema de governança.

5 - Muito alta (ótima): (i) os principais recursos territoriais específicos estão ativados, com diversos serviços de qualidade e canais de comercialização, que conformam um mercado territorial de qualidade denso; o cenário de bens públicos é remarcável e os consumidores reconhecem os diferenciais de qualidade dos produtos, serviços e cenário; (ii) as diversas iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade têm sistemas coletivos de coordenação; (iii) esses sistemas apresentam mecanismos de interlocução e promovem ações conjuntas, sendo que os principais atores públicos interagem e apoiam essas iniciativas.

4 - Alta (boa): (i) a maior parte dos recursos territoriais específicos estão ativados, com alguns serviços de qualidade associados e existência de canais de comercialização que apontam para a construção de um mercado de produtos de qualidade territorial; (ii) o cenário de bens públicos é parcialmente valorizado e os consumidores conhecem a qualidade diferenciada de alguns produtos e serviços; (ii) a maior parte das iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade tem sistemas coletivos de coordenação; alguns desses sistemas apresentam dispositivos de interlocução e promovem ações coletivas, sendo que parcela dos atores públicos interagem e apoiam essas iniciativas.

3 - Intermediária (regular): (i) alguns recursos territoriais específicos estão ativados, mas com poucos serviços de qualidade associados e existência pontual de canais de comercialização de produtos de qualidade territorial; (iii) a valorização do cenário de bens públicos é incipiente e os consumidores conhecem pouco

da qualidade diferenciada de alguns produtos e serviços; (ii) poucas iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade com alguns arranjos coletivos de coordenação, mas raros desses arranjos apresentam dispositivos de interlocução e os atores públicos interagem e apoiam pontualmente essas iniciativas.

2 - Baixa (ruim): (i) ações efêmeras de ativação de recursos territoriais específicos, raros serviços de qualidade associados e poucos canais de comercialização de produtos territoriais específicos; (ii) o cenário de bens públicos não é valorizado e os consumidores não têm acesso a produtos e serviços de qualidade territorial; (iii) raras iniciativas privadas de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade, inexistência de arranjos coletivos de coordenação e de dispositivos regulares de interlocução, sendo que os atores públicos não interagem nem apoiam essas iniciativas.

1 - Muito baixa (péssima): (i) nenhum recurso territorial específico ativado, inexistência de serviços de qualidade territorial e poucos canais de comercialização de produtos territoriais genéricos; (ii) o cenário de bens públicos é desconsiderado e os consumidores não têm acesso a produto produtos e serviços de qualidade territorial; (ii) inexistência de iniciativas privadas e de atores públicos de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade territorial.

7.1.5 Componente Política de Estado para a Sustentabilidade

O componente Política de Estado para a Sustentabilidade compreende duas variáveis, a Legislação Ambiental Local e o Sistema de Monitoramento e Fiscalização Ambiental Local (Lei 6.938/81), conforme expresso no Quadro 1.

Para fazer referência às políticas de Estado para a sustentabilidade, ou políticas públicas ambientais, dois conjuntos de normativas são fundamentais para servirem de referência: (i) Tratados Internacionais sobre o Meio Ambiente[5]; (ii) Sistema Nacional do Meio Ambiente, integrando órgãos públicos voltados ao meio ambiente e à Política Nacional do Meio

5 Como o foco deste trabalho é na dimensão territorial, não será aprofundado esta temática neste texto. Para aprofundamento do tema, sugere-se acesso em MMA (2023).

Ambiente e sua legislação.

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) é composto pela estrutura a seguir mencionada. O SISNAMA foi instituído pela Lei 6.938/1981 (BRASIL, 1981), regulamentada pelo Decreto 99.274/1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, assim constituído: (i) Órgão superior: Conselho de Governo: (ii) Órgão consultivo e deliberativo: Conama; (iii) Órgão central: Ministério do Meio Ambiente (MMA); (iv) Órgão executor: IBAMA; (v) Órgãos seccionais: órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (vi) Órgãos locais: órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições (MMA, 2023).

Os órgãos locais são aptos a exercerem a gestão ambiental dentro dos seus limites territoriais e de sua competência. Estes órgãos têm o poder de aplicarem sanções cabíveis, interditarem ou fecharem estabelecimentos que não estejam em conformidade com as determinações legais.

Adicionalmente, também exerce um papel orientador na política ambiental, a chamada Agenda 21, sendo um programa articulado de ações resultante de diversos encontros promovidos pela Organização das Nações Unidas com o tema *Meio Ambiente e suas relações com o Desenvolvimento*. Trata-se da medida mais ampla já adotada para tentar executar a tarefa de promover um desenvolvimento sustentável em todo o mundo, ou seja, uma forma de desenvolvimento que vise à extração dos recursos da natureza para garantir o sustento do mundo atual, sem prejudicar as gerações futuras. Esse documento é o resultado de um compromisso das nações para desenvolver suas economias sem prejudicar o meio ambiente, com mais de 2.500 recomendações práticas para executar tal esforço. Nesse sentido, cada país deve elaborar, manter e atualizar sua própria Agenda 21 para garantir as bases da sustentabilidade em seus territórios. Tal elaboração deve ser específica ao contexto em que cada país se insere. A ideia é que, em consonância com a realidade das diferentes populações, o meio ambiente não seja ameaçado pelas práticas predatórias executadas pelo ser humano (MMA, 2023).

Como o referencial metodológico aqui proposto tem seu foco nas micropolíticas ambientais, essas são fundamentais, pois, incidem na

dimensão territorial e/ou municipal. Para tal o SISNAMA prevê na sua estrutura organizacional a ação dos Órgãos Locais, envolvendo as entidades municipais responsáveis por programas ambientais e pela fiscalização de atividades utilizadoras de recursos ambientais. São órgãos aptos a exercerem a gestão ambiental dentro dos seus limites territoriais e de sua competência. Estes órgãos têm o poder de aplicarem sanções cabíveis, interditarem ou fecharem estabelecimentos que não estejam em conformidade com as determinações legais.

A ação local em relação às políticas ambientais no Brasil passou a ocorrer após a publicação da Lei. nº 6.938/1981, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), reafirmada após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, que reforça a atuação dos munícipes frente à questão ambiental local e, por fim, a publicação da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que regula a responsabilidade pelo dano ambiental (LEME, 2010). Nesse sentido, a municipalização da questão ambiental é apontada como uma ação efetiva de redução dos impactos ambientais, o que justifica a institucionalização da presença de mecanismos, tais como: (i) Secretaria Municipal Exclusiva do Meio Ambiente; (ii) Conselho Municipal; (iii) Fundo Municipal; (iv) Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos e (v) Legislação específica na área ambiental (LEME, 2010; ÁVILA; MALHEIROS, 2012).

Os municípios brasileiros, além de possuírem o poder/autonomia de criar a sua própria legislação ambiental, estão habilitados para definir sua política de meio ambiente, ou seja, as diretrizes que levarão à proteção, preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente (ÀVILA; MALHEIROS, 2012). Segundo Burstrom e Korhonen (2001), a gestão ambiental municipal envolve um conjunto de atividades diversas cujo fim principal é fornecer serviços municipais com menos impacto ambiental. Desse modo, a gestão municipal ambiental está voltada para a gestão de recursos naturais na área geográfica relacionada à administração municipal e representa o esforço geral do município para manter a sustentabilidade ambiental local.

Manter a sustentabilidade ambiental local envolve a formulação de políticas públicas, o planejamento, a coordenação e a priorização de ações voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais, tendo o dever dotar-se de instrumentos de gestão ambiental que proporcionem a operacionalização das funções municipais, bem como, a inserção/participação dos mais diversos atores locais, além de estar dotado de corpo técnico capacitado para implantar as medidas requeridas, o que pressupõe

inicialmente níveis de escolaridade mais elevados (ÁVILA; MALHEIROS, 2012).

Com esta perspectiva, neste texto, as variáveis e critérios a serem utilizados para a análise quanto a ativação do patrimônio territorial na dimensão natural, serão as que abrangem a dimensão local, tendo o recorte espacial dos municípios como referência.

Na sequência apresentar-se-á as escalas de avaliação das duas variáveis do Componente Política de Estado para a Sustentabilidade: (i) legislação ambiental local; e (ii) sistema de monitoramento e fiscalização ambiental local:

> **5 - Muito alta (ótima)**: (i) o recorte espacial em análise possui Secretaria Municipal exclusiva, Conselho Municipal e Fundo Municipal do Meio Ambiente, Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos e Legislação específica na área ambiental, em plena atividade; (ii) é perceptível dinamismo dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, com sinais de crescente fortalecimento (contratação e/ou reposição de pessoal e equipamentos) e operacionalidade (ações crescentes de fiscalização e preservação).
>
> **4 - Alta (boa)**: (i) o recorte espacial em análise possui Secretaria Municipal exclusiva, Conselho Municipal e Fundo Municipal do Meio Ambiente, mas a Legislação específica na área ambiental, apresenta lacunas; (ii) apesar da manutenção em atividade dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, percebe-se certa inatividade operacional (ações de fiscalização e preservação).
>
> **3 - Intermediária (regular)**: (i) o recorte espacial em análise possui apenas a Secretaria Municipal exclusiva em atividade e apenas parte da Legislação específica na área ambiental e planos de gestão ambiental; (ii) apesar da manutenção em atividade dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, as ações de fiscalização e preservação têm decrescido, ou estagnado em níveis insuficientes para manutenção de políticas para a sustentabilidade ambiental.
>
> **2 - Baixa (ruim)**: i) O recorte espacial em análise não possui uma Secretaria exclusiva na área do Meio Ambiente e as demandas ambientais são atendidas em parte por outros órgãos municipais, sem Legislação específica na área ambiental; (ii)

apesar da manutenção em atividade dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, as ações de fiscalização e preservação têm decrescido, tendo sido decisivos em situações de aumento de eventos climáticos catastróficos (desmatamento, queimadas).

1 - Muito baixa (péssima): i) o recorte espacial em análise não possui uma Secretaria exclusiva na área do Meio Ambiente, são atendidas apenas questões pontuais e não possui Legislação específica na área ambiental; (ii) percebe-se significativos riscos quanto à manutenção em atividade dos órgãos Seccionais (nível municipal) previstos no SISNAMA, há desmobilização de pessoal e de equipamentos para a fiscalização e preservação, contribuindo para o aumento de eventos climáticos catastróficos.

7.2 Procedimentos para a construção do Índice de Contribuição para o Desenvolvimento Territorial - Dimensão Natural) (ICDTN)

A estimação do Índice de Contribuição para o Desenvolvimento Territorial - Dimensão Natural) (ICDTN) de determinada região pode ser realizada a partir da elaboração de cinco índices que representam os componentes relacionados: Índice (Bio)Geodiversidade, Índice Agroecossistemas, Índice Vulnerabilidade Ambiental Urbana, Índice Cesta de Bens e Serviços Territoriais, Índice Política de Estado para a Sustentabilidade. Em termos analíticos, o cálculo do ICDTN se dá a partir da seguinte equação:

$$ICDTN = \frac{1}{K} \sum_{p=1}^{k} I_p \qquad (1)$$

Onde:

ICDTN = Índice de Contribuição para o Desenvolvimento Territorial - Dimensão Natural;

I_p = valor do péssimo índice;

p = 1, ..., k (índice).

Cada índice, por sua vez, é formado a partir de um conjunto de variáveis, conforme especificado no Quadro 01. A fim de construção de um índice sintético, opta-se por estabelecer pesos iguais entre as variáveis

dos diferentes componentes; e pesos iguais para os componentes na composição do respectivo índice.

Considerações finais

É reconhecido que mecanismos de mensuração para problemáticas sob múltiplas dimensões são cada vez mais utilizados, uma vez que se constituem importantes instrumentos de avaliação e proposições de diagnósticos, configurando-se ferramentas relevantes de interação, comunicação entre tomadores de decisão, fazedores de políticas, pesquisadores e sociedade em geral. O uso, portanto, de variáveis, indicadores e índices comunicam características de fenômenos de forma objetiva, relacional, revelando estágios e tendências de fenômenos que não são imediatamente identificáveis.

O presente texto abordou a dimensão natural do patrimônio territorial. Representa avanços de um grupo de pesquisadores para evidenciar a multidimensionalidade do patrimônio territorial e propor um conjunto de componentes e variáveis que poderiam nortear a construção de um "Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial - IMAP". Para cada variável sugerida, indicou-se alguns instrumentos de coleta de dados, para nortear futuras pesquisas e permitir que o pesquisador as classifique em uma escala de valoração entre 1 (muito baixa – péssima) e 5 (muito alta – ótima), com escala inversa no caso da vulnerabilidade urbana.

Materializada na forma do patrimônio geológico de um local, a (Bio)Geodiversidade é componente importante do patrimônio territorial. Depois de definir os geossítios da área de estudo, com base em seu inventário e avaliação quantitativa, propõe-se analisar duas variáveis para inclui-los no contexto do Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial: (i) atributos geológicos, que compreendem as características próprias dos locais; e (ii) infraestrutura e entorno, que consistem de elementos construídos e/ou exterioridades. Tais variáveis abrangem alguns critérios determinados previamente na avaliação quantitativa, como singularidade, acessibilidade e outros, considerados mais representativos para o cálculo do índice. Assim, em termos ideais, os geossítios devem ter feições muito singulares, de fácil compreensão para todos os públicos, com diversidade geológica muito alta e risco de degradação muito baixo. Além disso, devem apresentar facilidade de acesso e alto nível de segurança, situando-se em áreas com densidade populacional muito alta e muito próximos a

outros valores ecológicos e culturais. Todavia, é importante ressaltar que esses critérios precisam ser analisados e interpretados com cuidado, sob pena de gerarem resultados contraditórios e/ou irreais. Um exemplo se refere à relação entre risco de degradação, acessibilidade e densidade populacional. Em geral, geossítios facilmente acessíveis e localizados em áreas densamente habitadas tendem a ser mais degradados, justamente pelo grande movimento de pessoas. Deste modo, a verificação da realidade local é imprescindível para o componente (Bio)Geodiversidade na definição do Índice Multidimensional de Ativação do Patrimônio Territorial.

No componente da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, duas principais variáveis foram concebidas como forma de monitorar a maior ou menor aderência desse enfoque em distintos territórios. A primeira corresponde aos bens e serviços privados e bens públicos de qualidade. Trata-se de avaliar as inter-relações estabelecidas entre os processos de valorização de produtos e serviços territoriais de qualidade com o "cenário" da CBST, composto por um conjunto de atributos territoriais intangíveis, que tem na paisagem, história e cultura suas principais referências. A segunda se refere à construção social de um sistema de governança, que integre atores territoriais de distintas categorias socioprofissionais. O enfoque da CBST, ao prever uma oferta heterogênea, mas articulada de produtos e serviços de qualidade, tem sua concretude associada à existência e ao respectivo grau de dinamismo de espaços de interação de atores públicos, privados e associativos, que compartilham o propósito de atuar de forma cooperada na concepção de iniciativas inéditas de desenvolvimento.

Relativo à Vulnerabilidade ambiental urbana, vale destacar que entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o objetivo 11 preconiza tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Nesse sentido, a atuação do Estado, através de seus instrumentos de monitoramento e gestão, deve ocorrer no sentido de corrigir injustiças ambientais, atuando para a eliminação de vulnerabilidades e para a promoção do bem-estar urbano. Para isso, o instrumento de mensuração da vulnerabilidade ambiental urbana, aqui proposto, foi montado para captar aspectos: da atuação antrópica e dos sistemas econômicos sobre o capital natural; da atuação dos agentes e políticas públicas para minimizar deficiências de infraestrutura, e combater situações de pobreza, desigualdade e insegurança alimentar e ainda, remediar a perda de bem-estar ocorrida pelos danos ambientais e ausência de preservação e conservação ambiental nos espaços urbanos.

Coube ao componente "Política de Estado para a Sustentabilidade",

com seu foco nas micropolíticas ambientais, ou seja, na ação dos órgãos locais da estrutura do SISNAMA, propor variáveis e critérios a serem utilizados para a análise quanto a ativação do patrimônio territorial na dimensão natural. Salienta-se que manter a sustentabilidade ambiental local envolve a formulação de políticas públicas, o planejamento, a coordenação e a priorização de ações voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais, em especial, na instância municipal.

O texto busca aportar luz e evidenciar a importância de considerar a dimensão natural nos processos de desenvolvimento territorial. Não possui a pretensão de esgotar o assunto, pois outros componentes, variáveis, instrumentos de coleta de dados e, principalmente, a proposição de uma escala de classificação e possíveis metodologias para cálculo de um índice que represente a dimensão natural podem ser evidenciados por novas pesquisas. O esforço aqui empreendido caminhou em direção a proposição de uma matriz de componentes e variáveis para a mensuração de um Índice que representa a Dimensão Natural (IDN). No entanto, adverte-se que para tal, um complexo sistema de ponderações entre componentes e variáveis (de cada componente) se faz necessário. Qualquer que seja o recorte espacial utilizado, a proposição de um índice a partir de diferentes variáveis requer que essas passem por algum tipo de padronização, a fim de evitar distorções relativas aos valores dos diferentes territórios em análise (micro ou macrorregiões, regiões imediatas ou intermediárias, municípios, estados, entre outros). Considerando as variáveis propostas, é possível estabelecer pesos iguais dentro dos componentes que constituirão o índice para a dimensão, ou se utilizar de metodologias que captem melhor sua importância relativa, a exemplo de métodos de consulta a especialistas, como o Método Delphi. Ainda, a própria metodologia de cálculo de índice pode ser diversa, com diferentes níveis de sofisticação, desde padronizações mais simples para a construção de índices sintéticos, a métodos de análise multivariada, como a Análise Fatorial ou métodos de análises multicritérios, como a Análise de Processos Hierárquicos.

Por fim, a dimensão natural é uma, entre outras inerentes e presentes na abordagem do tema desenvolvimento, considerado como multidimensional por definição. Neste sentido, pensar e agir nos processos de desenvolvimento territorial requer equipes multi/interdisciplinares, para evitar falsas e equivocadas interpretações que assumem o desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento econômico.

Referências

ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006. Disponível em: https://www.projectenportfolio.nl/images/4/41/Adger_2006.pdf. Acesso em: abril. 2023.

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. *Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 5, 2006.

ALTIERI, M.A. *Agroecologia*: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ALTIERI, M.A. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ÁLVAREZ, *et al.* El cesto de bienes y servicios territoriales: un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Universidad Complutense de Madrid, v. 34, n.1, p. 105-128, 2014.

ÁVILA, R. D; MALHEIROS, T. F. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 33-47, 2012.

BARCELLOS, F. C.; OLIVEIRA, S. M. M. C. Nova fonte de dados sobre risco ambiental e vulnerabilidade social. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, 4., 2008, Brasília. *Anais* […]. Brasília: ANPPAS, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei nº 14.119, DE 13 de janeiro de 2021*. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nos.12, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília-DF, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 05/04/2023.

BRILHA, J. *Património geológico e geoconservação*: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga: Palimage Editores, 2005, 190p.

BRILHA, J. Inventory and quantitative assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a review. *Geoheritage*, v. 8, n. 2, p. 119-134, 2016.

BURSTRÖM, F; KORHONEN, J. Municipalities and industrial ecology: reconsidering municipal environmental management. *Sustainable Development*, v. 9, n. 1, p. 36-46, 2001.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial*: une réponse émergente à la mondialisation. Paris: Charles Léopold Mayer, 2014. 267p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: conceitos de agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./jun. 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural*: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília/DF: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CARRARA, M. L. *Dificuldade de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar*. 2016. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação e Direitos Humanos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (org.). *Agricultura familiar*: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CAZELLA, A. A.; NUNES DE PAULA, L. G.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 49-74, set./dez. 2019.

CAZELLA, A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; NUNES DE PAULA, L. G. O enfoque da 'Cesta de bens e serviços territoriais': seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020.

CORRÊA, R.L. *O espaço urbano.* São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, M. C. L. Arranjo familiar e a vulnerabilidade na Região Metropolitana de Fortaleza. *In*: DANTAS, Eustógio. COSTA, Maria Clélia L. (org). *Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza.* Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DENARDIN, V. F.; ALVES, C. L. B.; CAZELLA, A. A.; FETT JÚNIOR, N.; LOPES, P. R. Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 61-83, jan./abr. 2022.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. O capital natural na perspectiva da economia. *In:* Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, 6. 2012, Belém. *Anais*[...]. Belém: ANPPAS/UFPA, 2012. p. 1-16.

DENARDIN, V. F. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. *In*: WILKINSON, J.; MASCARENHAS, G. C. C. (org). *O sabor da origem*. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 51-72.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. *In*: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (org). *Territórios e territorialidades*: a práxis na construção do desenvolvimento. Cascavel: EDUNIOSTE, 2019. p. 67-82.

DESCHAMPS, M. V. *Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba*. 2004. 192 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Marco referencial em agroecologia*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

GAMBA, C. Avaliação da vulnerabilidade socioambiental no município de São Paulo. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. *Anais* […]. Florianópolis: ANPPAS, 2010.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia:* processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GLON, E.; PECQUEUR, B. (dir.). *Au coeur des territoires créatifs***:** proximités e ressources territoriales. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

GRIZENDI, L. T. *Condições de moradia e risco*: representações sociais de técnicos e moradores da periferia de Juiz de Fora. 2003. 114 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HARTE, M. J. Ecology, sustainability, and environment as capital. *Ecological Economics*, v. 15, n.2, p. 157-164, nov. 1995.

HAUWERMEIREN, S. V. *Manual de economía ecológica*. Santiago: Rosa Moreno, 1998.

HIRCZAK, M. *et al.* Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. Économie *Rurale*. Agricultures, alimentations, territoires, n. 308, p. 55-70, nov./dez. 2008.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. *In*: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas*: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 23-50.

JEAN, B. Le développement territorial durable: une nouvelle approche de développement rural. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 33, p. 115-127, abr. 2015.

KAZTMAN, R. *et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago: OIT, 1999. (Documentos de Trabajo, 107).

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KLEIN, J. L.; PECQUEUR, B. (dir.). *Les living lab*: une perspective territoriale. Paris: l'Harmattan, 2020.

LEME, T. N. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 35, p. 26-52, jul./dez. 2010.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LOPEZ-RIDUARA, S. *Sustentabilidadd y manejo de recursos naturales*: el marco de evaluacion MESMIS. México DF: Mundi-Prensa, GIRA, UNAM, 1999.

MILANO, M. Z; CAZELLA, A. A. Da governança da Indicação Geográfica à governança da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma análise a partir da *Teoria dos Comuns*. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 74-92, 2022.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. *Marco legal tratados*

internacionais. Brasiília-DF, 2023. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/epanb/item/15017-marco-legal-e-tratados-internacionais.html. Acesso em 05/04/2023.

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. Économie *Rurale*, v. 263, n. 261, p.16-34, 2001.

MORAES, J. L. A. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como Instrumento de Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: O Projeto Protetor Das Águas de Vera Cruz, RS. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 43-56, jan/jun. 2012.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Économie *Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.

PECQUEUR, B. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. In: ANTHEAUME, B.; GIRAUT, F. (ed.). *Le territoire est mort: vive les territoires*! Une refabrication au nom du développement. Paris: IRD, 2005. p. 295-316.

SPOSITO, M.E.B. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, v. 3, n. 3, p. 143-157, 2006.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SHARPLES, C. *Concepts and Principles of Geoconservation*. Tasmania: Tasmanian Parks & Wildlife Service, 2002. 79 p.

SOSA, M. B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R A.; ROSSET, P. M. *Revolução Agroecológica*: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. Expressão Popular, 2012.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (org.). *Desastres naturais*: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

TURNER *et al. Environmental economics*: an elementary introcuction. New York: Harvester Wheastsheaf, 1994.

TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; GUZZATTI, T.; PECQUEUR, B. Monitoramento de uma cesta de bens e serviços: a construção de um

painel de indicadores. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 224-240, 2022.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, P. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, 2010.

Capítulo 8

A DIMENSÃO INSTITUCIONAL NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Rafael Gonçalves Gumiero – UNIFESSPA
Lucas Labigalini Fuini – IFSP
Ángel Raúl Ruíz Pulpón – UCLM
Nelson José Thesing – UNIJUÍ

Introdução

Desde 2021, fazendo parte do Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)[2], estão sendo realizados estudos com o propósito de propor e validar um instrumental metodológico adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Dois textos sintetizam os primeiros resultados dessa investigação: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), no qual são apresentados os pressupostos epistêmico-teóricos da pesquisa; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento[3].

---

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

2 Texto resultante do Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS-UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul*, em execução no PPGDPP-UFFS.

3 Em Dallabrida (2020a), apresenta-se uma base teórica para fundamentar a dinâmica territorial do desenvolvimento.

No primeiro trimestre de 2022, a equipe de pesquisa do referido projeto publicou o *Dossiê Temático Patrimônio Territorial*, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, compreendendo um texto de apresentação e mais seis artigos, no seu conjunto apresentando referenciais para a estruturação de um instrumental metodológico multidimensional que possa ser utilizado na análise e prospecção territorial[4]. Nesse dossiê, Gumiero *et al.* (2022) apresentaram um conjunto de indicativos teórico-metodológicos que pudessem ser considerados no estudo da dimensão institucional do patrimônio territorial, propondo componentes e variáveis que buscassem apresentar uma visão metodológica analítica para a pesquisa. A partir do balanço entre os componentes e as variáveis foram sugeridos dados para coleta nos territórios.

Desse modo, o objetivo deste novo texto é avançar, buscando-se transversalizar o aprendizado teórico adquirido pela coletânea de estudos formulados pela Projeto de Pesquisa ProPAT, a fim de propor um referencial metodológico que possa ser sistematizado num índice em relação à dimensão institucional, ou seja, o Índice Dimensional da ativação do patrimônio territorial (IDAP).

A análise da dimensão institucional considera as instituições como intermediadoras no processo de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios, na definição de políticas públicas para o desenvolvimento do territorial. Para tal, propõe-se orientar o referencial metodológico da dimensão institucional em três componentes: (i) capacidade administrativa da estatalidade no território; (ii) políticas públicas de apoio ao desenvolvimento, e (iii) atores, instituições e arenas de concertação. Dentre as variáveis a serem analisadas nos três componentes, destacam-se sete delas: (i) estrutura administrativa; (ii) instrumentos de programação e planejamento; (iii) estruturas de comunicação, transparência e inovação; (iv) planos, programas e ações públicas; (v) ações públicas de apoio ao desenvolvimento; (vi) ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial; (vii) estruturas de conversação concertação social.

Entende-se que, com esse conjunto de componentes e variáveis e os instrumentos de coleta de dados necessários para sua fundamentação, é possível estruturar uma proposta metodológica para, finalmente, se apurar o Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), como parte de um índice integrado, o Índice Multidimensional da ativação do patrimônio

4 A apresentação (DALLABRIDA, 2022) e os demais artigos do Dossiê, estão disponíveis em: https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/issue/view/73.

territorial (IMAP).

O texto está dividido, além desta introdução em dois tópicos além das considerações finais. O primeiro tópico abordou os aspectos conceituais da dimensão institucional do Patrimônio Territorial. No segundo tópico foram abordados ao aspecto indicativo que compreendeu a definição das variáveis de cada componente e as suas formas de coletas.

8.1 Elementos conceituais da dimensão institucional do patrimônio territorial

Nesta parte do texto, dividida em três subseções, o foco será direcionado à aportar elementos de caráter conceitual, mas que tem implicações metodológicas para o estudo da dimensão institucional do patrimônio territorial.

8.1.1 Estrutura administrativa e o papel do Estado na dinâmica territorial do desenvolvimento

A divisão político-administrativa atualmente existente no território de um país define o contorno e desenho da maioria das políticas de desenvolvimento territorial. Para além dos formatos mais tradicionais das entidades subnacionais (Estados, províncias, municípios, comarcas, juntas, etc.), surgem novos desenhos espaciais de políticas públicas que fomentam novas territorialidades, com recortes regionais que aglutinam municípios e áreas sob comando de diretorias e coordenadorias que operam neste âmbito e em torno das quais são produzidos arranjos de governança para gestão dessas políticas, arranjos que podem ser mais ou menos horizontais e de concertação ampla ou restrita.

Esses novos desenhos produzem, sob o mesmo marco geográfico de tipo político-administrativo, o entrecruzamento de escalas de políticas públicas diversas, oriundos de diversos setores (saúde, educação, indústria, agricultura, ciência e tecnologia, assistência social). Essas políticas, em sua inserção territorial, podem levar à complementaridade e subsidiariedade operacional, multiplicando a potência do desenvolvimento, ou acarretar na sobreposição e duplicidade das ações, com desperdício de recursos e ineficácia das iniciativas, muitas vezes redundantes e pouco efetivas.

É nas ações públicas que ocorrem os diferentes recortes espaciais, fomentando novas territorialidades, com entrecruzamento de escalas que

se apresenta o papel do Estado na dinâmica territorial do desenvolvimento.

Posto isso, no debate contemporâneo sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento algumas questões podem ser destacadas: (i) o papel das normas, regras e convenções para atração de pequenas e médias empresas e das empresas transnacionais, bem como suas possíveis formas de interação; (ii) a forte relação entre organização socioterritorial, inovação e desenvolvimento, (iii) a necessária (re)consideração do papel do Estado nos processos de desenvolvimento local-regional, principalmente nos países classificados como subdesenvolvidos, e (iv) a importância da estruturação de sistemas de *governança territorial* adequados e necessários à *gestão territorial societária*, constituindo-se nos processos de governança territorial (DALLABRIDA, 2003; 2007; 2015; FARINÓS, 2015).

Sobre a interação empresarial no âmbito territorial, alguns autores, a exemplo de Storper (1997), ressaltam o papel do espaço institucional de normas, regras e convenções, tanto como condicionante desse sistema de relações mercantis, quanto como potenciais nas trajetórias de desenvolvimento territorial. Nesta perspectiva, segundo Storper (1997), o desenvolvimento territorial perpassa de forma conjunta três dimensões da realidade: (i) a tecnologia e a mudança tecnológica, como motor do crescimento e desenvolvimento; (ii) as organizações, sobretudo redes de empresas, sistemas de produção territorial e outras instituições locais; (iii) os territórios, entendidos não somente como suporte físico, mas entremeados de relações sociais e empresariais baseadas na proximidade.

Vázquez-Barquero (1996) refere-se às dimensões *hardwave* (infraestruturas), *software* (iniciativas de qualificação dos recursos humanos, apoio à inovação e difusão da tecnologia) e *orgware* do desenvolvimento local/regional/territorial. O destaque é dado para a dimensão *orgware*, referindo-se às ações relacionadas a melhorar a organização social para o desenvolvimento, consistindo em aprimorar a capacidade de organização que existe na cidade, região ou território. Tratam-se de ações de apoio à capacidade organizativa territorial, constituindo-se uma das condições para o surgimento de processos inovativos, com reflexos positivos no desenvolvimento.

Tanto as questões relacionadas à aglomeração e interação empresarial no âmbito territorial e os fatores relacionados, quanto as questões relacionadas à capacidade auto-organizativa territorial, exigem a necessária (re)consideração do papel do Estado, principalmente nos países classificados como subdesenvolvidos. Isso, pois, há uma relação

iminente entre Estado, Sociedade e Mercado, reafirmando a necessidade de assumirem uma postura de parceiros, em busca de um objetivo que é comum, o desenvolvimento. Assim, nem a sociedade ou mercado são reféns do Estado, nem o poder está concentrado num único agente (DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2007).

Portanto, em um processo de concertação social regional/territorial com vistas ao desenvolvimento, o Estado necessita exercer um novo papel, não mais só regulador, nem intervencionista, nem paternalista, mas inovador, integrador e promotor do desenvolvimento (FERNÁNDEZ, 2001; 2003). Isso implica na participação cidadã dos diferentes atores sociais, como protagonistas do processo, com reflexos diretos na governabilidade.

Neste contexto, uma questão merece ser destacada: que razões justificam a defesa do papel do Estado nos processos de desenvolvimento territorial?

Fernández (2003, p. 78-80), defende a recuperação do espaço-nação, sugerindo como funções do Estado, em síntese: (i) evitar o *fragmentalismo seletivista*, integrando e sinergizando as políticas de nível regional com aquelas do nível nacional, coordenando ações inter-regionais, por impulsos nacionais de associação, além de integrar a dinâmica dos nós regionais exitosos com outros em que o dinamismo não está presente; (ii) contribuir na *estruturação de redes* de atuação de alcance nacional, que permitam desenvolver um espaço suficientemente abrangente, de forma a expandir interregionalmente aprendizagens econômico-institucionais e organizacionais, incluindo os âmbitos regionais cujas tradições organizacionais e funcionais são incompatíveis com os padrões da especialização flexível; (iii) finalmente, a *constituição do espaço nacional*, associando um Estado com altas capacidades, outorgando aos nós regionais a escala político-institucional para operar as articulações (negociações) sinergéticas com as empresas transnacionais[5].

Ainda, segundo Fernández (2003), o Estado, em especial o Estado Nacional, se situa no plano da *meta-governança*, coordenando, orientando e agindo coerentemente, em nível regional e nacional, na reprodução das redes econômicas e institucionais. A qualidade da governança obtida neste nível, longe de desprezar os mecanismos de mercado, contribui para qualificá-los, resultante da potencialização da complexidade operatória dos atores econômicos e institucionais a que dão lugar às redes de cooperação

5 Em Dallabrida *et al.* (2022) é discutida a relação Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial.

econômicas e sociais e à dinamização das cadeias de valor, por meio dos processos de inovação coletiva. Longe de anular seu papel, o Estado contribui para o fortalecimento das relações Estado-Mercado, à medida que obtenha a "[...] interação sinérgica entre ele mesmo e os atores econômico-sociais que formam as redes de cooperação social" (p. 86).

Para ter a capacidade de elaborar uma estratégia de desenvolvimento adequada para enfrentar os desafios impostos pela globalização, o Estado precisa não só reforçar a capacidade organizativa da sociedade civil, senão também redefinir seu formato, para torná-lo altamente requalificado em suas capacidades.

Resumidamente, Fernández (2003) propõe uma estratégia de desenvolvimento local-regional do tipo *bottom-up*, nacionalmente articulada.

> O Estado requerido não é um Estado que se resigna aos fragmentários espaços locais, senão um "estado-forte" que, edificado sobre uma lógica *bottom up*, alcança um adequado nível de centralização nacional desde onde estimula as redes de acumulação flexível de base territorial e compensa as assimetrias regionais e locais (FERNANDEZ, 2003, p. 83).

Como visto nestas breves reflexões, o Estado desempenha um papel fundamental na implementação e gestão de trajetórias de desenvolvimento territorial, alinhavando como estratégia a formatação de redes e sistemas de produção territorial pelo apoio às empresas e instituições locais e a interação dos movimentos sociais em processos decisórios participativos. Com isso, amplia a possibilidade de constituir processos de governança territorial amparada na capacidade de formar coalizões entre instituições, empresas e atores sociais nos territórios.

8.1.2 Políticas públicas de apoio a um processo inovador de desenvolvimento territorial

O componente de políticas públicas depende de agendas de governo, considerando a relação ente os poderes instituídos no Estado que desencadeiam movimentos de ativação dessas políticas nos territórios por meio de formatos e modalidades de governança estabelecidos em diferentes escalas espaciais[6]. A territorialização dessas políticas é fortemente afetada pelas redes de poder socioterritorial, onde ainda se manifestam formas

6 O tema políticas públicas não será aqui aprofundado, pois, considera-se um tema proficuamente tratado pela literatura atual.

"arcaicas" de poder, com práticas de patriarcalismo, patrimonialismo, atendendo aos fins de manutenção de poder e controle de cargos públicos. Isso exige avanços.

Defende-se aqui, como imperativo para avançarmos no debate do tema, que as políticas públicas tenham como foco principal desencadear um processo inovador de desenvolvimento, ainda que enriquecidas pela historicidade dos saberes e prática socioculturais e cooperativas locais.

Toma-se como parâmetro para a abordagem sobre inovação a acepção proposta por Emmendoerfer (2019), como um processo que requer de indivíduos e organizações uma capacidade para permitir a identificação e a prática de ideias novas, aprimoradas ou renovadas, como referências na solução de problemas que impliquem melhor desempenho nos resultados esperados pelas administrações públicas, ou sociedade em geral, em termos de eficiência, eficácia e valor. O debate teórico sobre inovação e sua relação com o desenvolvimento tem resultado em diferentes abordagens, por exemplo, sobre cidades ou territórios inteligentes.

> Uma cidade inteligente é aquela que mediante a colocação em prática de uma rede de iniciativas e programas inter-relacionados de atuação e controle, suportados por tecnologias inovadoras, uma gestão sustentável da matéria e da energia, e uma mudança de comportamentos, potencia o desenvolvimento econômico e social de seus habitantes de forma sustentável, ou seja, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras (HERRERO, 2016, p. 128).

Dallabrida (2020b) defende que falar em *território inteligente* e não apenas em *smart city,* como uma propositura, deve considerar a necessidade de avançarmos de uma visão espacial setorial e/ou dicotômica, por exemplo, entre espaço rural e urbano, para uma visão integradora de espaço, que se pretende transmitir na noção de território. Por outro lado, o território é uma totalidade complexa, onde os processos não ocorrem setorialmente, mas se intercruzam nas suas diferentes dimensões. Neste sentido, é que se pode fazer referência à inteligência territorial[7], a fim de nos darmos conta dos potenciais tangíveis e intangíveis, como o conhecimento disponível entre os atores territoriais na forma de sistema territorial, envolvendo seu patrimônio (social, cultural, produtivo, intelectual, institucional, ambiental) e o padrão operacional de seus atores e instituições, a serem utilizados com o fim de engendrar um ambiente social e institucional inteligente e criativo, que possa resultar num processo inovador de

7 Sobre o tema "inteligência territorial", sugere-se referências para aprofundar o tema: Almasa Maza (2010); Girardot (2010); Gusmán (2013); Bozzano (2013).

desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2020b).

Sobre as possibilidades de uma perspectiva inovadora e integrada de desenvolvimento territorial, Fernández e Dallabrida (2010) apontam a necessidade de superar padrões tradicionais de desenvolvimento, em especial em regiões periféricas, mediante a qualificação do sistema de conectividades multiescalares dos sistemas sociais de produção, fortalecendo, estendendo territorialmente e sinergizando as interações cruzadas entre as instituições macronacionais, meso e microrregionais, de modo a: (i) poder formular/melhorar os diagnósticos mesorregionais através de estudos comparados de aglomerações produtivas, reconhecendo nessas suas fortalezas, debilidades e potenciais conexões mútuas; (ii) avançar efetivamente em conexões fundadas no desenvolvimento de infraestruturas estratégicas para cada escala territorial, em especial os âmbitos periféricos, de modo a amplificar as conexões *intra* e extraterritoriais; (iii) interconectar e engendrar estratégias de negócio e de melhora de processos produtivos, considerando-se a capacitação em matéria de acessos aos mercados, o emprego e o financiamento.

É preciso ressaltar mais dois aspectos importantes nesse debate: (i) um, relacionado às estratégias de divulgação externa de aspectos da identidade do lugar ou território, a exemplo de estratégias de *marketing* e/ou *branding* territorial; (ii) outro, referente ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS) no setor público, como mecanismo de aperfeiçoamento da divulgação e como facilitadora do atendimento dos cidadãos.

A evolução do conceito de *marketing*, para *marketing territorial*, caracteriza-se pelo fato de ampliar seu escopo, contemplando, além do setor empresarial, o âmbito social e o setor público, ou seja, instituições, cidades e territórios, visando o diferencial competitivo e a consolidação das ferramentas de gestão (DALLABRIDA; TOMPOROSKI; SAKR, 2016). Sexto *et al.* (2001) expõem quatro princípios básicos do *marketing* de lugares ou territórios: (i) pensar e planejar o desenvolvimento a partir dos residentes, turistas e investidores; (ii) promover uma análise integrada e permitir ações em perspectiva a esses públicos citados; (iii) promover políticas de desenvolvimento sustentável promotoras da identificação territorial, e (iv) praticar promoções com o intuito da visibilidade e notoriedade dos lugares.

A tradução literal do termo *branding* corresponde a "desenvolver uma marca" ou "construir uma marca", isto é, criar uma imagem que

reforce a reputação de uma marca. Para San Eugenio (2012), em relação a este aspecto,

> [...] a marca de território comporta, em grande medida, a reinvenção dos lugares a partir do processo de desenvolvimento de marca (*branding*) com as identidades coletivas dos espaços, que se servem plenamente dos intangíveis associados às identidades territoriais[8] (EUGENIO, 2012, p. 21).

As marcas de território têm recebido grande impulso nos últimos tempos, associado à necessidade cada vez mais óbvia de diferenciação sentida por diferentes comunidades. O mais importante é comunicar de maneira eficaz e eficiente a ideia ou conceito que representa a marca, ou seja, gerar uma marca que defenda valores diferenciais em relação ao restante dos territórios (LÓPEZ-LITA; BENLLOCH, 2005).

Quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS) no setor público, as abordagens teóricas fazem referência ao governo eletrônico ou *e-government*. A ideia de governo eletrônico, embora associada ao uso de tecnologia de informação no setor público, ultrapassa essa dimensão (DINIZ *et al.*, 2009). Em alguns casos, está vinculada à modernização da administração pública por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação e na melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos dos governos (AGUNE; CARLOS, 2005). Em outros casos, está claramente associada ao uso de internet no setor público para prestação de serviços públicos eletrônicos, entendendo que a revolução tecnológica, aliada à vontade política por mudança, vem afetando todos os níveis da administração pública no Brasil, apresentando, com detalhes, as transformações geradas pela tecnologia nos parâmetros das relações políticas, econômicas e sociais (CHAHIN *et al.,* 2004).

Outras abordagens destacam a relação entre governo eletrônico e governança eletrônica.

> Governança eletrônica é entendida como um processo que visa a manifestação política e a participação da sociedade civil, junto ao governo, por meios eletrônicos, na formulação, acompanhamento da implementação e avaliação das políticas públicas, com vista ao desenvolvimento da cidadania e da democracia (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005, p. 1).

Veja-se que, tanto as estratégias de governo eletrônico ou *e-government* na modernização tecnológica dos serviços públicos ou o uso da governança eletrônica como ferramenta inovadora na ampliação

8 San Eugenio (2013) aprofunda o tema *branding* de território.

da participação da sociedade civil na administração pública, quanto as estratégias de divulgação externa de aspectos da identidade do lugar ou território, a exemplo de estratégias de *marketing* e/ou *branding* territorial, convergem com a propositura de políticas públicas para um processo inovador de desenvolvimento territorial.

8.1.3 Atores, instituições e arenas de concertação: possibilidades e desafios

O tema atores e instituições remetem a pensar o espaço público em que ocorrem as tratativas socioinstitucionais na forma de práticas de governança territorial, como arenas de concertação, ao que Becker (2001, p. 19) denomina de "esfera política, entendida enquanto espaço de mediação". A política, entendida em duplo sentido: primeiro, metodologicamente, como "[...] processo de síntese, pela via da reconstrução por etapas do concreto a partir de suas determinações"; segundo, concretamente, como "[...] esfera-espaço mediador das transformações históricas efetivas do desenvolvimento regional".

Trata-se então de mediar o processo efetivo de desenvolvimento, antagônico por natureza, resolvendo conflitos e superando contradições. Becker (2001) complementa: cada vez mais as habilidades e capacidades desenvolvidas pelo conjunto dos agentes econômicos, sociais e políticos são determinantes na dinâmica territorial do desenvolvimento[9]. Ou seja, as combinações novas criam-se a si mesmas na interação da esfera econômica com a esfera social de desenvolvimento, mediada pela esfera política.

O desafio é que o antagonismo de interesses, geradores de conflito, presente no território, revela a assimetria de poder entre atores e instituições, assimetria essa tida como geradora de desigualdades. No entanto, somente a constatação do comportamento da variável poder é insuficiente para explicar esse fenômeno e, nele, as possibilidades e condicionantes da mudança (FAVARETO, 2023).

Os espaços públicos ou arenas de concertação ocorrem em territórios, âmbitos espaciais em que se manifestam as relações de interdependência entre sistemas sociais e naturais, marcadas pela complexidade sistêmica. Tais relações variam em cada configuração territorial, determinado pelas

9 Em Dallabrida *et al.* (2022) são destacadas as relações e o papel do Estado e Sociedade na construção de capacidades que possam ser indicativas nos processos de articulação ou governança territorial.

formas de dominação nas disputas pelos recursos que constituem essa unidade espacial (FAVARETO, 2023). Ou seja, quem tem mais poder tende a se apossar de mais recursos territoriais e a estabelecer relações de dominação sobre os demais atores. E, de modo semelhante, isso ocorre com as instituições.

Uma das possibilidades de avançar, proposta por Favareto (2023), é referenciar-se na tríade "coalizões de atores sociais, ativos, instituições", considerando que: (i) as instituições políticas e econômicas funcionam como as regras do jogo que parametrizam as interações entre os agentes de um território, moldando seus contornos; (ii) as instituições são sempre sustentadas por coalizões de forças sociais e existe uma correlação direta entre a extensão de uma coalizão e o caráter includente ou excludente das instituições; (iii) para ter poder em uma coalizão, os atores precisam mobilizar ativos, trunfos, capitais, sendo que a formação de coalizões envolve vários aspectos, tais como, a combinação de interesses a serem atendidos, mas também envolvem a mobilização de recursos para sustentar as instituições que possam atendê-los; mais ainda, envolve também estratégias que permitam a construção de um campo de interações entre atores diferentes, plasmando ideias-força e formas de expressá-las (narrativas, projetos, agendas, programas) que permitam combinar esses interesses e diferenças em uma equação coerente, que faça sentido e possa ser partilhada; (iv) o território é, a um só tempo estado e movimento das contradições que envolvem essa tríade formada por coalizões de atores, os ativos que elas mobilizam, e as instituições que são geradas a partir daí, estabilizando (ou mudando) as relações entre aqueles atores e aquela distribuição de ativos; (v) finalmente, políticas públicas e outros fatores exógenos a um território podem alterar algumas dessas condições do ciclo, mas também podem simplesmente reforçá-las.

Se há uma tendência à permanente reprodução dessa dinâmica, de onde pode vir a mudança? Esse é um tema que recebe muita atenção na tradição dos estudos institucionalistas[10]. A ideia central é que certas "conjunturas críticas" podem criar fissuras e desarrumar a estabilidade dinâmica de um sistema, como os territórios (FAVARETO, 2023)[11]. Ou seja, a possibilidade de se formar coalizões, poderá se tornar um trunfo para atores menos empoderrados avançar na defesa de seus interesses frente às redes de poder socioterritorial dominantes, sendo possível aproveitar

10 Por exemplo, estudos de Acemoglu e Robinson (2012).

11 Ver também abordagens complementares sobre o tema, em Favareto (2022), Favareto e Lotta (2022) e Galvanese (2021).

as situações em que ocorrem fissuras do lado de seus opressores, como possibilidade de novas coalizões.

As conjunturas críticas resultam de diferentes fatores. Tão importante quanto sublinhar que existem fontes de mudança que podem levar à alteração da realidade – *choques exógenos*, a exemplo de um cataclisma, *mudança incremental*, derivada de uma longa acumulação de condições por parte de atores dominados e *conflitos entre instituições*, que interfiram em padrões comportamentais ou de qualquer outra espécie -, é destacar que o sentido dessas mudanças nem sempre é positivo, veja-se o exemplo do golpe militar de 1964 no Brasil (FAVARETO, 2023).

Por fim, é importante ressaltar a importância de se constituírem coalizões amplas e plurais, o que é o grande desafio a ser enfrentado nas arenas de concertação dos territórios. E por que é tão difícil armar coalizões amplas e plurais, se são elas que permitem a criação de instituições inclusivas? A resposta talvez seja: porque é muito difícil definir e pactuar da parte de quem perde, para que outros possam ganhar. Isso significa dizer que há uma impossibilidade lógica, a longo prazo, na ideia de que uma coalizão possa ser ampla o suficiente para que todos ganhem. Isso, pois: (i) coalizões restritas bloqueiam o acesso da maior parte da sociedade aos ativos mais valorizados; (ii) coalizões amplas envolvem sempre tensões de caráter distributivas, em torno do acesso aos ativos mais valorizados; (iii) elites desempenham sempre um papel fundamental, pois elas concentram ativos fundamentais para sustentar instituições e armar coalizões (FAVARETO, 2023).

Por tudo isso, mesmo que se exija o exercício de "esperançar diante dos intensos desafios", é preciso pensar sempre em quem são as forças sociais que podem dirigir e sustentar mudanças. Isso implica pensar em termos de frações e fissuras nas classes ou nos grupos sociais – as frações dominadas dos dominantes; as frações dominantes dos dominados – e em suas (re)composições, algo bem mais complexo do que a dinâmica dada pelas grandes classes sociais (a classe trabalhadora ou a classe dos capitalistas), conforme tradicionalmente entendidas no atual estágio do capitalismo internacional. O importante é compreender que as mudanças dificilmente podem ser conduzidas por um único ator, ou por um grupo de atores muito parecidos e dispondo de recursos similares, seja entre os dominantes, seja entre os dominados (FAVARETO, 2023).

Essa é a dinâmica que envolve os processos relacionais entre atores, instituições nas arenas de concertação, com suas possibilidades e seus

desafios.

8.2 Elementos indicativos posicionados como referencial metodológico da dimensão institucional

O referencial metodológico da dimensão institucional, aqui proposto, está sustentado em três componentes, tais sejam (i) a capacidade administrativa da estatalidade no território, (ii) as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e (iii) atores, instituições e arenas de concertação, além de um conjunto de sete variáveis, com indicativos de referentes para sua análise.

8.2.1 Capacidade administrativa da estatalidade no território

O primeiro componente, representado pela capacidade administrativa da estatalidade no território, será analisado por meio de três variáveis, as quais formam o seu *core.*

A primeira variável é a *Estrutura administrativa*, a qual terá como referente a estrutura dos órgãos de planejamento e de prestação de serviços públicos e a capacidade de qualificação dos recursos humanos de técnicos e gestores dos referidos órgãos públicos.

Assim, a existência de secretárias dotadas de ações para a oferta de serviços e direitos para população dentro da jurisdição municipal pode ser mensurada conforme uma escala, assim representada:

i. o nível ótimo, representado pelo número cinco (5), quando o conjunto de secretarias que atendam a 100% dos setores com expressão local, providas de uma área do planejamento;
ii. o nível bom, representado pelo número quatro (4), quando o número de secretarias é suficiente para atender ao mínimo de 80% dos setores com expressão local, providas de uma área do planejamento, própria ou que interaja em todas as secretarias;
iii. o nível regular, representado pelo número três (3), quando o número de secretarias é suficiente apenas para atender 60% dos setores com expressão local, sendo uma delas voltada ao planejamento;
iv. o nível ruim, representado pelo número dois (2), quando o número de secretarias é suficiente apenas para atender menos

de 40% dos setores com expressão local, sem um setor voltado ao planejamento;

v. o nível péssimo, representado pelo número um (1), quando o número de secretarias é suficiente apenas para atender menos de 20% dos setores com expressão local, sem um setor voltado ao planejamento.

Os procedimentos metodológicos ou instrumentos de coleta de dados a serem utilizados, estão subsidiados pelas consultas ao site das prefeituras municipais e do Plano Plurianual, sendo possível atestar a existência de secretárias, superintendências e demais nomenclaturas de órgãos públicos derivados da estrutura administrativa do governo municipal.

Já para auferir a capacitação e qualificação dos recursos humanos - técnicos gestores das secretárias do município, será considerado como indicador a formação em cursos de graduação nas áreas de atuação das secretárias, e os cursos de especialização e de curta duração como formação, ofertados via plataformas de ensino virtual pelo governo federal ou estadual para flexibilizar a qualificação do corpo técnico. Dado que não há oferta de cursos de graduação presencial em Universidades Federal de Ensino Superior (UFES) e Universidades Estaduais de Ensino Superior (UEEA) em todos os municípios. A escala de mensuração será organização da seguinte forma:

i. o nível ótimo, representado pelo número cinco (5), quando de 80 a 100% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias;

ii. o **nível bom**, representado pelo número quatro (4), quando de 60 a 79% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias;

iii. o **nível regular, repre**sentado pelo número quatro (3), quando de 40 a 59% dos técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias;

iv. o nível ruim, representado pelo número dois (2), quando de 20 a 39% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias;

v. o **nível péssimo**, representado pelo número um (1), quando menos de 20% de técnicos tiver formação no ensino de graduação, especialização e de curta duração nas áreas de atuação das secretárias.

Os instrumentos de coleta de dados a serem utilizados serão os currículos dos técnicos e gestores que atuam nas secretarias, mediante consulta realizada em portais eletrônicos, currículo lattes atualizado (se houver) ou através de entrevistas diretas.

A segunda variável, *Instrumentos de programação e planejamento* considera a existência de políticas públicas de longo, médio e curto prazos na administração pública dos municípios, representadas respectivamente pelo Plano Diretor, Planejamento Plurianual (PPA), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A apreciação desses documentos institucionais para análise inclui a averiguação se eles foram formulados e se houve a atualização deles, em conformidade aos aparatos institucionais da gestão municipal. Compreende-se, neste caso, a escala para a análise os seguintes níveis:

i. se houver a formulação e atualização de todos os referidos documentos pelas secretarias municipais, será classificado como nível ótimo, representado pelo número cinco (5);
ii. a formulação por consultorias, de todos os documentos supracitados, configura o nível bom, representado pelo quatro (4);
iii. a existência de todos os documentos citados, porém desatualizados, configura o nível regular, representado pelo três (3);
iv. a ausência de um destes documentos configura o nível ruim, representado pelo dois (2);
v. a inexistência do PPA configura o nível péssimo, representado pelo número um (1), pois neste caso há omissão do governo municipal no planejamento configurando inexistência da aplicação de planejamento figurado pelos planos e leis orçamentárias, prejudicando demasiadamente a implementação de ações para a IADI.

A outra referente de análise desta variável é a apreciação das propostas que estão elencadas em cada um deles e a análise se elas convergem como alternativas para o IADI, considerando ações e projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental. Assim sendo:

i. a existência nos planos e leis a referência de ações e projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental, configura o nível ótimo, representado pelo número cinco (5);
ii. a ausência de ações e projetos referentes a área produtiva, configura o nível bom, representado pelo número quatro (4);
iii. a inexistência de ações e projetos nas áreas sociocultural ou ambiental, configura o nível regular, representado pelo número três (3);
iv. a lacuna deixada por ausência de projetos em duas áreas ou mais, configura o nível ruim, representado pelo número dois (2);
v. a inexistência de ações e projetos nas três áreas, configura o nível péssimo, representado pelo número um (1).

A fonte de consulta serão os documentos institucionais, tais como, o Plano Diretor, o PPA, a LOA e a LDO.

Estruturas de comunicação, transparência e inovação foi posicionada como a terceira variável dentro do componente da Capacidade Administrativa, tendo como referente para a análise dois aspectos: a efetividade na comunicação externa e transparência pública e as estruturas e ações de inovação e E-Governo.

Para a mensuração dessa variável propôs-se a elaboração de um *Checklist*, atribuindo "sim" para o sentido afirmativo (existência) e "não" quando ocorre a inesistência do fator mencionado, tanto para a averiguação da efetividade na comunicação externa e transparência pública, quanto sobre as estruturas e ações de inovação e E-Governo. Considerou-se serem estas as informações disponibilizadas ao público interno e externo, que apresentam (ou não) indícios de ações inovadoras localmente, conforme proposto por Grein e Dallabrida (2020)[12]. Assim, o uso do percentual de atribuições afirmativas (sim, existência), formará uma escala para cada um dos referentes. Outra alternativa valoração de cada fator, utilizando-se uma escala de 1 a 5, respectivamente, para não existência, existência parcial, uma situação regular de existência, uma situação boa de existência e uma situação ótima, quando todos os aspectos estão em destaque, sendo que tal opção exigiria adequar o resultado das respostas à escala abaixo proposta.

Assim propõe-se:

12 Na Tabela 1 é apresentado um exemplo de *Checklist* que possa ser utilizado na pesquisa referente a estas variáveis.

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% de atribuições afirmativas;
ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% de atribuições afirmativas;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% de atribuições afirmativas;
iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% de atribuições afirmativas;
v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% de atribuições afirmativas.

No que se refere à técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados sugere-se a pesquisa no Portal e/ou site do(s) município(s) da área de abrangência do estudo e pesquisa de informações pela aplicação e/ou preenchimento de um *Checklist*.

8.2.2 Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento

A variável *Planos, programas e ações públicas* corresponde à capacidade técnica e gerencial para formação de arranjos institucionais para formulação do planejamento territorial realizado pelo âmbito federal, estadual e municipal, dedicado às especificidades territoriais. Essas ações se baseiam na formulação da agenda de políticas públicas.

O referente de análise é pautado nos planos, programas e ações públicas e ações públicas de apoio ao desenvolvimento. Em relação ao primeiro referente – planos, programas e ações -, utilizará dados do orçamento financeiro e a sua aplicação, do qual é possível constatar se há implementação das políticas públicas em formas de projetos e ações no município.

A baliza de mensuração considerará as propostas de ações inseridas no PPA e a proporção em percentual delas que foram oriundas de gastos apresentados pelo orçamento do LOA do ano corrente. A escala pode variar conforme a constatação de aproximação entre as propostas de ações e o gasto conforme a orçamento financeiro. Assim, resultante dessa análise será considerada a seguinte escala:

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% de inserção;

ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% de inserção;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% de inserção;
iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% de inserção;
v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% de inserção.

O instrumento de coleta que pode representar esse dado é a apreciação por intermédio do LOA e do LDO, combinada com as propostas antes apreciadas na variável anterior. Por conta disso, é imprescindível a existência do portal da transparência para assegurar a prestação de contas públicas do governo municipal à sociedade.

O segundo referente para a análise - ações públicas de apoio ao desenvolvimento – tem relação com a capacidade institucional do município em gerar orçamento financeiro independente da União (autonomia financeira), para não se limitar às rubricas previamente formuladas pelo governo federal, visando fortalecer ações que estejam associadas às demandas da população. Por conta disso, são apreciados os dados referentes à execução da receita própria, conforme os documentos da LDO e LOA.

A apreciação destes instrumentos está fundamentada na escala de variará de 5 a 1, de modo que o número 5 representa o nível ótimo quando houve a geração de receita própria e aplicação dela em setores que convergem para a ativação do IADI. Assim, da relação entre o percentual total de geração de recursos do município independente da União – autonomia financeira local -, resulta a seguinte escala:

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% de autonomia financeira, convergindo com o IADI;
ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% de autonomia financeira, convergindo com o IADI;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% de autonomia financeira, convergindo com o IADI;

iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% de autonomia financeira, convergindo com o IADI;

v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% de autonomia financeira, convergindo com o IADI.

Os documentos da LDO e LOA serão os principais instrumentos de coletas de dados.

A segunda variável são as *Ações públicas de apoio ao desenvolvimento*, considerando-se os programas gestados pelo Estado para o desenvolvimento, com base no fortalecimento de agências de fomento que resultem em programas para os setores produtivo, sociocultural e ambiental, visando fortalecer institucionalmente a agenda de políticas públicas consubstanciadas pela estrutura administrativo do governo municipal.

A mensuração desta variável será formulada a partir da análise e balanço de planos regionais e territoriais do governo federal e a sua associação, pela descentralização das tomadas de decisão do governo federal, para a concertação entre instituições regionais e atores sociais, emanados em formato de programas. O intuito é a ampliação do processo decisório em formato de oficinas, audiências públicas para a formatação das demandas da população em tessitura para a organização de programas.

A escala poderá variar, de uma escala ótima (5) a outro extremo, como péssima (1), conforme o percentual de ações propostas de outras instâncias do Estado, em relação a totalidade de programas e ações de planos ou programa locais/regional. Dessa relação, resulta a seguinte escala:

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% de ações, planos ou programas que convirjam na relação extra-local X local;

ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% de ações, planos ou programas que convirjam na relação extra-local X local;

iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% de ações, planos ou programas que convirjam na relação extra-local X local;

iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% de ações, planos ou programas que convirjam na relação extra-local X local;

v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% de ações, planos ou programas que convirjam na relação extra-local X local.

Os instrumentos de coleta de dados terão relação com documentos e informações sobre formas de apoio e/ou subsídios ao setor produtivo referendadas pela formulação de arranjos de cooperação institucional no diálogo entre o governo federal e o regional, além de ações implementação de órgãos que estejam por programas para o desenvolvimento regional.

As ações de apoio no setor sociocultural e ambiental utilizarão a mesma estratégia de apreciação nos programas e planos regionais dos órgãos regionais, sendo que o critério de análise considerará a formulação de ações que sejam direcionadas para a desobstrução do centralismo da atuação do Estado. Portanto, há variações dentro da escala de 5 a 1 para as ações culturais e ambientais moldadas conforme a possibilidade de ampliação da participação cidadã dentro da construção da agenda de políticas públicas. Dessa relação, resulta a seguinte escala:

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% de ações, planos ou programas que contribuam à participação cidadã na agenda de políticas públicas;
ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% de ações, planos ou programas que contribuam à participação cidadã na agenda de políticas públicas;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% de ações, planos ou programas que contribuam à participação cidadã na agenda de políticas públicas;
iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% de ações, planos ou programas que contribuam à participação cidadã na agenda de políticas públicas;
v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% de ações, planos ou programas que contribuam à participação cidadã na agenda de políticas públicas.

vi. Os instrumentos de coleta de dados terão relação com documentos e informações sobre formas de apoio, tais como, planos, projetos, atas e outros documentos de registros.

8.2.3 Atores, instituições e arenas de concertação

A variável *Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial* está dividida nos referentes de análise: (i) efetividade da participação cidadã (governança territorial); (ii) ação e interação público-privada, com demais instâncias públicas, sociais e de mercado.

A aferição dessa variável será realizada pela estruturação e aplicação de um questionário semi estruturado para quantificar a efetividade dos cidadãos na participação em organizações e entidades sociais que serão representadas pela escala que considera cinco níveis, resultando na escala abaixo.

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% dos questionados afirmando participarem em no mínimo uma organização;
ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% dos questionados afirmando participarem em no mínimo uma organização;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% dos questionados afirmando participarem em no mínimo uma organização;
iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% dos questionados afirmando participarem em no mínimo uma organização;
v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% dos questionados afirmando participarem em no mínimo uma organização.

Tabela 1 - Questionário referente a participação de atores sociais em diferentes níveis de organização

	Participou		Não Participou		Não respondeu (NR)		Total
	N	%	N	%	N	%	
Orçamento participativo							
Associação comunitária							
Associação recreativa ou esportiva							
Associações e/ou ONGs temáticas							
Associação profissional							
Igreja ou organização religiosa							
Organização beneficente							
Colegiados de escola							
Conselhos municipais							
Conselhos regionais							
Partido político							
Sindicato							
Associativismo geral							
Partido político e sindicato							
Instituições participativas							

Obs.: N = número absoluto de casos.

Fonte: O modelo foi elaborado segundo Avritzer (2012).

O instrumento de coleta de dados será baseado nos registros, atas e históricos da realização de reuniões de associações e sindicatos, de modo que seja possível compreender a militância e a atuação das suas demandas. Aliada a esses documentos é fundamental a apreciação de documentos referentes à atas de reuniões deliberativas no âmbito institucional organizado pela prefeitura em torno dos tópicos relacionados aos temas do planejamento.

A segunda variável *Estruturas de conversação e concertação social* pautou-se na análise no nível de participação de atores sociais em propor as suas demandas e consequentemente a viabilização delas na inserção da agenda de ações dos órgãos públicos. O referente de análise foi dividido em dois enfoques: (i) existência e efetividade de canais e fóruns de conversação; (ii) avaliação da propensão local de efetivar coalizões plurais/restritas x inclusivas/extrativas. Desse modo, optou-se como recurso metodológico

para coleta de dados a aplicação de formulários com questões fechadas, tipo *survey*, entendendo que podem compreender um número maior de participantes, além de entrevistas com membros da equipe de técnicos e gestores, bem como, para as lideranças de associações e sindicatos e movimentos sociais, por meio de um questionário semi estruturado. O uso da técnica de grupo Focal pode ser outro recurso a ser utilizado.

Os dados podem ser auferidos de acordo com o percentual do número de entrevistados, considerando que as perguntas serão estruturadas com opções de respostas objetivas, permitindo que a escala analítica de 1 a 5 seja atendida a partir do percentual de respostas. Quanto maior o percentual de respostas respondidas positivamente em relação ao atendimento das demandas das suas organizações, mais próximo do cinco (5) ficará, de modo que seja possível mensurar a partir da escala abaixo.

i. atribuição de 5, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 80 e 100% dos questionados responderam positivamente em relação ao atendimento de demandas das suas organizações;
ii. atribuição de 4, para uma situação boa, quando apresentar um percentual entre 60 e 79% dos questionados responderam positivamente em relação ao atendimento de demandas das suas organizações;
iii. atribuição de 3, para uma situação ótima, quando apresentar um percentual entre 40 e 59% dos questionados responderam positivamente em relação ao atendimento de demandas das suas organizações;
iv. atribuição de 2, para uma situação ruim, quando apresentar um percentual entre 20 e 39% dos questionados responderam positivamente em relação ao atendimento de demandas das suas organizações;
v. atribuição de 1, para uma situação péssima, quando apresentar um percentual entre zero e 19% dos questionados responderam positivamente em relação ao atendimento de demandas das suas organizações.

Como técnicas e instrumentos de coleta de dados, sugere-se o uso de técnicas de Grupo Focal e/ou Entrevistas de atores por questionário semi-estruturado.

8.2.4 Proposta metodológica para o estudo da Dimensão Institucional

O referencial metodológico da dimensão institucional está organizado, conforme exposto ao longo do capítulo, em componentes e as suas variáveis, que se ramificam em referencias para a análise, buscando quantificar em uma escala valorativa os dados que são propostos como instrumentos de análise. A proposta para balizar os componentes e as variáveis para quantificar a escala em que o território alcançou em relação ao Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI), componente do Índice Multidimensional da ativação do patrimônio territorial (IMAP), perpassa pela contabilização que o agregado das variáveis alcançou conforme a escala de 1 a 5, conforme descrito e apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Referencial metodológico para o estudo da Dimensão Institucional do Patrimônio Territorial

Componente	Variável	Técnicas e instrumentos de coleta de dados	Escala
Capacidade administrativa da estatalidade no território	Estrutura Administrativa	Documentos sobre a estrutura administrativa; Documentos de formação dos técnicos	Ref.: Estrutura dos órgãos de prestação de serviços 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo) Ref.: Capacitação de recursos humanos 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo).

Compo-nente	Variável	Técnicas e instrumentos de coleta de dados	Escala
Capacidade administrativa da estatalidade no território	Instrumentos de programação e planejamento	Documentos referentes ao Plano Diretor, Plano Plurianual (PPA), à Lei Orçamentária Anual (LOA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Outros instrumentos de programação e planejamento.	Ref.: Existência e formulação dos instrumentos 5: formulação próprio de todos os planos e leis do planejamento (ótimo); 4: formulação dos documentos por consultorias (bom); 3: a existência de todos os documentos, porém desatualizados (regular); 2: a ausência de um destes documentos (ruim); 1: a inexistência do PPA (péssimo). Ref.: Efetividade dos instrumentos 5: Existência de projetos nas áreas produtiva, sociocultural e ambiental (ótimo); 4: Ausência de ações referentes a área produtiva (bom); 3: A inexistência de ações nas áreas sociocultural ou ambiental (regular); 2: Ausência de ações em duas áreas ou mais (ruim); 1: Inexistência de ações e projetos nas três áreas (péssimo).
	Estruturas de comunicação, transparência e inovação	Pesquisa no Portal e/ou site do(s) município(s) da área de abrangência do estudo Pesquisa de informações pela aplicação e/ou preenchimento de um *Checklist*	Ref.: Efetividade na comunicação e transparência pública 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo) Ref.: Estruturas e ações de inovação 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo)
	Planos, programas e ações públicas	Consulta nos canais de transparência municipal, referente às ações no PPA e a proporção em percentual delas que foram oriundas de gastos apresentados pelo orçamento do LOA do ano corrente; Consulta pelo LOA e LDO da capacidade do município em gerar orçamento financeiro independente da União	Ref.: Orçamento financeiro e a sua aplicação 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo) Ref.: Autonomia financeira 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo)

Compo-nente	Variável	Técnicas e instrumentos de coleta de dados	Escala
Capacidade administrativa da estatalidade no território	Ações públicas de apoio ao desen-volvimento	Programas e planos regionais descentralizados do governo federal Ações direcionadas para ampliação de espaços deliberativos para ampliação da participação social, registradas em atas e outros documentos	Ref.: Apoio e/ou subsídios ao setor produtivo 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo) Ref.: Apoio no setor sociocultural e ambiental 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo)
	Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial	Consulta em atas de reuniões, Acompanhamento de reuniões e negociações Questionário semiestruturado	Ref.: Efetividade da participação cidadã 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo)
	Estruturas de conversação e concertação social	Téncicas de Grupo Focal e/ou Entrevistas de atores por questionário semi-estruturado	Ref.: Estruturas de concertação social 5: 80 a 100% (ótimo) 4: 60 a 79% (bom) 3: 40 a 59% (regular) 2: 20 a 39% (ruim) 1: 0 a 19% (péssimo)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Já o Quadro 2, foi construído a partir da seguinte formatação, combinando os componentes descritos no quadro 1 e posteriormente estabeleceu a escala de valor indicada pelos números de 1 a 5. As variáveis assumiram a posição de métricas passiveis de serem mensuradas segundo a fórmula do somatório delas e a divisão pelo denominador quantificado a partir do número de variáveis. Ao final o Índice de Ativação da Dimensão Institucional (IADI) foi representado pelos valores obtidos pelas médias dos seus três componentes divididos pelo número correspondente para obter uma média ponderada em relação ao território.

Quadro 2 - Equação de cálculo da Dimensão Institucional

Componentes	Variáveis	Escala						Médias	
		1	2	3	4	5		Fórmula	Valor
Capacidade administrativa da estatalidade no território	C1							$\frac{C1 + C2 + C3}{3}$	C
	C2								
	C3								
Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento	P1							$\frac{P1 + P2}{2}$	P
	P2								
Atores, instituições e arenas de concertação	A1							$\frac{A1 + A2}{2}$	A
	A2								
Índice que representa a Dimensão Institucional (IDI)								$\frac{C + P + A}{3}$	IDI

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerações finais

Foi apresentada uma proposta metodológica que aborda a dimensão institucional do desenvolvimento territorial a partir de uma perspectiva abrangente. A estrutura organizacional, a avaliação das medidas de ação e a forma como os atores sociais e institucionais cooperam e se coordenam em uma única visão compartilhada do potencial de desenvolvimento de um território, são fundamentais na articulação de todas as estratégias e dimensões de desenvolvimento (cultural, econômico, etc.).

A proposta prevê três elementos de reflexão: (i) é um ponto de partida para qualquer reflexão teórica que coloque as instituições como referência para o desenvolvimento territorial; (ii) as variáveis referenciadas podem ser complementadas com outras, de natureza qualitativa, que permitam concluir a análise, por exemplo, medir o grau de satisfação dos atores locais ou o grau de responsabilidade assumido pelas instituições, e (iii) dependendo do número de variáveis utilizadas, a aplicação de diferentes ferramentas estatísticas deve ser escrutinada para que possamos nos adaptar melhor aos objetivos e hipóteses iniciais.

O capítulo propôs aplicar metodologicamente a organização dos componentes e das variáveis que compõe a dimensão institucional, da qual apresentou três componentes e sete variáveis compondo o concerto da

fórmula supracitada, tendo como matriz referencial a interdisciplinariedade. Por conta disso, um dos esforços neste capítulo foi agregar e quantificar elementos considerados em sua essência teóricos, dando viés para a aplicação desta metodologia nos territórios.

Reconhece-se que, apesar de ser uma proposta metodológica, carece de pesquisa de campo para sua testabilidade, com a aplicação, buscando auferir resultados práticos que permitam calibragens e desenhos propícias as especificidades territoriais, dada a sua diversidade e desigualdade no Brasil.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por que as nações fracassam*: as origens do poder, prosperidade e pobreza. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012.

AGUNE, R. M.; CARLOS, J. A. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. *In*: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundap, 2005.

ALMASA MAZA, B. Inteligencia Territorial para una redefinición eficiente de las políticas públicas. *Trabajo, Huelva*, n. 23, p. 75-94, 2010.

AVRITZER, L. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. *Texto para Discussão* (IPEA. Brasília), v. 1, p. 7-24, 2012.

BECKER, D. F. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo: em busca de novos fundamentos teórico-metodológicos para entender as diferentes dinâmicas de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 7-46, set./dez. 2001.

BOZZANO, H. La geografía, útil de transformación. El método territorial, diálogo con la inteligencia territorial. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 8, n. 16, p. 448-479, ago. 2013.

CHAHIN, A.; CUNHA, M. A.; KNIGHT, P. T.; PINTO, S. L. *E-gov. br*: a próxima revolução brasileira. Eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio

e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Da cidade inteligente, ao território inovador, rumo à inteligência territorial: aproximações teóricas e prospecções sobre o tema. *Desenvolvimento em Questão*, ano 18, n. 53, p. 46-71, out./dez. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 50, n. 215, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XI, n. 245 (20), 1 ago. 2007.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y Planificación Territorial: para la institucionalización de una práctica de "concertación público-privada". In: *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, Año 3, n. 4, p. 61-94, 2003.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai./ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável,* v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao *branding* de território: concepções teóricas, análises e prospectivas para o Planalto Norte Catarinense. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 671-685, out./dez. 2016.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Redes institucionais de apoio ao desenvolvimento territorial: estudo de caso a partir da análise da

dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). *Territorios*, n. 16-17, p. 225-248, enen./jul. 2007.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. B. R.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *RAP – Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 1, p. 23-48, jan./fev. 2009.

EMMENDOERFER, M. L. Innovation, Brazil. *In*: FARAZMAND, A. (org.). *Global Encyclopedia of public administration, public policy and governance*. New York: Springer, 2019. p. 1-5.

FARINÓS, J. Desarrollo Territorial y Gobernanza: refinando significados desde el debate teórico pensando en la práctica. Un intento de aproximación fronética. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 5, n. 2, p. 4-24, 16 out. 2015.

FAVARETO, A. Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional: a importância da tríade coalizões de atores sociais, ativos e instituições. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável,* Edição Especial, 2023 (em edição).

FAVARETO, A. O desenvolvimento regional em perspectiva: uma abordagem baseada na tríade atores, ativos e instituições. In: SILVEIRA, R. L.; KARNOPP, E. (Orgs.). *Atores, ativos e instituições*: o desenvolvimento regional em perspectiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 17-43.

FAVARETO, A.; LOTTA, G. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios: para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 24, n. 1, p. 1-29, 2022.

FERNÁNDEZ, V. R. *Desarrollo regional, espacios nacionales y capacidades estatales*: redefiniendo el cenário global-local. Santa Fé (AR): Ediciones UNL/ Universidad Nacional del Litoral, 2003.

FERNÁNDEZ, V. R. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. *Revista EURE*, v. 27, n. 82, p. 43-63, 2001.

FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. *Revista Lider*, Año 12, v. 16, p. 9-46, 2010.

GALVANESE, C. *Paradigmas do desenvolvimento territorial em debate:*

contribuições críticas a um campo científico emergente. Santo André: EdUFABC, 2021.

GIRARDOT, J. Inteligencia territorial y transição socio-ecológica. *Revista Andaluza de Relaciones Laborales,* n. 23, p. 15-39, 2010.

GREIN, C.; DALLABRIDA, V. R. A inovação é difusa territorialmente, fato ou falácia? Estratégias de marketing territorial e *branding* como indicativos de inovação em municípios interioranos. *Revista Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania*, v. 4, n.6, p.37-55, Junho de 2020.

GUIMARÃES, T. A.; MEDEIROS, P. H. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cadernos do EBAPE*, v. III, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005.

GUMIERO, R. G.; FORNO, M. A. R. D. ; PULPON, A. R. R. ; FUINI, L. L. ; THESING, N. J. . Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da Dimensão Institucional do Patrimônio Territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,* v. 18, p. 168-185, 2022.

GUSMÁN, A. R. P. Propuesta de un modelo de inteligencia territorial. *J. Technol. Manag. Innov.*, v. 8, Special Issue Altec, p. 73-86, 2013.

JIMÉNEZ HERRERO, L. M. *Hacia ciudades y territorios inteligentes, resilientes y sostenibles*: gestión y gobernanza para la gran transición urbana. Madrid: Asociación para la Sostenibilidad y el Progreso de las Sociedades (ASYPS), 2016.

LÓPEZ-LITA, R.; BENLLOCH, M. T. De la marca comercial a la marca territorio. *Revista de Pensament i Anàlisi*, n. 5, p. 87-100, 2005.

SAN EUGENIO, V. J. Fundamentos conceptuales y teóricos para marcas de territorio. *Boletín de la A. de G. E***.**, n. 62, p. 189-211, 2013.

SAN EUGENIO, V. J. *Teoría y Métodos para marcas de territorio*. Barcelona: Editorial UOC, 2012.

SEXTO, C. F.; ARCE, C. M.; VÁSQUEZ, Y. G.; VÁZQUEZ, P. G. El territorio como mercancia: fundamentos teóricos y metodológicos del marketing territorial. *Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)*, ano III, n. 5, p. 68-79, dez./2001.

STORPER, M. *The Regional World*. Territorial Development in a Global Economy. New York/London: The Guilford Press, 1997.

VÁZQUEZ-BARQUERO, A. Desarrollos recientes de la política regional. La experiencia europea. *Revista EURE*, v. 22, n. 65, p. 101-114, 1996.

Capítulo 9

A DIMENSÃO PRODUTIVA NA FORMAÇÃO DO IMAP[1]

Pedro Luís Büttenbender – UNIJUÍ
Elaine Cristina de Oliveira Menezes – UFPR/UDESC
Estevan Bartoli – UEA
Carlos Otávio Zamberlan – UEMS
António Manuel Alhinho Covas – UALG
Marjana Eloisa Henzel – UNIJUÍI
Laiane Frescura Flores – UNIJUÍ

Introdução

Os avanços e transformações da sociedade e das capacidades acadêmico-científicas têm avançado e produzido novos fundamentos epistêmico-teórico-metodológicos sobre a temática do desenvolvimento, da governança territorial e a abordagem territorial do desenvolvimento. Esses avanços sugerem e justificam necessidade de contemplar abordagens multidisciplinares e multidimensionais, reconhecendo distintos paradigmas do conhecimento.

Ao longo de 2021, por iniciativa de mais de trinta pesquisadores do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, oriundos de vinte universidades, iniciaram a execução de um projeto de pesquisa, cujo cronograma prevê sua finalização em 2023. Trata-se do Projeto de Pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (ProPAT)[2]. O projeto no seu todo possui como objetivo propor e validar

1 Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Desenvolvimento em Questão (v. 21/2023), como um dos artigos de Dossiê Temático.

2 Projeto de Pesquisa coordenado pelo Prof. Valdir Roque Dallabrida, referente ao Programa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Complementarmente faz referência a outros três projetos: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul*, envolvendo uma rede de Instituições e pesquisadores liderados a partir do PPGDR-Unijuí e apoiado pela Fapergs; (ii) o projeto *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico*, que está em execução no PPGDTS- UFPR; (iii) o projeto *Patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento dos territórios: estudo da dimensão social*

um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

O patrimônio territorial é compreendido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, representados nas suas diferentes dimensões (produtiva, cultural, institucional, natural, social e humano-intelectual) (DALLABRIDA, 2020a). Em consonância com a base epistêmica, assume-se no projeto em referência uma base teórica sustentada em quatro categorias conceituais: território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial.

A primeira etapa da investigação foi cumprida com êxito e teve por objetivo a reflexão teórica com aportes para um referencial epistêmico-teórico-metodológico convergente com a abordagem territorial do desenvolvimento. Essa produção resultou em textos publicados: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), em que são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), cujas categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento são explicitadas; (iii) Dallabrida *et al.* (2022), em que são aprofundadas as compreensões entre o Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial[3]; (iv) Dallabrida (2022), cujo Dossiê que aborda as seis dimensões apresenta desafios para o desenvolvimento e a aplicação de um instrumental metodológico multidimensional; e (v) Büttenbender *et al.* (2022) detalham um primeiro ensaio de referências teórico-metodológicas da Dimensão Produtiva.

Em 2022 avançou-se, também, em uma etapa mais complexa e complementar do ProPAT, por meio de novas rodadas de debates em seis subgrupos temáticos, as quais aprofundaram as bases das dimensões: produtiva, natural, humana e intelectual, social, cultural e institucional.

O presente capítulo apresenta de maneira mais ordenada as reflexões acerca da dimensão produtiva, sendo este organizado em seis

em um município da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul, em execução no PPGDPP-UFFS.

3 A relação entre território, governança e patrimônio territorial é aprofundada em Dallabrida (2020b).

seções. A primeira com a introdução, seguida da segunda seção que aborda a análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas. A terceira que detalha a dimensão econômico-produtiva no patrimônio territorial e aspectos coevolutivos e de governança no território. A quarta apresenta as categorias epistêmico-teóricas centrais para fundamentar a dimensão produtiva na elaboração Índice de Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial IMAP (IMAP). A quinta seção detalha os componentes, variáveis e aspectos indicativos para a estruturação de uma proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva. A sexta seção aborda os elementos constitutivos do Índice da Dimensão Produtiva para a formação do IMAP, finalizando com as considerações finais e as referências.

9.1 Análise da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas

A reconstrução do debate sobre desenvolvimento leva em conta alguns dos grandes paradigmas do desenvolvimento (ANDION, 2007; ARRIGHI, 1998; WALLERSTEIN, 2002; RIST, 2008). O primeiro deles corresponde ao chamado paradigma desenvolvimentista (que se impôs durante o período de 1940 a 1970), inspirado no modelo fordista. Seus adeptos apoiavam suas reflexões em dois pilares: a ação centralizadora e polarizadora do Estado, vista como promotora dos direitos sociais básicos, e o sistema de livre mercado, distribuidor das riquezas geradas pelos sistemas produtivos. Trata-se da ideia do desenvolvimento como processo de crescimento contínuo e cumulativo. O segundo, denominado paradigma heterodoxo (que acompanha a conjuntura das décadas de 1960 e 1970), fundamenta-se na utilização dos conceitos centrais da teoria marxista, mas foi adaptado por várias correntes de pensamento: neo-marxistas, estruturalistas e dependentistas. Essas correntes avaliavam as inter-relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, situando o subdesenvolvimento como o resultado histórico de relações de dominação nos cenários internacional e nacional. Por fim, o paradigma neoliberal, que emergiu no transcurso dos anos 1980, resgata as ideias dos clássicos da teoria econômica, relacionadas à regulação no âmbito do mercado operando de forma supostamente livre.

Os três paradigmas foram objeto de transformações observadas na estrutura econômica moderna, cujas inovações têm condicionado o surgimento de novas configurações espaciais (BENKO, 1996). Essas

reflexões contribuíram decisivamente para o reenquadramento analítico do fenômeno do desenvolvimento. Desde a década de 1960, elas vêm incorporando as evidências de uma crise socioambiental de escopo planetário e os efeitos perversos da visão utilitarista e economicista da problemática do desenvolvimento (MEADOWS et. al., 1978).

A condução do debate paradigmático em grupos amplos de pesquisadores de diversas matizes, faz necessária a reflexão a partir de diferentes visões de mundo, referenciais teóricos, posições políticas e estilos de pensamento (FLECK, 2010). A intencionalidade está implícita nos confrontos entre concepções paradigmáticas, que se manifestam pela ação cognitiva, percepção, linguagens e práticas, conectando o pensamento e a realidade, o conhecimento e o fato, o sujeito e o objeto (SEARLE, 1995). Estes paradigmas estabelecem um entendimento de desenvolvimento dominante e conservador, o que implica em normatizar ideologicamente o domínio das técnicas, temporalidades, funcionalidades e eficiência/eficácia, cujo objetivo é a realização produtiva que se materializa no espaço (SILVEIRA, 2013). Tais modificações, segundo o autor, constituem territórios, por abranger relações de poder, causando aceleração social que pode anular velhas territorialidades com o desfazimento dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais aos quais a identidade estava associada.

A concepção de território no campo tem suas peculiaridades. Tais peculiaridades expressam mais evidências de que um sistema econômico único é praticamente impossível ser pensado para o contexto rural. Os problemas contemporâneos têm demonstrado a necessidade de sistemas híbridos, em que a lógica vigente deve ser repensada a partir de uma multiplicidades de atores, coalizões e formas de atuação no nível territorial.

A ideia de território pode ser um balizador importante no desenvolvimento da concepção crítica e decolonial da noção de patrimônio territorial. Há incisiva crítica de Santos e Silveira (2003) à competitividade como forma de ação. Segundo os autores, as intenções se manifestam no conjunto de técnicas que envolve parcialmente o globo formando um princípio de seletividade que se dá como princípio de hierarquia, onde técnicas não hegemônicas são hegemonizadas pela invasão do sistema técnico dominante.

Em específico no âmbito da ruralidade, a abordagem paradigmática na América Latina ocorre entre concepções sobre a questão agrária e o capitalismo agrário. A vertente do paradigma da questão agrária (PQA) é

defendida por teóricos que entendem que a forma de criação e recriação do camponês ocorre na luta pela terra, pela luta de classes e pela reforma agrária. Tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2005; 2008).

Ao analisar as duas vertentes interpretativas, Felício (2006) interpreta o primeiro como posicionamento crítico para confrontar o pensamento consensual que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea no campo. Ambos os paradigmas se situam no embate de interesses que põe em evidência um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro, atendendo a grupos com objetivos distintos. Resumidamente, para o PQA o problema está no capitalismo e para o PCA o problema está no campesinato (FERNANDES, 2008).

Os sistemas produtivos no nível local têm se apresentado de inúmeras formas, desde sistemas produtivos locais, a sistemas agroalimentares localizados, a economia social e solidária, além de apresentarem-se sob a forma de variados arranjos formais ou informais de produção e distribuição da riqueza ou produto de uma sociedade. Nesse contexto, a combinação entre mercado e reciprocidade tem ampliado as práticas produtivas cujo componente identitário e cooperativo se destaca. Os modos de regulação e governança são elementos chave para se pensar esse tipo de organização territorial, que ultrapassa os limites da simples organização econômica do território. São esses modos de governança que constituem canais propícios à formação de uma consciência eco-sócio-econômica que poderia alavancar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, mais compatíveis com o patrimônio territorial.

As abordagens da dimensão produtiva do território e as filiações interpretativas paradigmáticas são referência de estudos com pensamentos inovadores e que recomendam ênfases multidisciplinares e multidimensionais.

9.2 Dimensão econômico-produtiva no patrimônio territorial e aspectos coevolutivos e de governança no território

A presente seção busca abordar como a categoria patrimônio

territorial pode alicerçar análises críticas e multidimensionais mais complexas acerca do desenvolvimento territorial. A construção de sua base conceitual e metodológica, considera elementos que compõem os sistemas territoriais entendidos como: (i) produtos do processo de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambiente (MAGNAGHI, 2010; GODARD, 2000); (ii) consolidados pela mediação do trabalho e da informação (RAFFESTIN, 1993), sob intensa pressão hegemônica da unicidade das técnicas e suas intencionalidades; (iii) portadores de territorialidades ativas ou passivas (DEMATTEIS, 2005); (iv) espaços permeados por expressões, processos e movimentos socioespaciais e socioterritoriais (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2016) passíveis de serem caracterizados como espaços de resistência e territorialidades contra-hegemônicas; (v) espaços permeados de lógicas exógenas (técnicas, científicas e informacionais) que, enquanto verticalidades, dimensionam configurações variadas de alienação territorial e alterações das horizontalidades (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Na abordagem da dimensão econômica, os aspectos coevolutivos e de governança no território aduzem para a definição de Magnaghi (2010) que o patrimônio territorial é constituído de um sistema vivente de alta complexidade e como tal, deve ser tratado enquanto recurso por produzir riqueza, que em síntese, aparece em três posicionamentos: (i) dissipação/ destruição – liberação do vínculo territorial produzido pela urbanização; (ii) conservação do território para gerações futuras; (iii) valorização da identidade do lugar e criação adicional de recursos, que significa produzir novos atos territorializantes que aumentam o valor do patrimônio territorial. O Magnaghi (2010) realiza uma análise de requisitos multissetoriais e integrados de sustentabilidade sendo, por definição, anti-economicista e anti-naturalista, propondo uma abordagem *antropo-biocentrista*.

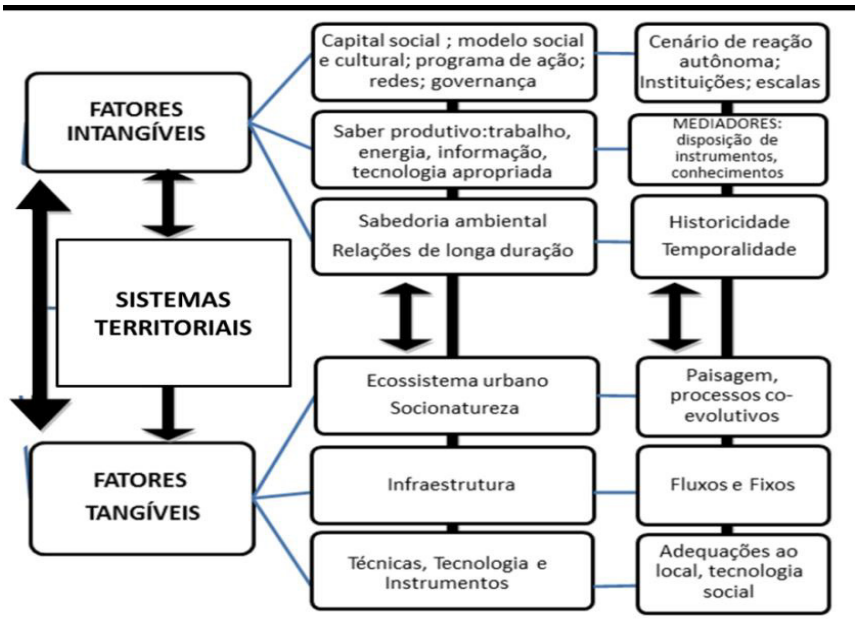
Outro aspecto basilar de defendido por Magnaghi (2010) é o reconhecimento das permanências, da invariante estrutural, que é o caractere paisagístico que define a identidade de um lugar. Ressalta que cada ciclo de territorialização é um evento que trata o mesmo ambiente hereditário atualizado, reificando e estruturando no território formas peculiares e diferenciadas de ocupações no universo complexo de potencialidades e êxitos aleatórios, por configurar sempre o processo como resultado de uma simbiose entre elemento ambiental e humano.

Portanto, as interpretações dos recursos, na sua dimensão técnico-espacial e temporal, são responsáveis por alterar e especificar as interações entre meio ambiente e socioeconomia. "O conteúdo daquilo que se

denomina enquanto recurso transforma-se historicamente e depende tanto da evolução dos ambientes quanto da evolução das possibilidades técnicas, da natureza das necessidades sociais e das condições econômicas (GODARD, 1997, p. 207).

Tomando tal abordagem como referente evidencia-se um conjunto de elementos que se conformam em um fluxograma metodológico, considerando fatores tangíveis e intangíveis, no âmbito do conceito de patrimônio territorial, cuja mediação acontece a partir de sistemas territoriais (BARTOLI, 2014; 2017), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Fatores tangíveis e intangíveis compondo Sistema Territorial



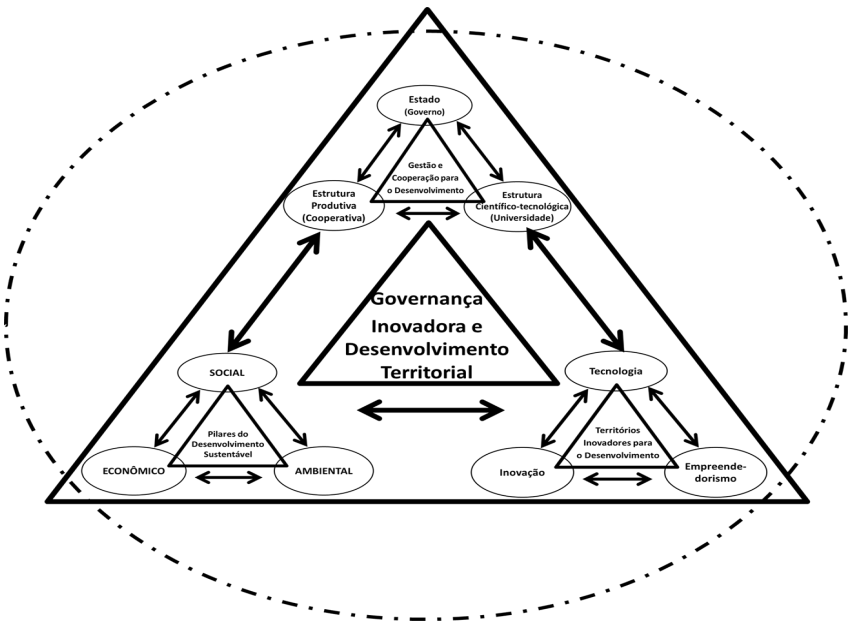
Fonte: Bartoli (2014).

Büttenbender e Sausen (2020) fundamentam a estratégia articulatória e convergente do território, com relevante influência na dimensão produtiva, ao proporem um constructo que sustenta a abordagem da governança inovadora para o desenvolvimento territorial. Os autores supracitados destacam que esta abordagem possui uma amplitude, diversidade e complexidade nas relações e instituições envolvidas. O constructo, com forte influência econômica e produtiva, combina as múltiplas dimensões do processo de governança, dimensionadas em três abordagens triangulares. A primeira, quando ressalta as contribuições de

Etzkowitz (2009) com a tríplice hélice, combinando a cooperação entre o Estado (governo), indústria (empregadores) e universidade. A segunda abordagem com os fundamentos de Julien (2010), com a combinação de investimentos em tecnologia, inovação e empreendedorismo, reconhecendo as relações intra (dentro de cada vértice), entre (entre os três vértices) e extra (entre cada um dos vértices com o ambiente externo do espaço em que estão localizados). A terceira abordagem, com as definições de Elkington (1998) e Dias (2009), aportando as dimensões econômica, social e ambiental. Estas variáveis também são impactadas pelas relações políticas, econômico-produtivas, sociais, ambientais, culturais, naturais que ocorrem no território.

O constructo de governança inovadora e desenvolvimento territorial, representado ilustrativamente na Figura 2, é reconhecido com um sistema aberto, complexo e dinâmico, expresso pelo contorno circular contínuo.

Figura 2 - Constructo de governança inovadora e do desenvolvimento territorial



Fonte: Büttenbender e Sausen (2020, p. 454).

Portanto, as bases do desenvolvimento territorial na sociedade do conhecimento são identificadas nas estratégias focadas nas redes de cooperação que envolvam poder público (estrutura do Estado em todos

os níveis), empresas (empresários), universidades (centros de pesquisa e desenvolvimento, escolas em todos os níveis) e organizações comunitárias (igrejas, ONGs, associações, cooperativas, sindicatos, etc.).

Outra abordagem específica, como o modelo Sistemas Locais Territoriais – SloT, tem suas contribuições para a abordagem territorial. Desenvolvido por pesquisadores do chamado grupo de Turim, o modelo SLoT é útil para averiguação dos mecanismos de evolução interna de sistemas individualizados, hibridizados e abertos à trocas com o exterior. Pretende, a partir da abordagem territorial, analisar um determinado nível na hierarquia genético-cultural numa ótica evolucionista (DEMATTEIS, 2005). Para o autor supramencionado, a diversidade no interior do sistema é entendida como variabilidade potencial, aumentando a gama de escolhas possíveis, sendo recurso estratégico na escala evolutiva do sistema. Considera, também, essa diversificação como resultado de processos coevolutivos de longa duração das sociedades locais com o território e o ambiente. Essa riqueza coletiva desenvolve papel de conjunto genético-cultural, cuja transmissão acresce a capacidade inovadora e a autonomia dos sistemas territoriais nas diversas escalas (DEMATTEIS, 2008).

O modelo SLoT propõe descrever a relação entre interação social, potencialidades do território local, governança e desenvolvimento. Por meio da rede local de sujeitos e suas relações com a especificidade territorial, busca interpretar ações, onde o território se comporta em certas circunstâncias como sujeito coletivo (DEMATTEIS, 2008). Tais perspectivas e inovações impactam na forma como podem ser desenhadas especificidades territoriais, sendo importantes elementos para prospectar as bases teórico-epistêmicas da dimensão produtiva do patrimônio territorial.

9.3 Categorias epistêmico-teóricas centrais para fundamentar a dimensão produtiva na elaboração IMAP

Diante das reflexões até aqui empreendidas, destaca-se que no projeto de pesquisa ProPAT, toma-se como ponto de partida a categoria teórica território. Para se referir à forma como se apresenta o território nos diferentes momentos da história, enquanto arranjo espacial, utiliza-se a categoria patrimônio territorial, com suas dimensões (produtiva, social, cultural, natural, institucional e humano-intelectual). O presente estudo faz referência à dimensão produtiva, com o propósito de explicitar elementos teórico-metodológicos, que permitam contribuir na estruturação de um

instrumental metodológico multidimensional à ser utilizado na análise e prospecção territorial.

Como ponto de partida, essa seção aborda as bases conceituais fundantes da presente dimensão, As bases fundantes da dimensão produtiva apresentam-se em categorias teóricas e, decorrente disso, a definição das categorias de referência, seus componentes, as variáveis e parâmetros de análise. Após essas definições é possível realizar a discriminação dos parâmetros de análise para se apurar, então, o índice da Ativação relacionado à Dimensão Produtiva, que comporá, o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP).

Como ponto de partida tem-se os aspectos socioeconômicos e produtivos do desenvolvimento, debatidos entre economistas, sociólogos, cientistas políticos e ambientalistas/ecólogos. Para fins desta seção, parte-se dos pressupostos de que a economia e as atividades produtivas estão ancoradas nos princípios de manutenção da vida, pautados em aspectos da patrimonialidade, viabilidade e territorialidade (GEORGESCU-ROEGEN, 2011; PECQUEUR, 2006; VIEIRA, 2006). Por meio de uma concepção mais ampla de economia substantiva busca-se integrar conceitos que têm sido mobilizados pelos teóricos que defendem uma alternativa contra-hegemônica, para pensar as trajetórias de desenvolvimento territorial e as possibilidades de ativação do patrimônio territorial.

Dentre tais conceitos, têm-se os estudos acerca das aglomerações produtivas e suas derivações. Suas primeiras acepções relacionam-se à aglomeração que está para o espaço como o aprendizado está para o tempo, avançando em relação aos pressupostos definidos por Alfred Marshall no final do século XIX (BENKO, 1996). No Brasil uma dessas derivações conceituais centrou-se em compreender os arranjos produtivos locais – APL, em especial, pesquisadores brasileiros vinculados à RedeSist (LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004; SANTOS; CROCCO; LEMOS, 2004). Pesquisadores franceses operam, também, com o conceito de sistema produtivo local - SPL (COURLET; SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A mobilização do conceito de arranjo produtivo local surge da contribuição de três abordagens: sobre ambiente ou Meio Inovador, os Clusters e os Distritos Industriais[4].

Dessa perspectiva, diferente da existência em determinado território

4 A literatura sobre estas abordagens e os autores, são de conhecimento geral dos pesquisadores, assim, sobre estes temas, não são referenciados neste texto.

de empresas operando isoladamente ou formas de aglomeração sem laços significativos de interdependência (clusters), um arranjo é definido como uma aglomeração produtiva territorial em estágio intermediário de evolução, e, um sistema produtivo local ou territorial, como o último estágio do ciclo de vida de um APL. Ou seja, um sistema produtivo local pode ser definido como uma configuração de empresas (geralmente MPEs) reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade na qual as empresas conservam as relações entre elas e o meio sociocultural onde estão inseridas. Tal sinergia produz externalidades positivas para o conjunto de empresas que a compõem, e para o conjunto do território correspondente (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados (COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

Diante dos diversos estudos acerca das aglomerações produtivas e suas derivações, é indicada a opção teórica que apresenta uma maior convergência com a abordagem territorial: os "*arranjos*" ou "*sistemas territoriais de prod*ução" como perspectiva teórico-prática de "*territorialização do desenvolvimento*".

Partindo do entendimento de que um processo de desenvolvimento que atenda a perspectiva territorial, quanto à dimensão econômico-produtiva, vislumbra formas de produção menos submissas aos interesses externos, demonstrando algum grau de autonomia territorial, ou seja, vislumbrar processos de territorialização do desenvolvimento, a principal estratégia para tal, é regiões e territórios estruturarem o setor produtivo, sob a forma de arranjos ou sistemas territoriais de produção.

A categoria sistemas territoriais de produção é pouco utilizada na literatura latino-americana e brasileira. São formas de aglomeração produtiva, assemelhadas às que são caracterizadas usualmente como arranjos ou sistemas produtivos locais. No entanto, há uma diferença significativa: não se refere apenas a uma forma de aglomeração, ou clusterização, em que há quaisquer formas de cooperação e, em muitos casos, especialização produtiva. A utilização da categoria "sistema", dá um sentido de maior complexidade, em que o todo chamado aglomeração produtiva não se explica pelo somatório das partes, o conjunto de empresas e instituições locais. Explica-se pela densidade de interação entre as partes, ou seja, as empresas e instituições que fazem parte do sistema produtivo em referência (DALLABRIDA, 2008; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008).

Para tanto, faz-se necessário apresentar o sentido de dois conceitos relevantes: cadeia produtiva (ou de produção) e cadeia de valor. Cadeia produtiva é um conceito utilizado, em especial, no ramo agroindustrial, para se referir ao conjunto de etapas ao longo das quais os diversos insumos passam por processos de transformação, até a constituição de um produto final (bem ou serviço) e sua colocação no mercado. O processo inclui fornecedores de insumos e serviços, agentes de processamento e transformação, distribuição, comercialização, até chegar ao consumo final (BATALHA, 1997).

A cadeia de valor refere-se ao conjunto completo de atividades requeridas para que um produto ou serviço seja concebido, produzido, transportado, comercializado, consumido e, finalmente, reciclado. Pode ser organizada em forma de etapas, assim identificadas: concepção tecnológica, produção, transporte, marketing, consumo, reciclagem. Ao conjunto de etapas e atividades da cadeia de valor global que acontece num determinado âmbito espacial, desenvolvidas no interior de um cluster, denomina-se cadeia de valor local (FERNÁNDEZ, 2004). A acepção atribuída à cadeia de valor favorece o melhor entendimento da categoria sistema territorial de produção (STP).

Segundo Fernández (2004), o que transforma uma aglomeração produtiva em STP, além da densidade institucional, é a capacidade de inovação coletiva local e sua inserção de uma forma qualificada, não apenas submissa, na cadeia de valor global do setor produtivo a que pertence. Assim, se um território apenas se envolve na atividade de produção da matéria prima que resulte num produto, a geração de riqueza local é restrita, além de se manter na dependência dos preços a serem definidos pelos que oferecem os insumos, pelos que compram o produto para sua transformação e pelo preço de mercado. Nesta situação há pouca capacidade de interferência do local em influenciar ua margem de ganho na produção de matéria prima, ou seja, há uma redução no valor agregado à produção, localmente.

Maillat (2002) afirma, também, que as formas de organização dos STPs baseiam-se sobre duas lógicas principais: a lógica funcional e a lógica territorial. As empresas que atuam segundo a lógica funcional são organizadas de maneira hierárquica, vertical, pois as decisões originam-se da direção central. Elas repartem geograficamente suas diferentes funções (concepção, produção, venda, etc.) de maneira a diminuir os custos de produção (custo de mão-de-obra, custo de transportes, nível de fiscalização, subvenções acordadas, etc.). O território, nesta situação, é apenas um

suporte, um lugar de passagem, pois as empresas não se enraízam nele, ou seja, não ocorre um processo de territorialização, pois estão pautadas nas vantagens comparativas (PECEQUEUR, 2006). O território desempenha apenas um papel passivo. A grande maioria dos chamados arranjos produtivos locais estão estruturados segundo essa lógica funcional.

Ao contrário, a lógica territorial implica em um elo forte entre as empresas e o território de implantação. A lógica territorial tem por objetivo a territorialização da empresa, ou seja, sua inserção no STP. Nesse caso, as empresas são organizadas em rede, de modo horizontal, com o meio orquestrando o sistema (MAILLAT, 1998b). Elas mantêm relações de cooperação/concorrência, gerando sinergias e complementaridades necessárias ao seu funcionamento. O território desempenha um papel ativo, as empresas são enraizadas e contribuem para o seu enriquecimento e agregação de valor local, reconhecendo-se sob as bases das vantagens diferenciadoras do território (MAILLAT, 2002; PECQUEUR, 2006). Neste caso, estão enquadrados os chamados STPs, no que se diferenciam dos arranjos produtivos locais ou territoriais.

A dominância de uma ou outra lógica nos sistemas produtivos, implica na sua caracterização, dependendo, como primeiro critério, do seu grau de integração na cadeia de valor agregado. Nessa perspectiva a empresa situada na região está integrada nas diversas atividades que contribuem para a produção de um bem. Essas atividades podem ser integradas totalmente ou parcialmente numa empresa ou serem repartidas entre várias empresas que estejam estabelecidas na região. Esse critério permite verificar uma diferença entre os STPs e as aglomerações produtivas caracterizadas pela presença de grandes empresas que concentram diversas atividades produtivas (pesquisa, desenvolvimento, produção, venda), de sistemas compostos por empresas isoladas ou de sucursais de grandes empresas. O segundo critério inclui a intensidade de relações de troca entre empresas na região, o que representa as complementaridades e as inter-relações de natureza horizontal que se estabelecem entre os diferentes atores do território. A tipologia sistema territorial de produção resultante, com maior autonomia ou maior submissão, se explica, de um lado, pela presença ou ausência de relações de trocas intervindo na região e, de outro lado, pela presença ou ausência de integração interna (na empresa) e na cadeia de valor agregado da região (MAILLAT, 2002).

O resultado dessas diferentes situações impacta na competitividade territorial. Segundo Lopes (2001), competitividade territorial, pode ser entendida como a capacidade de uma comunidade territorial para

assegurar as condições econômicas do "desenvolvimento sustentado". Entende-se que as condições econômicas são condição necessária, mas não suficiente. A capacidade de atrair e fixar população, gerar empregos, preferencialmente empregos qualificados, e inovar, são indispensáveis. Veltz (1995), com sentido assemelhado, refere-se ao "êxito territorial". Para ele o êxito territorial resulta de competências, redes, projetos e instituições, do que decorrem algumas implicações: (i) a competência exige quadros coletivos de ação sólidos; (ii) a competência desenvolve-se e valoriza-se por meio da constituição de redes internas e externas; (iii) isto pressupõe uma visão, um projeto, ou seja, uma visão consensada de futuro e, como resultante, (iv) o desenvolvimento de territórios-regiões tem uma relação direta com a densidade e qualidade das interações entre atores, o que exige a presença de instituições sólidas e ativas.

Portanto, arranjos ou sistemas produtivos locais/territoriais, estruturam-se assumindo predominantemente, ou uma lógica funcional, ou territorial. A lógica territorial, conforme caracterizada por Maillat (1998a/b; 2002), é a mais recomendada para os sistemas territoriais de produção, assumindo com isso uma maior capacidade de competitividade territorial (LOPES, 2001), amplificando o êxito territorial (VELTZ, 1995). Isso faz a diferença em termos de desenvolvimento territorial e o que compreende-se ter consequências no âmbito da estruturação da dimensão produtiva do patrimônio territorial, num processo coevolutivo, das formas mais desorganizadas de produção, passando pelos arranjos produtivos, até se organizarem em sistemas territoriais de produção.

Outra dinâmica do desenvolvimento, que segue as características de aportar maior autonomia territorial, é o de Sistema Agroalimentar Localizado – SIAL e suas derivações, como a Cesta de Bens e Serviços Territoriais. O conceito SIAL emerge na década de 1990, em um contexto de agravamento de problemas ambientais e alimentares, surgimento de crise nas sociedades rurais diante aos novos desafios enfrentados por diversas empresas dos países do Sul e do Norte, tanto qualitativamente como quantitativamente (MUCHNIK, 2012; MUCHNIK *et al.*, 2007). O conceito surgiu da inovação que utilizou-se de estratégias locais de desenvolvimento de recursos e produtos, usados pelos agrupamentos geográficos das empresas do agronegócio (MUCHNIK *et al.*, 2007). O SIAL é definido como:

> [...] organizações de produção e serviço (unidades de produção agrícola, agroalimentares, empresas comerciais e restaurantes) associadas por suas características e funcionamento a um território específico. O meio

> ambiente, os produtos, os homens, suas instituições, seu saber-fazer, seus hábitos alimentares, suas redes de relacionamentos, se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar em uma determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996, p.5).

Quando um determinado território produz vários bens e serviços específicos, que juntos criam uma oferta compósita e um ganho plural, associado ao local, segundo Pecqueur (2006), está-se diante do que convencionou-se chamar de "cesta de bens e serviços territoriais - CBST". O autor as define CBST como um processo, de construção coletiva, promovendo a integração de ações privadas e públicas, de forma que um produto ou serviço é ofertado e sua imagem é relacionada a um determinado território. A ideia da CBST é fundamentada em produtos e serviços de qualidade superior aos de uma oferta heterogênea (PECQUEUR, 2006).

> A cesta não é uma adição de propriedade privada justaposta, mas uma combinação de bens públicos e privados. Estas últimas podem ser amenidades ambientais (tipo de paisagem, clima ...), mas também financiamentos ou investimentos públicos por tributação ou por concessão e contribuindo para a constituição da cesta (PECQUEUR, 2001, p. 44).

Outra categoria teórica também relevante para compreender a dimensão produtiva do patrimônio territorial é a da economia solidária que para Lisboa (2004) designa atividades (formais e informais) comunitariamente inseridas, não totalmente sujeitas ao mercado (mas interagem com o mesmo, formatando-o) e a controles burocráticos, por meio das quais as pessoas satisfazem suas necessidades cotidianas de forma auto sustentável (sem depender das redes de filantropia). A concepção de Lisboa (2004) aproxima a abordagem da economia solidária à sustentabilidade socioambiental, à solidariedade e à territorialidade. O autor supracitado apresenta uma discussão inovadora, pois coloca a solidariedade como elemento central da economia solidária.

A presente proposta metodológica baseia-se em algumas vertentes e teorias do desenvolvimento territorial que resgatam conceitos como: sistemas produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, economia social e solidária, cesta de bens e serviços territoriais, dentre outros. Todavia, reconhece-se que o desenho do indicador da dimensão produtivo, neste estudo, não abarca a variedade de conceitos e vertentes do campo do desenvolvimento territorial. O que se propõe com o presente texto é apontar possibilidades e caminhos analíticos para a dimensão produtiva face a ativação do patrimônio territorial.

Essas categorias teóricas, embasadas em literaturas nacionais e

internacionais puderam ser o ponto de partida para os demais aspectos que comporão o IMAP para a dimensão produtiva. Essas categorias teóricas, denominadas por Quivy e Campenhoudt (2005) de conceitos sistêmicos foram tomados como base para compor o IMAP da dimensão produtiva, caracterizados com seus componentes e indicadores e respectivos parâmetros de análise.

9.4 Componentes, variáveis e aspectos indicativos para a estruturação de uma proposta metodológica para o estudo da dimensão produtiva

A partir das categorias epistêmico-teóricas mencionadas é possível consolidar, no Quadro 1, os aspectos constitutivos, ou seja, os componentes que são parte das categorias teóricas e da literatura mobilizada e os aspectos indicativos, cujos indicadores de cada componente ajudarão a apontar os pontos chave de cada escala, culminando na proposição de uma escala para cada componente. São considerados como componentes estruturais os: Sistemas Produtivos Territoriais[5]; Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril; Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas; e Empreendimentos sociais e cooperativos.

Quadro 1 - Componentes, variáveis, técnicas e instrumentos de coleta de dados e escalas de mensuração para estudo da dimensão produtiva

Dimensão Produtiva		
Componentes	**Variáveis**	**ESCALA (0 A 5)**
C1 - Sistemas Produtivos Territoriais	i) estrutura produtiva	**Critério de análise: Estrutura e coordenação produtiva:** P1a- 1- Péssimo – Existência de empresas esparsas; P1b– 2- Ruim - Existência de concentração produtiva (Gini) P1c – 3- Regular - Existência de Clusters – concentração de MPEs em torno de uma grande empresa; P1d – 4- Bom - Ambiente inovador com maior interação entre organizações; P1e – 5- Ótimo - Sistemas produtivos locais (concentração em PMEs, instituições de apoio e P&D, inovação tecnológica e organizacional, existência de consórcios, cooperativas; existência de sinergias, redes e parcerias entre organizações.

5 Compreende-se tal constructo como composto e que inclui as diferentes abordagens das dinâmicas produtivas territoriais (APL; SPL, Clusters, Ambiente Inovador, Cadeia de Valor).

Dimensão Produtiva		
Componentes	**Variáveis**	**ESCALA (0 A 5)**
	ii) mudança técnica e processo de aprendizado;	**Critério de análise: Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D:** P2a – 1 Péssimo – Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D; P2b – 2 – Ruim - Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P2c – 3- Regular - Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P2d –4- Bom - Alto nível iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P2e – 5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras, e empreendimentos cooperativos e/ou associativos, de crédito e P&D.
	iii) Governança e organização interinstitucional;	**Critério de análise: Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias:** P3a – 1- Péssimo – Inexistência de coordenação entre empresas, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias; P3b – 2- Ruim - Baixa coordenação entre empresas, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias; P3c – 3- Regular - Média coordenação entre empresas, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias; P3d – 4- Bom - Alta coordenação entre empresas, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias; P3e – 5- Ótimo - Integração da coordenação entre empresas às instituições de apoio e à redes e parcerias.
C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril	i) Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris;	**Critério de análise: Estrutura das propriedades e produtores:** P4a – 1- Péssimo – Existência de produtores esparsos; P4b – 2- Ruim - Existência de concentração de produtores do mesmo segmento; P4c – 3- Regular - Existência de produtores menores em torno de um grande produtor; P4d – 4- Bom - Existência de pequenos produtores e certo grau de inovação; P4e – Existência de produtores com enraizamento territorial e cultural, com sinergia e ação cooperativa (cooperativas, associações, consórcios etc.).
	ii) Mudança técnica e aprendizado;	**Critério de análise: Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D:** P5a – 1- Péssimo – Inexistência de iniciativas empreendedoras, nenhuma disponibilidade de crédito e inexistência de P&D; P5b – 2- Ruim - Baixas iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P5c – 3- Regular - Médias iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P5d – 4- Bom - Alto nível iniciativas empreendedoras e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; P5e – 5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras, e empreendimentos cooperativos e/ou associativos; de crédito e P&D;
	iii) Governança e organização interinstitucional;	**Critério de análise: Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias:** P6a – 1- Péssimo – Inexistência de coordenação entre produtores, inexistência de instituições de apoio e inexistência de redes e parcerias; P6b – 2- Ruim - Baixa coordenação entre produtores, baixa existência de instituições de apoio, limitada existência de redes e parcerias; P6c – 3- Regular - Média coordenação entre produtores, média existência de instituições de apoio, média existência de redes e parcerias; P6d – 4- Bom - Alta coordenação entre produtores, alta existência de instituições de apoio, alta existência de redes e parcerias; P6e – 5- Ótimo - Integração da coordenação entre produtores às instituições de apoio e à redes e parcerias.

Dimensão Produtiva		
Componentes	**Variáveis**	**ESCALA (0 A 5)**
C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	i) Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais;	**Critério de análise: Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial** 7a- 1- Péssimo – Inexistência de multifuncionalidade agrícola e inexistência de recursos e ativos com especificidade territorial; P7b- 2- Ruim - Baixa multifuncionalidade agrícola e baixa existência de recursos e ativos com especificidade territorial; P7c- 3- Regular - Média multifuncionalidade agrícola e média existência de recursos e ativos com especificidade territorial; P7d- 4- Bom - Alta existência de multifuncionalidade agrícola e alta existência de recursos e ativos com especificidade territorial; P7e- 5- Ótimo - Integração da multifuncionalidade agrícola e articulação com os recursos e ativos com especificidade territorial.
C4 -Empreendimentos sociais e cooperativos	i) Autonomia e autogestão	**Critério de análise: Autonomia e autogestão:** P8a- 1- Péssimo – Inexpressiva presença de organizações que possuem caráter de economia social e solidária; P8b- Ruim - Baixa existência de organizações de economia social e solidária, com baixa autonomia e centralização do processo de tomada de decisão; P8c- 3- Regular - Média existência de organizações de economia social e solidária, com limitada autonomia e processos de tomada centralizados; P8d- 4- Bom - Alta Existência de organizações de economia social e solidária, com autonomia e relativa centralização da tomada de decisão; P8e- 5- Ótimo - Existência de uma pluralidade de tipos de organizações de economia social e solidária, demonstrando aspectos significativos de autonomia e autogestão.
C4 -Empreendimentos sociais e cooperativos	ii) Solidariedade e Cooperação	**Critério de análise: Solidariedade e cooperação:** P9a- 1- Péssimo – Inexpressiva presença de solidariedade e inexistência de cooperação; P9b – Ruim - Baixa existência da solidariedade e baixa existência de cooperação; P9c - 3- Regular - Média existência da solidariedade e média existência de cooperação; P9d - 4- Bom - Alta existência da solidariedade e alta existência de cooperação; P9e – 5- Ótimo - Expressiva solidariedade e articulação entre as organizações de economia social e solidária, bem como existência de cooperação intra e interinstitucional.
	iii) Inserção no mercado	**Critério de análise: Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado:** P10a – 1- Péssimo – Inexpressiva presença articulação das organizações da economia social e solidária e inexistência de integração às estruturas do mercado P10b – 3- Ruim - Baixa existência de articulação das organizações da economia social e solidária e baixa integração às estruturas do mercado P10c – 3- Regular - Média existência de articulação das organizações da economia social e solidária e média integração às estruturas do mercado P10d – 4- Bom - Alta existência de articulação das organizações da economia social e solidária e alta integração às estruturas do mercado P10e – 5- Ótimo - Expressiva articulação das organizações da economia social e solidarias às estruturas do mercado formal e informal.

Dimensão Produtiva		
Componentes	**Variáveis**	**ESCALA (0 A 5)**
C5 - Trajetória socioeconômica do território	i) Processo de colonização; Processo de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos;	**Critério de análise: Processo de formação socioeconômica:** P11a- 1- Péssimo – Inexpressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; P11b – Ruim - Baixa articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; P11c - 3- Regular - Média articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; P11d - 4- Bom - Alta articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos; P11e – 5- Ótimo - Expressiva articulação local na formação socioeconômica e surgimento setores produtivos;
	ii) Geração de trabalho e renda	**Critério de análise: Iniciativas de Geração de trabalho e renda :** P12a – 1- Péssimo – Inexistência de Iniciativas de Geração de trabalho e renda; P12b – 2- Ruim - Baixas iniciativas de Geração de trabalho e renda ; P12c – 3- Regular - Médias Iniciativas de Geração de trabalho e renda ; P12d – 4- Bom - Alto nível de Iniciativas de Geração de trabalho e renda; P12e – 5- Ótimo - Integração entre iniciativas empreendedoras e Iniciativas de Geração de trabalho e renda.
	iii) Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos;	**Critério de análise: Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos:** P12a – 1- Péssimo – Inexistência de Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; P12b – 2- Ruim - Baixas iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; P12c – 3- Regular - Médias Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; P12d – 4- Bom - Alto nível de Iniciativas de Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos; P12e – 5- Ótimo - Integração entre iniciativas e Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em (COURLET; SOULAGE, 1994; VELTZ, 1995; BATALHA, 1997; COURLET, 2001; LOPES, 2001; LÉVESQUE, 2001; MAILLAT, 2002; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; MUCHNIK, 2012; MUCHNIK *et al.*, 2007; PECQUEUR, 2001; FERNÁNDEZ, 2004; PECQUEUR, 2006; VIEIRA, 2006; MUCHNIK *et al.*, 2007; DALLABRIDA, 2008; DALLABRIDA; FERNÁNDEZ, 2008).

Nos aspectos de análise e interpretação dos dados resultados da coleta, considerando os componentes e os indicadores, importante contemplar o conjunto de variáveis propostas por Büttenbender e Sausen (2020) com o constructo de governança inovadora e do desenvolvimento territorial (Figura 2 deste capítulo).

Cada componente apresenta-se com uma a três variáveis que possuem uma pontuação de 0 a 5. O total de variáveis apontam para 13 critérios que pontuam de 0 a 5, totalizando 65 pontos. A média de cada critério deverá totalizar a pontuação máxima de 5, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2: Composição do cálculo da dimensão produtiva

Componentes	Variáveis	Critérios	Média	Pontuação
C1	C1a	Estrutura e coordenação produtiva	C1a+C1b+C1c/15	0 a 5
	C1b	Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D		
	C1c	Coordenação entre empresas, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias		
C2	C2a	Estrutura das propriedades e produtores	C2a+C2b_C2c/15	0 a 5
	C2b	Iniciativas empreendedores, disponibilidade de crédito e P&D		
	C2c	Coordenação entre produtores, existência de instituições de apoio e existência de redes e parcerias		
C3	C3a	Multifuncionalidade agrícola e recursos e ativos com especificidade territorial	C3a/5	0 a 5
C4	C4a	Autonomia e autogestão	C4a+C4b+C4c/15	0 a 5
	C4b	Solidariedade e cooperação		
	C4c	Articulação das organizações da economia social e solidária às estruturas de mercado		
C5	C5a	Processo de formação socioeconômica	C5a+C5b+C5c/15	0 a 5
	C5b	Iniciativas de Geração de trabalho e renda		
	C5c	Projetos e ações de uso, proteção e recuperação de recursos socioecológicos		

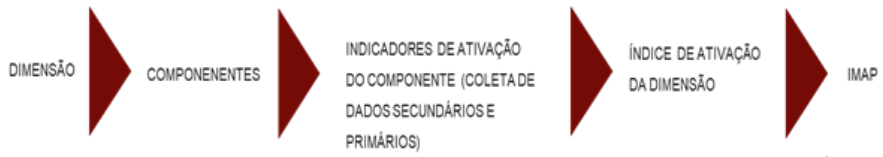
Fonte: Elaborado pelos autores.

O cálculo proposto descreve a composição do índice da Dimensão produtiva, destacando-se que cada critério obteve uma pontuação de 0 a 5, a média de cada critério poderá chegar a 5. A passagem do índice da dimensão produtiva para o IMAP depende da compreensão da composição do índice geral. A formação do IMAP acompanha as orientações e definições do referencial metodológico multidimensional para estudos territoriais com a equação do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial – IMAP, que é composto resultante de uma composição que se inicia em cada uma das seis dimensões que dão forma ao patrimônio territorial.

Cada uma das dimensões é formada por componentes, que por sua vez podem ser aferidos por indicadores já existentes (dados secundários) ou criados para viabilizar o índice (dados primários). Esses indicadores são valorados em uma escala quanto ao nível de ativação, o que permite

formar o índice de ativação de cada dimensão. A agregação ponderada dos índices de cada dimensão resulta no IMAP, conforme descrito na Figura 3. Para cada uma das variáveis é constituída uma escala quíntupla, desde uma situação de plena ativação até uma de total precariedade.

Figura 3 - Processo de formação do IMAP



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Retoma-se a escala adotada, de 1 a 5, na qual 1 se refere sempre à pior situação quanto à ativação de cada dimensão do patrimônio territorial, e 5 se refere à situação ideal, portanto ótima para a ativação de cada dimensão do patrimônio territorial. A agregação dos índices das dimensões para o alcance do índice final (IMAP) segue a mesma lógica. Quanto mais próximo de 5, mais o território está com seu patrimônio ativado. Quanto mais próximo de 1, menos o território está ativando seus recursos disponíveis em sua dinâmica de desenvolvimento.

Assim sendo, para a equação do Índice da Dimensão Produtiva, são agregados os componentes IMAP da Dimensão Produtiva, conforme detalhado na Figura 4.

Figura 4 - Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do IMAP

$$\text{Dimensão Produtiva}_{\text{IMAP}} = \frac{C1 + C2 + C3 + C4 + C5}{5}$$

Em que:
IMAP = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
C1 - Sistemas Produtivos Territoriais
C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agrossilvopastoril
C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas
C4 -Empreendimentos sociais e cooperativos
C5 - Trajetória socioeconômica do território

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Índice da Dimensão Produtiva do Território é uma expressão parcial do IMAP do território, podendo assim analisar especificamente a Dimensão Produtiva em suas variáveis.

Posteriormente, a combinação com os índices das dimensões (produtiva, social, cultural, humano-intelectual, institucional e natural, resultará nos índices de todos as seis dimensões. O cálculo resulta da soma dos índices década uma das seis dimensões, dividido pelo número de dimensões que é seis, conforme ilustrado na figura 5. Assim resultará no Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP).

Figura 5 - Agregação dos índices parciais das dimensões para formação do IMAP

$$IMAP = \frac{IDS + IDP + IDC + IDHI + IDI + IDN}{6}$$

Legenda:
IMAP = Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial
IDS = Índice que representa a Dimensão Social
IDP = Índice que representa a Dimensão Produtiva
IDC = Índice que representa a Dimensão Cultural
IDHI = Índice que representa a Dimensão Humana e Intelectual
IDI = Índice que representa a Dimensão Institucional
IDN = Índice que representa a Dimensão Natural

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

9.5 Indicativos de estratégias de coleta e análise dos dados

Em paralelo à fase de determinação constitutiva e indicativa acima apresentada é preciso que o pesquisador proceda aos estudos exploratórios e a fase descritiva da pesquisa. Essa fase da pesquisa mobiliza a noção de trajetória, cuja elucidação das condições peculiares da evolução de determinados espaços é colocada em primeiro plano. A relevância desse tipo de instrumento de análise territorial está no fato dele permitir a reconstituição dos contextos históricos que condicionam a formação de determinadas dinâmicas territoriais de desenvolvimento simultaneamente socioeconômica, sociocultural e sociopolítica, sob o pano de fundo das coações e oportunidades impostas pela dotação em recursos naturais renováveis e não renováveis (SACHS, 1986).

Quanto aos instrumentos de coleta de dados têm-se a realização de

entrevistas não estruturadas com especialistas, testemunhas privilegiadas e/ou pessoas interessadas ao objeto pesquisado. Adicionalmente, os pesquisadores poderão adotar, conforme Quivy e Campenhoudt (2022), as seguintes atitudes: (i) incluir poucas perguntas no roteiro; (ii) intervir da forma mais aberta possível; (iii) abster-se de implicar-se no conteúdo – colocar sua posição/visão. Além das entrevistas exploratórias a pesquisa deverá valer-se de documentos históricos, teses e dissertações, visitas a arquivos históricos locais e demais organizações, como detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 - Instrumentos de coleta de dados propostos para o índice da dimensão produtiva

Componentes	**Variáveis**	**Técnicas e instrumentos de coleta de dados**
C1 - Sistemas Produtivos Territoriais	i) estrutura produtiva;	Dados RAIS e CAGED Índice de concentração setorial/ industrial Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) mudança técnica e processo de aprendizado;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Governança e organização interinstitucional;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias

C2 - Sistemas Agroalimentares Locais e/ou agros-silvo-pastoril	i) Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) Mudança técnica e aprendizado;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Governança e organização interinstitucional;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
C3 - Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	i) Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais;	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias
C4 - Empreendimentos sociais e cooperativos	i) Autonomia e autogestão	Entrevistas, visitas em locus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	ii) Solidariedade e Cooperação	Entrevistas, visitas em locus e questionários Observação Documentos Bibliografias
	iii) Inserção no mercado	Entrevistas, visitas em locus e questionários Observação Documentos Bibliografias

C5 - Trajetória socioeconômica do território	i) Processo de colonização; Processo de formação socio-econômica e surgimento dos setores produtivos;	Entrevista; Documentos; Bibliografias
	ii) Geração de trabalho e renda	Dados RAIS e CAGED Documentos Bibliografias
	iii) Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos);	Entrevistas, visitas em lócus e questionários Observação Documentos Bibliografias

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na etapa descritiva e analítica da pesquisa, que correspondente ao resgate da trajetória socioeconômica e socioecológica, é preciso identificar os setores produtivos predominantes que emergiram do território pesquisado, procurando-se sintetizar o perfil demográfico do território, suas particularidades naturais que impactam nas dinâmicas socioprodutivas. Na fase explicativa da pesquisa, busca-se reunir diferentes instrumentos de coleta de dados, bem como selecionar os participantes da pesquisa.

Quanto aos dados primários, eles poderão ser organizados por meio de entrevistas semiestruturadas, com roteiros baseados nos componentes e indicadores definidos no Quadro 1, com adaptações a serem realizadas a partir de cada contexto territorial. Além das entrevistas poderão ser utilizadas as técnicas *focus group*, instrumentos de coleta de dados como questionários validados em outras pesquisas, como por exemplo, a proposta de avaliação dos APLs da RedeSist da UFRJ. A escolha dos instrumentos de coleta de dados dar-se-á a partir da necessidade da pesquisa, das dificuldades de acesso aos dados e atores, bem como da natureza do objeto de pesquisa a ser pesquisado. Também será utilizada a técnica de coleta chamada "observação", que segundo Richardson (1985), em alguns aspectos é imprescindível ao pesquisador do campo social, pois possibilita a obtenção das informações quando elas ocorrem. Os dados secundários, serão obtidos por meio de pesquisa documental, documentos históricos e pesquisadas em periódicos, revistas, jornais e demais publicações da região (RICHARDSON, 1985).

Para seleção dos participantes da pesquisa um caminho é da utilização da técnica metodológica *snowball* ("Bola de Neve"). Essa técnica

é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o "ponto de saturação"). O "ponto de saturação" é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes.

A análise e interpretação dos dados poderá ser coordenada por diferentes mecanismos de análise. Um dos mecanismos é a proposta de Bardin (2009) da análise de conteúdo que se desenrola a partir das seguintes fases: (i) pré-exploração do material ou de leituras das entrevistas (verticalmente e horizontalmente); (ii) seleção das unidades de análise (ou unidades de significados que foram apresentados no quadro 1); nessa fase as categorias teóricas são orientadores, porém, não se pode na análise dissociar-se, nem em última instância abster-se do uso de recursos mentais e intuitivos que muitas vezes transcendem as questões postuladas e são definitivamente necessários a uma análise deste porte; (iii) o processo de categorização e subcategorização: as categorias como grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou proximidade, e que possam por meio de sua análise, exprimirem significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos dos indicadores e parâmetros do IMAP.

Portanto, a interpretação dos dados será desenvolvida de acordo com a análise qualitativa do conteúdo, correlacionando-se com o referencial teórico assumido, baseado numa análise explicativa e prospectiva. Por meio das entrevistas e demais instrumentos de coleta de dados aplicados**,** bem como, a observação será possível realizar a triangulação dos dados obtidos para que a análise e interpretação dos dados seja realizada de forma confiável (TRIVIÑOS, 1987). Por fim, a partir da análise dos parâmetros estabelecidos será possível identificar quais a posição da dimensão produtiva no contexto da do IMAP.

A fase prospectiva da pesquisa deverá estar baseada nos resultados da etapa descritiva das trajetórias e na fase explicativa e interpretativa, com intuito de promover a elaboração de cenários alternativos, espaços de manobras possíveis para o território e experiências pesquisadas. Nessa fase da pesquisa é preciso identificar, no balanço entre potencialidades e obstáculos, quais são as precariedades dos sistemas produtivos do território e quais espaços possíveis de reversão do quadro atual. A proposição de uma base de possíveis cenários alternativos ao território seria um dos resultados

desta fase da pesquisa.

Considerando que a fase prospectiva poderá alimentar estratégias mais amplas de desenvolvimento e de ativação do patrimônio territorial faz-se necessário reconhecer o papel dos operadores territoriais como articuladores no movimento de concerto entre os atores territoriais no processo de definição das alternativas de desenvolvimento territorial desenhado pelos grupos locais (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2023). Este sendo um processo relacional, pautado em decisões que são escolhas humanas, baseadas em possibilidades objetivas (GUERREIRO RAMOS, 2014). Assim, precisamos ter operadores territoriais capazes de comunicar à sociedade acerca dos limites do território em promover determinadas ações e projetos de desenvolvimento e ativação do patrimônio territorial, como por exemplo, ausência de características naturais que possam suportar determinados tipos de produções industriais ou agrícolas. A capacidade de comunicação acerca das possibilidades que ações ou projetos de desenvolvimento podem gerar, tanto em termos de impactos positivos, quanto negativos, pois sempre haverá riscos, mais ou menos identificáveis, pode gerar processos de aprendizagens contínuos (MENEZES; RAUPP, 2021).

Considerações finais

O desenvolvimento de estratégias para ativação do patrimônio territorial pode ser interpretado como conjunto de práticas e discursos. O desafio é articular o conjunto de práticas e as manifestações discursivas presentes em determinado território e que contemplem os interesses e motivações de todos, ou no mínimo da maioria dos grupos sociais e que, acima de tudo, atendam a perspectiva da sustentabilidade.

Este capítulo versou sobre o patrimônio territorial, a partir de uma abordagem multidisciplinar e multidimensional, indicando referenciais teórico-metodológicos metodológico sobre a dimensão produtiva, que possam embasar um instrumental metodológico multidimensional a ser utilizado na realização de estudos de diagnóstico, análise e prospecção territorial. O objetivo central foi contextualizar teoricamente a dimensão produtiva na dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta contribuição metodológica reconhece, a partir da dimensão produtiva, os diversos componentes e variáveis de verificação, com vistas a gerar cenários, políticas públicas e prioridades na promoção do desenvolvimento territorial.

Os avanços a serem produzidos pelos membros do grupo de pesquisa, com os aportes multidisciplinares e multidimensionais relacionados às outras dimensões do patrimônio territorial, poderão gerar aportes adicionais, na perspectiva do aprimoramento contínuo dos fundamentos teórico-metodológicos da dimensão produtiva, gerando interfaces. De qualquer forma, se reconhece que os fundamentos, métodos e instrumentos até então invocados, não mais são suficientes para responder aos desafios atuais da pesquisa que atenda à abordagem territorial do desenvolvimento, bem como, de forma específica, a abordagem sobre patrimônio territorial.

Os paradigmas que firmam os novos pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos, referenciados na investigação da qual resultou este texto, são geradores de inovações na sua forma de produzir ciência, trazendo importantes aportes para o desenvolvimento territorial sustentável das diferentes sociedades.

Referências

ANDION, M.C. *Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina*: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, 2007. 385 f. Tese (Doutorado) - Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, 2007.

ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARTOLI, E. Patrimônio territorial e desenvolvimento local: sistemas locais urbano ribeirinhos em Parintins (AM). *In*: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales – CIETA, *Anais...*, v. VI, p. 842-860, 2014.

BARTOLI, E. Sistemas Territoriais em Parintins (AM): mediações urbanas e ordenamento territorial. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.5, n.2, p.1-16, ago./dez. 2017.

BATALHA, M. *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 1997.

BENKO, G. *Economia espaço e globalização*: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of

innovative governance and territorial development. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 446-458, 2020.

BÜTTENBENDER, P. L.; BARTOLI, E.; MENEZES, E. C. O.; ZAMBERLAN, C. O.; COVAS, A. M. A.; HENZEL, M. E. Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da Dimensão Produtiva. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,* v. 18, n. 1, 2022.

CIRAD/SAR. *Systèmes agroalimentaires localisés (organisations, innovations et développement local.* Proposition d'animationscientifiquedulaboratoire. STSC, n. 134/96. 1996. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/575624/ - Acesso em: 27-06-2023

COURLET, C. *Territoires et régions, les grands oubliés du developpement économique.* Paris: L'Harmattan, 2001.

COURLET, C.; SOULAGE, B. *Industrie, territoires et politiques publiques*. Paris: L'Harmattan, 1994.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão,* v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020b.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio./ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI, L. L. O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. *Revista Caminhos da Geografia*, 2º semestre de 2023 (Em Edição).

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R. A nueva ortodoxia regionalista estará envelhecendo? *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,* v. 4, p. 182-188, 2008.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. *Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios*, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos. Passo Fundo/Ijuí: Editora UPF/Editora UNIJUÍ, 2008. v. 1.

DEMATTEIS, G. Il sistemi territoriali in um'ottica evoluzionista. *In*: DEMATTEIS G.; GOVERNA, F. (orgs.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: ilmodello Slot*. Milano: Angeli, 2005. p.15-38.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. *In*: ALVES, A.; CORRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (orgs.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DIAS, R. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.* São Paulo, Atlas, 2009.

ELKINGTON, J. *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.

ETZKOWITZ, H. *Hélice Tríplice*: universidade-indústria-governo. Inovação em ação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FELÍCIO, M.J. A Conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território: Revista de geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNÁNDEZ, V. R. Densidad institucional, innovación colectiva y desarorollo de las cadenas de valor local: un triángulo estratégico en la evolución de los enfoques regionalistas durante los 90s. *REDES*, v. 9, n. 1, p. 7-35, jan./ abr./2004.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA,* v. 6, n.16, p. 273-283, 2005.

FERNANDES, B.M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-230.

FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico.* Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, N. Quo Vadis Homo sapiens sapiens. *In*: BONAIUTI, M. (ed). *From Bioeconomics to Degrowth.* New York: Routledge, p. 158-170. 2011.

GODARD, O. A Gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. *In*: VIEIRA, P. F. WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento:* novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997. p. 198-223.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: vieira, Paulo Freire; WEBER, Jacques. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERREIRO RAMOS, A. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. *Políticas públicas e desenvolvimento:* bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UnB, 2014

JULIEN, P.A. *Empreendedorismo regional e economia do conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. *Revista Centro de Ciências Administrativas,* Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.

LEMOS, C. *Micro, pequenas e médias empresas no Brasil*: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

LÉVESQUE, B. Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'*économie* sociale. *Conférence prononcée dans le cadre du 23e Congrès international du CIRIEC*, juin/2001.

LISBOA, A. M. Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano. IX Encontro Nacional de Economia Política, *Anais...*, Uberândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004.

LOPES, R. *Competitividade, inovação e território.* Oeiras: Celta Editora, 2001.

MAGNAGHI, A. *Montespertoli*: le mappe di comunità per lo statuto del território. Firenze: Alinea, 2010.

MAILLAT, D. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. *Interações*, Campo Grande, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar./2002.

MAILLAT, D. From the Industrial District to the Innovative Milieu: Contribution to an Analysis of Territorialised Productive Organisations. *Recherches Economiques de Louvain*, v. 64, p. 111-129, 1998a.

MAILLAT, D. Meios inovadores e novas gerações de políticas regionais. *Empreendedorismo* & *Desenvolvimento Regional*, v. 10, edição 1, p. 1-16, 1998b.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D., L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *Limites do crescimento*: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MUCHNIK, J. *et al.* Systèmes Agroalimentaires Localisés. Dossier Systèmes agroalimentaires localisés. *Economies et Sociétés*, n. 29, p. 1465-1484, sep. 2007.

MUCHNIK, J.; CAÑADA, J. S.; SALCIDO, G. T. Systèmes agroalimentaires localisés: état des recherches et perspectives. *CahiersAgricultures* v. 17, n. 6, nov./déc. 2007.

MUCHNIK, J. Sistemas agroalimentarios localizados: desarrollo conceptual y diversidad de situaciones. *In*: SALCIDO, G. T.; TORRES, R. M. L. *Los sistemas agroalimentarios localizados*: identidad territorial, construcción de capital social e instituciones. Colección Alternativas. México: Imprensa Juan Pablos, 2012. p. 25-42.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale,* v. 1, n. 261, p. 37-49, 2001.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*: *Revista de Ciências Sociais e Econômica*s, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2006.

PEDON, N.R. *Movimentos Socioterritoriais: Uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*. 235 f. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAFFESTIN, C. *Por Uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

RIST, G. *The history of development*: from western origins to global faith. New York: Zed Books, 2008.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento*: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *Brasil*: território e sociedade no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. Arranjos e sistemas produtivos locais em 'espaços industriais' periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros". *Revista de Economia Contemporânea*, v. 6, n. 2, p. 147-180, jul./dez. 2002.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locacionais. In: BNDES. *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento* (versão preliminar). Rio de Janeiro: BNDS, 2004.

SEARLE, J. R. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVEIRA, M. L. Novos Aconteceres, Novas Territorialidades. *In*: DIAS. L. C. FERRARI. M. (orgs.). *Territorialidades humanas e redes sociais.* Florianópolis: Insular, 2013. p. 125-153.

SOBREIRO FILHO, J. *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics:* produção do espaço,

redes e lógica racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016. 440 f.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires*: l'économie d'archipel. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006.

WALLERSTEIN, I. *Após o liberalismo*: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

Capítulo 10

INDICATIVOS PARA ORIENTAR PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL

Valdir Roque Dallabrida – UFPR
Elaine Cristina de Oliveira Menezes – UFPR-UDESC
Lucas Labigalini Fuini – IFSP
Pedro Luís Büttenbender – UNIJUÍ
Pablo Costamagna – Instituto Praxis/UTN-Rafaela-AR
António Manuel Alhinho Covas – UALGARVE
Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas – UALGARVE

Introdução

Dois artigos foram publicados recentemente, os quais, por diferentes vieses, fazem referência à ação coletiva em processos de articulação territorial. Dallabrida *et al.* (2022), defendendo que processos de articulação territorial com vistas à prospecção do futuro desejado territorialmente exigem práticas de governança territorial de base colaborativa, horizontal e democrática, envolvendo os agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo-empresarial e universitários. Já, Dallabrida, Menezes e Fuini (2022)[1], apresenta o território como uma construção resultante de multiatores, organizados em redes de poder e coalizões socioterritoriais. Neste artigo, os autores resgatam a categoria "ação territorial" e sua acepção, como um elemento chave para entender os conflitos entre os atores e vislumbrar suas representações e lógicas de ação em diferentes níveis e escalas espaciais, nos processos de definição do futuro desejado territorialmente. São reflexões dessa natureza que serão aprofundadas neste capítulo.

Para tal, retoma-se ao conteúdo tratado nos dois artigos aqui referidos. Alguns temas em específico serão trazidos ao debate: (i) retoma-se o debate sobre território, com seus atributos e condições organizacionais, destacando os mecanismos de governança e liderança territorial e sua

1 Este artigo está ainda no prelo, com publicação prevista para 2023 na revista "Caminhos da Geografia".

importância nos processos de articulação territorial; (ii) apresenta-se noção de "ação territorial" como processo multiatores de construção de territórios e de coalizões socioterritoriais, refletindo sobre em quais contextos ocorre a ação territorial e qual o papel dos operadores territoriais; (iii) retoma-se alguns aportes teórico-práticos sobre planejamento na perspectiva da abordagem territorial; (vi) conclui-se com uma reflexão sobre a construção de capacidades no processo de articulação territorial.

10.1 Atributos e condições organizacionais para a construção de territórios[2]

Ao sintetizar acepção atribuída por autores referenciais sobre território fica presente a ideia de um recorte do espaço geográfico definido a partir de relações de poder, controle, apropriação e uso, relações que podem ser definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais, resultante de uma construção social, histórica e relacional (RAFFESTIN, 1993). Essa construção social do território resultará sempre do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns (FUINI, 2017; SAQUET, 2011; 2015). Disso decorre a noção de "território-dado" e "território-construído", que se centra na identificação de um território a partir da noção de que os atores se mobilizam para resolver problemas comuns (PECQUEUR, 2005). O primeiro resulta de uma delimitação político-administrativa, o que corresponde a uma região, um município com sua subdivisão em distritos e localidades, como uma porção do espaço que é objeto de observação. O território construído, por sua vez, é instituído socialmente pelos atores, resultante de um processo, fruto do jogo dos atores sociais e constado a posteriori (PECQUEUR, 2005).

Um território dado se alinha ao que Haesbaert (2019) apresenta como "categoria normativa" do território, já o território construído se aproxima da perspectiva do território enquanto "categoria da prática", sustentado no paradigma reticular (HAESBAERT, 2007). Um território-dado pode abrigar vários territórios-construídos, assim como, um território-construído pode abarcar mais de um território-dado, no seu todo, ou apenas partes deles (DALLABRIDA *et al.* (2021).

Complementarmente, para Bustos Cara (2008a) o território é a

2 Neste item resume-se abordagem feita em Dallabrida, Menezes e Fuini (2022).

porção de terra que pode ser utilizada, organizada e controlada em função do desejo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, vinculando sua acepção ao sentido de poder: "[...] espaço apropriado por um grupo social com consciência de seu pertencimento e apropriação" (CARA, 2008a, p. 16). Ou seja, um espaço geográfico com um sentido, individual ou coletivo, com um significado ou orientação para o futuro.

Quanto aos aspectos epistemológicos e ontológicos, Saquet (2018) aponta características fundamentais em relação à acepção de território: (i) é apropriado, dominado e tem um conteúdo político e econômico envolvendo pontos, redes e malhas; (ii) é produzido em diferentes níveis escalares com um significado relacional, substantivando uma complexa trama territorial trans/multiescalar; (iii) é produzido por meio das territorialidades num processo histórico centrado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais. "Portanto, há complexidade e heterogeneidade nos/dos territórios, internamente e entre eles, substantivadas a partir das relações natureza-sociedade" (SAQUET, 2018, p. 483).

A compreensão sobre território aqui referida tem implicações teórico-metodológicas nos estudos territoriais, tendo relação com o desafio de pensar o desenvolvimento a partir da abordagem territorial[3]. O desafio principal em termos de política territorial, expressada e formalizada por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial, "[...] é definir com clareza o cenário para onde avançar e a partir dali definir os instrumentos e os mecanismos para edificar dito cenário" (SILI, 2018, p. 14). As características dos territórios não vão depender somente das condições naturais e sua configuração espacial, senão da forma como se articulam entre si os projetos de cada um dos atores e como, a partir dessa articulação são capazes de valorizar e gerir o lugar e construir um projeto de futuro. Ou seja, "A performance de determinado território se mede como a capacidade que tem o mesmo para manter-se e conseguir concretizar os projetos propostos por meio de uma complexa e densa rede de ações de seus atores" (p. 14).

Na definição dos cenários e projetos para o futuro dos territórios, os objetivos devem estar claramente explicitados e serem capazes da compreensão pela sociedade em seu conjunto, passando a fazer parte do universo de referência dos atores territoriais. Quando isso não ocorre, as intencionalidades não se traduzem em projetos de futuro assumidos

3 Ver aprofundamento do tema abordagem territorial do desenvolvimento em Dallabrida, Büttenbender e Rotta (2021) e Dallabrida *et al.* (2021).

territorialmente, sendo este o principal motivo de fracasso de políticas de desenvolvimento (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022).

10.1.1 O ideário de futuro territorial[4]

Dois aspectos são fundamentais quando o propósito é definir projetos de futuro assumidos territorialmente pela diversidade de atores territoriais: o ideário territorial de futuro e os mecanismos de governança e liderança territorial. Estes dois aspectos são essenciais para definir configurações espaciais a serem denominadas territórios (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022).

A construção de um projeto de futuro é chave na estruturação da ação e de políticas, pois permite a convergência e concertação de múltiplos atores em torno de um ideário de território (APPADURAI, 2015). Para que a ação territorial contribua positivamente no desenvolvimento é fundamental entender como os diferentes atores envolvidos em um lugar determinado constroem suas ações tendo em vista um ideário de desenvolvimento. Importa entender as ações postas em prática em um território, a organização dos atores envolvidos, as representações que esses têm em relação ao futuro do mesmo, as vinculações dessas iniciativas e atores com outros níveis escalares (regional ou nacionalmente) (IPARRAGUIRRE, 2017).

Sili (2018), apoiado em indicações de outros autores, como Campagne e Pecqueur (2014), destaca seis características de configurações espaciais que possam ser nomeadas de território, ao mesmo tempo, se constituindo em fatores que contribuem para o desenvolvimento territorial:

i. a existência de uma real capacidade de gestão e controle do território por parte dos atores;
ii. uma identidade territorial fortalecida, fonte de inovação e incremento cultural, que permita à sociedade compreender sua existência, seu lugar e sua relação com o mundo;
iii. um habitat, uma paisagem e um ambiente sadio, garantia de uma qualidade de vida segura e de sustentabilidade do emprego;
iv. uma organização espacial que favoreça a integração social e econômica e minimize os conflitos pelo uso do solo e demais recursos territoriais;

4 Neste item resume-se abordagem feita em Dallabrida, Menezes e Fuini (2022).

v. a presença de infraestruturas e equipamentos adaptados às condições do território e com capacidade para melhorar a qualidade de vida, mitigar os riscos e promover o emprego de qualidade;

vi. a existência de um ambiente de inovação e valorização da multiplicidade dos recursos do território, de maneira a sustentar sistemas de produção sustentáveis e inclusivos, com emprego de qualidade.

São seis indicativos, fundamentais num processo de desenvolvimento territorial, que incluem a capacidade de gestão e controle do território, o fortalecimento da identidade territorial, uma paisagem e ambiente sadio, a organização e integração social, infraestruturas e equipamentos adaptados ao território, um ambiente de inovação e valorização dos recursos territoriais e sistemas territoriais de produção inclusivos e sustentáveis (SILI, 2018).

Entre os desafios para empreender processos de ação territorial com vistas ao desenvolvimento, dois elementos chave, contribuem negativamente. Primeiro, quando há um baixo nível de coordenação, com sobreposições, conflitos e competência entre elas, contribuindo para a perda da eficácia e do impacto. Isso se observa quando, em um mesmo território, múltiplos atores põem em execução iniciativas que conflitam umas com as outras, ou se sobrepõem esforços e desperdiçam recursos devido à duplicidade (SILI, 2018). Em segundo lugar, quando os atores envolvidos têm divergências sobre os objetivos que propõem nas ações em execução, tornando mais confusos os objetivos e o modelo de futuro a seguir (IPARRAGUIRRE, 2017).

Sobre os motivos que dificultam a definição do futuro desejado territorialmente, algumas hipóteses podem ser apontadas:

i. o que explica que muitos territórios, apesar de colocarem em prática de forma permanente múltiplas iniciativas e estas não geram os resultados propostos ou esperados, a principal explicação é a dificuldade de definir coletivamente uma visão e projeto compartilhado de futuro (SILI, 2019; 2020);

ii. em alguns territórios ocorre uma profunda fragmentação e desarticulação entre os atores envolvidos, resultante de profundas diferenças nas representações em relação ao desenvolvimento, nas lógicas de atuação e nas rítmicas sociais dos atores (IPARRAGUIRRE, 2017);

iii. por último, o fato de não haver atores capazes de acompanhar e coordenar o processo de construção e gestão de um projeto territorial (LANDEL; PECQUEUR, 2011).

Por isso, para que agentes territoriais tenham êxito, tanto nos diagnósticos, quanto nas proposições para a gestão territorial é preciso vincular o processo/projeto de desenvolvimento atual com a trajetória histórica do território, o que tem permanecido em termos de atividades humanas (cultura) e atividades econômicas (sistemas produtivos), por exemplo, e em termos da reprodução dos recursos naturais (SABOURIN, 2002).

A história de um território e aquilo que permanece são os reais recursos e ativos que podem vir a promover um projeto de desenvolvimento com perspectiva de longo prazo. Não bastam intencionalidades manifestadas isoladamente por algum setor da sociedade quanto a um ideário territorial de futuro. Faz-se necessário a definição de um projeto coletivo, resultante de uma ação concertada e articulado pelas lideranças territoriais, desde a sua idealização até sua gestão, ancorada na trajetória histórica do território (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022).

10.1.2 Os mecanismos de governança e liderança territorial

O processo de construção e gestão de um projeto territorial tem relação com os mecanismos de governança e liderança territorial. Le Galès (2014) define governança como um processo de coordenação de atores, de grupos sociais e de instituições, com o propósito de alcançar objetivos definidos e discutidos coletivamente. Como conceito derivativo, governança territorial é aqui compreendida como processos de articulação de atores no âmbito de um território, de base colaborativa, envolvendo os agentes estatais e as representações dos setores sociais, produtivo-empresarial e universitário, em relações pautadas pela horizontalidade e prática democrática, com vistas à resolução de problemas de caráter público e/ou ao planejamento do futuro desejado territorialmente. Trata-se da ação coletiva no território em busca de convergências entre os interesses divergentes dos atores, entendida como práticas de governança territorial (DALLABRIDA, 2015).

A governança territorial nos ajuda a gerir processos sociais heterogêneos e complexos, marcados pelas características de sua gente, suas infraestruturas e seus recursos tecnológicos. Entende-se que nenhum ator

por si só, seja o Estado, a sociedade civil ou o setor produtivo-empresarial, pode resolver todos os problemas nos territórios (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022). Mesmo que, por vezes, existam críticas à ação do Estado, a mesma é procedente aos demais atores, que o fazem isoladamente, ou somente desde seus interesses setoriais, visto que em algumas situações as práticas de mercado, por exemplo, necessitam de delimitação política adequada para que possa se refletir em reais benefícios à vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1967). Portanto, a governança se refere aos problemas de coordenação social e à natureza dos padrões de governo (BEVIR, 2011).

Pode-se conjecturar que os problemas relacionados à coordenação do processo de construção e gestão de um projeto territorial, ou seja, um projeto de futuro desejado para cada território, serão menores, quanto mais capacitados estiverem os atores territoriais, resultando em práticas de governança para o desenvolvimento territorial mais qualificadas, considerando a necessária participação cidadã, sem desconsiderar o papel do Estado (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022)[5].

10.2 A "ação territorial" como processo multiatores de construção de territórios e de coalizões socioterritoriais[6]

Para o entendimento sobre como diferentes atores envolvidos em um lugar constroem suas ações em vistas a um ideário de desenvolvimento, na maioria dos estudos, duas perspectivas conceituais têm servido de inspiração: (i) a abordagem anglo-saxônica sobre *public management* (GRUENING, 2001); (ii) e a versão francesa sobre *action publique territoriale* (LANDEL; PECQUEUR, 2011). Ambas as abordagens conceituais estão focadas na análise do papel do Estado e das políticas públicas nacionais, provinciais e regionais.

No entanto, entende-se que as transformações operadas nas últimas décadas, em especial, na América Latina, têm definido um novo contexto, em que novos atores, sejam eles privados (empresas em especial) e coletivos (organizações sociais, cooperativas e outros), passaram atuar nas mudanças provocadas nos territórios, além do papel do Estado. Isso exige bases conceituais mais amplas que permitam compreender a função de múltiplos atores, sem excluir o Estado. O suporte conceitual e metodológico sobre

5 Em Dallabrida *et al.*(2022) faz-se menção ao esforço de capacitação dos atores territoriais.

6 Retoma-se abordagem feita em Dallabrida, Menezes e Fuini (2022).

a "ação territorial" (SILI, 2020; 2019; 2018; BUSTOS CARA, 2008a; 2008b; SILI; AVILA; SOTELO, 2019) parece atender a essas novas exigências, pois o mesmo permite analisar com eficácia as formas com que múltiplos atores, apesar de suas diversas e por vezes contraditórias visões sobre o futuro, conseguem implementar iniciativas para construir e gerir seus territórios. Portanto, o marco conceitual de referência sobre ação territorial sustenta-se numa acepção ampla de território, como um espaço geográfico impregnado de um conjunto de intencionalidades políticas, sociais, produtivas, culturais (projetos) que se efetivam, ou não, em função da capacidade de ação dos atores para implementá-los. O território deixa de ser simplesmente "suporte físico", passando a ser "arena", onde os grupos sociais constroem seu futuro (SILI, 2019; SILI; AVILA; SOTELO, 2019).

A ação territorial pode ser pensada como o processo dinâmico a partir do qual os atores públicos, coletivos e privados põem em andamento ações de diferentes estilos, institucionalizadas, por vezes, em projetos de desenvolvimento, ou não, em vistas a organizar e gerir seus territórios, tendo como referência um ideário ou arquétipo de futuro desejado (SILI, 2019; 2018; BUSTOS CARA, 2008a; 2008b). "Um sistema de ação concreto pode ser entendido então como um sistema de ação territorial, em que múltiplos atores orientados por mecanismos formais ou informais, atuam em vistas à execução de projetos, ainda que seus objetivos muitas vezes possam ser divergentes e contraditórios" (SILI; AVILA; SOTELO, 2019, p. 208). Este sistema de ação territorial é, em definitivo, uma coalizão de pessoas que se constitui não necessariamente orientadas por objetivos compartilhados, senão pela disposição em cooperar na execução de uma ação comum. Bustos Cara (2008a) acrescenta, concebendo a ação territorial como o conjunto de iniciativas e ações que integram os diferentes atores envolvidos no território, que seja capaz de "outorgar sentido", significado e orientação ao mesmo, gerando funcionalidades e legitimando localizações de infraestruturas, sistemas produtivos ou ordens normativas que ocorrem no espaço, qualificando-o em função do sentido de presente e do ideário de futuro que possuem os atores.

Resumindo, Sili (2018) considera a ação territorial como o processo a partir do qual uma sociedade constrói seu projeto territorial associado ao seu ideário de desenvolvimento, compreendendo todas as iniciativas capazes de organizar e transformar um território e que podem ser planejadas, pautadas e organizadas por uma sociedade ou por diferentes grupos sociais que nele habitam. Nesse sentido, "este conceito permite sustentar a análise das formas como a ação pública, a ação coletiva e a ação

privada constroem os territórios, muitas vezes de forma contraditória e conflitiva" (SILI, 2018, p. 11).

10.2.1 Em que contexto se produz a ação territorial?

Qualquer ação pública, ou territorial, se produz dentro de um espaço de interação, em que se constitui um vínculo social e se intercambiam recursos. Esses espaços podem ter diferentes dimensões, mas são antes de tudo espaços de ação cotidiana, intercambiando atores, recursos e instituições (KNOEPFEL *et al.*, 2007). As iniciativas e ações que os atores põem em prática para construir, gerir e promover o desenvolvimento de seus territórios (ação territorial) é um processo que se constrói dentro de um contexto social onde interatuam, em muitos casos, múltiplos atores, sendo que "[...] cada um deles se mobiliza segundo suas redes de cooperação e solidariedade ou seus interesses, pretendendo influir, bloquear ou ativar estratégias de ação a partir dos distintos meios que se encontram a sua disposição" (SILI, 2018, p. 23). Essa interação entre os atores, dentro de esquemas de organização social e de sistemas de governança, se encontra regulada por regras do jogo explícitas e formalizadas, ou ainda, "[...] podem ser normas informais, compartilhadas pelos membros de uma organização e que regem implicitamente os comportamentos em sociedade" (SUBIRATS *et al.*, 2008, p. 98).

Os recursos referem-se aos fatores materiais e/ou imateriais que os atores públicos e privados podem dispor ou acionar no processo de formulação e execução de uma ação territorial, ou política pública. Dentre os recursos que os atores dispõem no jogo de poder, destacam-se o regramento jurídico que orienta a ação pública, as capacidades de articulação e formação pessoal que possuam os atores, a situação socioeconômica, a disponibilidade de tempo, a forma de organização e infraestrutura de ação (número e tipo de atores representados, capacidades de recrutamento e formação pessoal dos atores), o grau de informação e conhecimentos de que dispõem, o grau de legitimidade na representação do grupo, além de sua representação política. E ainda, "os recursos representam um ativo de matérias-primas de que os atores públicos e privados se servem para levar a cabo suas ações" (KNOEPFEL *et al.*, 2007, p. 23)[7].

Sobre as instituições, o conceito mais comumente utilizado faz

7 A acepção sobre recursos territoriais, aqui expressa, converge com a acepção de patrimônio territorial, conforme tratado em Dallabrida (2020a; 2020b).

referência às "regras do jogo", partilhadas entre indivíduos e que moldam suas interações. Mais precisamente, segundo North (1991, p. 97), as instituições "[...] são as restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais", as quais podem se apresentar em termos de restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Segundo o autor, ao longo da história, as instituições foram criadas por seres humanos para promover ordem e reduzir a incerteza nas relações sociais e/ou econômicas.

No entanto, Knoepfel *et al.* (2007) ressaltam que o conteúdo e as características institucionais de uma ação pública resultam das interações entre as autoridades político-administrativas e os grupos sociais que causam ou suportam os efeitos negativos do problema coletivo que a ação territorial interessa resolver (variáveis explicativas). O poder de alcance de tais atores depende não somente dos seus interesses, senão também dos recursos de que dispõem para colocar na agenda e defender suas posições, bem como, das regras institucionais da política pública.

Sili (2018) vai além, ressaltando que a dinâmica da ação territorial resulta de um processo de múltiplos atores organizados por meio de formas estatais, coletivas ou individuais, que vão gerando iniciativas no território. Para compreender essa dinâmica, três fatores são importantes: (i) interessa entender a multiescalaridade da ação territorial, ou seja, a capacidade e o tipo de articulação que se constrói entre os diferentes níveis de organização territorial; (ii) interessa entender a construção de processos sinérgicos e virtuosos entre as ações que ocorrem no território, procurando identificar vinculações, se são complementares ou subsidiárias uma com as outras, permitindo um alinhamento de atores e potenciação das iniciativas em execução; (iii) um elemento chave é a análise dos freios e limitantes da ação territorial, interessando observar quais as limitantes que bloqueiam ou anulam ações em execução e, assim, definir estratégias de melhora de ações territoriais e de desenvolvimento territorial. Em termos de prática científica, identificar as formas como se produz a ação territorial é de grande interesse, pois permitirá identificar padrões e comportamentos, que permitam definir estratégias e procedimentos para gerir o processo de construção territorial, com o fim de ir ao encalço de cenários com maiores possibilidades de acordos entre os múltiplos atores do território, visando a maior inclusão e sustentabilidade.

Outro aspecto a destacar, resultante do fato de que diferentes atores atuam na ação territorial, exige reconhecer: (i) a densidade dos atores

envolvidos; (ii) as lógicas, representações e imaginários que os mobilizam e que fundam e legitimam sua ação, pois identificar estas representações e imaginários permite reconhecer seus interesses e motivações em relação ao território; (iii) as funções que cada ator desempenha no entramado socioterritorial e os principais cenários formais e informais nos quais se vincula (SILI, 2018). A ação territorial tem, portanto, um propósito superior: construir coalizões no processo de planejamento e gestão territorial.

10.2.2 A ação territorial como processo multiatores de construção de coalizões territoriais

Um dos grandes desafios no processo de articulação territorial, ou na ação territorial, é a existência (ou não) no território em análise de um projeto de futuro compartilhado pelos diferentes atores que habitam ou interferem na dinâmica territorial, mesmo que a partir de dimensões supraterritoriais. É mais comum a não existência, ou a presença de processos conflituosos de disputa no território (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022). A ação territorial precisa estar direcionada para a construção de coalizões territoriais. Não se trata de um desafio menor, pois, como lembra Bustos Cara (2002), a complexidade na materialização de coalizões territoriais é dada pela coabitação de projetos alternativos ou contraditórios, que provêm do passado histórico e se orientam para diferentes ideários de futuro.

Outro aspecto importante é que cada grupo de atores, atribui um maior ou menor valor para diferentes recursos (fauna, flora, solos, recursos hídricos, paisagens, patrimônio arquitetônico e artístico-cultural, saberes tradicionais e conhecimentos, valores históricos...), em função de seus objetivos e interesses no entramado territorial, selecionando aqueles que consideram mais relevantes e excluindo outros (SILI; AVILA; SOTELO, 2019). Portanto, "a dotação destes ativos [ou recursos] entre os diferentes atores, assim como sua produção, gestão, exploração e intercâmbio vai influir diretamente na ação territorial" (SILI; AVILA; SOTELO, 2019, p. 210). Esse é um interferente de real importância na construção de coalizões.

Magalhães e Favareto (2020) analisam o peso das coalizões de forças sociais dominantes na definição das instituições que modulam o acesso aos recursos disponíveis e acabam por mediar as formas como o território reage e absorve investimentos externos, públicos ou privados. Os autores apontam os cinco domínios críticos que estruturam a heterogeneidade

das formações espaciais, com interferência positiva ou negativa na ação territorial e na possibilidade de coalizões efetivas:

> (i) as formas de acesso e uso dos recursos naturais (se mais ou menos concentradas); (ii) as características da estrutura produtiva local (se mais ou menos concentradas e especializadas); (iii) as relações com mercados (ausência ou existência de vínculos com mercados dinâmicos); (iv) as relações com centros urbanos (a ausência ou existência de centros urbanos no interior dos territórios); (v) as políticas públicas (alterando ou reforçando os quatro domínios críticos anteriores) (MAGALHÃES; FAVARETO, 2020, p. 38).

Num extremo, onde as formas de acesso e uso dos recursos territoriais foram historicamente menos concentradas, há maiores perspectivas de distribuição equitativa das oportunidades que vão sendo criadas. Noutro extremo, onde não há uma estrutura desconcentrada de acesso e uso dos recursos naturais, ou de outro tipo, dificilmente serão bem distribuídos os trunfos ou capitais necessários à participação na vida econômica e social local. Um dos aspectos a serem ressaltados é a entrada de investimentos privados na dinâmica territorial, pois estes alteram a morfologia da relação sociedade e natureza, engendrando os conflitos socioambientais, dificultando possíveis coalizões (MAGALHÃES; FAVARETO, 2020). Tais questões precisam ser consideradas para compreender diferentes resultados de processos de ação territorial, em diferentes territórios, exigindo diferentes estratégias de ação.

Buno Favarão e Favareto (2021), sustentados na literatura institucionalista, aprofundam o tema, ressaltando a importância das coalizões amplas e inclusivas, ou seja, coalizão de atores que representem interesses de uma maior diversidade de grupos sociais, o que favorece a emergência de instituições inclusivas e alinhadas ao bem-estar de setores mais amplos das sociedades. Isso está relacionado ao fato de que somente as coalizões amplas e plurais oferecem oportunidades a que setores com menos poder possam valer-se de uma combinação de interesses com outros mais bem posicionados para que, então, consigam fazer valer seus interesses (FAVARETO, 2020). Como bem destacam Buno Favarão e Favareto (2021, p. 175-6), esse tipo de constatação é relativamente desafiador: (i) reconhecem que, "[...] sem algum tipo de fissura entre segmentos das elites de um determinado país, região ou setor econômico, dificilmente se pode operar mudanças"; (ii) a mudança "[...] pressupõe que grupos sociais com menos poder... tenham que fazer composições com outros grupos sociais, de forma a amalgamar interesses e traduzi-los em coalizões, agendas e instituições mais inclusivas".

Há outro aspecto complicador: o papel do Estado na atuação territorial, em favor, ou em prejuízo, da efetivação de coalizões amplas e inclusivas. Johnstone e Newell (2018) lembram que o funcionamento do Estado nos países centrais está frequentemente ancorado em um alto nível de confiança e legitimidade política, enquanto os países periféricos estão mais propensos a processos e decisões políticas não transparentes e comumente capturadas pelas elites, sendo necessário, um tratamento teórico substantivo do papel do Estado e das políticas públicas, nestes casos.

No estudo realizado no Paraguai por Sili, Avila e Sotelo (2019) são apontados vários desafios que impedem ou dificultam coalizões na ação territorial: (i) alto nível de conflitividade política e debilidade de estruturas de articulação eficiente das ações nos diferentes setores; (ii) baixa capacidade do poder público para intervir, devido à falta de recursos econômicos e humanos; (iii) existência de atores coletivos que mantêm suas intervenções em ações pontuais; (iv) os setores privados têm forte atuação, priorizando o foco em investimentos e novos empreendimentos, com uma lógica empresarial individualista; (v) as estruturas de governança em funcionamento mantêm ações fragmentadas, com certa participação, mas com baixo nível de coordenação e organização.

De todas estas dificuldades, um limitante na construção de plataformas mais estáveis de participação, coalizões e coordenação de ações se destaca a dinâmica política dos territórios analisados. Em geral, é comum o fato de as plataformas de diálogo e governança existentes tornarem-se espaços de disputa de poder político-partidário de atores locais que têm pretensões estaduais ou nacionais, acentuando conflitos. O forte e permanente conflito político gera condições de incerteza e a disputa de poder inibe a construção de coalizões ou lógicas de concertação e busca de consensos na escala local (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022). Eis o grande desafio nos processos de articulação territorial, a ser encarado com absoluta seriedade.

Um estudo realizado por Sili, Avila e Sotelo (2019) aponta algumas indicações de elementos chave para a reflexão quanto a ação territorial. Primeiro, que os tipos de ações territoriais postas em funcionamento têm forte correlação com a quantidade de população do território. Segundo, em relação à gestão das ações territoriais, o modelo de governança se define e se estrutura em função da composição dos atores envolvidos, sendo que um maior equilíbrio ocorre quando há maior envolvimento de atores públicos, coletivos e privados, não quando há o predomínio de um tipo

de ator. Terceiro, que o tamanho da população define em grande parte o interesse político do território, tendendo a ampliar, ou não, a conflitividade política. Quarto, que a questão do alinhamento político entre as esferas local, provincial e nacional, interfere, positiva ou negativamente. Quinto, que a capacidade local para o planejamento de uma estratégia clara para o futuro desejado no território e o estabelecimento de plataformas de trabalho compartilhadas, favorece a proposição e execução de ações focadas no desenvolvimento territorial. Por último, que a construção de espaços políticos de diálogo, a exemplo dos conselhos regionais ou territoriais de desenvolvimento, ou outras plataformas participativas e democráticas, tais como consórcios, observatórios ou fóruns, funcionam melhor quando não são apropriadas por nenhum dos atores em especial, sendo chave para construir um sistema de ação territorial efetivo (SILI; AVILA; SOTELO, 2019).

Medina Vásquez e Ortegón (2006), ao se referirem ao planejamento de uma estratégia para o futuro dos territórios, propõem que se considere um enfoque prospectivo, como um processo de antecipação e explicitação, de parte dos diferentes atores territoriais, sobre visões de futuro. Propõem avançar da visão clássica, como antecipação orientada à elucidação de futuros possíveis, à de construção social do futuro, que implica no incremento da imaginação e da capacidade social, técnica e política dos territórios, voltada à proposição coletiva de mudanças e criação de alternativas e solução de problemas, destacando sua função educativa e organizativa.

Quanto às características desta visão inovadora de prospecção, Medina Vásquez e Ortegón (2006) destacam:

i. conceber o planejamento como processo de aprendizagem coletiva;
ii. tornar-se uma atividade contínua;
iii. considerar a necessidade de adaptação de métodos e ferramentas;
iv. adaptar-se a tipos de entornos instáveis, incertos e conflitivos;
v. estar centrada no desenvolvimento de visões, valores e capacidades.

Como condições para sua efetivação, Medina Vásquez e Ortegón (2006) destacam a necessidade de:

i. ter o foco no desenvolvimento de uma inteligência coletiva e capacidade social, técnica e política;

ii. ter como propósito desenvolver capacidades de resposta permanente e vigilância tecnológica;
iii. ter como enfoque, melhorar o diálogo social e a aprendizagem coletiva.

Uma das alternativas para superar os desafios em relação às tão almejadas coalizões, a exemplo da captura do Estado pelas elites, seria a construção de espaços de diálogo, como os conselhos de desenvolvimento ou outras plataformas participativas e democráticas, sendo elas da maior importância para um sistema de ação territorial efetivo. Mesmo nas experiências de descentralização brasileiras e de outros países, organizadas na forma de conselhos regionais, estudos realizados apontam lacunas essenciais, tais como a apropriação dos espaços de diálogos, por vezes, por grupos políticos ou empresariais; outras vezes, pelos próprios agentes governamentais[8]. Tanto a captura do Estado pelas elites socioeconômicas de um país ou território, quanto a apropriação dos espaços de diálogo por grupos, reforçam a concentração do poder, dificultando coalizões na ação territorial. Em maior ou menor grau, tais questões parecem estar presentes na realidade socioeconômica de recortes territoriais de países como o Brasil, portanto, sendo desafios a serem considerados. Os tipos ou modelos de ação territorial cristalizam modos diferentes de fazer e de construir o desenvolvimento territorial, com maiores ou menores avanços, resultando de modos de agir específicos e concretos de cada contexto territorial (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022).

10.2.3 O papel dos operadores territoriais nos processos de ação territorial

O uso do termo operadores territoriais, feita por Landel e Pecqueur (2011), é para se referir às redes de poder socioterritorial, formadas por lideranças dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, constituindo-se na principal estrutura de poder capaz de dar a direção político-ideológica ao processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2007). Ou, conforme Dallabrida *et al.* (2022), refere-se à equipe de facilitadores, entendidas como pessoas que atuam no processo, criando condições para que os(as) atores(as) reflitam, decidam e passem à ação, com o papel de criar espaços de diálogo, construir visões compartilhadas, gerir situações de conflito, conectar teorias e práticas.

8 Ver a descrição e análise de diferentes experiências, em Dallabrida (2011).

E qual o papel dos operadores territoriais na construção e/ou reconstrução de territórios? Considerando as reflexões teóricas aqui contempladas, tem-se o indicativo que o papel principal dos operadores territoriais é articular o movimento de concerto entre os atores territoriais no processo de definição das alternativas de desenvolvimento territorial propostas pelos diferentes grupos locais. Trata-se de um processo relacional que permita construir convergências e concertação entre múltiplos atores, em torno de um ideário de futuro do território (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022). Tais operadores devem ter a capacidade de comunicar acerca das possibilidades que ações ou projetos de desenvolvimento podem gerar, tanto em termos de impactos positivos, quanto negativos, pois sempre haverá riscos, mais ou menos identificáveis, que podem gerar processos de aprendizagens contínuos (MENEZES; RAUPP, 2021).

A atuação dos operadores na ação territorial se constitui numa tarefa de alta complexidade, exigindo práticas de coprodução e pesquisa-ação. A pesquisa-ação propõe-se combinar as questões de ordem metodológica com a construção de capacidades individuais e coletivas para a ação territorial, com vistas a construção de um ideário coletivo de desenvolvimento, como processo de aprendizagem para uma construção social e política do território. Em síntese, trata-se de um processo de resolução de problemas de uma coletividade territorial de forma colaborativa. Assim, falar em coprodução é admitir a premissa de que o conhecimento e a ação são interdependentes, permitindo romper a dicotomia entre saberes especializados e saberes locais, ressaltando suas intersecções e adaptação mútua (DALLABRIDA; MENEZES; FUINI, 2022).

10.3 Aportes teórico-práticos sobre planejamento na perspectiva da abordagem territorial[9]

O desenvolvimento pode ser interpretado e analisado como uma temporalidade, como conjunto de práticas (econômica, produtiva, de exploração ou de domínio) e discursos (representação simbólica das ações por meio de uma manifestação discursiva). Significa posicionar o desenvolvimento no contexto dos imaginários, distinguindo seu caráter temporal (processo em implementação) em demérito ao caráter espacial (materialidade, produzir alimentos, comercializar, consumir etc.). Logo, não se pratica o desenvolvimento, pode-se fazer algo para promovê-lo (a

9 Retoma-se abordagem feita em Dallabrida *et al.* (2022).

materialidade). (IPARRAGUIRRE, 2017).

O planejamento faz parte do processo de implantação. Para Guzmán *et al.* (2001), planejar é atuar no presente com uma visão de futuro, buscando os meios para obter as mudanças desejadas e possíveis. Já para Matus (1996), planejar o desenvolvimento territorializado exige negociação entre atores com interesses reais e distintos, mas conciliáveis. Os acordos resultam, então, de negociação. Trata-se de um processo de planejamento participativo que respeita as diferenças, sem anulá-las.

É importante salientar que a compreensão do planejamento na perspectiva de reconhecer o protagonismo dos atores da sociedade civil não se filia a nenhum dos extremos admitidos por vertentes teóricas que ou ressaltam o papel exclusivo do Estado ou rechaçam o Estado e representações do setor produtivo-empresarial, dando exclusividade ao papel dos atores sociais. Ela propugna um caminho alternativo, a saber, a defesa de que processos de articulação territorial com vistas à prospecção do futuro desejado territorialmente devem resultar de práticas de governança territorial colaborativas, envolvendo agentes estatais e representações dos setores sociais, produtivo-empresarial e universitário, em relações pautadas pela horizontalidade e pela prática democrática. A presença do Estado em processos dessa natureza é fundamental para aportar políticas públicas que permitam preservar direitos do cidadão, além de contribuir para a efetividade da coesão e integração social (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

Para Souza (2009), o território é compreendido e definido por meio da resposta a uma pergunta: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? Segundo o autor, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, define o perfil do território: "Em cada caso concreto, ao se examinarem os fatores por trás de processos de territorialização, descobriremos, recuando no tempo e escavando o suficiente, um emaranhado de razões e motivações" (SOUZA, 2009, p. 60). Estas últimas emanam, paralelamente, tanto dos agentes estatais quanto das representações sociais e produtivo-empresariais, bem como, em alguns casos, de agentes universitários, no intuito de contribuir com ações de investigação na perspectiva da pesquisa-ação. Assim, é nas "razões e motivações" que se justificaram no passado (ou se justificam no presente) os rumos do processo de territorialização (apropriação, dominação e produção do território) ou desterritorialização (formas de expropriação e exclusão territorial) e se expressou (ou expressa) a dimensão de poder, ou seja, quem e como influenciou/influencia processos. Tudo isso implica que processos de planejamento na perspectiva territorial devam incluir

o conjunto de atores territoriais, a fim de contemplar a diversidade de "razões e motivações".

Assim, planejar implica ter visão, representação mental ou imagem-objetivo do futuro desejado e possível. Ela deve expressar as aspirações fundamentais dos diferentes atores territoriais e do Estado em suas instâncias (municipal, macrorregional, provincial, federal). A visão deve ser alcançável e definir-se como processo de mudança (GUZMÁN *et al.*, 2001). No planejamento territorial, a situação desejada corresponde a tudo o que se pode projetar, porém não é necessariamente realizável. A situação possível se refere àquilo que está dentro do desejado e é realizável, quer dizer, é possível de ser feito.

Pode-se concluir que os processos de articulação territorial que objetivam o planejamento, por meio de iniciativas inovadoras e cooperadas, sustentam-se nos seguintes princípios: equidade participativa, cooperação, inclusão, solidariedade, pluralismo, bem comum e autonomia, com respeito às identidades, às necessidades, aos anseios e aos sonhos das pessoas, além da promoção e/ou preservação sustentável da vida em todas as suas dimensões (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

A multidisciplinariedade do desenvolvimento territorial convida ao encontro de outros e outras, reconhecendo distintas perspectivas e interesses. Não significa ter um único posicionamento, mas entender a necessidade de diálogos, no significado amplo da palavra. Já não é possível planejar diante da onipresença da incerteza sobre o futuro. De todo modo, é necessário propor processos combinados, nos quais parte das soluções devem ser pensadas coletivamente e a partir dos territórios onde estão os problemas emergentes. O mais adequado será seguir aprendendo. Assim, será imprescindível revisar processos, refletir sobre a complexidade das relações e ir gerando propostas. Em tais situações, não se pode ter soluções predeterminadas, nas quais a trajetória de execução seja interpretada em termos de implementação do planejado de forma tradicional (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

10.4 A construção de capacidades no processo de articulação territorial[10]

O desenvolvimento territorial é um processo com características multidimensionais, abrangendo, assim, as dimensões econômica, social,

10 Retoma-se abordagem feita em Dallabrida *et al.* (2022).

cultural, ambiental, institucional, rural e urbana. Ele incorpora a ideia de uma nova governança e inclui o papel ativo do Estado na construção de diálogos e mudanças, no ato de acionar o conjunto das organizações do território, com um eixo no fortalecimento de capacidades (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

Os processos de governança territorial oportunizam facilitar a gestão de dinâmicas sociais heterogêneas e complexas, marcadas pelas características de sua gente, suas instituições, suas infraestruturas e seus recursos tecnológicos. Assim, torna-se importante refletir e agir no âmbito dos processos complexos, marcados por um constante movimento de pessoas e decisões, com tensões nos modos de fazer e nos interesses. A proposta é afastar-se das miradas estáticas, simples, indo para as múltiplas relações em que ninguém tem absoluto controle de todos os processos, nem Estado, nem Sociedade, nem Mercado, e pensar, ao mesmo tempo, em como as pessoas coordenam, facilitam e dialogam para que os processos ocorram.

O desenvolvimento territorial implica mudar as maneiras de governar e põe o território como um lugar para incorporar inovações de gestão e inovações sociais, no entanto, essa perspectiva contém outra forte necessidade: o fortalecimento e a construção de capacidades, não como complemento, mas como estratégia de um enfoque que contribua para alcançar as transformações desejadas. Para processos políticos que contemplam uma nova maneira de fazer articulações e tomar decisões, é fundamental a construção de capacidades que ordenem a agenda de trabalho, não de qualquer maneira, mas com mudanças metodológicas, que, por sua vez, implicam concepções epistemológicas distintas (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

O enfoque pedagógico para o desenvolvimento territorial propõe uma nova forma de entender e atuar na construção de processos de aprendizagens para a mudança no território de modo coerente, como um aprendizado social e político (COSTAMAGNA, 2020; COSTAMAGNA; SPINELLI; PÉREZ, 2013). Segundo os autores, busca-se, com isso, a densidade de vínculos em um entramado institucional articulado, com projetos conjuntos, trabalhos em rede, com um aumento das oportunidades para todos e todas, em um esquema de novas aprendizagens. Assim, os elementos mais importantes do enfoque pedagógico para o desenvolvimento territorial são: (i) passar da formação tradicional, vinculada ao esquema educativo formal, a uma formação mais inovadora, abrindo-se a distintos espaços do território e ao conceito de *práxis*; (ii) passar à construção de

capacidades, considerando a não neutralidade; (iii) instituir processos de cogeração de conhecimentos e revalorização do contexto.

Mediante o enfoque pedagógico para o desenvolvimento territorial, fortalece-se um caminho de múltiplas interações, como a investigação-ação (KARLEN; LARREA, 2015), que aporta elementos como: (i) a reivindicação do investigador social como ator gerador de mudanças; (ii) a interpretação do conflito como situação natural no processo articulação territorial; (iii) a orientação para a construção de conhecimento coletivo na ação e a interpretação do diálogo como processo básico do espaço público, visto como espaço de diálogo para o desenvolvimento territorial.

A investigação-ação e o enfoque pedagógico para o desenvolvimento territorial outorgam a possibilidade de trabalhar em problemas de médio e longo prazo, são perspectivas que se conectam, como estratégia de construção de capacidades para o desenvolvimento territorial, com um marco metodológico alternativo ao que ocorre de forma hegemônica nos âmbitos acadêmicos (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

Observando experiências internacionais, percebe-se que os territórios que alcançaram os melhores resultados são os que tiveram experiências de diálogo na crise, trabalhadas segundo um viés de encontro entre política, pessoas e ciência. Urge visualizar organizações próximas dos problemas, que tanto busquem soluções de maneira conjunta e cooperativa, sustentadas em métodos democráticos e sistemas participativos, quanto se contraponham, se necessário, aos grupos nos quais a crise não tenha gerado empatia nem exigido a elaboração de lógicas distintas. É necessária uma construção social e política aberta a um enfoque que proponha coconstrução e novos papéis, em um cenário de gestão de conhecimento inovador e inclusivo (DALLABRIDA *et al.*, 2022).

Considerações finais

Ao finalizar este capítulo, retoma-se a algumas questões aqui tratadas, que têm referência com a ação coletiva no processo de articulação territorial.

Iniciou-se o texto retomando à acepção de território. Referiu-se ao "território dado" e ao "território construído". Pensar o desenvolvimento a partir da perspectiva territorial é ter como referência o território construído, como um recorte espacial, que resulte da ação integrada de seus diferentes atores, não apenas como resultado das intencionalidades de quem tem

maior poder econômico e político, de influenciar localmente, sejam eles atores locais ou externos.

Neste sentido, os indicativos feitos por Sili (2018) são da maior importância: as características dos territórios não vão depender somente das condições naturais e sua configuração espacial, senão da forma como se articulam entre si os projetos de cada um dos atores e como, a partir dessa articulação são capazes de valorizar e gerir o lugar e construir um projeto de futuro. Assim sendo, segundo o autor, a performance de determinado território se mede pela capacidade de resiliência do mesmo e, assim, conseguir concretizar os projetos propostos por meio de uma complexa e densa rede de ações de seus atores. No entanto, esse mesmo autor, nos relembra: o maior desafio, ao definir uma estratégia de desenvolvimento territorial, é definir com clareza o cenário para onde avançar e a partir dali definir os instrumentos e os mecanismos para edificar dito cenário. O propósito deste capítulo é, exatamente, contribuir nesta perspectiva.

Sili (2018) apresenta seis indicativos, fundamentais num processo de desenvolvimento territorial, que incluem: (i) a capacidade de gestão e controle do território; (ii) o fortalecimento da identidade territorial; (iii) uma paisagem e ambiente sadio; (iv) a organização e integração social; (v) infraestruturas e equipamentos adaptados ao território; (vi) um ambiente de inovação e valorização dos recursos territoriais e sistemas territoriais de produção inclusivos e sustentáveis. De certa forma, esses indicativos resumem boa parte do que planejadores e gestores públicos e privados precisam ter como propósito, ao pensar uma prática qualificada de prospecção e planejamento territorial.

Para tal, exige-se ações territoriais orientadas por práticas de liderança e governança territorial, o nos ajuda a gerir processos sociais heterogêneos e complexos, marcados pelas características de sua gente, suas infraestruturas e seus recursos tecnológicos. Entende-se que nenhum ator por si só, seja o Estado, a sociedade civil ou o setor produtivo-empresarial, pode resolver individualmente todos os problemas nos territórios, como já foi destacado em Dallabrida, Menezes e Fuini (2022).

Assim, levando em consideração, tanto a noção de território construído, quanto as capacidades territoriais de gestão e governança territorial e a presença de um entorno territorial inovador, a noção da categoria "ação territorial", como o processo de interação multiatores, a partir do qual os atores públicos, coletivos e privados põem em andamento ações de diferentes estilos, institucionalizadas ou não, torna-se um

referencial para a ação coletiva nos territórios.

Referências

APPADURAI, A. *El futuro como hecho cultural.* Ensayos sobre la condición global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

BEVIR, M. Governança democrática: uma genealogia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.

BUNO FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 2, p. 164-185, 13 dez. 2021.

BUSTOS CARA, R. Los sistemas territoriales. Etapas de estructuración y desestructuración en Argentina. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, v. 22, p. 113-129, 2002.

BUSTOS CARA, R. Por una geografía de la acción territorial. *In*: Jornadas Cuyanas de Geografía, *Anais…*, Mendoza: UNCUYO, 2008a.

BUSTOS CARA, R. Teoría de la acción territorial. Acción turística y desarrollo. *Aportes y Transferencias*, ano 12, v. 1, p. 87-104, 2008b.

COSTAMAGNA, P.; SPINELLI, E.; PÉREZ, R. *Elementos estratégicos de un enfoque pedagógico para el Desarrollo Territorial*. Buenos Aires: ConectaDEL, 2013.

COSTAMAGNA, P. Construcción de capacidades individuales en la Investigación Acción para el Desarrollo Territorial. Aportes desde el Enfoque Pedagógico. *In*: LARREA, M. (Edit.). *Roots and Wings of Action Research for Territorial Development*: connecting local transformation and international collaborative learning. Bilbao: Orkestra - Basque Institute of Competitiveness/Deusto Foundation, 2020. p. 109-122.

DALLABRIDA, V. R. Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional: apresentação de dossiê. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan./abr. 2022.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, p. 63-78, maio/ago. 2020a.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul. 2020b.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. *Análise Social*, v. 215, n. l (2.º), p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. *Scripta Nova* (Barcelona), v. 11, p. 20-35, 2007.

DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI, L. L O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. *Caminhos da Geografia*, v. 23, n. 89, 2022.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. O. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.

FAVARETO, A. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial: acelerar a transição de paradigmas. In: SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M. (Eds.). *Desenvolvimento regional*: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 61-91.

FUINI, Lucas L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 26, n. 1, p. 221-242, ene./jun.2017.

GRUENING, G. Origin and theoretical basis of new public management. *International Public Management Journal*, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2001.

GUERREIRO RAMOS, A. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, v. 1, n. 2, p. 7-44, 1967.

GUZMÁN, R. S.; CASTRO ZEA, L. E.; RESTREPO QUINTERO, O.; ROJAS, A. *Planificación del Desarrollo*. Bogotá: Fundación Universidad de Bogotá Jorge Tadeu Lozano, 2001.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. O território: de categoria de análise à categoria da prática num olhar latino-americano e integrador. *In*: DENARDIN, V. F.; ALVEZ, A. R. *Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos*. Londrina: Editora Mecenas, 2019. p. 51-60.

IPARRAGUIRRE, G. *Imaginarios del desarrollo. Gestión política y científica de la cultura*. Bueno Aires: Editorial Biblos Culturalia, 2017.

JOHNSTONE, P.; NEWELL, P. Sustainability transitions and the state. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, v. 27, p. 72-82, February 2018.

KARLEN, J.; LARREA, M. *Desarrollo territorial e investigación acción.* Innovación a través del diálogo. Bilbao: Orkestra-Publicaciones Universidad Deusto, 2015.

KNOEPFEL, P.; LARRUE, C.; VARONE, F.; HINOJOSA, M. H. Hacia un modelo de análisis de políticas públicas operativo. Un enfoque basado en los actores, sus recursos y las instituciones. *Ciencia Política*, n. 3, p. 9-42, enero/jun. 2007.

LANDEL, P. A.; PECQUEUR, B. L´operateur territorial, vecteur du changement. In: ASRDLF (Ed.). *48 Colloque Association de Science Régionale de Langue Française*, Fort de France, 2011.

LE GALÈS, P. Governance. *In*: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (Orgs.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299-307.

MAGALHÃES, C.; FAVARETO, A. Entre coesão e conflito: coalizões sociais, instituições e governança territorial na fronteira de expansão da produção de eucalipto no extremo sul da Bahia. *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano XXII, v. 1, n. 45, p. 33-62, abr. 2020.

MATUS, C. *Estratégias Políticas. Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi*. São

Paulo: FUNDAP, 1996.

MEDINA VÁSQUEZ, J. H.; ORTEGÓN, E. *Manual de prospectiva y decisión estratégica*: bases teóricas e instrumentos para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Insituto Latinoamericano y Del Caribe de Planificación Económica y Social, 2006 (CEPAL - Serie Manuales, n. 51).

MENEZES, E. C. O. RAUPP, F. M. Nova ciência de alocação de recursos: uma reflexão a partir de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 10, n. 3, p. 517-548, set./dez. 2021.

NORTH, D. Instituições. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 13 jun. 2005.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores *In*: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (org). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Petrolina: Embrapa, 2002. p. 21-37.

SAQUET, M. A. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, v. 20, n. 3, p.479-505, set./dez. 2018.

SAQUET, M. A. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades*: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território e territorialidade. *Revista Geográfica de América Central*, n. espec. EGAL-Costa Rica, p. 1-16, II Semestre 2011.

SILI, M. E. Acción territorial y construcción del desarrollo. La experiencia de zonas rurales de la Pampa argentina. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 75, p. 201-228, 2020.

SILI, M. E. Deseos de futuro, intencionalidades y construcción de

territorios. La experiencia de zonas rurales en la región chaqueña argentina. *Papeles de Geografía*, n. 65, p. 30-48, 2019.

SILI, M. E. La acción territorial: una propuesta conceptual y metodológica para su análisis. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 1, p. 11-31, jan./abr. 2018.

SILI, M. E.; AVILA, Cláudia; SOTELO, Nélida. Modelos de acción y desarrollo territorial, un ensayo de clasificación en el Paraguay. *Cuadernos Geográficos*, v. 58, n. 1, p. 205-228, 9 abr. 2019.

SOUZA, M. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In*: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-62.

SUBIRATS, J.; KNOEPEL, P.; LARRUE, C.; VARONE, F. *Análisis y gestión pública de políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Ademir Antonio Cazella - Doutor em Reordenamento Territorial, com pesquisas na área do desenvolvimento territorial sustentável, agricultura familiar e políticas públicas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis - Brasil). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4457-4853. E-mail: ademir.cazella@ufsc.br

Airton Adelar Mueller - Doutor em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim – Alemanha. Mestre em Desenvolvimento Regional e Graduado em Estudos Sociais pela Universidade de Santa Cruzo do Sul, Brasil. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6270-5856. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

Anderson Vinicíos Branco Lutzer - Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Doutorando em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5280-4930. E-mail: anderson.lutzer@sou.unijui.edu.br

Ángel Raúl Ruiz Pulpon - Professor Titular de Universidade Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio. Possui doutorado em Análisis Territorial - Universidad de Castilla-La Mancha (2005). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3597-7394. E-mail: angelRaul.Ruiz@uclm.es

António Manuel Alhinho Covas - Economista, Doutor em Assuntos Europeus. Professor catedrático de assuntos europeus na Universidade do Algarve (cidade de Faro-Portugal), aposentado. Desenvolve a sua investigação em três áreas de trabalho principais - assuntos europeus,

desenvolvimento territorial e transição digital (smartificação dos territórios). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0034-102X. E-mail: acovas@ualg.pt

Carlos Alberto Máximo Pimenta - Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutor pela Universidade do Minho (Braga-Portugal). Professor no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS) na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Membro da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2815-7512. E-mail: carlospimenta@unifei.edu.br

Carlos Otávio Zamberlan - Administrador (UFSM, 1999), Mestre em Administração (UFSM, 2006) e Doutor em Economia do Desenvolvimento (UFRGS, 2011). Professor com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Ponta Porã-MS. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9975-9612. E-mail: otaviozamberlan@gmail.com

Christiane Luci Bezerra Alves - Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. Professora Associada do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana, da Universidade Regional do Cariri. Coordenadora do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Meio Ambiente, Território, Trabalho e Sustentabilidade – MATTAS. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5987-6814. E-mail: chrisluci@gmail.com

Claudio Machado Maia - Pós-Doutor em Economia do Desenvolvimento (PUC/RS). Professor Visitante Titular Sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) do Instituto de Políticas Públicas (IPP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Natal/RN. Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5144-9153. E-mail: claudiomaia.dr@gmail.com

Diomar Augusto de Quadros - Doutor em Alimentos e Nutrição, com pesquisas na área da Agroecologia, atuando nos subtemas soberania e segurança alimentar e nutricional, qualidade e tecnologia de alimentos, meliponicultura, pesca artesanal e desenvolvimento territorial sustentável. Atua como professor e é o atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, em Matinhos PR-Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0714-4077. E-mail: professordiomar@gmail.com

Edemar Rotta - Doutor, com Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (PUCRS), Mestre em Sociologia (UFRGS), Graduado em Filosofia. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas - Mestrado, UFFS, Campus Cerro Largo. Pesquisador nas áreas do desenvolvimento, políticas públicas, políticas sociais e Fundo Público. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1608-7078. E-mail: erotta@uffs.edu.br

Elaine Cristina de Oliveira Menezes - Economista, Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora do Curso de Administração Pública - ESAG, na Universidade do Estado de Santa Catarina e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1427-0744. E-mail: eoliveira.menezes@gmail.com

Estevan Bartoli - Graduado em geografia (Unesp), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Doutor em Geografia (Unesp). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas, município de Parintins (AM) - Brasil. Atua em pesquisas sobre o fenômeno urbano e cidades na Amazônia, territórios e desenvolvimento territorial. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1238-3187 – E-mail: ebartoli11@gmail.com

Laiane Frescura Flores - Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí RS; Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Tecnóloga em Gestão Pública. Bolsista PROSUC/CAPES com foco em temáticas de educação, políticas públicas e desenvolvimento territorial. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7600-4698. E-mail: laiane.flores@sou.unijui.edu.br

Livio Osvaldo Arenhart - Doutor e Mestre em Filosofia (PUCRS). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (PPGEC/UNIJUÍ). Pesquisador de questões relativas às abordagens epistemológicas, educação e cooperativismo. Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas - Mestrado, UFFS, Campus Cerro Largo. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2554-5480. E-mail: livio.arenhart@uffs.edu.br

Lucas Labigalini Fuini - Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (Área de Concentração em Organização do Espaço) da UNESP-Rio Claro. É Professor efetivo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)-São João da Boa Vista, onde realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. É docente credenciado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFSULDEMINAS, campus de Poços de Caldas.. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0514-8429 - Email: lucasfuini@yahoo.com.br

Marcio Gazolla - Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor Titular da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UTFPR). Bolsista de Produtividade Científica do CNPq. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4807-6683 E-mail: marciogazolla@utfpr.edu.br

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas - Doutora em Sociologia - Área de Sociologia da População e Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Professora Associada (Aposentada) da Universidade do Algarve/FCHS, Portugal; Investigadora/Colaboradora do CinTurs-Centro de Investigação sobre Turismo, Sustentabilidade e Bem-Estar; http://www.cinturs.pt/; Colaboradora do VALORIZA-Centro de Investigação para a Valorização dos Recursos Endógenos; Instituto Politécnico de Portalegre; http://valoriza.ipportalegre.pt/; fundadora e investigadora da REDETEG-Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3531-8444. E-mail: mcovas@ualg.pt

Marjana Eloisa Henzel - Administradora, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/Unijuí-RS), Mestre em Engenharia da Produção (UFSM, 2009). Técnica Administrativa no Instituto Federal Farroupilha (IFFar, Campus Santa Rosa/RS). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5776-5504. E-mail: marjana.henzel@sou.unijui.edu.br

Moacir José dos Santos - Doutor em História (UNESP), com pós-doutorado pela Universidade do Minho. Professor do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) e Coordenador-adjunto do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional (MPDR). Editor Executivo da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Experiência na pesquisa com política de desenvolvimento, comunicação e indústria cultural no Brasil e cultura popular no Vale do Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6865-0630. E-mail: moacir.jsantos@unitau.br

Monica Franchi Carniello - Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela PUCCAMP (1993), Especialista em Marketing pela University of California (1998), Mestre em Comunicação e Letras pela Mackenzie (2000) e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUCSP (2005). Pós-doutorado em Comunicação pela UMSP. Professora Titular da Universidade de Taubaté (UNITAU), com atuação no Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional, MBAs e no Departamento de Comunicação Social. Docente da Faculdade de Tecnologia de Pindamonhangaba (FATEC). Membro das associações ALAIC, INTERCOM e ALCAR. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3107-901X. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

Ney Fett Júnior - Doutor em Geomorfologia. Professor Adjunto do Departamento Interdisciplinar do Campus Litoral Norte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integra o quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia e Geologia do Quaternário. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7805-8470 E-mail: ney_fett_junior@yahoo.com.br

Nelson José Thesing - Integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional. Coordenador do Projeto de Pesquisa Governança, Planejamento e Desenvolvimento Territoriais: Políticas Públicas, Redes e Dinâmicas Sócio-espaciais Urbanas e Regionais; Coordenador do Projeto: Prospecção e Análise de Correlações entre Setores e Produção Total, para Estimativas da Evolução das Atividades Econômicas nos Municípios Gaúchos. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7123-0717 E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

Paulo Rogério Lopes - Doutor em Ciências (Ecologia Aplicada). Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Professor do curso de Agroecologia (UFPR), dos Programas de pós graduação PPGDTS (UFPR), Biossistemas (UFSB) e Inovação em Medicamentos da Biodiversidade (Fiocruz). Compõe o Nea Juçara, o GT Manejo de Agroecossistemas da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e o Napi Alimento e Território. UFPR Litoral: Matinhos/PR. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2574-8870. E-mail: paulolopes@ufpr.br

Pedro Luís Büttenbender - Administrador, Mestre em Gestão Empresarial (FGV/EBAPE, 2001) e Doutor em Administração (UNaM/Argentina, 2014 e UFMS/Brasil, 2020). Pós-Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS/Brasil). Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UNIJUI/Brasil). Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPq) e Pesquisador Gaúcho (Fapergs) com focos em Cooperativismo, Administração e Desenvolvimento Territorial. Editor de Seção Revista Desenvolvimento em Questão. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7011-8552. E-mail: pedrolb|@unijui.edu.br

Rafael Gonçalves Gumiero - Professor adjunto do curso de graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). É professor permanente e ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM). Atualmente faz parte da Diretoria da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) na gestão 2023-2025. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6193-8698. Email: gumiero@unifesspa.edu.br

Sidinei Pithan da Silva - Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professor do PPG em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6400-4631. E-mail: sidinei.pithan@unijui.edu.br

Tiago Roberto Alves Teixeira - Doutor em Geografia Econômica e Política, com estudos e publicações em Economia Política Comparada, Políticas de Desenvolvimento Econômico, Governança do Mercado de Trabalho e Redes de Produção Globais. Atualmente é membro pesquisador do Grupo GERA (UNESPAR - Campo Mourão-Paraná) e Pesquisador Associado na *Durham University,* Reino Unido.

Valdir Frigo Denardin - Doutor em Economia. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e Programa Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Desenvolve pesquisas nos temas: economia ecológica, desenvolvimento territorial sustentável, ecodesenvolvimento e litoral do Paraná. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8074-6544. E-mail: valdirfd@yahoo.combr

Valdir Roque Dallabrida - Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC-RS), Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, na Universidade Federal do Paraná. Desenvolve estudos e pesquisas nos temas do Desenvolvimento Territorial, abordagem territorial do desenvolvimento, patrimônio territorial, governança territorial e Indicação Geográfica. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2927-960X. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

Vinicius Tiago Schmitt - Graduando em Administração na UFFS. Bolsista de Iniciação Científica CNPq. E-mail: viniciusschmittmain@gmail.com

A coletânea de textos que compõem o presente livro apresenta os resultados de um processo de estudos e investigação realizada por uma equipe de pesquisadores de diversas universidades do Brasil, Argentina, Portugal, Espanha e Inglaterra. O objetivo da investigação foi propor e validar um referencial metodológico adequado à perspectiva territorial de análise, visando contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam impulsionar alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, utilizando o patrimônio territorial como referência. Trata-se de uma importante contribuição para pesquisadores, estudantes, profissionais e administradores públicos e privados envolvidos no planejamento e gestão do desenvolvimento de territórios, regiões ou municípios. Através dos estudos teóricos, os quais foram sintetizados em artigos publicados em periódicos científicos, e do referencial metodológico proposto, buscou-se apresentar uma visão integrada da realidade socioeconômico-cultural e ambiental dos diferentes recortes territoriais, destacando aspectos, tais como a importância de uma visão inter e multidisciplinar, multidimensional e sustentada na noção de complexidade. Trata-se de uma contribuição essencial para orientar ações e decisões que visem a valorização e preservação do patrimônio territorial, bem como o fortalecimento das comunidades locais e o estímulo à inovação e sustentabilidade territorial. Por fim, o referencial metodológico propõe o *Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial* (IMAP) como forma de parametrização das diferentes variáveis utilizadas na análise territorial, em seis dimensões, tais como a social, natural, cultural, produtiva, institucional e humano-intelectual.

ISBN 978-658561411-5

EDITORA ILUSTRAÇÃO

UFPR Litoral